

Dissertação de Mestrado

SETOR DE CONFEÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E
ACESSÓRIOS CATARINENSE: ANÁLISE DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS ESTADUAIS, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
COMPETITIVIDADE

WILCINEY JOSÉ VILLAN

O presente trabalho visa compreender o ambiente operacional do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios catarinense, este estudo integra correntes teóricas da competitividade, políticas públicas e dependência de recursos,

Orientador: Prof. Dr. Sílvio Parodi Oliveira Camilo

APOIO:



CAPES

WILCINEY JOSÉ VILLAN

**SETOR DE CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E
ACESSÓRIOS CATARINENSE: ANÁLISE DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS ESTADUAIS, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
COMPETITIVIDADE**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós Graduação de
Mestrado em Desenvolvimento
Socioeconômico da Universidade
do Extremo Sul Catarinense –
UNESC

Orientador: Prof. Dr. Sílvio Parodi
Oliveira Camilo
Coorientador: Prof. Dr. Alcides
Goularti Filho

**CRICIÚMA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

V716s Villan, Wilciney José.

Setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios catarinense : Análise das políticas públicas estaduais, desenvolvimento regional e competitividade / Wilciney José Villan ; orientador : Sílvio Parodi Oliveira Camilo ; Coorientador: Alcides Goularti Filho. – Criciúma, SC : Ed. do Autor, 2016.

337 p. : il. ; 21 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2016.

1. Vestuário - Indústria. 2 Acessórios de vestuário. 3. Planejamento regional. 4. Política pública. 5. Cluster industrial. I. Título.

CDD 22. ed. 338.43687


WILCINEY JOSÉ VILLAN

**SETOR DE CONFEÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E
ACESSÓRIOS CATARINENSE: ANÁLISE DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS ESTADUAIS, DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E COMPETITIVIDADE**

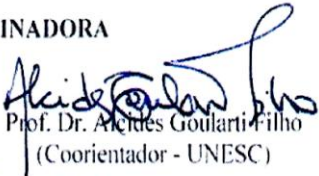
Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 24 de Fevereiro de 2016.

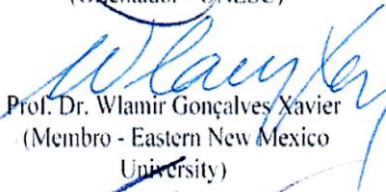
BANCA EXAMINADORA



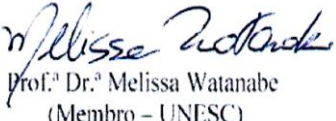
Prof. Dr. Silvio Parodi Oliveira Camilo
(Orientador - UNESC)




Prof. Dr. Alcides Goularti Filho
(Coorientador - UNESC)



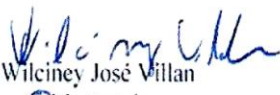
Prof. Dr. Wlamir Gonçalves Xavier
(Membro - Eastern New Mexico
University)



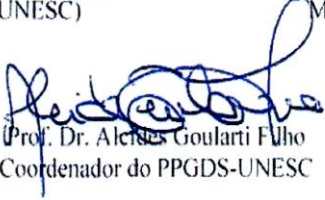
Prof.ª Dr.ª Melissa Watanabe
(Membro - UNESC)



Prof. Dr. Miguelangelo Gianezini
(Membro - UNESC)



Wilciney José Villan
Mestrando



Prof. Dr. Alcides Goularti Filho
Coordenador do PPGDS-UNESC

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmã, Vilson, Cecília e Kellen, que sempre me deram suporte e apoio incondicional, me compreenderam e me aturaram em momentos de pressão, euforia e humor nada convencional, mas também estavam ao meu lado nos momentos de conquista, alegria e constante crescimento e desenvolvimento. Sem vocês nada disso seria possível.

A Julia Spilere, que igualmente estive ao meu lado nos momentos de conquista, alegria e constante crescimento e desenvolvimento, mas também pelo carinho, apoio, suporte, companheirismo, incentivo, pela compreensão, motivação, por sempre me ouvir e sempre estar ao meu lado nos mais híbridos, insólitos e distintos momentos.

Ao professor Dr. Silvio Bitencourt da Silva por estreitar meus laços com a estratégia, ampliando minha visão quanto ao tema, além de ser ator importante para meu desenvolvimento profissional.

Ao meu orientador professor Dr. Sílvio Parodi Oliveira Camilo por despertar o espírito pesquisador em mim, por propiciar avanços pessoais e profissionais, e ser um exemplo de pesquisador e interessado na área.

Ao meu co-orientador professor Dr. Alcides Goularti Filho, por sempre demonstrar preocupação com o desenvolvimento do meu trabalho e ajudar nos momentos em que necessitei.

Tulio Becker por ser um bolsista sério, dedicado e que proporcionou grandes avanços nesta pesquisa.

Carla Busarello que por algum motivo apareceu em minha jornada acadêmica e ajudou a “pôr lenha na fogueira” em discussões que rendeu muitas risadas, discussões e proporcionou momentos de eclosão.

A colega Fernanda Zanette Oliveira por me aturar algumas vezes na semana e me ajudar com seus conhecimentos psicológicos, mas, além disso, por ser uma amiga com quem posso contar. Desculpe se em algum momento baguncei sua vida, para que o além pudesse organizá-la novamente.

Ricardo Alves Colonetti e Alessandro Cruzetta por dispor de ajuda em meu trabalho sempre que os procurei e, logicamente, pela diversão.

A todos vocês, sou muito grato, pois sem vocês este mestrado não teria sido tão divertido e enriquecedor.

Não posso deixar de agradecer à CAPES e a UNESCO por proporcionar a bolsa de estudos que usufrui. Sem ela o resultado desta pesquisa estaria em nível inferior.

Aos meus guias, os quais muitas vezes não dou ouvidos ou não compreendo suas mensagens, mas que estão sempre ao meu lado. Salve!

RESUMO

Para compreender o ambiente operacional do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios catarinense, este estudo integra correntes teóricas da competitividade, políticas públicas e dependência de recursos. Objetiva-se analisar características socioeconômicas do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios catarinense, bem como as principais políticas públicas relacionadas a partir de 2001. Políticas públicas propiciam desenvolvimento nos âmbitos nacional, regional e local, com efeitos ao ambiente operacional das firmas. Nesse sentido, aliar ações governamentais ao ambiente competitivo é uma maneira de contribuir e influenciar níveis de emprego e renda. Nesta perspectiva, a literatura entende que relações entre firma-ambiente são interdependentes, com influências mútuas entre si. Deste modo, o Estado possui importante papel contributivo ao desenvolvimento regional e competitivo das firmas. Historicamente, o Estado catarinense tem aliado políticas públicas que visam fortalecer setores estratégicos. O objeto deste estudo gera relevante nível de emprego e renda e é ator importante para o Estado. Por meio dos métodos dedutivo e histórico, este estudo descreve e analisa os principais dados socioeconômicos do setor. Explora dados secundários por intermédio de uma abordagem quantitativa e emprega, como estratégia de pesquisa, análises documental e como técnica de pesquisa a análise de conteúdo. Com base nestas considerações, este trabalho colaciona um amplo conjunto de dados socioeconômicos do setor; avalia os seus principais *clusters* no Brasil; apura transações comerciais; e identifica as principais políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento regional. Os resultados demonstram um setor em expansão, baseado em micro empresas, com valores crescentes de produção e receitas. As fontes de fomento são principalmente federais, demonstrando um alinhamento vertical entre governos. O *cluster* catarinense é representativo em nível nacional, com balança comercial em *deficit*, enquanto que no Estado o saldo positivo apresenta-se persistente. Ao final, sugere-se aprofundar estudos no setor capturando os efeitos relacionais das políticas públicas, por governo estadual, no desenvolvimento socioeconômico regional.

Palavras-chave: Relações firma-governo. Análise socioeconômica. *Clusters* setoriais.

ABSTRACT

To understand the operating environment of the manufacture of apparel articles and accessories from the State of Santa Catarina sector, this study integrates theoretical perspectives of competitiveness, public policies and resource dependency. The objective is to analyze socio-economic characteristics of the manufacture of apparel articles and accessories from the State of Santa Catarina sector as well as the related public policies from 2001. Public policies provide development at the national, regional and local levels, with effect to the operating environment of firms. In this sense, government actions support the competitive environment is a way to contribute and influence levels of employment and income. In this perspective, the literature understands that relations between firm-environment are interdependent, with mutual influences between them. Thus, the State has an important role contributing to regional development and competitive firms. Historically, Santa Catarina State has allied public policies aimed at strengthening strategic sectors. The object of this study generates relevant employment and income, is key player for the State. Through deductive and historical methods, this study describes and analyzes the main socio-economic data of the sector. Explore secondary data through a quantitative approach and employs, as a research strategy, document analysis and as a research technique content analysis. Based on these considerations, this work collates a wide range of socio-economic data of the sector; evaluates its main clusters in Brazil; clears commercial transactions; and identifies key public policies related to socio-economic development. The results show a sector in expansion, based on microbusinesses, with increasing production values and revenues. Funding sources are primarily federal, showing a vertical alignment among governments. The Santa Catarina cluster is representative at the national level, with trade balance in deficit, while the surplus in the state presents persistent. Finally, it is suggested further studies in the industry capturing the relational effects of public policies, in each state government, in regional socio-economic development.

Keywords: Firm-government relations. Socio-economic analysis. Sectoral clusters..

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Número de empresas registradas no setor	98
Figura 2- Percentual de empresas pelo tamanho 2001-2013	102
Figura 3- Percentual de trabalhadores do gênero masculino no período 2001-2013	105
Figura 4- Percentual de trabalhadores do gênero feminino no período 2001-2013	107
Figura 5- Percentual de vínculos empregatícios por natureza jurídica	109
Figura 6- Remuneração por gênero	113
Figura 7- Remuneração por gênero - relação total	115
Figura 8- Evolução do emprego	118
Figura 9- Comportamento das contratações por faixa de remuneração	119
Figura 10- Percentual da faixa etária dos empregados no setor	124
Figura 11- Percentual da escolaridade dos empregados no setor - gênero masculino	128
Figura 12- Percentual da escolaridade dos empregados no setor - gênero feminino	130
Figura 13- Percentual da escolaridade dos empregados no setor - total	132
Figura 14- Valores contratados pelo setor catarinense - BADESC	134
Figura 15- Valores contratados pelo setor catarinense - BRDE	136
Figura 16- Desembolso BNDES para o setor brasileiro	139
Figura 17- Desembolso BNDES para o setor catarinense	142
Figura 18- Arrecadação de ICMS do setor	144
Figura 19- Arrecadações federais	147
Figura 20- Maiores <i>clusters</i> do setor no país	150
Figura 21- Maiores <i>clusters</i> catarinenses	153
Figura 22- Maiores <i>clusters</i> paulistas	156
Figura 23- Maiores <i>clusters</i> mineiros	159
Figura 24- Balança comercial brasileira	162
Figura 25- Balança comercial brasileira setorial	164
Figura 26- Balança comercial catarinense	166
Figura 27- Balança comercial catarinense setorial	168
Figura 28- Balança comercial geral dos <i>clusters</i> catarinenses	171
Figura 29- Balança comercial setorial dos <i>clusters</i> catarinenses ..	173
Figura 30- Balança comercial paulista	176
Figura 31- Balança comercial paulista setorial	178
Figura 32- Balança comercial geral dos <i>clusters</i> paulistas	181

Figura 33- Balança comercial setorial dos <i>clusters</i> paulistas.....	183
Figura 34- Balança comercial mineira	186
Figura 35- Balança comercial mineira setorial.....	188
Figura 36- Balança comercial geral dos <i>clusters</i> mineiros.....	190
Figura 37- Balança comercial setorial dos <i>clusters</i> mineiros.....	192
Figura 38- Qualidade cambial	197
Figura 39- Receita líquida de vendas do setor.....	200
Figura 40- Valor bruto da produção industrial do setor	203
Figura 41- Investimentos em inovação	206
Figura 42- Total das contratações financeiras realizadas pelo setor	218

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1- Síntese dos dados coletados	40
Quadro 2- Definições operacionais adotadas	41
Quadro 3- Objetivos estratégicos do governo	80
Quadro 4- Relação vínculos no porte e vínculos totais	110
Quadro 5- Ensino em nove anos	125
Quadro 6- Valores máximos e mínimos dos desembolsos do BNDES	140
Quadro 7- Síntese dos dados referentes à balança comercial	195
Quadro 8- Políticas públicas do estado	211
Quadro 9- Relação empregados por empresa	214
Quadro 10- Total das contratações financeiras realizadas pelo setor	217
Quadro 11- Resumo da balança comercial	222
Quadro 12- Relação entre a balança comercial e o dólar	224
Quadro 13- Áreas de influência das políticas públicas	230
Quadro 14- Incidência das políticas públicas	231
Quadro 15- Áreas de incidência das políticas públicas	231
Quadro 16- Matriz pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças do setor	232
Tabela 1- Número de empresas registradas no setor	97
Tabela 2- Tamanho das empresas 2001-2013	101
Tabela 3- Trabalhadores do gênero masculino no período 2001-2013	104
Tabela 4- Trabalhadores do gênero feminino no período 2001-2013	106
Tabela 5- Vínculos empregatícios por natureza jurídica	108
Tabela 6- Remuneração por gênero	112
Tabela 7- Remuneração por gênero - relação total	114
Tabela 8- Remuneração ano a ano	117
Tabela 9- Concentração de empregados no setor segregados por natureza jurídica e faixa de remuneração média	121
Tabela 10- Faixa etária dos empregados no setor	123
Tabela 11- Escolaridade dos empregados no setor - gênero masculino	127
Tabela 12- Escolaridade dos empregados no setor - gênero feminino	129
Tabela 13- Escolaridade dos empregados no setor - total	131
Tabela 14- Valores contratados pelo setor catarinense - BADESC	133

Tabela 15- Valores contratados pelo setor catarinense - BRDE	135
Tabela 16- Desembolso BNDES para o setor brasileiro	138
Tabela 17- Desembolso BNDES para o setor catarinense	141
Tabela 18- Arrecadação de ICMS do setor catarinense	143
Tabela 19- Arrecadações federais	146
Tabela 20- Maiores <i>clusters</i> do setor no país	149
Tabela 21- Maiores <i>clusters</i> catarinenses.....	152
Tabela 22- Maiores <i>clusters</i> paulistas	155
Tabela 23- Maiores <i>clusters</i> mineiros	158
Tabela 24- Balança comercial brasileira	161
Tabela 25- Balança comercial brasileira setorial.....	163
Tabela 26- Balança comercial catarinense	165
Tabela 27- Balança comercial catarinense setorial	167
Tabela 28- Balança comercial geral dos <i>clusters</i> catarinenses.....	170
Tabela 29- Balança comercial setorial dos <i>clusters</i> catarinenses ...	172
Tabela 30- Balança comercial paulista.....	175
Tabela 31- Balança comercial paulista setorial	177
Tabela 32- Balança comercial geral dos <i>clusters</i> paulistas	180
Tabela 33- Balança comercial setorial dos <i>clusters</i> paulistas.....	182
Tabela 34- Balança comercial mineira	185
Tabela 35- Balança comercial mineira setorial	187
Tabela 36- Balança comercial geral dos <i>clusters</i> mineiros	189
Tabela 37- Balança comercial setorial dos <i>clusters</i> mineiros.....	191
Tabela 38- Qualidade cambial.....	196
Tabela 39- Receita líquida de vendas do setor	199
Tabela 40- Valor bruto da produção industrial do setor.....	202
Tabela 41- Investimentos em inovação	205

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A- Para dados relativos aos estabelecimentos empregadores	266
APÊNDICE B- Para dados relativos aos vínculos empregatícios do setor segue-se os passos como descrito no quadro	267
APÊNDICE C- Para coleta dos dados que sugerem a formação de clusters no país.	269
APÊNDICE D- Coleta dos dados que sugerem a formação de <i>clusters</i> no interior dos estados citados como principais <i>clusters</i> do país.	271
APÊNDICE E- Natureza jurídica apresentado pela base de dados 2001	273
APÊNDICE F- Natureza jurídica apresentado pela base de dados 2002-2013	274
APÊNDICE G- Categoria outras (natureza jurídica)	276
APÊNDICE H- Coleta de dados referente à balança comercial brasileira.....	277
APÊNDICE I- Coleta de dados referente à balança comercial estadual.....	278
APÊNDICE J- Coleta de dados referente à balança comercial municipal.....	279
APÊNDICE K- Total de estabelecimentos no setor 2001-2013.....	280
APÊNDICE L- Desembolsos do BNDES para o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios por UF	282
APÊNDICE M- Localização dos <i>clusters</i> do setor no território nacional baseado nos vínculos empregatícios	284
APÊNDICE N- Vínculos empregatícios das cidades catarinenses	288
APÊNDICE O- Cidades dos estados analisados	293
APÊNDICE P- Vínculos empregatícios das cidades paulistas.....	320
APÊNDICE Q- Vínculos empregatícios das cidades mineiras	325
APÊNDICE R- Tabelas 1987 e 1848 das receitas líquidas de vendas	335
APÊNDICE S- Tabelas 1987 e 1948 dos valores brutos da produção industrial.....	336
APÊNDICE T- Investimentos em inovação.....	337

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIT - Associação Brasileira da Indústria Têxtil
ANCINE - Agência Nacional do Cinema
BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPTA - Consulta aos Acordos de Preferências Tarifárias
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CONFAZ - Conselho de Política Fazendária
CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
ECD - Estrutura-conduta-desempenho
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina
FADESC - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina
FAPESC - Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina
FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FOB - *Free on Board*
FUNDESC - Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina
GECOMD - Grupo de Pesquisa Estratégia, Competitividade e Desenvolvimento
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
ICMS - Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IEL - Instituto Euvaldo Lodi
IOF - Imposto Sobre Operações Financeiras
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IVA - Imposto sobre Valor Adicionado
LDO - Lei das diretrizes orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEI - Micro Empreendedor Individual

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCD - Plano Catarinense de Desenvolvimento
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento
PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PIB - Produto Interno Bruto
PINTEC - Pesquisa de Inovação
PIS - Programa de Integração Social
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPA - Plano Plurianual
PPAs - Planos Plurianual
PROCAPE - Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas
PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEF - Secretaria da Fazenda
SPG - Secretaria do Estado e Planejamento
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats
TOWS – Threats, Opportunities, Weaknesses, Strengths
UF - Unidade Federativa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	33
1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	33
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	36
1.2.1 Objetivo geral	36
1.2.2 Objetivos específicos	37
1.3 RELEVÂNCIA DA PESQUISA.....	37
1.4 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA	38
1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
1.6 ESTRUTURA DO ESTUDO	44
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	45
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS	45
2.1.1 Tipologias de políticas públicas.....	49
2.1.2 As teorias da regulação	54
2.1.3 Incentivos fiscais.....	58
2.1.4 Guerra fiscal	62
2.1.5 Papel das políticas públicas para o desenvolvimento	67
2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	70
2.2.1 Clusters empresariais.....	74
2.2.2 Desenvolvimento regional catarinense	78
2.3 COMPETITIVIDADE	84
2.3.1 Competitividade na indústria.....	85
2.3.2 Teoria da dependência de recursos.....	90
3 CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS CATARINENSE	95
3.1 ANÁLISE DA ESTRUTURA DO SETOR DE CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS CATARINENSE.....	95
3.1.1 Estabelecimentos	95
3.1.2 Tamanho das empresas.....	99
3.1.3 Gênero	103
3.1.4 Remuneração	111
3.1.5 Faixa etária	122
3.1.6 Escolaridade.....	125
3.1.7 Valores financeiros.....	133
3.1.7.1 Contratações feitas pelas empresas do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios no BADESC.....	133
3.1.7.2 Contratações feitas pelas empresas do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios no BRDE.....	135

3.1.7.3 Desembolsos do BNDES para o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios.....	137
3.1.7.4 Arrecadação de ICMS do setor catarinense.....	143
3.1.7.5 Arrecadações federais.....	145
3.2 CLUSTERS DO SETOR NO BRASIL	148
3.2.1 Clusters catarinenses	151
3.2.2 Clusters paulistas	154
3.2.3 Clusters mineiros	157
3.3 TRANSAÇÕES COMERCIAIS BRASILEIRA E SETORIAL	160
3.3.1 Balança comercial catarinense	165
3.3.1.1 Balança comercial catarinense setorial.....	167
3.3.1.1.1 <i>Balança comercial dos clusters catarinenses</i>	169
3.3.2 Balança comercial paulista	174
3.3.2.1 Balança comercial paulista setorial	177
3.3.2.1.1 <i>Balança comercial dos clusters paulistas</i>	179
3.3.3 Balança comercial mineira	184
3.3.3.1 Balança comercial mineira setorial	187
3.3.3.1.1 <i>Balança comercial dos clusters mineiros</i>	189
3.3.4 Síntese dos dados referentes às transações comerciais.....	193
3.4 COMPLEMENTARIEDADES ÀS TRANSAÇÕES COMERCIAIS	196
3.4.1 Qualidade cambial.....	196
3.4.2 Receita líquida de vendas do setor	198
3.4.3 Valor bruto da produção industrial.....	201
3.4.4 Investimentos em inovação	204
3.5 POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO SETOR	207
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	212
4.1 CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO SETOR NO ESTADO DE SANTA CATARINA A	212
4.2 AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS CLUSTERS DO SETOR DE SANTA CATARINA EM RELAÇÃO AOS DEMAIS NO BRASIL	219
4.3 COMPARAÇÃO DAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS DO ESTADO EM RELAÇÃO AO BRASIL	221
4.4 IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	226
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
5.1 CONCLUSÕES	235
5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	237
5.3 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS	238

REFERÊNCIAS	241
APÊNDICES.....	266

1 INTRODUÇÃO

Nesta seção, o estudo apresenta o tema da pesquisa, apresentando lacunas teóricas relativas à competitividade e políticas públicas. Demonstra que há campo para estudos que integrem estas duas áreas do conhecimento, como apontam as questões de pesquisa. Em seguida disso, são declarados os objetivos, geral e específicos deste estudo. Mais adiante trata-se da relevância da pesquisa e suas contribuições, procedimentos metodológicos e finaliza com a estrutura do estudo.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

Competir é ação enraizada nas organizações. Empresas espalhadas pelo globo enfrentam concorrência de atores internos e externos que buscam aumentar sua participação no mercado, e sua produção é determinante das vantagens absoluta, relativa e competitiva.

Competitividade é observada com maiores detalhes ao desagregar a cadeia de valor das organizações, possibilitando identificar atores inerentes à diferentes setores em que organizações estão inseridas, assim como identificar aglomerados empresariais que possibilitam aumento produtivo e alcance de vantagem competitiva de setores econômicos.

Setores competitivos são sustentados por sua produção, a qual é derivada da utilização de tecnologias e mão de obra. Todavia, o aumento de produtividade também aumenta níveis de emprego e renda, seja por intermédio de empregabilidade empresarial ou por meio de atividades empreendedoras.

Estudos que configuram vantagens competitivas derivam daqueles referidos à vantagens absolutas e relativas (SMITH, 1904; RICARDO, 1911). Nesta base teórica compreende-se o paradigma estrutura-conduta-desempenho (ECD) (MASON, 1939), caracterizando o ambiente como pronto e determinado, e inalterado pelos esforços organizacionais, no qual condutas organizacionais resultavam em performance semelhante e previamente conhecida.

A quebra deste paradigma compreende que organizações são capazes de influenciar o ambiente ao identificarem posse de vantagens sobre outras organizações, tornando o ambiente em que operam, num ambiente competitivo, creditando à distintas forças a estruturação setorial (PORTER, 1980).

Heterogêneos problemas são elencados pelas organizações referentes ao ambiente competitivo. Incapacitadas de reter todos os recursos necessários para minimizar e/ou mitigar estes problemas,

organizações desenvolvem estratégias para influenciar o macroambiente. Com este objetivo, a relação firma-ambiente é vital para que estratégias sejam empreendidas a fim de capturar estes recursos. Firma-ambiente compreende uma relação interdependente que evidencia incompleta autonomia da firma, causada pelo ambiente externo, e incertezas quanto ao futuro, fixando distintas necessidades e ações entre organizações (PFEFFER, 1972; PFEFFER; SALANCIK, 2003). A relação firma-ambiente permite minimizar riscos e melhorar desempenho de políticas públicas; e gerar benefícios sociais, em virtude de relacionamentos entre atores públicos e privados (firma-ambiente) que propiciam maiores assertividades para formulação e implementação destas políticas (CORTÉS, 2013; FAGIOLO, 2011).

Políticas classificadas como distributivas, caracterizam uma intervenção do governo, pois, por meio delas, há impacto abrangente quanto aos interesses, mesmo que seu impacto seja restrito ao que se refere à multiplicidade de participantes. Todavia a interação interesses-participantes proporciona ao governo empreender políticas distributivas, pois seu intento é desenvolver regiões, assim, o apoio à *clusters* de setores interessantes para o desenvolvimento regional, compreende o delineamento de uma política pública distributiva (LOWI, 1972).

Todavia, países tiveram sua economia fortalecida com o intervencionismo do governo, por meio de políticas regulatórias que protegessem suas indústrias e conseguissem um avanço econômico e tecnológico. Entre estes países, pode-se citar a participação da Inglaterra na indústria têxtil, de modo que a partir de intervenções governamentais, sua economia se desenvolveu (CHANG, 2004).

Cenário propício para isto é o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios brasileiro, além de outros setores, o qual apresenta uma desvantagem comparativa em relação a China, por exemplo, revelando perda de competitividade dos produtos manufaturados e refletindo em implicações sociais, econômicas e trabalhistas. Dado que ocorre devido às mudanças no ambiente e no padrão competitivo das firmas em âmbito mundial, exigindo que firmas brasileiras se adequem ao novo ambiente operacional, em decorrência da abertura comercial na década de 1990 (KELLER, 2005). Período de intensificação do relacionamento China e América Latina (CASTRO JUNIOR, 2010; GOUVEA; MONTOYA, 2013).

A China, como maior competidor em nível global, impõe produtos de baixo custo e empresas brasileiras enfrentam dificuldades para se manterem competitivas (CAMILO; WATANABE; GIANEZINI,

2014), assim uma maneira encontrada para garantir a competitividade é por meio de políticas públicas.

Em 2006 a maior concentração de *clusters* deste setor no território nacional estava nos três estados da região sul, além do estado de São Paulo. Os estados da região norte, Amazonas; Amapá; Pará e; Roraima apontaram uma concentração menor. Comparado com 1997 houve diminuição de estados que possuem alguma concentração de *clusters* neste setor. Neste ano, o estado do Rio de Janeiro participava do conjunto de estados com alta concentração de *clusters*, enquanto o Acre e Rondônia estavam presentes na região de baixa concentração (BERTELLA; TEIXEIRA, 2010). Em 2015, o setor é dividido em três principais *clusters*, conforme a quantidade de empregados registrados. Estes três estados representam 50% dos empregados no setor em nível nacional, assim São Paulo é o maior empregador, seguido por Santa Catarina e Minas Gerais.

Organizações catarinenses inseridas neste setor se dividem principalmente em dois *clusters*, localizados na região sul do estado e no Vale do Itajaí. Todavia, o estado mantém seu funcionamento econômico por meio de distintos setores¹, dentre eles o setor confeccionista de artigos do vestuário e acessórios se destaca como maior empregador do estado (CARIO et al, 2013; FIESC, 2013a; 2014d; 2015) e para mantê-lo nesta posição, e conseqüentemente ator importante para o desenvolvimento socioeconômico, é fundamental o acompanhamento do ambiente externo para garantir sua capacidade competitiva.

Fica evidente que aliar o ambiente de competição às ações governamentais é uma maneira de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico. O governo contribui elaborando planos, políticas e programas que incentivem e protejam determinadas indústrias e setores.

Durante o ano de 2013, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT) desempenhou atividades contributivas para a manutenção e desenvolvimento da competitividade do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios brasileiro, por meio de petição de salvaguarda sobre as importações brasileiras. Porém não houve aceitação pelo governo, desencadeando discussões sobre medidas alternativas. A associação também participou das negociações que unifica a alíquota do

¹ Como demonstrado por Cario et al (2013), FIESC (2013a; 2014d; 2015), Goularti Filho (2007) e Goularti Filho e Jenoveva Neto (1997) há também os setores Cerâmico, móveis, calçados, têxtil-confecção e alimentos. Ambos organizados em *clusters* e interessantes para o desenvolvimento socioeconômico catarinense.

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) para operações interestaduais de produtos importados em 4%; estimulou os interessados para promoverem apresentações de petições para aplicações de direitos compensatórios contra a China para neutralizar os subsídios concedidos pelo governo chinês aos seus produtores exportadores; além de outras ações (DINIZ FILHO, 2014).

Assim, a literatura trata de externalidades influentes na competitividade organizacional, porém não são, ou são pouco abordadas, questões relativas às políticas públicas e a suas implicações no ambiente competitivo. Portanto, busca-se com este estudo, ampliar investigações de modo a compreender a relação entre estas duas disciplinas no ambiente que compreende o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios catarinense. Com isso, o problema supramencionado sugere as seguintes questões de pesquisa:

Qual o quadro produtivo do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios catarinense?

Como este setor está posicionado em relação aos principais *clusters* no Brasil e suas transações comerciais?

Quais as principais políticas públicas estaduais de desenvolvimento competitivo se propõem a contribuir com o setor catarinense?

Para isso se torna necessário alcançar os objetivos elencados a seguir.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Este tópico apresenta os objetivos geral e específicos da pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar características socioeconômicas do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios catarinense, bem como as principais políticas públicas relacionadas.

1.2.2 Objetivos específicos

- i. Caracterizar a estrutura do setor no estado de Santa Catarina;
- ii. Avaliar os principais *clusters* do setor de Santa Catarina em relação aos demais no Brasil;
- iii. Comparar as transações comerciais do estado em relação ao Brasil;
- iv. Identificar as principais políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento regional.

1.3 RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Em uma economia voltada para o mercado, a regulação de mercado atua como base para a formulação de políticas que garantam o desenvolvimento econômico, torne saudável um ambiente competitivo e proporcionem o *welfare state*² para a sociedade (STIGLER, 1971; LINDBLOM 1977; SHAFFER, 1995; DEN HERTOOG, 1999, 2010).

Dados os efeitos dos produtos chineses, o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios é bastante afetado. Daí a importância da atuação do Estado por meio de políticas públicas. A integração de fundamentos teóricos que relacionam firma-governo, possibilita analisar características socioeconômicas do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios catarinense, bem como as principais políticas públicas com implicações ao setor. Neste contexto, este estudo contribui com um avanço teórico na relação entre estas duas variáveis, tendo em vista a escassez de estudos que as contemplem de maneira integrada, demonstrando a importância da participação do estado na economia por meio de políticas públicas, no âmbito competitivo do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios. Ainda no campo teórico a pesquisa é relevante ao considerar o seu caráter interdisciplinar, unindo ciências políticas e administração.

Esta pesquisa adquire importância como contribuição aos estudos relativos à competitividade e políticas públicas, aprofundando análises em firmas pertencentes ao setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios catarinense.

Deste modo, esta pesquisa é de interesse do estado devido à preservação e desenvolvimento dos setores mais frágeis e/ou expressivos para o desenvolvimento econômico nacional e regional, assim como, também, é do interesse empresarial, que haja políticas

² Estado de bem estar social.

públicas que garantam barreiras para novos entrantes, promovendo o desenvolvimento do setor e preservação do mercado, assim criam-se possibilidades para as empresas do setor adquirirem novos recursos e desenvolverem novas capacidades que garantam uma vantagem competitiva sustentável frente aos rivais, além de contribuir com pesquisas acadêmicas futuras que integrem às ciências que este estudo contempla.

Assim, este estudo se justifica pela importância que as empresas possuem para o desenvolvimento socioeconômico e pela contribuição do governo no ato de fortalecer a competitividade empresarial, por meio dos efeitos práticos observados como o nível de emprego, salário, grau de instrução e desenvolvimento do empreendedorismo.

1.4 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

Por meio deste trabalho, busca-se demonstrar a importância da participação do estado na economia, por intermédio de políticas públicas, no âmbito do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios catarinense. Buscou-se reunir indicadores relativos ao desenvolvimento socioeconômico do estado, apontando os benefícios que este pode ter em um ambiente competitivo e de que modo as empresas podem se fortalecer por meio de parcerias público-privadas garantindo maior robustez em suas vantagens competitivas.

No campo da vantagem competitiva busca-se observar a relação firma-governo ao propiciar aumento de vantagem competitiva, e, também, a melhoria da competitividade entre os envolvidos.

Outra pretensão deste trabalho é a integração de dois campos do conhecimento, competitividade e política pública, devido à escassez de estudos, unindo estes dois campos teóricos e utilizando o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios como objeto do estudo.

As contribuições deste estudo são aderentes aos propósitos do programa de mestrado em desenvolvimento socioeconômico, com foco na linha de pesquisa referida ao trabalho e organizações, pois apresenta relações de desempenho e dinâmica organizacional e seu ambiente de atuação.

Referente às disciplinas ofertadas pelo programa, este estudo apresenta insumos que fortalecem discussões metodológicas; teorias que visam a explicação de desenvolvimento socioeconômico; estratégias políticas das organizações; formação econômica e desenvolvimento regional e; organizações, cadeias produtivas e estratégias.

Para o grupo de pesquisa Estratégia, Competitividade e Desenvolvimento (GECOMD), este estudo agrega nas discussões referidas à distintas áreas temáticas, mas principalmente à sua linha de pesquisa que trata de estratégia e competitividade, pois seus esforços visam investigações práticas em estratégia, recursos e capacidades organizacionais inseridas no ambiente competitivo, compreendendo dinâmicas, individuais e/ou coletivas, por meio de cadeias produtivas, arranjos coletivos e redes, além de avaliar o sistema de governança de organizações privadas e públicas.

Devido a importância do setor para o estado catarinense, e também para o país, este estudo aborda questões de interesse de outros estados, e que pesquisas semelhantes podem ser realizadas por acadêmicos interessados. Assim, os estados estariam munidos de informações que possibilitam melhor desenvolvimento relacional com empresas do setor, pois os estados não empreenderiam políticas públicas ineficientes e as organizações teriam melhor aproveitamento dos benefícios postos pelos estados, contribuindo para o fortalecimento da relação firma-ambiente.

Pretende-se beneficiar pesquisadores e comunidade acadêmica devido à relações pouco exploradas (competitividade e políticas públicas), e principalmente com o aumento do conhecimento das políticas públicas e seus efeitos, além das propostas de pesquisa inferidas neste trabalho. Todavia, é objeto de discussão em temas correlatos à este estudo.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estado apresenta concentrações geográficas que compreendem o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios, porém estas são vistas por todo o território catarinense, apesar da concentração no vale do Itajaí e sul do estado. Devido a sua importância para o desenvolvimento econômico, este trabalho abrange todo o estado catarinense. Assim, esta pesquisa se caracteriza por sua aplicabilidade no ambiente empírico, como uma pesquisa do tipo aplicada (MARCONI; LAKATOS, 2006), por abordar variáveis distintas sobre um objeto que se constitui como parte integrante do desenvolvimento socioeconômico catarinense.

Este setor compreende firmas representativas, deste modo, dedutivamente, por meio do método histórico, este estudo possibilitou análise de dados secundários e estatísticos ocasionando em resultados generalizados, permitindo compreender o setor de modo geral, por

intermédio de uma abordagem quantitativa (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Partindo do Decreto nº 2870 de 27 de agosto de 2001 como marco empírico para a pesquisa, o qual faculta o aproveitamento do crédito por parte dos estabelecimentos industriais que produzem artigos têxteis, de vestuário, de artefatos de couro e seus acessórios, este trabalho caracteriza-se quanto aos seus objetivos como descritivo e exploratório, pois analisa um amplo número de variáveis como o número de estabelecimentos empregadores neste setor; tamanho destes estabelecimentos por meio do vínculos empregatícios; gênero dos empregados; faixa salarial; faixa etária; nível de escolaridade; valores financeiros contratados pelo setor; tributos setoriais; identificação dos *clusters* do setor; qualidade cambial; receita líquida de vendas; valor bruto de produção; investimentos em inovação e; as políticas públicas empreendidas pelo estado que afetam o setor confeccionista catarinense.

As fontes de coleta destes dados são o RAIS, BADESC, BRDE, BNDES, Secretaria de Estado da Fazenda, Receita Federal, MDIC, Banco Central do Brasil, IBGE, FAPESC e Secretaria de Estado do Planejamento. O quadro 1 sintetiza os dados pesquisados.

Quadro 1- Síntese dos dados coletados

DADOS	FONTE	VARIÁVEIS
Número de empresas registradas	RAIS	Número real
Tamanho das empresas	RAIS	Número real
Gênero dos empregados	RAIS	Número real
Faixa salarial dos empregados	RAIS	Número real
Faixa etária dos empregados	RAIS	Número real
Nível de escolaridade dos empregados	RAIS	Número real
Valores financeiros contratados pelo setor	BADESC BRDE BNDES	R\$
Tributos do setor	Secretaria de Estado da Fazenda Receita Federal	R\$
Identificação dos <i>clusters</i> do setor	RAIS	Número real
Transações comerciais do setor	MDIC	US\$ FOB
Qualidade cambial	Banco Central do Brasil	R\$
Receita líquida de vendas	IBGE	R\$
Valor bruto de produção	IBGE	R\$
Investimentos em inovação	IBGE	R\$
Políticas públicas estaduais	Secretaria de Estado da Fazenda FAPESC Secretaria de Estado do Planejamento	-

Fonte: desenvolvido pelo autor

Os dados escolhidos para análise partem de estudos prévios que os utilizaram. Assim, as definições operacionais adotadas estão dispostas no quadro 2.

Quadro 2- Definições operacionais adotadas

DADOS	FONTE	DESCRIÇÃO	AUTORES
Número de empresas registradas	RAIS	Apresenta valores nominais referentes aos empregos no setor	CARIO et al (2013), FIESC (2013a; 2014d; 2015)
Tamanho das empresas			
Gênero dos empregados			
Faixa salarial dos empregados			
Faixa etária dos empregados			
Nível de escolaridade dos empregados			
Transações comerciais do setor	MDIC	Apresenta valores nominais em US\$FOB de importações, exportações e o saldo da balança comercial	
Qualidade cambial	Banco Central do Brasil	Trata-se dos valores nominais em R\$ da moeda americana	CARIO, 2013
Receita líquida de vendas	IBGE	Refere-se à valores financeiros nominais da produção e investimentos em inovação	CARIO et al (2013), FIESC (2013a; 2014d; 2015)
Valor bruto de produção			
Investimentos em inovação			

Fonte: desenvolvido pelo autor

A pesquisa foi viabilizada por uma exploração do ambiente e seus envolvidos, bem como uma descrição de características de fenômenos e geração de uma maior familiaridade com o problema (GIL, 2002).

Como estratégia de pesquisa, a análise de conteúdo é utilizada e como técnica de pesquisa, empreende-se análise documental (MARCONI; LAKATOS, 2006; LAKATOS; MARCONI, 2001).

A interdisciplinaridade do estudo se caracteriza ao abordar disciplinas distintas com características disciplinares demarcadas. Visões advindas da ciência políticas e administração, ao se integrarem nas variáveis referentes às políticas públicas e a competitividade, abordadas para alcançar um único objetivo, possuem um caráter interdisciplinar, caracterizado por modos de pensar heterogêneos (PAUL, 2011; RAYNAUT, 2011).

Para explicar a coleta dos dados apresentados no quadro 1, atenta-se às descrições que seguem.

Ao que se refere aos dados quanto aos estabelecimentos de modo geral, identificação dos *clusters* e balança comercial, se deu entre os dias 14 de abril e 25 de maio de 2015. Para coletar os dados referentes ao

estabelecimentos que exercem atividades no setor de confecção de artigos de vestuário e acessórios e vínculos empregatícios, empreendeu-se os procedimentos descritos nos apêndices A e B, respectivamente.

A RAIS possibilita identificar os *clusters* do setor espalhados pelo país. Porém, destaca-se neste estudo os três estados mais proeminentes, os quais concentram pelo menos 50% dos vínculos empregatícios do setor, devido à limitação de tempo para análise dos vinte e sete estados em questão. Os procedimentos para coleta destes dados são explanados nos apêndices C e D, respectivamente.

A partir dos dados coletados da RAIS, aqueles que apresentam valor igual a zero foram excluídos. Assim, naturezas jurídicas que apresentaram dados igual a zero, foram excluídas dos dados apresentados. Assim, nos dados referentes ao tamanho das empresas, gênero, faixa salarial, faixa etária e escolaridade, foram mantidas as naturezas jurídicas que apresentavam dados diferentes de zero. Para tanto, todas as naturezas jurídicas apontadas pela base de dados constam do apêndice E e F.

Nesta pesquisa optou-se por não incluir no estudo naturezas jurídicas públicas e com menos de 700 funcionários. Ambas representadas pela categoria “Outras”. A escolha pelas naturezas jurídicas com mais de 700 funcionários é devido à duas variáveis, i) a não utilização de empresas públicas na análise; ii) muitas empresas com poucos funcionários, muitas não correspondendo à 0,1% do total de funcionários apresentados pelas empresas na soma de todos os anos abordados pela pesquisa. Assim a escolha pelo corte em 700 é devido à uma natureza jurídica pública apresentar 624 vínculos empregatícios em seu total. Entre as empresas que constam da categoria “Outras” estão àquelas apresentadas no apêndice G.

Algumas nomenclaturas referidas às naturezas jurídicas são distintas entre àquelas apresentada em 2001 e 2002. Todavia as empresa que mais apresentam vínculos, ou seja, aquela não enquadradas na categoria “Outras”, são somadas às nomenclaturas vigentes a partir de 2002, assim os dados advindos das empresas tipo SA Capital Aberta Controle Estatal e SA Capital Aberta Controle Privado, estão agregados em SA Aberta; e SA Capital Fechado está agregado à SA Fechada.

Para a coleta dos dados referentes à balança comercial do país, dos estados identificados como principais clusters do setor e para as cidades mais proeminentes de cada um destes estados, percorreu-se os passos explanados nos apêndices H, I, J, na base de dados da AliceWeb.

Alusivo às cotações do dólar, os dados foram obtidos por meio do sítio eletrônico do Banco Central do Brasil, acessando o *menu* Câmbio e

Capitais Internacionais, em seguida selecionando Taxas de câmbio e posteriormente Cotações e boletins. Neste última página seleciona os períodos e moedas que deseja obter dados.

Para os valores financeiros, a coleta dos dados foram realizadas entre os dias 13 de março à 29 de setembro de 2015.

Dados provenientes do BADESC foram solicitados por meio da Ouvidoria da instituição, presente em seu sítio eletrônico. A instituição não emite um número de protocolo, e a resposta com a solicitação atendida foi encaminhada para o *e-mail* inserido no ato do pedido.

Os dados referentes ao BRDE foi realizado via Ouvidoria do sítio eletrônico da instituição. Do mesmo modo que o BADESC, o BRDE não emite um número de protocolo e a resposta com a solicitação atendida foi encaminhada para o *e-mail* inserido no ato do pedido.

Para configurar os dados provenientes do BNDES, foi protocolado o pedido 103797C1/2015 por meio de acesso ao Fale Conosco inerente ao sítio eletrônico da instituição.

Os valores referentes à arrecadação do ICMS são provenientes da mesma fonte, porém coletados de formas distintas. O sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda, informa os dados referentes ao anos de 2010 à 2014. Para estes dados é necessário acessar o sítio do Portal da Transparência, contido no sitio da Secretaria de Estado da Fazenda. Com acesso ao portal, é preciso acessar o *link* “Receita Pública” e na área “Relatórios: Indicadores da Administração Tributária” acessar “Arrecadação por Setor da Economia”. Nesta nova área selecionar os anos de interesse.

Os dados referentes aos anos de 2001 à 2009 foram solicitados por meio de pedido formal à Secretaria de Estado da Fazenda. Este pedido foi realizado por meio da Ouvidoria Geral do Estado de Santa Catarina e protocolado sob o número 2015030615.

Para dados federais foi necessário cadastro no serviço de acesso a informação do sítio eletrônico da Receita Federal. Neste sítio foi protocolado pedido referente às arrecadações do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios do estado de Santa Catarina sob número 16853.006006/2015-84.

As políticas públicas relatadas neste estudo advém do sítio da Secretaria de Estado da Fazenda, FAPESC e análise dos anexos inerentes aos planos plurianuais, aqueles revistos no último ano de cada Planejamento Pluri Anual (PPA). Estes últimos são advindo do sítio da SEF.

Em posse de todos os dados, tabulações foram realizadas com auxílio do *software* Microsoft Excel®. Com ele foram elaboradas tabelas e gráficos apresentados no decorrer do trabalho.

Como síntese dos resultados é apresentado a matriz SWOT ou a TOWS *matrix*, uma matriz composta por ameaças (*threats*) e oportunidades (*opportunities*) do ambiente externo ao setor, e fraquezas (*weaknesses*) e forças (*strenghts*) do ambiente interno ao setor (ANDREWS, 1971; WEIHRICH, 1982).

1.6 ESTRUTURA DO ESTUDO

Este projeto de pesquisa é composto por cinco capítulos: introdução, fundamentação teórica, características do setor, análise e discussões dos resultados e considerações finais. O capítulo a seguir se refere à fundamentação teórica. Nele serão abordados estudos relativos às políticas públicas, incentivos fiscais, guerra fiscal, desenvolvimento regional, *clusters*, competitividade e dependência de recursos. Em seguida se discorre sobre a caracterização setorial, apresentando dados diversos, para então realizar análise e discussões e por fim tecer considerações finais sobre o trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico são abordadas as principais teorias que contextualizam e fundamentam a pesquisa em questão. Conceitos sobre políticas públicas, sua formulação, tipos de políticas e seus atores são debatidos neste tópico. Ainda, relata-se sobre as teorias da regulação e seus interessados, ascendendo para a literatura que discute sobre incentivos fiscais e quais os tipos de incentivos são considerados no território brasileiro. Além de exemplos de incentivos que proporcionaram o desenvolvimento regional, também se versa a respeito da consequência dos benefícios concedidos pelos estados, a chamada guerra fiscal e também sobre o papel das políticas públicas para o desenvolvimento.

Desenvolvimento regional também é debatido, abordando a expansão do capitalismo, o efeito de retroalimentação de uma região e a formação de *clusters*, como determinantes para a identificação do desenvolvimento regional, como visto por Marshall (1920) ao abordar os *clusters* italianos.

Com mais proximidade ao estado catarinense, o desenvolvimento regional catarinense discute questões referentes a sua formação, principais setores e sua importância para o desenvolvimento econômico do estado e, a importância do estado para a economia do país, assim como as principais ações do governo do estado e os meios pelos quais os créditos são concedidos para que organizações se desenvolvam, garantindo o desenvolvimento socioeconômico.

Por fim, a competitividade, como elemento central da pesquisa, discorre sobre estratégias competitivas adotadas pelas organizações. Neste contexto os *clusters* são abordados devido a forma peculiar de concentração das empresas do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios. Neste âmbito disserta-se sobre a teoria da dependência de recursos, referindo-se a atuação das firmas num ambiente institucionalizado e a interdependência firma-ambiente, no qual as firmas buscam influenciar o governo, por meio de estratégias políticas, para adquirir recursos não desenvolvidos ou não absorvidos por elas, para que possam garantir sua permanência no cenário competitivo.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Tomadas de decisão que partem do governo, por si só se caracterizam como políticas públicas, mesmo que sua decisão não resulte em uma ação de fato (BACHRACH; BARATZ, 1962). Por outro

lado, efeitos gerados a partir de um conjunto de ações do governo produzirão, conseqüentemente, efeitos específicos (LYNN, 1980). Assim o governo possui a capacidade de escolha quanto ao que fazer e o que não fazer (DYE, 1984). Todavia a soma das atividades governamentais pode caracterizar uma política pública (PETERS, 1986), revelando um campo inserido nos estudos acerca de política que analisa o governo, abrangendo questões públicas amplamente (MEAD, 1995).

Observa-se que a teoria não possui um consenso sobre o conceito de política pública, porém, resumidamente e para ter uma ideia do que se trata política pública, pode-se defini-la como ações governamentais voltadas para efeitos específicos, de acordo com os autores supracitados. Todavia este arcabouço de definição de política pública detém forte relação com a proposta de Laswell (1936) quando destaca relações da política com ações de um sujeito abordando quem ganha e o quê ganha com tal política, por qual motivo, e o que isso produzirá.

Com estes pressupostos, e ainda em acordo com Teixeira (2002), que defende que políticas públicas são consideradas princípios norteadores das ações do poder público, por meio de regras e procedimentos para o relacionamento entre sujeitos (poder público e sociedade) e que são descritas por intermédio de documentos orientadores de ações que envolvem recursos públicos, adota-se para este estudo o conceito acima explanado. Neste contexto, este conceito corrobora com a definição ampla de política pública como sendo ações do Estado objetivando efeitos específicos (BACHRACH; BARATZ, 1962; DYE, 1984; LASWELL, 1936; LYNN, 1980; MEAD, 1995; PETERS, 1986).

Assim, aqueles com maior poder de influência e decisão sobre as políticas públicas constituem a elite, a qual fortalece o conceito de política pública baseada no conceito de Laswell (1936), caracterizando o modelo elitista de políticas públicas. Neste contexto a criação de políticas públicas abrange um conjunto heterogêneo de interessados, sejam grupos de interesse ou interessados individuais que possuem capacidade de influenciar o sistema por meio do clientelismo (LAZARRINI, 2011; SOUZA, 2006).

A formulação de uma política pública exige multidisciplinaridade, pois aborda ações que resultarão mudanças no mundo empírico da área econômica, da ciência política, da antropologia, do planejamento, da geografia, da gestão, das ciências sociais aplicadas e da sociologia (SOUZA, 2006).

A literatura classifica as políticas públicas em quatro tipos distintos: políticas distributivas, que privilegiam certos grupos em

detrimento de outros; políticas redistributivas, sendo o tipo mais abrangente, pois envolve políticas sociais, tributárias e previdenciárias; políticas constitutivas devido ao apoio ou veto de pontos elencados na políticas; e as políticas regulatórias, as quais as organizações buscam os recursos que necessitam para se manterem competitivas (LOWI, 1972).

A formulação de políticas está alicerçada na resolução de problemas. O tratamento de problemas simples ao formular uma política se baseia no método racional-compreensivo, o qual é utilizado também para resolução de problemas complexos, negligenciando o método das sucessivas comparações limitadas. O primeiro se constrói com base nas experiências passadas, sendo incrementado sempre que necessário. Os fins são identificados para, então, formular os meios de atingí-los, e se baseiam em avaliações, sempre que possível, em dados quantitativos. O segundo método se baseia nas tomadas de decisão constantemente e com base no presente. Os meios e os fins não são separados e suas análises são muitas vezes limitadas, não importando muitos resultados, valores e potenciais propostas. Contudo este método é amplamente imperfeito devido, por exemplo, a negligência de valores, pois não há medição de todos, e opções políticas são ignoradas pois, ao contrário do primeiro método, não há ligação entre as situações do passado e do presente (LINDBLUM, 1959).

O modelo incrementalista aponta para a descon sideração das mudanças substanciais das políticas, considerando-as como parte de um processo político incremental, no qual mudanças impactantes são descon sideradas. As inovações políticas não fazem parte do ciclo de formulação da política. A política não é criada e sim incrementada, pois parte-se do pressuposto que o governo é limitado para alocar recursos públicos devido ao composto que envolve tal decisão, como relações de poder, e não somente à questões técnicas (LINDBLUM, 1979).

O ajuste fiscal realizado em diversos países fez com que a visão incrementalista perdesse força ao explicar a formulação de políticas públicas. Porém, o incrementalismo não foi extinto no interior dos governos, possibilitando manter imutáveis as estruturas governamentais e os recursos para políticas públicas que não fazem mais parte da agenda governamental (SOUZA, 2006).

Os inúmeros problemas e escassez de soluções levaram Cohen, March e Olsen (1972) a desenvolver o modelo *garbage can* (lata de lixo), trabalho em que afirmam que as alternativas de políticas públicas são escolhidas como se todas estivessem em uma lata de lixo, ou seja, não há análise de soluções possíveis, mas sim as soluções disponíveis, bastando escolher uma, caracterizando um sistema de tentativa e erro.

As chamadas arenas sociais contextualizam outra forma de formulação de políticas públicas. Convencer-se de que alguma mudança é necessária é o primeiro passo para que ações sejam empreendidas neste sentido. Convencer os *policy makers*³ por meio de informações salientando a gravidade do problema é a maneira utilizada por quem necessita de intervenções governamentais, e assim obtenham sucesso ao inserir o problema na agenda do governo. A apresentação de uma política pública já formulada, percorre um ciclo que se inicia com a identificação de um problema e sua inserção na agenda política, reconhecimento de suas possíveis correções, avaliação destas correções, seleção da melhor alternativa e pôr fim a implementação e avaliação desta escolha (FAGIOLO, 2011; SOUZA, 2006).

Os grupos de interesse em políticas públicas, responsáveis por convencer os *policy makers*, são objeto de estudo encontrados na literatura devido a sua formação e interesse em comum. Políticas públicas visam atender a correção de problemas enfrentados pela massa, e conseqüentemente seu uso é coletivo (ARROW, 1951). Porém, Olson (1965) insere novo elemento na busca por criação de políticas públicas, e entende que os grupos mais numerosos são menos eficazes para conseguir bens que correspondam às expectativas de todo o grupo. Ao contrário, os grupos com menor quantidade de membros, são mais eficazes para obterem estes bens.

Cientistas políticos direcionaram esforços para além dos modelos de formulação de políticas. As análises do conteúdo das políticas públicas⁴, uma linha de pesquisa da ciência política, tornou conhecido termos que promovem melhor entendimento e busca de informações acerca de políticas públicas. Entre eles se destacam os termos *polity*, referindo-se às instituições políticas; *politics* para caracterizar os procedimentos dos quais surgem diferentes conflitos devido aos distintos interesses; e *policy* para o conteúdo inerente à política, aqueles em que houve consenso na etapa dos processos (FREY, 2000).

Assim, quando Lowi (1972) afirma que a política pública faz a política, surgem distintas formas de pensamento para o leitor. Contudo

³ “De acordo com os mencionados questionamentos da ciência política, a literatura sobre ‘policy analysis’ diferencia três dimensões da política. Para a ilustração dessas dimensões tem-se adotado na ciência política o emprego dos conceitos em inglês de ‘polity’ para - denominar as instituições políticas, ‘politics’ para os processos políticos e, por fim, ‘policy’ para os conteúdos da política [...]” (FREY, 2000, p.216).

⁴ Entendimento do termo ‘Policy Analysis’ explicado por de Frey (2000).

ao abordar o texto original (em inglês) se encontra a frase “[...] *policies determine politics*” (LOWI, 1972, p. 299), e com a compreensão dos termos explanados por Frey (2000), entende-se que o conteúdo da política determina os processos políticos. A configuração dos programas políticos, problemas técnicos e o conteúdo material das decisões políticas, determina o processo político.

Todavia esta máxima proposta por Lowi não provê consenso entre os autores, que afirmam que há validade em campos específicos da política, mas não pode ser generalizada (FREY, 2000; SOUZA, 2006). Exemplificando a não generalização desta máxima, Frey (2000) aborda as políticas ambientais, as quais tanto *policies* e *politics* se influenciam reciprocamente. Indivíduos, interesses e elementos que caracterizavam o grau de conflito inerente nos processos políticos, foram modificados conforme surgiam problemas nesta esfera.

Apesar do consenso com Laswell (1936) acerca do conceito de política pública, ainda não há um conceito único e amplamente aceito. Do mesmo modo ocorre em relação a formulação das políticas, porém, o uso de termos derivados de outra língua, na qual são usados objetivamente, possibilitam melhor compreensão da formulação de políticas e dos diversos atores, inerentes tanto à esfera política como fora dela, identificando problemas, buscando soluções e/ou apoios para seu bem estar. É neste contexto que a literatura apresenta estudos prescritivos e descritivos quanto às políticas públicas as quais se apresentam em diferentes tipos, em um consenso com as tipologias desenvolvidas por Lowi (1972).

2.1.1 Tipologias de políticas públicas

Os estudos sobre políticas públicas demonstra importância ao observar estudos em âmbito acadêmico e empírico. Empiricamente, compreender política pública proporciona maior qualificação das ações. Conhecer a complexidade do tema é importante para o cidadão. Do mesmo modo para a academia, a necessidade é de compreensões teóricas acerca dos resultados das políticas (FREY, 2000; SCHMIDT, 2008).

Política pública como área do conhecimento no mundo acadêmico surge nos EUA, conseqüentemente a ênfase era sobre os resultados produzidos pelas políticas. Diferente da Europa, em que a análise se dava mais fortemente na análise sobre o Estado do que nos resultados das suas ações (SOUZA, 2006).

Estudos referentes às políticas apontam para razões heterogêneas como causas de um conjunto complexo de elementos que interagem a todo momento e que envolvem o processo político que compreende grandes intervalos de tempo. Entre estes elementos estão inúmeros atores inerentes à grupos de interesse, agências governamentais, legisladores, pesquisadores, jornalistas entre outros. Os debates políticos entre os atores envolvem disputas acerca da gravidade de um problema, as suas causas e os impactos prováveis de soluções políticas alternativas além das disputas muitas vezes nada educadas, como em âmbito acadêmico (SABATIER, 2007).

Todavia os estudos sobre políticas públicas são classificados em prescritivos e descritivos. Os primeiros se preocupam em orientar os agentes das políticas, enquanto os segundos desenvolvem conhecimentos sobre o processo de elaboração das políticas. Em ambos os estudos, não se pode analisar as políticas de maneira isolada devido a sua complexidade que envolve instituições e processos políticos anexos à generalidades da sociedade, entre elas a inclusão social e o desenvolvimento (SCHMIDT, 2008; SMITH; LARIMER, 2009).

Estes estudos proporcionaram a categorização das políticas, porém a literatura que apresenta estas tipologias não são, ao todo, consensuais. O objetivo de classificar as políticas ainda é muito disperso, confuso, carregado de críticas ou tratado como sinônimos. Marshall (1967a, b) é pioneiro neste contexto ao discorrer sobre política social, ao final da década de 1940. Em sua abordagem a política social possui forte relação com conceitos de cidadania e direitos sociais, voltando seu foco para os impactos da cidadania sobre a desigualdade social. Essa política contempla a intervenção governamental economicamente para proporcionar a elevação do padrão de vida e o bem estar dos cidadãos por meio, por exemplo de serviços públicos de saúde, habitação e educação. Contudo o autor está ciente de que esta pode não solucionar problemas de desigualdade, mas sim atuar como um equalizador desta desigualdade.

Todavia, o consenso entre diversos autores (COLLIE, 1988; FREY, 2000; MORAES DE SOUZA, 2010; SOUZA, 2006; SCHMIDT, 2008; SMITH; LARIMER, 2009; TEIXEIRA 2002) apontam para as tipologias de políticas mais abrangentes desenvolvidas por Lowi (1972), as quais são explanadas a seguir.

A regulação entendida como a forma de controle da sociedade e da conduta individual, deixa de ser observada como o único modo de atuação do governo para contemplar um conjunto de quatro tipos de política: distributiva, redistributiva, regulatória e constituintes. Políticas

pertencentes ao primeiro grupo privilegiam determinados grupos ou regiões ao invés de outros, porém sem acarretar custos diretos perceptíveis ao grupo não beneficiado. Possuem impacto mais restrito e multiplicidade de participantes, com um grande número de pequenos interesses organizados. A relação entre os atores envolvidos é de grande importância para este tipo de política. São exemplos desta tipologia as políticas de desenvolvimento de regiões. Políticas de desenvolvimento de polos industriais, é exemplo deste tipo de política de desenvolvimento regional.

Políticas redistributivas são as políticas de maior alcance. Envolve o sistema tributário, previdenciário e podem impactar no curto prazo; certos grupos sociais acarretando em perdas, mas, também, podem impactar no longo prazo com ganhos incertos de outros grupos sociais. Este tipo de política apresenta maiores discordâncias e universalidade, as pessoas com renda mais elevada da sociedade atuam como financiadoras de recursos e financiamentos em serviços e equipamentos disponibilizados pelo governo. São exemplos dessa política a bolsa-família.

Políticas regulatórias possuem efeito de longo prazo, envolve grupos de interesse, políticos e alto nível de burocracia. Visa regular o comportamento de atores com o objetivo de deferir interesses generalizados da sociedade. Elas autorizam ou não a tomada de decisão do governo quanto as políticas distributivas ou redistributivas. Interesses comuns formam a base da relação entre os interessados e seu impacto é mais individual. Exemplo dessa política é a Ancine (Agência Nacional do Cinema) agência reguladora atuante no mercado do cinema e do audiovisual brasileiro.

E por fim, políticas constituintes se baseiam nos procedimentos, neste tipo de política, grupos de apoio ou de contradição emergem dentro e fora do sistema para que as regras referentes às políticas distributivas, redistributivas e regulatórias sejam determinadas ou alteradas.

Isto posto, compreende-se que Lowi (1972) quebra o paradigma de que políticas são categorizadas somente como regulatórias ou não regulatórias, mesmo que no cerne das políticas se observe sua tendência reguladora. Porém o uso generalizado de regulação implica em confrontos com políticas estritamente desenvolvidas com a finalidade de regulação. Sua indexação à um conjunto de tipos de política compreende um contexto complexo. Deste modo a tipologia de política proposta por Lowi (1972), de modo geral, são enquadradas em três distintos tipos: a

distributiva, redistributiva e a regulatória, tendo em vista que as políticas constituintes afetam as outras três.

Considerando as políticas distributivas, Collie (1988) corrobora com Lowi (1972) quando argumenta que os benefícios direcionados à uma população ou área pode variar sem afetar outro grupo, porém os custos são assumidos pela população em geral, ou seja, os benefícios são para grupos específicos, porém os custos são generalizados. Desta forma a autora vai além em sua proposição, afirmando que esta tipologia de política, por abranger distintas áreas geográficas de forma heterogênea e os custos compartilhados pela população em geral, abrangem todas as políticas, distributivas e não distributivas. Classificando esta tipologia como confusa. Acrescenta ainda que as pesquisas que cercam este tipo de política não têm dado tanta atenção à influência aos indivíduos sobre a distribuição de benefícios quanto ao processo de formulação e as consequências desta tipologia de política.

Ao formular políticas deste tipo, pressupõe-se que projetos propostos por parlamentares beneficiariam somente uma área geográfica ou distrito. Comumente chamado na literatura estrangeira, o termo “*Pork Barrel*”⁵ resume projetos governamentais que propõem benefícios à áreas específicas. Contudo estudos referentes à este termo refutam a hipótese de benefícios singulares (COLLIE, 1988; FERREJOHN, 1974; MILLER; DEMIR, 2007; SILVA, 2011a; SMITH; LARIMER, 2009; WEINGAST, 1994).

A ausência relativa de divisão nestes projetos se justifica por quase todos os distritos que estão a compartilhar os benefícios e os custos que nascem pelo público em geral, um grupo difuso e não prontamente organizado. Por outro lado as políticas regulatórias e redistributivas provém benefícios para grupos específicos (WEINGAST, 1994).

O estudo de Alesina e Rodrik (1994) investigou como a configuração inicial dos recursos em uma economia molda o esforço político por renda e distribuição de riqueza, e com isso afetar o crescimento em longo prazo. Sua principal conclusão é que a desigualdade é propícia para a alocação de políticas que retardam o

⁵ “O termo *pork barrel* é comumente empregado na Ciência Política para classificar uma política cujos benefícios econômicos ou serviços são concentrados em uma área circunscrita geograficamente, mas os custos são repartidos por todo o território. São políticas que possuem como objetivo agradar uma determinada *constituency*, ou seja, estas políticas visam premiar os eleitores que votaram em um determinado político” (SILVA, 2011a, p.1).

crescimento. Para tanto, aplicaram um modelo político-econômico de crescimento em que os indivíduos se diferenciam no fator de criação de patrimônio que gere recursos a partir do seu próprio patrimônio⁶. Esta diferenciação se baseia no capital, pressuposto pela acumulação, e no trabalho, pressuposto pela não acumulação. Todavia o crescimento é derivado da expansão do capital social, o qual é determinado pela decisão de economia individual. Entre as conclusões se destaca que quanto mais desigual é a distribuição de recursos na sociedade, menor é a taxa de crescimento da economia. Em sociedades desiguais, maior é a solicitação de redistribuição pela maioria dos cidadãos, deste modo, políticas redistributivas reduzem o crescimento introduzindo distorções na economia, as quais são explicadas pelo acesso limitado aos recursos de produção.

Deste modo, políticas públicas visam corresponder as buscas depreendidas por setores vulneráveis da sociedade. Os ocupantes do poder interpretam estas demandas, porém elas sofrem influência de uma agenda criada na sociedade por meio de pressão e mobilização social, como firmas que agem coletivamente para conseguir incentivos legais. Outras políticas são desenvolvidas para promover o desenvolvimento, elaborando alternativas de geração de emprego e renda como uma maneira de compensar os ajustes oriundos de outras políticas de evidências econômicas (TEIXEIRA, 2002).

Neste contexto políticas surgem baseadas na demanda que é apresentada “[...] por atores sociais ou políticos que estejam interessados, direta ou indiretamente, na tomada de alguma decisão pública para responder àquela situação” (MERIGO; ANDRADE, 2010, p.19).

Exemplo desta demanda são empresas se unem e buscam por regulação do mercado, com o objetivo de neutralizar ações externas que afetam negativamente o mercado em que elas competem. Como resposta o governo gera incentivos legais devido ao seu interesse em arrecadações e aspectos sociais e econômicos. Assim, devido à pressão das firmas, o governo age determinando favores às firmas por meios diversos para incentivá-las, objetivando evitar o esgotamento econômico e financeiro do setor.

⁶ Criação de patrimônio que gere recursos a partir do seu próprio patrimônio é a definição de *Endowments*.

2.1.2 As teorias da regulação

Observa-se duas vertentes de regulação, a Social e a Econômica. A primeira trata de setores como saúde, segurança, meio ambiente e educação (BALDWIN; CAVE, 1999; BALDWIN; SCOTT; HOOD, 1998; DEN HERTOOG, 1999; 2010; DUDLEY; BRITO, 2012; MEIER, 1985; SAPPINGTON; STIGLITZ, 1987). A segunda, a Teoria da Regulação Econômica proposta por Stigler (1971) contempla o poder de coerção como recurso básico dos governos, exercido por meio de influência de grupos de interesse em seu benefício; e ainda considera empresas, indivíduos e funcionários públicos, como racionais os quais tentam maximizar o seu bem estar unitário. A regulação é fornecida como resposta às demandas dos grupos de interesse, assim ela é vista como um produto alocado por meio da lei da oferta e demanda⁷, compreendendo atores beneficiados enquanto outros carregarão seus fardos.

Quatro principais políticas são procuradas pelas indústrias: i) subsídio direto de dinheiro; ii) controle de entrada de novos competidores e sua variação, a proteção tarifária; iii) políticas que afetam os produtos substitutos e os complementares de modo a garantir um maior domínio do mercado e; iv) fixação de preço (STIGLER, 1971).

Regulação econômica se caracteriza como intervenção do governo no mercado (POSNER, 1974), por meio de um conjunto de leis e regras relativo à o que as pessoas, empresas e organizações podem e não podem fazer, mantendo os padrões institucionalizados (BALDWIN, CAVE, 1999; BALDWIN, SCOTT, HOOD, 1998; DUDLEY; BRITO, 2012; MACAGNAN, 2013; MEIER, 1985; SAPPINGTON, STIGLITZ, 1987).

Entende-se que as empresas não crescem se não gozar de limites, pois o seu crescimento é limitado pelos custos de perda ou manutenção de controle. Assim, a regulação corrobora com o crescimento da firma, pois detém certo controle que a firma por si só não suportaria devido a absorção de custos elevados. Para tanto há relações contratuais, nas quais são inerentes os custos de transação. Ao assinar um contrato ambos detém benefícios e prejuízos (NORTH, 1993; ROCHA JÚNIOR, 2004; MACAGNAN, 2013; SIMON, 1957; WILLIAMSON, 1979; 2000).

⁷ Afirmação também corroborada por Posner (1974).

Duas principais teorias econômicas de regulação são debatidas por Posner (1974): i) Teoria do Interesse Público, a qual sugere que a regulação deve corrigir as injustiças e ineficiências do mercado as quais são sugeridas pelo público e; ii) Teoria da Captura ou Grupos de Interesse⁸, neste caso “[...] a regulação é fornecida em resposta às demandas dos grupos de interesse que lutam entre si para maximizarem os rendimentos dos pertencentes a estes grupos” (p. 335-336, tradução nossa). Para a Teoria do Interesse Público não há uma forma de traduzir este interesse em ação legislativa. O que ocorre é que um grupo público é beneficiado em detrimento de outros. Por outro lado, a segunda teoria afirma que o Estado, detendo o poder de coerção, pode usá-lo para beneficiar indivíduos particulares ou grupos (STIGLER, 1971; POSNER, 1974).

Envolver-se politicamente demanda investimento e expectativas de retorno. Com um retorno público maior para os contribuintes⁹, a pressão política seria desnecessária, porém para grandes corporações os custos e benefícios são consideráveis para se envolverem politicamente (LAZARRINI, 2011). Enquanto o cidadão é induzido a ser um ator passivo, as grandes corporações se tornam atores ativos (SALAMON; SEIGFRIED, 1977). Deste modo, entende-se que os grupos mais numerosos são inferiores quanto à eficácia para obterem bens que atendam a todos os indivíduos do grupo, ao contrário dos grupos com menor quantidade de membros (OLSON, 1965; POSNER, 1974).

Se por um lado o recurso que os cidadãos e pequenas empresas possuem para obterem benefícios de programas públicos é o voto, do outro lado as grandes corporações detêm vantagens políticas devido ao seu poder econômico, o qual é traduzido em influência política. Assim os benefícios das políticas públicas são proporcionais ao tamanho das firmas. O mesmo se observa quanto ao tamanho da indústria, porém ao confirmar o aumento da indústria global, também se observa o aumento do número de empresas e, neste caso, a eficácia política será menor (OLSON, 1965; POSNER, 1974).

A taxa de lucro é outro ponto que gera influência política. Quanto mais rentável for uma empresa, maior o seu poder de influência. Todavia a sua dispersão geográfica também é fator de influência política, de modo que uma indústria terá maiores chances de atrair atenção política devido ao seu tamanho e concentração geográfica do que as empresas. Contudo há de se ater ao fato de que quanto maior for

⁸ Chamada por Stigler (1971) de Teoria da Regulação Econômica.

⁹ Empresas ou cidadãos.

o tamanho da empresa, maior é o seu poder político, porém as grandes indústrias possuem menor sucesso político, uma vez que as grandes indústrias, de modo geral, possuem mais firmas do que as pequenas indústrias (SALAMON, SEIGFRIED; 1977).

Dois teorias são propostas por Den Hertog baseadas nas proposições de Stigler e Posner, apresentando outras variáveis em sua análise. Uma delas é a Teoria de Regulação de Interesse Público, a qual assume que os reguladores detêm “[...] informação suficiente e poderes de execução para promover o interesse público efetivamente, [...] são benevolentes e objetivam perseguir o interesse público” (DEN HETEROG, 2010, p. 02, tradução nossa).

A segunda contradiz a primeira. As informações sobre os custos, demanda, qualidade e outras dimensões do comportamento da firma são insuficientes para os reguladores. Eles podem promover o interesse público quando controlam as firmas ou as atividades sociais, mas não de maneira perfeita, pois os agentes econômicos¹⁰ podem agir a partir de um interesse próprio que pode ou não incluir componentes de interesse público. Deste modo o autor acredita que “[...] não há razões para concluir que a regulação irá promover o interesse público”, caracterizando estes pressupostos como Teoria de Regulação de Interesse Privado (DEN HETEROG, 2010, p. 02, tradução nossa).

Enquanto a Teoria de Regulação de Interesse Público está baseada nas falhas de mercado e eficiente intervenção governamental de modo a melhorar o bem estar social, a Teoria de Interesse Privado se baseia no comportamento de um grupo privado¹¹, e seu favorecimento pode provocar a queda do bem estar social (DEN HETEROG, 1999; 2010; LAFFONT; TIROLE, 1991; POSNER, 1974; STIGLER, 1971).

Para Dudley e Brito (2012) a Teoria do Interesse Público afirma que o mercado é eficiente em alocar recursos escassos e utilizá-los da melhor maneira. Sugerindo que a intervenção do governo pode ser apropriada nos casos em que não é conhecida a condição competitiva e o mercado falha em alocar os recursos de maneira eficiente.

Quanto a Teoria da Captura¹², os autores afirmam que estudiosos da área política e econômica observam que as leis e regulações não

¹⁰ Parlamentares, eleitores e consumidores.

¹¹ Este grupo pode ser composto por empresas, consumidores ou os próprios reguladores.

¹² Denominada anteriormente como Grupos de Interesse e Teoria da Regulação Econômica.

correspondem às indústrias pertencentes à falha de mercado¹³, mas sim a interesses privados, ou seja, os políticos e reguladores são capturados por interesses especiais.

O que justifica a regulação da economia é o monopólio natural e neste contexto a regulação afeta: i) o poder de compra e consequentemente os preços e o processo de mercado por meio da expansão do crédito; ii) o controle do preço, sendo a intervenção que mais afeta as empresas. Neste sentido o preço é regulando por meio de um teto e uma base; iii) restrição da produção, afetando diretamente o preço da produção além da qualidade, quantidade, escolha dos insumos e nível tecnológico. Além disso, as restrições podem ser regras ou tributação da produção; iv) controle da qualidade de um bem ou serviço; v) e a limitação do número de novos entrantes e proibição à saída dos que já estão competindo (DUDLEY; BRITO, 2012; IKEDA, 1997).

Em uma economia de mercado a regulação pretende corrigir as falhas de mercado e tornar eficiente e crescente a economia. Deste modo as regulações são indispensáveis para o efetivo funcionamento da economia e da sociedade. Nem uma economia pode funcionar sem haver alguma regulação. Neste sentido diversos estudos comprovam a quase unanimidade da aceitação de que a regulação é positiva para a economia e seu crescimento, porém também alertam que uma regulação mal estruturada acaba sufocando as atividades econômicas provocando uma redução do crescimento econômico (PARKER; KIRKPATRICK, 2012).

Todavia, a regulação tributária austera e elevada, proporciona o aumento da economia informal, modificação no composto industrial e aumento de efeitos desfavoráveis do mercado de trabalho. Esta regulação é desfavorável aos investimentos externos, e para estimular a vinda destes investimentos para o seu território, os governos mantém baixa a carga tributária (DAVIS; HENREKSON, 2004). Neste contexto, a elevada carga tributária sobre as empresas incide em aumento de atividades informais e baixo crescimento econômico (DJANKOV et al., 2010).

¹³ Os autores afirmam que o conceito de falha de mercado é advinda da ideologia do mercado competitivo perfeito que é caracterizada por: i) decisões privadas, de modo que as escolhas individuais não afetem o bem estar dos outros; ii) bens privados; iii) os participantes do mercado, Compradores e vendedores são obrigados a aceitar o preço determinado pelo mercado e; iv) informação perfeita sobre preço e qualidade.

Ferretti e Funchal (2011), oferecem evidências empíricas quanto ao efeito da regulação trabalhista e tributária sobre investimentos brasileiros, ao investigar os efeitos destas duas variáveis no investimento interno e externo no país. Seus resultados demonstram que a regulação trabalhista rígida dificulta investimentos no Brasil, bem como pode ser ineficiente para garantir emprego, ao passo que menor rigidez colabora para o desenvolvimento econômico. Seus resultados também apontaram para a relação entre a carga tributária incidente sobre as empresas e níveis de investimento, a qual, em estado elevado, reduz retornos pós-tributação e dificulta os investimentos.

Assim, caracterizada a regulação econômica como intervenção governamental no mercado (POSNER, 1974), os incentivos fiscais possuem características regulatórias ao compreender o seu uso como meio de influenciar a economia, possibilitando desenvolvimento regional.

2.1.3 Incentivos fiscais

As políticas descritas como fiscais possuem caráter influenciador no desenvolvimento industrial, incentivando o desenvolvimento regional e nacional. Incentivos fiscais são de natureza tributária e são considerados como incentivos às anistias, remissões, subsídios, créditos presumidos, concessões de isenção em caráter não geral, alterações de alíquotas ou modificações de base de cálculo que impliquem reduções discriminadas de tributos ou contribuições, e outros benefícios correspondentes a tratamentos diferenciados (ALMEIDA, 2000; BRASIL, 2000).

Afim de evitar uso equivocado de terminologias há de se reconhecer que os termos “benefícios fiscais” e “benefícios tributários”, apesar de serem usados como sinônimos, não são. O primeiro envolve receitas e despesas constituindo além dos benefícios tributários, os gastos em diferentes formas. Assim, entende-se que “incentivos fiscais” são um subconjunto dos “benefícios tributários”. Deste modo um benefício tributário classificado como incentivo fiscal se caracteriza como um prêmio para aqueles que alcançam os objetivos propostos pelo Estado (ALMEIDA, 2000).

Benefícios tributários são aqueles que “dizem respeito aos dispositivos legais que permitem a isenção ou redução dos impostos que constituem a receita que é obtida através da arrecadação tributária, com objetivos específicos de beneficiar grupos relativamente restritos” (SAYD, 2003, p.12).

Devido ao propósito de beneficiar a sociedade, o Estado, por meio de incentivos fiscais, intervém na economia incentivando condutas para esta finalidade. Neste contexto, os incentivos fiscais possuem um caráter de exceção, pois a tributação é aplicada para todos de modo geral (PETRY, 2009).

Com a revolução de 1930, as desigualdades regionais brasileiras se intensificaram e para minimizar esta disparidade, incentivos fiscais foram concedidos pelo Estado. O desenvolvimento regional, em foco o desenvolvimento do Nordeste, por meio da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), é um exemplo em que ocorreram incentivos fiscais. Estes eram dados para os empreendimentos inseridos na região e também para empreendimentos de outras regiões que se instalassem no Nordeste. Em decorrência a região amazônica também foi afetada. Outra região beneficiada com incentivos deste tipo foi a Zona Franca de Manaus, no que se refere aos impostos de importação. Ainda visando o desenvolvimento regional, a redução do imposto de renda aos que comprovassem investimentos em florestamento e/ou reflorestamento foi concedido para o desenvolvimento das áreas rurais. Assim como estes, o turismo e aqueles que contivessem os preços também foram beneficiados.

Dados os exemplos supracitados citados por Lacombe (1969), o autor distingue intervencionismo de dirigismo econômico, ao abordar a abrangência dos incentivos. As tributações são uma forma de intervencionismo, devido ao seu alcance global na economia, porém os incentivos fiscais são dirigidos para uma determinada região, setor ou indústria.

Os incentivos fiscais decorrentes do governo brasileiro com vistas às exportações, tais como benefícios do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM), Imposto de Renda, Imposto Sobre Operações Financeiras entre outros, foram analisadas por Tyler (1973). Constatou-se que tais incentivos promovem benefícios aos produtores, aumentando a remuneração dos exportadores e também serviram como fator de decisão para ingressar no mercado exterior.

Desta forma, percebe-se concordância entre os pressupostos por Lacombe (1969), Tyler (1973), Almeida (2000), Sayd (2003) e Petry (2009) e ainda mais quanto ao dirigismo anunciado por Lacombe.

Foi a partir da revolução de 1930 que surgiu, no Brasil, a política de substituição de importação, colaborando com maiores benefícios à industrialização e desenvolvimento do mercado interno. Contudo nos anos 70 o país vive o “milagre brasileiro”, apresentando altos

crescimentos econômicos, porém ao contrário dos anos 70, a década seguinte é chamada de “década perdida” devido às baixas taxas de crescimento. A década de 90 foi marcada por transformações na economia, nas políticas, na sociedade e nos papéis exercidos pelo Estado (LOW-BEER; 2002).

O incentivo a industrialização com base em substituições de importações, tornou-se o alicerce para desenvolver estratégias de desenvolvimento nacional, propondo ações principalmente relacionadas às intervenções estaduais para o fornecimento de infraestrutura, protecionismo de ramos industriais de interesse do Estado, e supervalorização das taxas cambiais proporcionando benefícios às importações de insumos (LOW-BEER; 2002).

Contudo o protecionismo é uma estratégia conhecida. Com a política de livre comércio adotada pela Grã-Bretanha muitos países passaram a adotar tal política, obrigando muitos países europeus a abandonar as proteções tarifárias, o que foi feito na maior parte do mundo, com exceção dos EUA, porém ao final da primeira guerra os países tornaram a impor barreiras comerciais. Neste sentido a história mostra que os EUA e Grã-Bretanha, foram os que mais se valeram do protecionismo para alcançar seus objetivos (CHANG, 2004).

Todavia o protecionismo demasiado se torna por si só uma barreira para a indústria local, como observado no Brasil, o qual proporcionou uma industrialização tardia. Neste sentido é do interesse do Estado o desenvolvimento industrial de modo a expandir sua produção e acelerar o seu desenvolvimento econômico, como visto em Almeida (1968) quando aborda os incentivos fiscais para o desenvolvimento industrial na América Central. Uma série de objetivos a serem atingidos pelas leis criadas nos países da América Central, visando o desenvolvimento industrial local por intermédio da substituição das importações, são abordados por Almeida. Entre tais objetivos o autor destaca i) o desenvolvimento industrial nacional; ii) novas fontes de emprego e melhor remuneração; iii) estimular a instalação de empresas que atendam o mercado interno e promovam o aumento das exportações; iv) modernizar e ampliar as fábricas atuais; v) garantir suporte técnico e financeiro para o desenvolvimento industrial no país e; vi) promover a instalação de empresas mais eficientes em termos de uso de matéria-prima. Para atingir estes objetivos, os países concedem a isenção de impostos, facilidades para a importação de matéria-prima, maquinário e equipamentos necessários para o seu desenvolvimento e proteção tarifária.

Corroborando com o proposto por Almeida (1968), depreende-se que os governos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, exercem o papel de incentivadores do desenvolvimento da ciência e de novas tecnologias, provendo incentivos fiscais para induzir investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento¹⁴. O mercado como um ineficiente alocador de recursos para promover o desenvolvimento tecnológico, despertou atenção dos governos europeu e americano para que intervissem neste âmbito ao se depararem com o crescimento econômico existente no século XIX, reestruturando o sistema educacional de acordo com as necessidades da indústria. Como o Brasil teve uma industrialização tardia, os investimentos em ciência e tecnologia surgiram somente nos anos sessenta (MARCOVITCH et al, 1991).

Considerando o protecionismo, há de se compreender que em demasia ou em escassez, há produção de efeitos na concorrência. Assim, um competidor que recebe alguma proteção governamental detém vantagens sobre os novos competidores. Em um contexto brasileiro, porém não excluído o ambiente global, quando se pensa em proteção, logo surge no contexto a proteção contra concorrentes do mercado exterior. Assim a proteção mais corrente são as tarifas sobre importações, mas outras formas são adotadas como a determinação de cotas de importação ou permissão do Banco Central para a compra de moeda estrangeira para então garantirem a importação. Na questão das importações de bens de capital, o governo pode exigir a compra de produtos fabricados em seu território, desde que haja produtos similares nele. Ainda há uma forma de proteção um tanto invisível por serem de origem burocrática, as chamadas barreiras não tarifárias¹⁵. Contudo a proibição das importações é considerada “a forma mais segura de controle das importações [...] de certas categorias de bens – quase sempre produtos de luxo” (WILLIAMSON, 1988, p.71).

Um mercado muito protegido, o qual exclui as importações, exclui também o estímulo para a manutenção aos preços baixos ou na busca pela eficiência na produção. Esta proteção deve ser de interesse dos produtores. Estes devem exercer sua influência política, ou até mesmo a apelação de amizades pessoais ou o suborno, de modo a estabelecer tal política ou ainda reforçá-la ou mantê-la em vigor (WILLIAMSON; 1988).

¹⁴ Novamente se percebe uma forma de premiação e exceção para aqueles que alcançam os objetivos propostos pelo Estado.

¹⁵ Chamadas de “fita vermelha” por Parker e Kirkpatrick (2012).

Ao substituir as importações, o Estado visa o desenvolvimento nacional, e para atrair os produtores os benefícios fiscais surgem como uma estratégia para que a produção nacional aumente ao ponto de garantir competitividade e desenvolvimento socioeconômico-ambiental.

Nestas circunstâncias, o jogo entre proteção das indústrias e desenvolvimento nacional, surge o desenvolvimento dos estados, os quais promovem incentivos fiscais, intensificando as disputas interestaduais, convertendo-se na guerra fiscal, devido aos incentivos fiscais baseados principalmente no ICMS.

2.1.4 Guerra fiscal

A guerra fiscal se dá como consequência da industrialização nacional, que por sua vez proporcionou uma maior rentabilidade frente ao setor agrícola e as exportações do país, também em razão da substituição das importações. Esta última favoreceu o setor urbano devido a maior rentabilidade decorrente dos investimentos industriais. Com a substituição, para garantir os preços dos produtos industriais em um nível elevado, os investimentos no setor urbano se tornaram mais lucrativos, em comparação ao setor agrícola. Todavia a substituição das importações possibilitou utilizar melhor a capacidade instalada no país, proporcionando maiores lucros, após a crise de 1931 (a grande depressão), como foi o caso da indústria têxtil brasileira¹⁶ (PELÁEZ, 1968).

Com a intenção de beneficiar a indústria têxtil, o governo de 1931, por meio de decreto, vetou a importação de máquinas para as indústrias detectadas com superprodução, o que tornou a acontecer em 1933, totalizando seis anos de veto à estas importações (PELÁEZ, 1968).

Não se exclui aqui a necessidade futura de liberar as importações com a finalidade de modernizar a economia do país e, é neste sentido que a abertura comercial de 1990 passou a ser uma mudança necessária. Contudo esta abertura deveria ocorrer gradualmente. Deveria ser anunciada com antecedência para que as indústrias pudessem se

¹⁶ Fato ocorrido neste momento é a queda da participação desta indústria, entre outras, no PIB brasileiro. Sua produção era consumida principalmente pela força empregada na produção cafeeira e com a piora da crise, a indústria têxtil se obrigou a diminuir ou suspender sua produção, pois o impacto sofrido pelo setor cafeeiro refletiu na indústria têxtil (PELÁEZ, 1968).

preparar para a concorrência vindoura e recuperar e sustentar a competitividade relativa às exportações (BURLE, 1993).

Ademais, a abertura às importações deve vir acompanhada da retomada do crescimento e do fortalecimento do mercado interno [...] e não conforme se verificou nos três anos iniciais do governo empossado em março de 1990, ou seja, atrelada a uma política econômica recessiva (BURLE, 1993, p.100).

De fato a industrialização e a modernização da economia ocasionam a compreensão de momentos históricos até a atualidade. Como é de interesse federal o desenvolvimento econômico, o qual é dado pelo trabalho em conjunto dos governos estaduais e municipais, confere-se grande importância para as estruturas espaciais e geográficas (SANTOS, 2004) do país e de cada estado e município, para proporcionar um maior desenvolvimento interno ao estado e consequentemente ao país. Com grandes áreas ainda não tão desenvolvidas, se observa a capacidade de redução das desigualdades espaciais do país por meio das áreas disponíveis à agricultura, as fontes energéticas e minerais, recursos hídricos, capacidade empresarial e a tecnologia encontrada nestas áreas (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO; 2012).

É nesta circunstância que se constata o uso de isenções e subsídios, principalmente tributários¹⁷, por parte dos estados. Há décadas que estados e grandes municípios se utilizam de programas voltados para o seu desenvolvimento regional por meio de incentivos tributários. É nesta temática que a guerra fiscal se conceitua, quando compreendida como uma guerra de políticas voltadas ao desenvolvimento regional. Guerra que surge de uma falha de mercado (POSNER, 1974; DEN HERTOOG, 1999; 2010; DUDLEY, BRITO; 2012), pois a reforma tributária de 1967 deu poderes aos estados para promoverem o seu desenvolvimento. Devido a isto e à fraca capacidade reguladora do governo federal, gera-se a guerra fiscal (PRADO, 1999a, b).

Quando Prado (1999a, b) estuda sobre este tema, nota-se que o enfoque da guerra fiscal se dá sobre a exequibilidade legal de tributar sobre um valor adicionado de uma relação comercial (IVA – Imposto

¹⁷ Benefícios fiscais.

sobre Valor Adicionado), ou seja, as transações feitas em que o fornecedor adicione algum valor serão tributadas e; a delicada capacidade reguladora do governo federal perante estas ações. Outro ponto abordado nestes estudos é o aspecto da guerra fiscal como especial, ou *sui generis*¹⁸, de política regional voltada para o desenvolvimento industrial, o que origina consequências positivas para o estado, porém negativas para o país.

[...] a guerra fiscal leva, em geral, a um efeito líquido agregado negativo, embora, para cada estado individual, possa ter resultados líquidos positivos. Em outras palavras, a guerra fiscal é um processo de alteração na alocação de capacidade produtiva, emprego e receita fiscal entre unidades federadas, onde o conjunto do país perde, mas nada impede que alguns, individualmente, ganhem (PRADO, 1999a, p.20).

Com a reforma tributária de 1967, o governo central concedeu maiores poderes aos estados para estabelecerem suas próprias leis pertinentes ao ICMS, na questão das alíquotas sobre as operações internas, com a Constituição de 1988, além de anular este poder antes pertencente ao governo central, dilatando receitas e autonomia estaduais municipais, bem como as responsabilidades e os gastos (PRADO, 1999a, b; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2012).

Assim, por meio do ICMS, os estados conseguem atrair empreendimentos para o seu espaço geográfico, pois como o estado aloca as empresas e detém a arrecadação do ICMS aplicado sobre a produção destas empresas, este estado pode conceder incentivos fiscais com base neste imposto (PRADO, 1999a, b).

Sendo assim, devido ao estímulo macroeconômico gerado, torna-se interessante para um estado qualquer atrair empreendimentos de outras regiões, abrindo mão de sua arrecadação, através da devolução do imposto, mesmo que o mercado (**correção nossa**) consumidor da empresa esteja situado em outras localidades (PRADO, 1999a, p.04).

¹⁸ A guerra fiscal não apresenta semelhanças com outras formas de benefícios regionais, compreende a singularidade e originalidade do fato.

Contudo em 1969, o regime militar, por meio de Emenda Constitucional, determina que para o estado conceder incentivos do ICMS deve-se estar sob a vigência de convênios entre os estados, assim com a criação da Lei Complementar nº24 de 1975 cria-se o Conselho de Política Fazendária (CONFAZ), o qual atua como um mecanismo que aprova ou não um incentivo do então denominado ICM (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias), estabelecendo-se como uma barreira que impede a livre utilização do poder dos estados para utilização dos incentivos deste tributo, porém, na realidade se observa a não obediência à regulamentação exigida na nesta Lei Complementar, descaracterizando o CONFAZ como órgão regulador das práticas de incentivos de ICMS (PRADO, 1999a, b; ARAÚJO, 2009; GOULARTI, 2014).

Os incentivos fiscais relacionados à guerra fiscal podem ser vistos como custos para o governo devido à decisão que este toma de alocar a empresa em uma determinada região geográfica, diferenciada da qual a empresa estava disposta a se instalar. Sem incentivos do governo a empresa escolhe onde se instalar, baseada em critérios estratégicos, logísticos e operacionais, invertendo a ideia de desenvolvimento regional advinda do governo. Para isso há um custo fiscal, o qual é absorvido pelo governo, oriundo do esforço empregado para influenciar a empresa a se instalar onde este pensa ser o melhor, para que assim ocorra o desenvolvimento regional (PRADO, 1999a, b; ARAÚJO, 2009).

Entende-se que as empresas, baseadas em cenários distintos, estão munidas de outros planos por prevenção, porém para se instalarem onde o governo determina, a empresa necessita calcular o seu custo/benefício proveniente desta mudança, gerando incentivos à guerra fiscal.

A briga entre os estados para atraírem investimentos privados para o seu território se assemelham com as brigas empresariais quando competem por preços ou outras maneiras que possam atrair o consumidor para o seu produto. Os estados preocupados com esta atração de investimento privado, veem-se em situações em que a retaliação dos outros estados (ou competidores em analogia às empresas) provoca maiores estímulos ao desenvolvimento de estratégias que consigam mantê-lo na competitividade por este investimento privado (CALCIOLARI, 2006; BEVILACQUA, 2009).

“Na busca de investimentos os Estados instalaram um leilão de vantagens [...] por meio do qual cada ente da federação engendra uma sistemática de forma a tornar-se mais atrativo para o investidor privado” (BEVILACQUA, 2009, p.107). Neste sentido, o autor vai ao encontro

de Prado (1999a, b) no sentido de que nesta guerra há poucos vencedores – os estados – e muitos perdedores – o país. Todavia a guerra fiscal é uma maneira de atrair investimentos privados para os estados, um “jogo de benesses fiscais financeiras” (ARAÚJO, 2009, p.92).

Compreendendo que os estados ganham com a guerra, porém o país perde, devido ao aumento da diferença de concentração do capital, do emprego, da renda, desenvolvimento local e regional etc., isso parece repercutir como uma não observância ao que List (1986) exprime sobre algo que pode ser bom para um indivíduo, pode não ser bom para uma nação.

Isto posto, observa-se que no cenário nacional cinco períodos marcaram as políticas de incentivos fiscais, como demonstradas por Prado (1999a, b). O primeiro data-se de 1966 com a Reforma Tributária seguido do Ato Complementar nº 34 de 1967, o segundo se refere a criação do CONFAZ em 1975, o terceiro se destaca em 1988 com a Constituição Federal seguindo para o Plano Real em 1994 e finalizando com a Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000.

Já no âmbito estadual se observa a criação do FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina) em 1963, o PROCAPE (Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas) em 1975, o PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) em 1988 e o quarto e último período voltado à criação do Pró-Emprego em 2007 (GOULARTI, 2014).

Discussões entre ministro da fazenda e estados da união sobre o ICMS, buscam pôr fim à guerra fiscal, por meio da redução e unificação da alíquota interestadual, proposta pelos estados em 4%. Porém estados como Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina e São Paulo, perderiam receitas, enquanto outros ganhariam. Para que isso não ocorra é proposto pelo Estado a criação de um fundo temporário, com duração de dezesseis anos, para compensar este desequilíbrio (BRASIL, 2011; 2012a). Também consta no planejamento a criação de um fundo de desenvolvimento regional, destinado aos estados emergentes (BRASIL, 2012a). Entre os estados caracterizam-se como avançados aqueles das regiões Sul e Sudeste, exceto o Espírito Santo, e como emergentes os restantes, incluindo o Espírito Santo (BRASIL, 2012b).

Afim de entrar em acordo, o então ministro da fazenda, Joaquim Levy, oferece incentivos financeiros compensatórios aos estados que perdem com a unificação da alíquota do ICMS a partir de 2016 e que aumentará nos próximos oito anos (CONTEÚDO ESTADÃO, 2015a).

Contudo a reunião do CONFAZ realizada em abril de 2015 não termina em consenso quanto a redução e unificação da alíquota do ICMS. Ceará, Paraná, Rio Grande do Norte e Pernambuco votaram contra a redução e unificação. Porém, outros que haviam votado contra em outro momento, desta vez votaram a favor, são os estados de Goiás, Santa Catarina e Espírito Santo, e o estado do Amazonas não havia decidido até o momento (CONTEÚDO ESTADÃO, 2015b).

Neste contexto, importa compreender o papel das políticas públicas para o desenvolvimento. A governança pública como instrumento de aproximação entre governo e atores inseridos na sociedade, mostra-se eficiente para a formulação de políticas que atendam objetivos dos envolvidos.

2.1.5 Papel das políticas públicas para o desenvolvimento

Até início dos anos 1980, a esfera federal centralizava as políticas públicas, restando aos estados e municípios a execução destas políticas. Do mesmo modo, os recursos eram controlados pelo governo federal, porém os municípios e estados evidenciavam as necessidades e procuras dos cidadãos, proporcionando o estabelecimento de vínculos entre os três níveis governamentais com base em troca de favores com caráter clientelista, em que tais níveis de governo agenciavam os recursos federais para garantir a implementação de determinada política pública ao seu cliente. Contudo, sob debates referentes a formulação de uma agenda de reforma das políticas sociais, devido a capacidade limitada de atuação do Estado às procuras da sociedade, foram inclusas nesta agenda questões referentes à competência, eficácia e a efetividade da ação do Estado, além da qualidade dos serviços públicos. Neste contexto, os ideais neoliberalistas conservavam a perspectiva de que o Estado não atendia à estas questões. Assim estas perspectivas neoliberais passaram a integrar a agenda dos anos 1980 com o objetivo de corrigir estas negatividades, por meio de articulações com a sociedade civil e com o setor privado, promovendo alteração do modelo de provisão do Estado por outro em que este atua coordenando e fiscalizando serviços prestados pela sociedade civil ou pelo mercado. Ao final desta década e início da década de 1990, houve ênfase na descentralização do poder e participação do Estado, composição de prioridades de atuação e o envolvimento de organizações não governamentais, da comunidade e setor privado provendo serviços públicos (FARAH, 2001).

De maneira semelhante está a economia social venezuelana, a qual surgiu das expressões de solidariedade e cooperação das comunidades locais, as quais agiam diretamente sobre as necessidades da sociedade. A partir dos anos de 1990, mudanças ocorreram. A renda advinda de atividades relacionadas ao petróleo venezuelano, impactou sua economia ao ponto de se desenvolverem as organizações da economia social, as quais, por exemplo, cooperativas, organizações não governamentais, bancos, microempresas, entre outros, promoviam o cooperativismo desta economia. A renda advinda do petróleo proporciona condições de funcionamento do sistema econômico da Venezuela, e assim o desempenho dos setores público, privado e do terceiro setor. Os atores envolvidos neste cenário, proporcionaram a formulação de novos modos operacionais, os quais permitem reduzir incertezas inerentes às tomadas de decisões referentes ao idealizado. Processo inerente à formulação de política pública. Contudo, para melhor desempenho das políticas e geração de benefícios sociais, é necessário se sobrepor à dicotomia entre modo de produção capitalista, o qual ao setor privado compreende as atividades comerciais, e modo de produção socialista, o qual ao setor público compreende as atividades sociais, para compreender as economias plurais, na qual não há esta divisão. Todavia a economia venezuelana não pode ser considerada uma economia plural devido a renda petroleira, que coloca o governo numa posição predominante (FAGIOLO, 2011).

O México também serve de exemplo ao que se vincula às políticas públicas e desenvolvimento econômico, quando o Estado mexicano reduziu de 3% para 2% os impostos referentes à extração de metais preciosos de suas jazidas, além de proibir cargas fiscais de qualquer natureza, incluindo àquelas estabelecidas por governos estaduais. Deste modo, investidores locais arriscaram seus investimentos em projetos que impulsionaram a extração de metais, proporcionando o desenvolvimento empresarial, esclarecendo problemas econômicos e técnicos de empresas menores. Os laços políticos-empresariais permitiram, também, a redução de incertezas e possibilitaram a formação de *clusters* (SALAS; ALTAMIRANO, 2011).

No Estado brasileiro, a Constituição Federal de 1988, apresenta os princípios gerais da atividade econômica. Exposto na Constituição se observa o parágrafo quarto do artigo 173, o qual demonstra que o Estado reprime o abuso do poder econômico que objetiva o monopólio, pois como explanam os artigos 176 e 177, o monopólio é permitido ao Estado ou a quem este o conceder. Quanto as formas intervencionistas sobre a economia, o artigo 174 apresenta o Estado como agente

normativo e regulador desta seara, atuando como fiscalizador, incentivador e planejador, como exemplificado no parágrafo primeiro, o qual apresenta as atuações do Estado para promover desenvolvimento equilibrado no território nacional, obedecendo os planos nacionais e regionais de desenvolvimento. Com este intuito, o artigo 179 estabelece que todos os níveis de governo propiciarão tratamento jurídico diferenciado às micro empresas e às empresas de pequeno porte com o objetivo de incentivá-las por meio da simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas, mediante lei (BRASIL, 1988).

Com a finalidade de atender estes princípios gerais da atividade econômica, o Estado incentiva empreendimentos do seu interesse, pois é de comum proveito o desenvolvimento socioeconômico. Este incentivo é custeado com recursos públicos, por meio de políticas tributárias ou creditícias para aqueles empreendimentos que visem desenvolvimento regional, bastando a inclusão de elementos incentivadores ao desenvolvimento em sua estrutura (VERONESE; BASSOLI, 2011).

Neste contexto a governança, caracterizada como capacidade de gerir funções corporativas ou governamentais com a finalidade de tornar realidade as decisões tomadas (PEREIRA, 1997; CRUZ JÚNIOR, 2010), apresenta novas formas de interação entre o setor público e o privado no tratamento de problemas gerais (CÁRDENAS, 2010).

Seu enfoque permite delinear um cenário de incompetência governamental para dirigir a sociedade e seus setores social, econômico e civil (CÁRDENAS, 2010; FARAH, 2001). É uma forma de governo segmentada, que possibilita maiores margens de atuação para atores que detém maiores poderes, e pode ocasionar riscos para outros, devido, por um lado, aos integrantes pertencentes a uma rede que identificam interesses comuns com valores compartilhados e dependência mútua de recursos. Por outro lado a governança se diferencia pelas distintas formas de interação com o setor empresarial e com a sociedade e ignorando os desequilíbrios de poder (CÁRDENAS, 2010).

Neste sentido, faz-se necessário distinguir a diferença entre as Relações Intergovernamentais e a Governança Multinível. A primeira está associada às relações entre níveis de governo que determinam políticas e estratégias gerais de desenvolvimento, compreendendo as relações entre os diferentes níveis de governo em um mesmo Estado, como aquelas relações entre os iguais níveis de governo. Podem ser analisadas sob o enfoque da autonomia, caracterizado pela clara separação entre os diferentes níveis do governo e pela sua independência, porém respondendo ao governo federal; o enfoque da

hierarquia se caracteriza pela dependência ascendente de cada nível e; o enfoque da autoridade superposta, assinalada por operações governamentais que podem incluir ou não a participação dos outros níveis e, também, pela possibilidade de tomada de decisão sem o envolvimento dos outros níveis, desde que respeite os limites de cada um deles (CORTÉS, 2013).

A Governança Multinível se trata de uma maneira de governar que considera o relacionamento entre atores públicos e privados, como chave para formulação e implementação de políticas públicas. Esta forma de governar compreende um maior número de envolvidos do que nas relações intergovernamentais, mas isso não classifica ambas as formas de governar, mas sim coloca a governança multinível como uma consequência das anteriores. Enquanto nas relações intergovernamentais predomina o setor público, a governança multinível integra processos de níveis distintos (CORTÉS, 2013).

Com a governança multinível é possível compreender a relação firma-governo quando se busca incentivos para a manutenção da competitividade. Como resposta o governo, mas também atendendo aos interesses socioeconômicos dele próprio e da região, formula políticas distributivas para minimizar ou mitigar o problema enfrentado pelas empresas e proporcionando melhorias regionais. Assim, ao invés de benefícios individualistas, como propostos pelo conceito de *Pork Barrel*, as políticas empreendidas, beneficiam distintas regiões. Com este benefício concedido de forma generalizada, os *clusters* surgem ou admitem maiores facilidades de operação (COLLIE, 1988; FERREJOHN, 1974; MILLER; DEMIR, 2007; SILVA, 2011a; SMITH; LARIMER, 2009; WEINGAST, 1994).

Todavia as distintas formas de governança, seja somente por relações intergovernamentais ou via governança multinível afetam o desenvolvimento de uma região, pois como explanado, a diferença da compreensão do que é necessário e o que se pensa ser necessário impacta o desenvolvimento regional. Deste modo a governança multinível se destaca como forma mais abrangente de atendimento aos interesses ao promover desenvolvimento regional.

2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ao abordar a questão de desenvolvimento surgem diversas contribuições que se fazem melhor entendidas por meio de pesquisas que se utilizem dos métodos longitudinal e histórico. Neste sentido a compreensão do desenvolvimento das regiões e do capitalismo são

tangíveis e podem ser vistas como uma retroalimentação do desenvolvimento regional, o qual é derivado do capitalismo que, por sua vez, é fortalecido pelo desenvolvimento e crescimento regional. Deste modo compreende-se desenvolvimento regional como progresso, aumento ou expansão de uma região em termos de aumento de empresas, emprego, renda, benefícios sociais, etc. Num termo abrangente, o desenvolvimento regional aborda questões que sejam benéficas ao bem estar social.

Nos relatórios de Hamilton (1995) o autor assinala sobre o protecionismo americano no momento em que o livre comércio já era conhecido pelo país, porém para garantir o desenvolvimento e crescimento de sua economia foi necessário regular as pequenas indústrias que até então a sua maioria era derivada da agricultura.

Contudo, até alcançar o nível de pequena indústria deve-se compreender que no momento em que surge a figura do fornecedor de produtos e/ou serviços no início do capitalismo, entende-se que ocorre uma substituição da produção feita para a sobrevivência deste fornecedor pela produção feita para venda, o que gera como consequência a obrigação deste fornecedor comprar de outros fornecedores o que antes era produzido. Adotando o ponto de vista capitalista para compreender a produção de bens, percebe-se que os produtos de bens de produção, são os que detêm maior importância para o capitalismo, pois são estes que garantirão a produção de bens de consumo durável, e em alguma parcela os produtos não duráveis, enquanto na outra extremidade se encontram os assalariados, os quais não fazem investimentos em bens de consumo durável e em bens de produção, conseqüentemente não geram lucros, que por sua vez não altera a economia (LÊNIN, 1985).

Isto posto é relevante ressaltar que para o capitalismo os lucros seriam maiores e as rendas menores, contudo isso não gera melhorias na qualidade de vida dos cidadãos, neste sentido as políticas públicas regulam o ambiente e proporcionam esta melhoria da qualidade de vida.

Retornando à Lênin (1985) é possível compreender a importância dos transportes para a aceleração da produção e, neste sentido, uma análise dialética possibilita a criação de maiores esclarecimentos sobre os transportes serem o acelerador da produção ou, se o aumento da produção demanda de transporte, pois de acordo com Luxemburg (1985) os meios de transportes facilitam a compra e venda de mercadorias.

Apesar do explanado aqui sobre desenvolvimento, volta-se um pouco mais no tempo nos estudos de Perroux (1967) para compreender

melhor a economia do século XX, a qual é defendida pelo autor como inserida num ciclo vicioso, no qual subdesenvolvimento gera subdesenvolvimento, e sustenta que devem ocorrer mudanças mentais e sociais para acabar com este ciclo. Considerando que o crescimento desigual é uma característica dos países em desenvolvimento, percebe-se que indústrias capitalistas estão inseridas em uma economia arcaica, a qual necessita de revitalização que decorre de novas articulações entre polos industriais e que, para tanto, os meios de transporte assumem papel fundamental criando aos poucos uma infraestrutur de uma economia capitalista.

Porém a economia mundial voltada para a produção diferenciada de bens provoca uma competição mais acirrada e exige dos competidores maiores níveis de informações e conhecimentos para serem aplicadas em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) visando acelerar o desenvolvimento de regiões desatualizadas, além de aumentar e integrar os mercados além fronteira e demanda maior interação do ambiente elevando a importância das regiões e localidades. Neste sentido o fortalecimento das atribuições das localidades provoca a dilatação das desigualdades entre os países e nas suas internalidades, corroborando com Santos (2004) quando se entende que os recursos e ativos para o desenvolvimento estão concentrados em uma única região, os quais se fortalecem por meio do efeito de retroalimentação. Contudo os segmentos que demandam maiores recursos naturais e humanos criam novas concentrações produtivas devido à desverticalização e deslocamento no espaço. Ainda assim as atividades que agregam maior valor às produções permanecem em locais mais desenvolvidos e, novamente ocorre uma retroalimentação, pois se observa que os investimentos se voltam para os locais em que há maior concentração produtiva e estas cadeias produtivas procuram pelos locais onde os investimentos sejam mais atrativos. Como foi o caso das montadoras de carros quando se instalaram no Brasil (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO; 2012).

Isto posto, observa-se que Perroux (1967), ao abordar a economia do século XX, conceituava Polos de Crescimento, nomeados por Furtado (1989) de Polos de Industrialização, como uma concentração de indústrias, a qual detinha uma indústria motora que devido a sua capacidade produtiva conduzia outras indústrias, gerando uma ação que move o capitalismo devido à realização de lucros de cada empresa instalada neste polo. Assim o lucro individual de uma empresa sofre consequências das ações oriundas de outras empresas. Neste sentido a aglomeração de atividades, gera também aglomeração de ganhos e

custos, contudo, para o escoamento da produção e para evitar o atrofiamento do polo, necessita-se de transportes, os quais aumentam a oferta e a demanda aumentando o leque de possibilidades dos produtores locais, acarretando em crescimento e também desequilíbrio econômico. Todavia o Estado cresce e se desenvolve devido à produção das indústrias e neste contexto a guerra fiscal corrobora com aumento do poder do estado, tendo em vista às combinações entre poderes públicos e privados na gestão de grandes empresa, indústrias e polos.

Verifica-se que as palavras de Goularti (2014, p.37) corroboram com o declarado por Perroux (1967), Furtado (1989), Santos (2004) e pelo Ministério da Integração (2012).

Dessa forma, como a tendência do capitalismo é comprimir o espaço e o tempo para assim intensificar o processo de acumulação, e do sistema federativo é dupla autonomia de poder, o resultado disso é a concorrência territorial acirrada, que por sua vez acaba levando a um aumento das desigualdades entre os territórios. Feitas essas ressalvas, em que pese à descentralização “vertical dos recursos”, não se verificou uma redução das desigualdades “horizontais”. Isso reflete o fato de que os fluxos até aqui considerados decorrem da divisão inter-regional do trabalho (GOULARTI, 2014).

Neste sentido a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), tendo consciência das dimensões federais, busca mitigar ou diminuir as desigualdades regionais e elevar as oportunidades locais. Assim, como a esfera nacional detém muitas diversidades sociais, culturais, econômicas e ambientais, a política visa conter as desigualdades espaciais equiparando com a competitividade regional, aumentadas, também, pela abertura comercial nos anos 90 que obrigou a reestruturação da indústria nacional, devido a intensa competitividade que se instalava no país naquela época, percebendo-se a atuação de uma força sobre as empresas que demandavam intensa mão de obra, a se deslocarem para outros estados, devido aos salários e encargos tributários inferiores e incentivos fiscais para se manterem competitivas (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2012).

Como consequência, e também como causa do desenvolvimento regional, o desenvolvimento de regiões menores favorecem o desenvolvimento do todo. Os estados brasileiros, vistos como uma

pequena região do país, ao se desenvolverem ampliam o desenvolvimento do todo. Santa Catarina surge entre outras regiões como um estado que proporciona progresso nacional e compreende setores de destaque econômico. Tais setores formam arranjos produtivos locais (APLs), ou como abordados neste trabalho, *clusters*.

2.2.1 Clusters empresariais

A globalização provoca mudanças constantes no setor econômico, social e político, provocando alterações em estruturas produtivas menos rígidas, devido a sua facilidade e agilidade de mudança, proporcionando desenvolvimento econômico, por meio das pequenas empresas (porém não restrito a elas), devido a sua capacidade de especialização flexível, contribuindo para o acompanhamento das intensas mudanças provocadas pela globalização. Assim, o agrupamento de empresas dotadas deste tipo de especialização, promove a distribuição de diversos produtos entre firmas independentes com forte relacionamento entre si. Neste sentido, o agrupamento geográfico possibilita facilidades de trocas, além de complementar necessidades das grandes empresas, também denominadas por Costa (2010) de empresas âncoras, executando operações complementares do processo produtivo e reduzindo custos (ANDRADE, 2002; PORTER, 2000).

Os *clusters* proporcionam a geração e ampliação a mão de obra, especializam este recurso proporcionando a criação de novos negócios que forneçam serviços e matéria prima, proporcionam bem estar social, crescimento econômico, exportam e desenvolvem tecnologias e reforçam sua capacidade competitiva, favorecem a redução de custos de transação, inovações são mais intensa e oportunizam a geração de vantagens competitivas. Ao que advém da esfera governamental, os *clusters*, beneficiam-se também de investimentos em instituições especializadas, programas educacionais, feiras entre outros (ANDRADE, 2002; COSTA, 2010; PORTER, 2000; SUZIGAN et al, 2003).

Os *clusters* se caracterizam em quatro tipos. Aqueles importantes tanto para o setor quanto para a região onde estão instaladas, caracterizam os “núcleos de desenvolvimento setorial-regional”. Outros importantes apenas para o setor, isto é, contribuem para o aumento produtivo e geração de emprego, são caracterizados como “vetores avançados”, pois o desenvolvimento regional não considera este setor proeminente. Por outro lados há aquele setor que é importante para o desenvolvimento regional, porém não contribui proeminentemente para

o desenvolvimento setorial. Este é caracterizado de “vetor de desenvolvimento local”. Ainda um tipo de *cluster* é aquele que afeta brandamente o desenvolvimento do setor e que faz parte de outras atividades econômicas. Estes são denominados de “embrião de arranjo produtivo” (SUZIGAN et al, 2003).

Todavia, os benefícios que o *cluster* proporciona, são observados sob quatro distintos pontos de vista que se integram em maior ou menor intensidade. i) O primeiro ponto de vista é o das grandes empresas, ou as empresas âncoras, que podem racionalizar o suas atividades, reduzir custos, se aproveitar das especializações externas, assegurar conforme sua necessidade e implementar técnicas contemporâneas. ii) O outro ponto de vista é o das universidades, as quais, como instituições de pesquisa se beneficiam com a geração de novas receitas proporcionando estimular novas pesquisas que possam ser aplicadas afim de corroborar com empresas e mercado. iv) O aumento da oferta e qualidade de emprego e renda por meio de treinamentos, melhorias no processo educacional, e melhorias na infraestrutura regional e urbana são os benefícios gerados para a comunidade. v) Contudo, estes benefícios são de interesse do Estado, pois este busca melhor desenvolvimento da economia e entre outros benefícios, aproxima-se dos agentes locais proporcionando uma governança multinível mais transparente. Apesar dos benefícios e esforços para seu desenvolvimento, o capital gerado pelos *clusters* brasileiros é, em sua maioria, muito baixo, impossibilitando trocas concisas intraterritório que visem seu desenvolvimento, assim como a ausência de empresas âncoras, o que colabora para este cenário. A responsabilidade por tal questão, apresenta-se muitas vezes em sua conjuntura ao que concerne à alta informalidade da mão de obra devido às questões salariais, interesses trabalhistas e qualificação profissional. Os locais produtivos também surgem como barreiras ao aumento da qualidade, não apresentando necessidades mínimas para operação favorável (COSTA, 2010).

Com a finalidade de promover o desenvolvimento dos *clusters* espalhados pelo país, o governo federal os incluiu em seus planos. A partir do Plano Plurianual (PPA) de 2000 é possível perceber direcionamento para este aglomerado.

DESENVOLVIMENTO DE MICRO,
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS. Promover
o fortalecimento econômico-administrativo das
micro, pequenas e médias empresas por
intermédio da ampliação das linhas de crédito,

acesso a novas tecnologias e capacitação gerencial (BRASIL, 1999, p.03).

No seu Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010, também é dada atenção ao *cluster*, o qual esclarece que:

As redes de instituições tecnológicas apoiarão o desenvolvimento e a prestação de serviços e consultorias técnicas voltadas para o aperfeiçoamento e o aumento da eficiência do processo produtivo, a melhoria da qualidade e a inovação de produtos em setores, cadeias produtivas e em arranjos produtivos locais. Especial atenção será dada à propriedade industrial e à transferência de tecnologia, fazendo com que a agregação de valor tecnológico resulte em incremento de patentes no País (BRASIL, 2015a, p.37).

Também faz referência a importância dos *clusters* nacionais na Política de Desenvolvimento Produtivo, a qual os enquadra no programa de regionalização.

Regionalização - A importância atribuída à descentralização espacial da produção e do emprego qualificado resultou no programa de regionalização, que tem por objetivo garantir que as ações no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo beneficiem as regiões menos desenvolvidas do País. O foco das ações que compõem este programa, que estará articulado à Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, é a promoção de atividades produtivas no entorno de projetos industriais e de infra-estrutura. [...] (BRASIL, 2008, p. 28).

Como mencionado pela Política de Desenvolvimento Produtivo, o seu foco articula-se à Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais. Neste ponto faz-se mister recordar que a agenda política nacional dos anos de 1980 passa a incorporar ideários neoliberais na formulação da política pública (FARAH, 2001), corroborando com uma aproximação entre os interessados políticos, constituindo a governança multinível (CORTÉS, 2013). Assim os *clusters* passaram a ter mais importância

sob o ponto de vista da acumulação de capital, oportunizando concorrências locais para atração de investimentos privados, ocasionando guerra fiscal (COSTA, 2010).

Todavia, a governança multinível permite que a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais propicie ações dos governos federal, estadual e municipal, incentivos privados, bancos públicos e privados reconhecendo a importância dos *clusters* (BRASIL, 2015b).

Contudo, para Garcez et al (2010) as políticas desenvolvidas para o futuro dos *clusters* devem se preocupar com as oportunidades econômicas, sociais, culturais ambientais e com as inovações no local e no Estado. Deve atentar, também para a escolha dos *clusters* a serem afetados por tais políticas bem como promover maior integração empresa-governo-território.

Estudos apontam para diferentes *clusters* no país, porém, o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios sofre constantes mudanças. Em 2006 a maior concentração deste setor estavam nos três estados da região sul, além do estado de São Paulo (BERTELLA; TEIXEIRA, 2010). No estado de São Paulo as concentrações mais citadas pela literatura apontam para a capital paulista, Americana e Indaiatuba (GEROLAMO; 2007; LEANDRO, 2012; VICARI, 2009). No estado catarinense o maior *cluster* localiza-se no Vale do Itajaí (ANDRADE, 2002; PEREIRA, 2004), porém há autores que relatam sobre Jaraguá do Sul e Criciúma (SILVA, 2003; TURMINA, 1999).

No território catarinense, diferentes atores atuam apoiando os *clusters* estaduais. Entre eles estão são empresários individuais; sindicatos; associações; entidades de capacitação, de educação, de crédito, de tecnologia; agências de desenvolvimento, entre outros (MDIC, 2011).

Tais atores se caracterizam como articuladores das políticas públicas referenciadas aos *clusters*. Os que possuem políticas explícitas de apoio aos *clusters* da região são: i) a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc), a qual implementa as políticas desenvolvidas pelo governo federal no âmbito do estado e; ii) a Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), a qual possui maior independência ao formular políticas estaduais, independente da necessidade de vínculos com estratégias estaduais. Observa-se, também, a atuação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), como autônomos quanto a formulação de políticas voltadas para os *clusters* (CAMPOS; BITENCOURT; SILVA, 2010).

Todavia os *clusters* catarinenses são responsáveis pelo desenvolvimento do estado. Compreende-se a sua importância ao se reportar à história de sua formação econômica e observar o seu desenvolvimento.

2.2.2 Desenvolvimento regional catarinense

O estado catarinense se desenvolveu por meio de diversas fases¹⁹. Inicialmente no século XVIII ao XIX a economia era de subsistência alcançando sua última fase na década de 1980, na qual a economia do estado segue o mesmo caminho da economia nacional, porém o estado expande seus parques produtivos e aceleram o crescimento de sua produção nesta década (CUNHA, 1982; 1992).

Os imigrantes que chegavam ao estado, inicialmente açorianos, alemães e italianos se propuseram a desenvolver o capitalismo, mesmo que de forma lenta em seu início. Ao fim do século XIX e parte do século XX a economia predominante no estado era mercantil a qual forçou os imigrantes do estado a se tornarem assalariados ou a incrementarem sua produção, forçando uma alteração da estrutura econômica (LUXEMBURG, 1985; GOULARTI FILHO, JENOVEVA NETO, 1997; GOULARTI FILHO, 2007; CARIO et al, 2013).

Estes imigrantes iniciaram a formação de diversos polos industriais, os quais ainda contribuem para a formação e desenvolvimento socioeconômico catarinense. Entre os primeiros destaca-se o Carbonífero, Têxtil, Alimentar, Madeireiro e Metal Mecânico (GOULARTI FILHO; JENOVEVA NETO, 1997). Originalmente estes polos são oriundos da indústria extrativista, a qual envolve o polo carbonífero, ervateiro e madeireiro; a indústria alimentícia, a qual compreende farinha açúcar e derivados de suínos; e a indústria têxtil (GOULARTI FILHO; 2007).

Atualmente os padrões de desenvolvimento estadual estão mais equilibrados (CARIO et al, 2013). A região Norte concentra *clusters*

¹⁹ Foram ao todo sete fases: i) economia de subsistência; ii) economia era predominantemente agrícola e artesanal; iii) desenvolvimento industrial, possibilitando concentrações urbanas, produção de excedentes e melhorias no sistema de transporte; iv) desenvolvimento da pequena e média indústria; v) diversificação industrial e substituições das importações de bens de consumo durável; vi) volta-se ao desenvolvimento industrial e de maneira diversificada; vii) a economia do estado segue o mesmo caminho da economia nacional (CUNHA, 1982; 1992).

relacionados a Móveis e Madeira; no Sul a Cerâmica, Carvão, Têxtil e Vestuário e Plásticos; no Sudeste o setor de Alta Tecnologia, Calçados, Pesca, Minerais Metálicos; no Planalto Serrano há polos relativos a Madeira, Papel e Celulose; no Nordeste a Metalurgia e Produtos de Metal, Máquinas e Equipamentos Mecânicos, Veículos Automotores/Autopeças, Plásticos, Têxtil e Vestuário; no Oeste são os Alimentos e Bebidas, Móveis e no Vale do Itajaí os polos Têxtil e Vestuário, Indústria Naval, Metalurgia e Produtos de Metal e Veículos Automotores/Autopeças (FIESC, 2014a).

Observa-se neste cenário que há concentração de recursos e ativos que proporcionaram o desenvolvimento regional e que não parece haver uma ruptura no efeito de retroalimentação, o que leva, conseqüentemente, a se notar uma divisão inter-regional do trabalho (SANTOS, 2004; GOULARTI, 2014).

Para se manter em desenvolvimento, o estado se preocupa em se desenvolver de maneira sustentável reduzindo as desigualdades e melhorando a qualidade de vida da população, de modo que as desigualdades sociais afetam diretamente o desenvolvimento econômico do estado. Reduzir estas diferenças exige ampliação das oportunidades que são expressas nos seus programas voltados à educação, saúde, segurança, moradia, inclusão social, transporte, infraestrutura e capacitação pessoal. Desta maneira é possível também gozar das oportunidades de crescimento e ampliar a competitividade. Para isso o governo direcionou suas ações para seis grupos de desenvolvimento denominados de eixos²⁰, contemplando no PPA 2012-2015, 27 áreas, 82 programas e 2440 sub ações (SANTA CATARINA, 2003a; 2007a; 2011).

O Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 apresenta o foco do governo, sintetizando, organizando e ampliando os objetivos contidos nos PPAs anteriores, por meio dos eixos de desenvolvimento, apresentando as estratégias e as áreas beneficiadas, conforme demonstra o quadro 3. Assim o governo abrange o estado de modo geral visando proporcionar equilíbrio social e econômico (SANTA CATARINA, 2011).

²⁰ Social, empreendedorismo, infraestrutura, conhecimento, sustentabilidade ambiental, e governança e desenvolvimento institucional.

Quadro 3- Objetivos estratégicos do governo

EIXOS	ESTRATÉGIAS	ÁREAS BENEFICIADAS
Social	Assegurar a oferta dos serviços públicos de qualidade para todas as pessoas	Assistência e Desenvolvimento Social; Cultura; Direitos humanos e cidadania; Educação; Esporte; Habitacional; Saúde; Segurança pública.
Empreendedorismo	Criar as condições para a formação, atração e consolidação das empresas no território catarinense	Agricultura e pesca; Indústria e comércio; Turismo; Emprego e renda.
Infraestrutura	Assegurar uma infraestrutura suficiente, de qualidade e adequada às necessidades do Estado	Infraestrutura de Telecomunicações e de Transferência de Dados em Banda Larga; Energia; Mobilidade urbana, Saneamento básico; Transporte.
Conhecimento, Inovação e Tecnologia	Responder a desafios estaduais com Ciência, Tecnologia e Inovação	Ciência, Tecnologia e Inovação.
Sustentabilidade ambiental	Promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais	Educação ambiental; Gestão ambiental; Controle de desastres.
Gestão pública	Consolidar a gestão pública ética baseada em resultados e comprometida com a qualidade dos serviços e com o bem público	Comunicação; Descentralização; Planejamento e gestão; Gestão da informação; Gestão de pessoas; Governo eletrônico; Gestão fiscal – A Eficiência e Eficácia do Gasto Público.

Fonte: desenvolvido pelo autor com base em PPA 2012-2015

Por meio do decreto nº 4.316, de 17 de maio de 2006, o então governador do estado, Eduardo Pinho Moreira, aprova o Plano Catarinense de Desenvolvimento, o PCD. Seu surgimento se deu pela construção de cenários futuros para o período compreendido entre 2007 e 2015 e que possui como objetivos a “promoção do desenvolvimento sustentável e equilibrado do estado”; a definição das “diretrizes nas áreas de atuação do estado” e a formulação das “estratégias para que as diretrizes [formuladas a partir de estudos do contexto internacional, nacional e estadual que discutem o ambiente político, econômico, social, tecnológico e meio ambiente] sejam alcançadas” (SANTA CATARINA, 2014a, p.12). Deste modo o PCD deve estar perfilado com os “PPAs, os Programas Setoriais, as Diretrizes Orçamentárias (LDOs) [Lei das

Diretrizes Orçamentárias] e os Orçamentos Anuais (LOAs) [Lei Orçamentaria Anual] [...]” (SANTA CATARINA, 2014a, p.13).

Em 2001 surge o Regulamento do ICMS catarinense, no qual o anexo II, do Artigo 21, inciso IX faculta o aproveitamento de crédito por parte dos estabelecimentos industriais produtores de artigos têxteis, de vestuário, de artefatos de couro e seus acessórios devido por estes estabelecimentos nos percentuais pré-definidos da seguinte forma: i) 82,35% nas saídas tributadas há um crédito de 17%; ii) 75% nas saídas tributadas há um crédito de 12%; iii) 57,14% nas saídas tributadas o crédito atinge 7%; iv) 25% nas saídas tributadas há um crédito de 4% (SANTA CATARINA, 2001).

Em 2015 o governo do estado, por meio do decreto 189, beneficiando toda a indústria têxtil e calçadista catarinense, exigindo que os estabelecimentos destas indústrias utilizem no mínimo 85% da matéria prima produzida em território nacional e, se houver partes importadas, deverá ser importada por estabelecimentos cadastrados no cadastro de contribuintes do ICMS estadual (SANTA CATARINA 2015a)

Com a intenção de implantar e/ou expandir os empreendimentos industriais e comerciais catarinenses que contribuam com a geração de emprego e renda, o estado cria o PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense). Este programa é uma forma de financiamento²¹ de capital de giro em longo prazo e com um custo inferior ao encontrado no mercado²² (SANTA CATARINA, 2013a; c; 2015b).

As empresas interessadas nos incentivos do PRODEC, não devem ter seus projetos iniciados a mais de seis meses e o valor do incentivo a ser contratado pode cobrir a totalidade dos investimentos fixos. O percentual do incentivo pode alcançar 75% do incremento do ICMS gerado pelo novo investimento, porém o prazo de utilização dos incentivos do Programa não ultrapassam 200 meses (para a maioria das

²¹ Este financiamento nada mais é do que um adiamento de um valor percentual pré-determinado sobre o valor do ICMS que será gerado pelo projeto a ser implantado (SANTA CATARINA, 2013a, c; 2015b).

²² Os interessados devem garantir que seus empreendimentos, de modo geral ou em parte, irão gerar emprego e renda ao estado; incrementarão os níveis de tecnologia e competitividade da economia catarinense; contribuirão com o desenvolvimento sustentável do meio ambiente, e da economia das cidades e regiões; e são direcionados à obras de infraestrutura (SANTA CATARINA, 2013a, c; 2015b).

atividades industriais), exceto quando os investimentos produzam mercadorias inexistentes na cadeia produtiva catarinense ou, o município em que será desenvolvido o projeto apresentar índice de desenvolvimento humano igual ou inferior a 95% da média do Estado, então o prazo máximo é de 300 meses. Do mesmo modo os juros, que variam entre 6% e 12%, podem ser nulos se estiverem nestas condições (SANTA CATARINA, 2015b).

Outra forma de tratamento diferenciado do ICMS é o programa Pró-Emprego, o qual objetiva a geração de emprego e renda no território catarinense. Para usufruir deste tratamento tributário diferenciado, os empreendimentos devem apresentar projetos de implementação, expansão, reativação, modernização tecnológica importantes para o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do estado, proporcionando aumento ou manutenção de empregos (SANTA CATARINA, 2014b)

Assim a arrecadação do ICMS do estado é crescente quando lançado olhar sobre sua variação líquida e a sua participação no PIB estadual. Isso se deve ao combate à sonegação, às fraudes, especialização de fiscais e ao esforço na cobrança da dívida ativa (SANTA CATARINA, 2013b).

Em nível nacional, a desoneração da folha de pagamento²³ também afeta a competitividade do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios e a indústria têxtil de modo geral. Ao invés de pagar 20% para o INSS sobre a folha de pagamento, os empresários passaram a pagar 1% sobre sua receita bruta (BRASIL, 2015c). A resolução nº13 de 2012, também afeta o setor em questão ao unificar a alíquota de ICMS para operações interestaduais de produtos importados em 4% (BRASIL, 2012c).

Destaca-se o parque industrial catarinense em nível nacional ao observar que o crescimento da produção industrial do país se apresentou por volta de 1,2% em 2013, enquanto a indústria catarinense mostrou desempenho de 1,5% neste período²⁴. Este crescimento acima do

²³ Este benefício possuía prazo de validade até fim de 2014.

²⁴ Mesmo que alguns setores tenham exibido altas quedas como o setor de Máquinas e Equipamentos (-5,3%) e Têxteis (-4,4%). Por outro lado, o maior crescimento pertenceu à Metalúrgica básica (19,2%) (SANTA CATARINA, 2013c).

nacional é um reflexo do nível de emprego gerado pelo estado²⁵ (SANTA CATARINA, 2013c).

O PIB estadual no ano de 2011, apresentou uma participação de 4,1% no PIB nacional (IBGE, 2014). O Setor de Serviços contribui com 43,4% e a Indústria 35,1% para sua formação, sendo a região do Vale do Itajaí o maior contribuinte (30,6%) para a formação deste. Deste modo Santa Catarina é importante ator para o cenário nacional, apresentando a quarta maior Indústria de Transformação do país e a quinta em número de trabalhadores. Os setores de Artigos Têxteis aparecem logo após os de Artigos do Vestuário e Alimentar, e ainda destacando o Setor Têxtil e de Vestuário como sendo o segundo maior polo empregador têxtil e do vestuário do país²⁶ (SANTA CATARINA, 2011; 2013c).

Corroborando com o desenvolvimento estadual, o BADESC, a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. atua com um dos maiores responsáveis pela concessão de crédito do estado, juntamente com o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para fomentar investimentos em diversos setores.

O BADESC²⁷ visa à execução de políticas públicas estaduais que fortaleçam o desenvolvimento econômico e social catarinense, por meio

²⁵Entre os setores mais expressivos, em primeiro lugar aparece o Setor de Serviços, gerador de 33.429 novas vagas no estado e o segundo no país, seguido pela Indústria de Transformação, responsável por 20.129 novas vagas e também considerada a maior geradora de empregos a nível nacional e, por fim, o Comércio, com 15.617 novas vagas no estado. Estas vagas proporcionaram empregar 226.927 pessoas no ano de 2013 na indústria da transformação, porém em março de 2014 estes números mostram um crescimento. A indústria da transformação obteve um acréscimo de 2,72%, alcançando 233.275 porém em outubro do mesmo ano este número caiu para 228.805 empregados (FIESC, 2013b, 2014b, c).

²⁶Devido ao apresentado, constata-se a diversidade e importância econômica do estado, porém o vindouro é responsável por gerar preocupações no meio empresarial ao que envolve a competitividade. Suas críticas se referem à redução da carga tributária e da taxa de juros, às importações e exportações, qualificação e rotatividade dos trabalhadores, logística e infraestrutura (SANTA CATARINA, 2011).

²⁷O BADESC surge em 1975, como um banco de desenvolvimento, porém em 1999, transforma-se em agência de fomento. Entre as suas ações observa-se: a) o desenvolvimento de programas de investimentos destinados à captação de recursos de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento; b) financiamentos de projetos de implantação e/ou melhoria de atividades

de aplicações de recursos financeiros advindos de repasses de agências financeiras nacionais e internacionais (BADESC, 2014).

O BRDE²⁸ apoia e acompanha projetos que visem o aumento da competitividade de empreendimentos de todos os portes bem como o aumento dos níveis de renda e emprego por meio de crédito de longo prazo (BRDE, 2014).

O BNDES²⁹ ajuda a fortalecer a estrutura de capital das empresas privadas e destina recursos não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico e ainda realiza investimentos em empreendimentos de organizações e pessoas físicas segundo critérios que priorizam o desenvolvimento com inclusão social, criação de emprego e renda e geração de divisas (BRASIL, 2014).

Por intermédio destes bancos, as organizações conseguem alguns dos recursos financeiros que propiciem maior desempenho competitivo, facultando seu desenvolvimento e de sua região.

2.3 COMPETITIVIDADE

Nesta seção são congregados abordagens teóricas alusivas à competitividade e a teoria da dependência de recursos. Teorias que se complementam ao entender que firmas atuam num ambiente rodeado por forças, e que para minimizar e/ou mitigar forças mais protuberantes, firmas buscam por recursos, não retidos por elas, no macroambiente.

agropecuárias, industriais, comerciais e de serviços; c) atuação como agente financeiro, se assim designado pelo Gestor, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina - FADESC; d) atuação como agente financeiro do Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento dos Municípios - Badesc Cidades; e) financiamento de estudos e diagnósticos para implantação de complexos industriais; f) financiamento de estudos e diagnósticos para execução de obras e serviços de responsabilidade do setor público; g) formação de fundos específicos para atender a setores priorizados pelo governo, em especial às micro e pequenas empresas (BADESC, 2014).

²⁸ O BRDE surge por meio de iniciativas desenvolvimentistas dos estados da região sul, em 1961 (BRDE, 2014).

²⁹ Empresa pública federal fundada em 1952. Apoia financeiramente projetos de investimento, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços por meio de financiamentos, recursos não reembolsáveis e subscrição de valores mobiliários (BRASIL, 2014).

2.3.1 Competitividade na indústria

A perspectiva de fora para dentro da organização considera o paradigma estrutura-conduta-desempenho ao analisar os concorrentes, homogeneidade dos produtos e custos de entrada e saída de um setor, estratégias desenvolvidas pelas organizações que possibilitem o alcance de vantagem competitiva e a mensuração do seu desempenho (MASON, 1939).

A alta produtividade com baixa quantidade de insumos, utilizando o trabalho como fator de produção, e constantes rendimentos de escala, num contexto de troca de bens entre países, caracteriza a vantagem absoluta. Os esforços devem ser direcionados para a produção de bens que garantam essa vantagem e então exportar o seu excedente (SMITH, 1904). Porém a vantagem comparativa não propõe tamanho radicalismo ao afirmar que com ela é possível obter ganhos sem que haja vantagem absoluta, também utilizando a produtividade do trabalho, e exportando bens em que o trabalho seja mais vantajoso e importar outros que o seu trabalho não apresenta tamanha vantagem (RICARDO, 1911).

Entre os estudiosos sobre este tema, destaca-se Michael Porter apresentando diversos estudos ao nível da indústria (1979a, b; 1980; 1985; 1990; 1996), avançando sobre o tema das vantagens absoluta e relativa, porém não apoiando o paradigma proposto por Mason (1939) e, abordando as vantagens competitivas como resultantes de ações que vão contra o determinismo ambiental.

Ao se referir à competitividade das nações, Porter (1990) destaca que uma nação competitiva possui seu alicerce na produtividade e na capacidade de inovar e atualizar sua indústria, corroborando para elevação do padrão de vida dos cidadãos. Estas capacidades e sua produtividade são desafiadas em âmbito competitivo global. Deste modo, inovar proporciona alcance e manutenção, em longo prazo, de vantagem competitiva. Todavia, inovação se caracteriza, em países que mantêm sua vantagem, como novas tecnologias e novas maneiras de fazer as coisas. A OCDE (1997) assume que inovar é possível em produtos, processos, *marketing* e na organização como um todo.

Em revisão deste trabalho seminal de Porter (1990), Sölvell (2015) apresenta uma concepção de três conceitos inter-relacionados para diferenciar a competitividade mais estática da dinâmica e da competitividade das nações, sendo estes conceitos referidos à competitividade e capacidade de inovar da firma e à atratividade das nações, entendendo nações, também como regiões.

Pensar em competitividade sob o enfoque proposto por Mason (1939) estimulou estudos sobre estruturas da indústria, abordando as forças que afetam as organizações advindas das disputas por melhores posições entre os concorrentes; fornecedores com maiores poderes de negociação que podem originar uma diminuição da qualidade dos produtos e serviços ofertados além de impor altos custos aos seus compradores, os quais não conseguem repassar seus custos aos seus preços; o poder de compra dos clientes, que podem aumentar ou diminuir com o tempo; a redução dos retornos para a indústria devido aos produtos substitutos; e novos concorrentes entrando no mercado, os quais levam indústrias estabelecidas a adotarem medidas que impeçam novos entrantes (PORTER, 1979a, b ; 1980; 1985; 1996).

Informações retidas pela organização, devem servir de base para criação de valor ofertado ao mercado (PORTER; MILLAR, 1985). Assim, analisar e compreender o ambiente de competição torna mais consciente e racional a formulação de estratégias. Munido de informações setoriais, gestores podem optar por competir com base em custos ou diferenciação de produtos, os quais podem fazer uso do foco em nichos específicos de mercado utilizando uma das duas estratégias (PORTER, 1980; 1985).

Outra forma de competir e de pensar competitividade e economias nacionais, estaduais ou locais que ela afeta, são os *clusters*, distritos industriais, ou ainda polos industriais. Estas são nomenclaturas utilizadas para caracterizar aglomerações de empresas em uma mesma região que identificaram uma maneira de reforçar suas características competitivas. Um *cluster* é capaz de reter em um determinado espaço forças necessárias como mão de obra, proximidade com fornecedores de matéria prima e maquinário, reduzir custos de produção, barateamento da produção por meio da desverticalização, retenção de *know how*, tecnologia entre outras (BECATTINI, 1991; BRUSCO, 1982; GARCEZ, 2000; PORTER, 2000; ROBERTS; ENRIGHT, 2004; SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004).

Produzir em grande escala é uma forma que as empresas encontram para se manterem competitivas, e para tal, uma população de empresas de pequeno porte localizadas em uma região, porém cada uma delas especializada em fases distintas de produção, acolhe e produz mão de obra para sua localidade e ofertam maior quantidade de produtos ao mercado (MARSHALL, 1920).

A desverticalização da cadeia produtiva se caracteriza por pequenas empresas e permite maior especialização dos envolvidos, apresentando uma cadeia produtiva diversificada. Neste contexto,

desverticalização e cadeia produtiva estão interligadas conceitualmente ao compreender que o conjunto de três ou mais entidades organizacionais ou individuais, estão envolvidas diretamente a jusante ou a montante, no fluxo de informações que culminam nos produtos e/ou serviços, e/ou informações obtidas do cliente e ofertadas a ele novamente (MENTZER et al, 2001).

Desverticalização proporciona maior divisão do trabalho e interdependência entre os envolvidos economicamente, exigindo maior especialização (MARSHALL, 1920), porém uma cadeia desverticalizada proporciona aumento de custos de transação (COASE, 1937; WILLIAMSON, 1979), contudo a competitividade exige maior integração entre os envolvidos para que haja maior coordenação das atividades desempenhadas ao longo de toda cadeia (DANTAS; KERTSNETZKY; PROCHNIK, 2013).

Inerente à cadeia produtiva, a cadeia de valor relata atividades do interior da firma. As principais atividades que a firma desempenha, como as operações e *marketing*, por exemplo, são sustentadas por atividades humanas, por aquisições e fusões e desenvolvimento de novas tecnologias, amparadas pela infraestrutura da organização para que se possa conquistar vantagens competitivas sustentáveis. As informações obtidas pela firma possibilitam melhorias de suas atividades principais ou de suas atividades de apoio (PORTER; MILLAR, 1985). Todavia, o dinamismo ambiental transforma o posicionamento competitivo da firma, exigindo esforços para desenvolver vantagens competitivas temporárias (McGRATH, 2013).

Neste contexto, *clusters* se beneficiam quanto às informações compartilhadas tornando-os mais competitivos, possibilitando além deste compartilhamento, a cooperação entre os envolvidos, e em alguns casos a cooptação.

Competitividade é abordada por escolas distintas com o pressuposto da escolha e por sua vez a formulação de estratégias que levem a organização à arena competitiva. A escola clássica coloca no lucro da empresa o seu maior objetivo (MARSHALL, 1920). Sua maximização segue como objetivo principal e deve ser atingido por meio da racionalização do planejamento, seguindo uma linha hierárquica de formulação e execução da estratégia (ANSOFF, 1965; CHANDLER, 1962).

Definição de objetivos e estabelecimento de ações alicerçados nos recursos manipulados pela organização, em diferentes níveis administrativos, harmonizados com o mercado elucidam idiosincrasias organizacionais e ambientais (CHANDLER, 1962). A forma de utilizar

recursos para alcance de objetivos é comunicada pela organização como a estratégia pretendida para manter harmonia com o mercado (ANSOFF, 1965).

Conhecer os ambientes interno e externo à organização para prescrever estratégias competitivas é possível por intermédio de ferramentas como, por exemplo, a matriz SWOT ou a TOWS *matrix* (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) (ANDREWS, 1971; WEIHRICH, 1982), porém harmonizar recursos e aptidões organizacionais e coações e oportunidades ambientais, necessita-se de ajustes entre estes elementos (MILLER, 1992; SCHENDEL; HOFER, 1978).

Capacidade de antever mudanças ambientais e reagir à elas, ou aproveitá-las, faculta ingresso de competidores e sentencia requisitos de manutenção das habilidades para àqueles estabelecidos em âmbito competitivo (MILES; SNOW, 1978).

Por sua vez os processualistas argumentam que imperfeições processuais originárias das organizações e do mercado formam a base da formulação da estratégia e das vantagens competitivas. O ser humano possui em si uma limitação racional (SIMON, 1957) e gerentes possuem interesses particulares (COASE, 1937) para a formulação de suas estratégias. Neste cenário estratégias deliberadas sofrem mutações ou podem não ser planejadas, porém emergirem a partir de uma ação (MINTZBERG, 1987).

Outra perspectiva voltada a formulação da estratégia se baseia na seleção natural proposta por Darwin, a qual propõe a adaptação ao ambiente. Neste sentido, a diferenciação de estratégias garante a sobrevivência das organizações. Se o ambiente é quem domina a organização, cabe a esta inovar para que o próprio ambiente faça suas escolhas. Maximizar lucros, nesta perspectiva, não é o mais importante, porém ambientes de competição devem assegurar a sobrevivência das organizações que consigam atingir a maximização dos lucros (HANNAN; FREEMAN, 1977; WILLIAMSON, 1991).

Contudo a consideração dos sistemas sociais para formulação da estratégia é relativista, pois tanto os fins quanto os meios da estratégia dependem destes sistemas. Logo mudanças sociais afetam tomadores de decisões (meios) que por sua vez determinam a finalidade da estratégia. Tais diferenças sociais ocasionam em alterações dos perfis das organizações e de suas escolhas (GRANOVETTER, 1985; WHITLEY, 1991).

Todavia, estratégia competitiva não está baseada unicamente em uma única perspectiva. Sua concepção envolve análises internas e

externas à organização (ANDREWS, 1971). Resultados desconhecidos caracterizam as incertezas das tomadas de decisão dos gestores, logo, incertezas são consequências da previsibilidade de resultado deficitária advinda de informações nebulosas quanto às causas da influência do ambiente; período de tempo demasiadamente longo para conhecer as consequências de uma decisão; e o desconhecimento da relação causa-efeito dos fatores ambientais na execução das funções organizacionais (DUNCAN, 1972).

Neste sentido, organizações se encontram em situação de realizar escolhas ou de seguir o determinismo ambiental. Porém ambas as visões fazem parte das decisões organizacionais devido a sua interdependência com o ambiente (ASTLEY; VAN DE VEN, 1983; HREBINIAK; JOYCE, 1985).

Interesse no gerenciamento da cadeia produtiva também é apontado pela literatura. Esforços à analisar a gestão ambiental como aspecto atinente à obtenção de vantagem competitiva na indústria brasileira (JABBOUR et al, 2012) e chinesa (ZHU; GENG, 2013); relação entre a cadeia de suprimentos e a responsabilidade social das firmas (CRUZ, 2013). Do mesmo modo a cadeia de valor é abordada em estudos referidos à evolução da rede da cadeia de abastecimento (ALVAREZ; PILBEAM; WILDING, 2010) e sob o paradigma estruturada-conduta-desempenho para conectar estratégias da cadeia de valor à resultados referidos ao desenvolvimento local (FIGUEIRÊDO JUNIOR; MEUWISSEN; OUDE LANSINK, 2014).

Competitividade também é observada a partir de uma visão interna à firma (BARNEY, 1991; PETERAF, 1993, WERNERFELT, 1984). Esta visão não é abordada neste estudo, porém apresentá-la compreende abordar complementariedade da literatura que trata de desenvolvimento de estratégias competitivas.

Esta abordagem *inside-out* determina escolhas estratégicas a partir de recursos e capacidades controlados pela firma. Estes ativos compreendem diferenças entre firmas distintas supondo heterogeneidade e imobilidade dos recursos (BARNEY, 1991; PETERAF, 1993, WERNERFELT, 1984). Estas características são reforçadas por indicadores que medem o quão valiosos, raros, inimitáveis e insubstituíveis são os recursos organizacionais. Todavia, competitividade é observada pela geração de vantagem competitiva sustentável, sob este enfoque, quando a firma possuir recursos que simultaneamente são observados como positivos para os atributos elencados (DIERICKX; COOL, 1989; PRIEM; BUTLER, 2001).

Nesta visão, a literatura aponta para fraquezas para o quadro das cinco forças competitivas de Porter (1979a, b; 1980; 1985; 1996) quando inserido em ambientes dinâmicos, pois este quadro supõe que a estrutura do mercado é exógena, enquanto a visão *inside-out* supõe que esta estrutura é resultado de inovação e aprendizagem (endógena), donde mudanças em ciência e tecnologia criam oportunidades para a inovação. Empresas podem procurar entre novas possibilidades e se envolverem em atividades de desenvolvimento. Se bem sucedido, tais desenvolvimentos impactam o destino das empresas, o qual determinará a estrutura do mercado (TEECE, 2007).

Todavia, esforços organizacionais são depreendidos para manutenção da competitividade, a qual afeta de algum modo o desenvolvimento regional no qual as relações de troca com o ambiente operacional ocorrem. Por exemplo, a arrecadação de tributos pelas firmas favorecendo investimentos locais, geração de emprego e renda e desenvolvimento de outros setores para a localidade. Neste sentido, organizações desenvolvem estratégias para se aproximarem do ambiente político, buscando redução das incertezas ao influenciar o governo para que políticas públicas sejam delineadas, favorecendo seu desenvolvimento e o da sua região. Estas estratégias são derivadas da dependência de recursos, a qual as organizações estão atreladas.

2.3.2 Teoria da dependência de recursos

Seja no ambiente competitivo ou interno às organizações, há de se considerar de maneira formal e/ou informal a sua estrutura de dominância. Invisivelmente há divisas que separam simbolicamente os dominadores e os dominados. As organizações são vistas como instituições ao considerar a mesma relação simbólica. Nas relações organizacionais com o ambiente externo surgem outras relações. Organizações mais poderosas ditam as regras, institucionalizando o ambiente competitivo, porém os poderes governamentais institucionalizam o ambiente de modo geral (VEBLEN, 1971).

Controlar, liberar e expandir as ações individuais, por meio de imposições advindas de ações coletivas, formais e/ou informais caracterizam a instituição. As imposições passam a ser reguladoras das ações humanas (COMMONS, 1931; NORTH, 1993). As regulações como sendo regras de um jogo, ditam as condições do comportamento humano e organizacional.

A institucionalização como regras de um jogo, abriga conflitos entre os envolvidos e para minimizá-los, os regulamentos, traduzidos em

contratos, ditam as regras. Os interesses pessoais são apontados pela literatura como responsável pela existência de regulamentos e contratos. Assim, caracteriza-se uma instituição por meio da identificação de suas regras (COMMONS, 1931; MITCHELL, 1969).

A maximização dos benefícios próprios representa a causa de oportunismo existente entre os atores. As transações entre dominantes e dominados se relacionam com a competitividade e hierarquização. Para que o oportunismo (ZYLBERSZTAJN, 1995) não seja a regra do jogo, a imposição de condições para que transações ocorram se faz necessária por meio de contratos (WILLIAMSON, 1979). Estes garantem que um ator se beneficie sem o detrimento de outro, ou seja, a relação é de “ganha-ganha”. Contudo, informações assimétricas e a racionalidade humana (SIMON, 1957) não permite total seguridade dos contratos, causando custos de transação, os quais a literatura aponta como custos observados no momento da negociação entre as partes, transcorrendo para além da assinatura do contrato (ARROW, 1963; COASE, 1937; COMMONS, 1931; WILLIAMSON, 1979; 2000; NORTH, 1993).

O ambiente de trocas entre organizações constitui o ambiente operacional que é abordado pela teoria institucional como o ambiente técnico. A teoria institucional diferencia o ambiente onde ocorrem as operações (técnico ou operacional) e o ambiente em que as normas são difundidas (denominado de ambiente institucional), assim o ambiente institucional se caracteriza por uma dimensão mais abrangente que aborda o ambiente técnico (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999; DIMAGGIO; POWELL, 1991; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; FERNANDES, 1999; SCOTT, 2007).

A pouca heterogeneidade do ambiente se dá pelas ações concorrências, adoção e adaptação destas ações por outras empresas. As ações não sofrem mudanças profundas, possibilitando sua classificação como sendo cópias, promovendo pouco desenvolvimento do ambiente. Por esta perspectiva, as organizações se desenvolvem obedecendo as regras do ambiente, contudo, por intermédio de estratégias políticas, as organizações afetam o ambiente institucional quando buscam recursos necessários para sua sobrevivência, promovendo mudanças e diversificação neste ambiente (DIMAGGIO; POWELL, 1983; ROWAN, 1982).

A força do institucionalismo advém das similares respostas das organizações. Empresas ajustadas ao ambiente tendem a serem copiadas, garantindo menor esforço por aquelas que ainda necessitam se ajustar ao ambiente. O isomorfismo observado neste contexto se caracteriza pela busca por proteção às reações adversas enfrentadas por este segundo

grupo de organização, as quais não possuem os próprios recursos que garantam sua autodefesa (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Contudo à autodefesa exige esforços para que haja coordenação entre os agentes econômicos, tendo como base as transações que ocorrem internamente e externamente à organização. Neste sentido, os custos que envolvem as transações, quanto mais reduzidos, mais bem percebida será a eficiência organizacional (COASE, 1937; WILLIAMSON, 1979).

Os custos de transação se alteram quando mudanças institucionais ocorrem constantemente ou se apresentam inertes. Em ambos os casos as organizações demonstram preocupação, pois acarretam em mudanças em suas estratégias. Por exemplo, uma mudança governamental, afeta as tomadas de decisão dos gestores. Por outro lado, uma reeleição, também afeta as decisões organizacionais. Sua visão de futuro manter-se-á devido aos prévios planejamentos, e/ou uma oportunidade observada pela organização proporciona manutenção ou alteração nas suas decisões (MATTHEWS, 1986; NORTH, 1993; 1994).

A Teoria Institucional e a Nova Economia Institucional abordam questões quanto a sua importância para o desempenho organizacional e social. Regular mercados e transações não é possível pela Mão Invisível, proposta por Adam Smith (1904). Por si só, os custos de transação seriam elevados devido à falta de regras. Ambientes de maior complexidade e dinamismo geram maiores incertezas no momento de tomada de decisão das organizações. O ambiente estático promove dúvidas, pois mudanças geram impactos não previstos. Incertezas promovem ações que procurem reduzi-las, contudo tais ações são postas em atividade em acordo com os recursos que as organizações possuem (DUNCAN, 1972). Neste sentido a Mão Invisível, por não proporcionar as regras do jogo, elevando os custos de transação.

Neste sentido, as transações devem ser realizadas, considerando o ambiente institucional, caracterizado como ambiente natural, o qual dita as regras do jogo e seleciona organizações sobreviventes. Esta perspectiva considera a passividade organizacional, garantindo sua permanência no ambiente devido às suas características interessantes para a Economia Institucional (ALDRICH; PFEFFER, 1976).

Outra perspectiva que aborda organização-ambiente considera diferentes organizações operando diferentemente em diferentes ambientes. A Teoria da Dependência de Recursos não considera a passividade organizacional como determinante, devido a sua capacidade de moldar o ambiente operando com mais eficácia. O determinismo ambiental caracteriza o ambiente como ditador de regras sugerindo o

uso de contratos para minimizar o oportunismo dos atores envolvidos, enquanto o voluntarismo aponta para a busca de recursos neste ambiente (HREBINIAK; JOYCE, 1985).

Em suma, considerar o determinismo da instituição corrobora com a aceitação de uma seleção natural, em que as empresas devem se adaptar ao ambiente para sobreviver. Por outro lado, a visão voluntarista trata da escolha da estratégia organizacional, considerando o ambiente como uma restrição e não como um determinante (ALDRICH; PFEFFER, 1976; CHILD, 1972; CHILD; SMITH, 1904; ROSSETTO; ROSSETTO; MELLO, 2002).

A dependência de recursos surge como uma alternativa à institucional e considera o ambiente como fonte de recursos para a concretização das decisões tomadas no interior das organizações. As relações externas com o ambiente assume característica de interdependência ao reconhecer os efeitos ambientais sobre os resultados advindos do planejamento, contudo não abandona a capacidade gerencial que captura os recursos necessários para o desempenho adequado. Esta perspectiva aponta para a tentativa da organização de influenciar o ambiente para se beneficiar (ALDRICH; PFEFFER, 1976; PFEFFER; SALANCIK, 2003).

O conselho administrativo pode ser composto por atores importantes que possibilitam a aplicação de estratégias políticas, as quais são utilizadas para influenciar o ambiente. Nestes conselhos, os empresários que atuam em algum cargo governamental e/ou políticos atuando como membros destes conselhos são peças chave para o sucesso da estratégia política, assim como os egressos da política que prestam serviços de consultoria. Outra forma é por meio de doações financeiras às campanhas políticas (LAZARRINI, 2011).

Assim, as empresas, por meio de doação, tentam influenciar políticos que por sua vez influenciam o governo, o qual concede direitos de controle às entidades governamentais, como o BNDES, para que valores financeiros sejam repassados ao interessado (LAZARRINI, 2011). A influência das firmas no macroambiente visa aprovação de políticas públicas que beneficiem as interessadas.

Uma estado economicamente forte possui maiores poderes políticos, devido ao seu *background*³⁰, composto por organizações que também se beneficiam de sua localização. Assim, o desenvolvimento regional se dá como consequência da relação firma-governo. Neste

³⁰ Pode ser entendido como conjunto de organizações, que por meio de suas atividades geram impostos, emprego e renda para o estado.

contexto, este estudo prossegue caracterizando o setor de confecção do estado.

Consoante a literatura, políticas públicas não dispõem de definição única, contudo, é consenso que há atores distintos que são afetados por elas. Neste campo há quem as compreende por pontos de vista diferenciados, oportunizando caracterizá-las diferentemente quanto sua intenção ou finalidade. Entre elas as políticas públicas distributivas e regulatórias são as que mais se alinham ao contexto deste trabalho.

Em virtude destas tipologias, os incentivos fiscais são retratados como influenciadores de firmas, que, por conseguinte, desenvolvem cenário propício à guerra fiscal, a qual integra o desenvolvimento de políticas públicas, para o desenvolvimento regional.

Visto deste modo, o desenvolvimento e apoio à *clusters* empresariais são maneiras de alcançar objetivos definidos pelos estados. Assim, o estado de Santa Catarina, apresenta, por meio de seus *clusters*, seus interesses no desenvolvimento regional.

Firmas necessitam manter e melhorar sua posição competitiva, para que possibilidades de geração de emprego e renda e retornos tributários ao estado sejam visíveis. Todavia, estas firmas não conseguem, por si só, reterem recursos que possibilitem enfrentar forças de seu ambiente competitivo, gerando uma necessidade de desenvolver estratégias para atingir o macroambiente e então, capturar recursos necessários.

Com o propósito de integrar este escopo teórico no ambiente empírico, a seção seguinte delinea as características do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios catarinense.

3 CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS CATARINENSE

Nesta seção é apresentado dados que caracterizam o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios de Santa Catarina. Sua caracterização é baseada na sua estrutura, valores financeiros contratados, formação dos seus *clusters*, transações comerciais e políticas públicas estaduais incidentes.

3.1 ANÁLISE DA ESTRUTURA DO SETOR DE CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS CATARINENSE

Os dados coletados a partir da Relação Anual de Informações (RAIS) na base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram coletados com a finalidade de apresentar um panorama do setor referente aos anos escolhidos para a pesquisa. A partir do marco empírico, 2001, tais dados foram coletados. Contudo a base de dados não ofereceu todos os dados que a pesquisa se propôs a coletar. Tais dados não disponíveis serão pontuados no decorrer da apresentação.

3.1.1 Estabelecimentos

Para compreender o universo dos estabelecimentos atuantes no setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios do estado, solicita-se ao leitor a conferência do apêndice E e F para ter todas as naturezas jurídicas apontadas pela base de dados. Já o apêndice K compreende as naturezas jurídicas que apresentam dados iguais e diferentes de zero para os anos analisados.

As naturezas jurídicas que apresentam maior número de empresas registradas concentram-se na Sociedade Quota Ltda. e na Firma Mercantil Individual. Respectivamente somam, 58.166 e 20.521 empresas. Ambas representam 99,2% do total de empresas registradas entre os anos analisados.

Em suma, a tabela 1 apresenta a quantidade de empresas registradas no MTE ano a ano, e qual o porte destas empresas medido em quantidade de funcionários registrados. O ano de 2001 apresenta somente o total deste ano, pois a base de dados não fornece os dados relacionados com o porte da empresa. Também consta-se dos dados coletados até o ano de 2013, pois a base de dados não apresenta dados referentes ao ano de 2014.

Depreende-se a partir desta tabela que 79.316 empresas exerciam atividades no setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios no estado catarinense. O crescimento de empresas no setor é constante entre os anos analisados. Em 2001 totalizava-se 4.389 empresas, alcançando seu maior número em 2013, com 8.139 empresas, representando uma variação de quase 85,5%, como demonstra a figura 1.

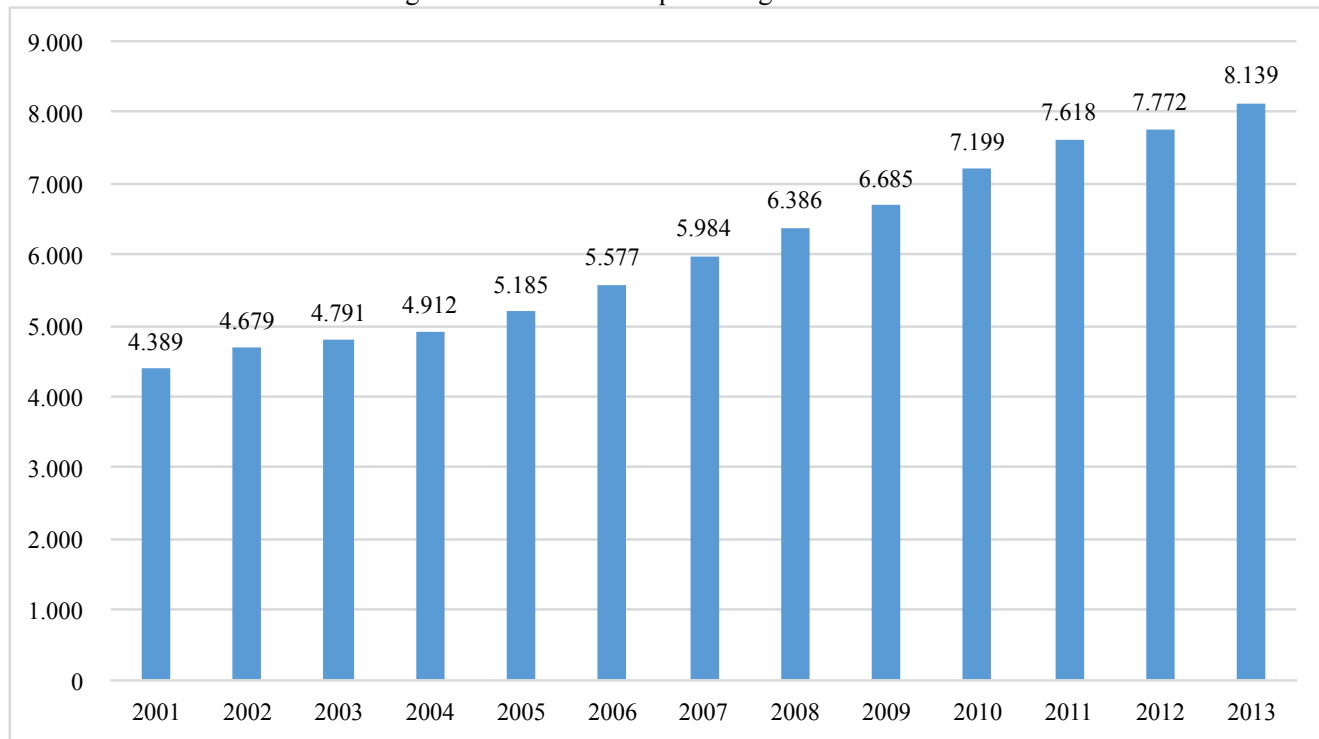
O porte destas empresas, medido por meio do número de empregados, aponta para empresas que empregam entre um a quatro empregados, representando mais de 40% das empresas. Por outro lado as empresas que possuem mais de mil empregados representam 0,05%.

Tabela 1- Número de empresas registradas no setor

Porte da empresa	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
0 Empregado		563	643	499	480	526	564	642	679	700	883	795	871
De 1 a 4		2.060	2.054	2.068	2.256	2.328	2.530	2.691	2.777	2.968	3.174	3.368	3.546
De 5 a 9		827	850	965	958	1.078	1.147	1.232	1.305	1.450	1.421	1.430	1.485
De 10 a 19		606	594	652	705	793	852	918	945	1.010	1.057	1.106	1.137
De 20 a 49		433	455	499	544	582	602	614	666	727	735	718	755
De 50 a 99		101	106	137	147	166	175	177	188	212	219	222	204
De 100 a 249		63	59	63	67	78	82	80	91	101	98	101	105
De 250 a 499		18	23	21	19	14	20	18	21	18	19	20	22
De 500 a 999		6	5	6	7	10	9	11	9	8	7	8	11
1000 ou Mais		2	2	2	2	2	3	3	4	5	5	4	3
Total	4.389	4.679	4.791	4.912	5.185	5.577	5.984	6.386	6.685	7.199	7.618	7.772	8.139

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Figura 1- Número de empresas registradas no setor



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

3.1.2 Tamanho das empresas

A base de dados utiliza o número de funcionários vinculados às empresas para medir seu tamanho, o qual é separado por faixas de quantidade de empregados nas empresas, conforme demonstra a tabela 2. Destaca-se, a partir dela, o número máximo e mínimo de funcionários empregados em cada natureza jurídica e qual tamanho de empresa estes funcionários exercem suas atividades.

Destacam-se entre 2001 e 2013, nas empresas SA Aberta, àquelas que empregam entre 250 e 499 funcionários são as que se destacam com maior quantidade de vínculos empregatícios, com um total de 7.326 empregados. Por outro lado as empresas que menos empregam são as que possuem entre 1 e 4 funcionários, vinculando-se à este tipo de empresa com este porte, 40 empregados.

As SA Fechada que mais empregam são as com porte para empregar de 500 a 999 pessoas, neste caso empregam 11.875 pessoas. Ainda nesta natureza jurídica, àquelas com porte para empregar de 5 a 9 pessoas são as que menos registram vínculos empregatícios, 28 pessoas. A Sociedade de Quota Ltda. é o tipo de empresa que possui mais vínculos empregatícios, totalizando entre todas as empresas caracterizadas neste tipo 916.603 vínculos. Empresas com capacidade para empregar entre 20 e 49 pessoas empregam 195.357, já as que menos empregam são as que têm capacidade de empregar entre 1 e 4 pessoas, contabilizando 50.386 vínculos.

Para empresas com Sociedade em Conta de Participação que possuem algum vínculo empregatício são as que empregam entre 10 e 249 pessoas. Não há vínculos em empresas com menor porte e nem com porte superior à 249 empregados. Deste modo, àquelas com capacidade de empregar entre 10 e 19 pessoas registram 35 vínculos, e as com capacidade de empregar entre 100 e 249, registram 3.460 pessoas empregadas.

Firmas Mercantis Individuais empregam 36.063 em empresas com capacidade de criar vínculos empregatícios entre 20 e 49 pessoas. Por outro lado 3.819 pessoas são empregadas em empresas com capacidade de alocar entre 100 e 249 pessoas.

Empresas Individuais de Responsabilidade Ltda. (de natureza empresária) totalizam 2.095 vínculos, dos quais 482 estão em empresas com capacidade de empregar 20 a 49 pessoas, e 113 estão naquelas com capacidade de se vincular com 50 a 99 pessoas.

A categoria “outras” se refere ao agrupamento dos dados das naturezas jurídicas que totalizavam menos de setecentos empregados, as

quais estão explicitadas no apêndice G. Esta categoria representa 0,14% do total das naturezas jurídicas, enquanto as naturezas jurídicas que apresentam mais de setecentos funcionários representam quase 99,86%.

A categoria “outras” é a que apresenta menores vínculos em seu total, 1.496. Acima dela se encontram as Empresas Individuais de Responsabilidade Ltda. (de natureza empresária). Totaliza-se 347 pessoas vinculadas às empresas da categoria “outras” com capacidade de empregar entre 10 e 19 pessoas. Em empresas com porte entre 5 a 9 pessoas, totaliza-se 215 empregos.

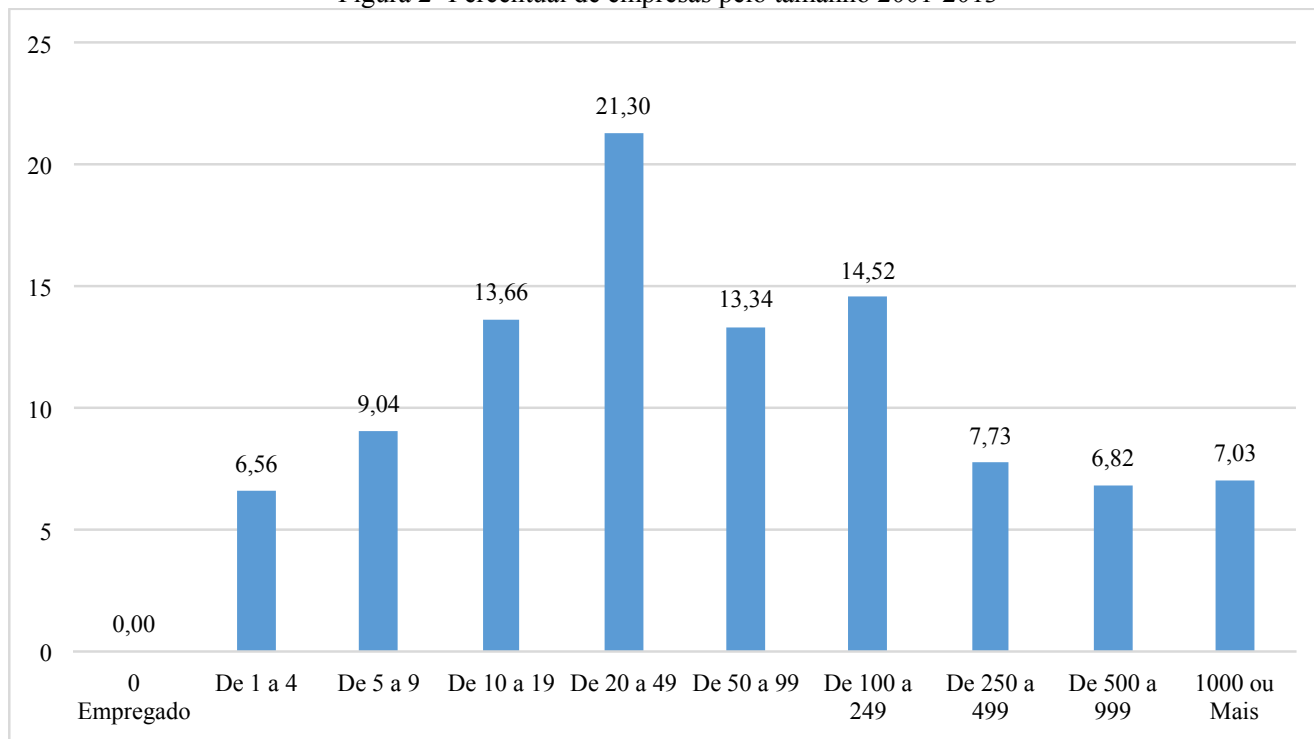
De modo geral empresas de porte entre 20 e 49 pessoas representam a maioria dos vínculos, totalizando 233.124 pessoas empregadas em empresas deste porte. Na outra extremidade, com a menor quantidade de vínculos empregatícios estão as empresas com capacidade de empregar entre 1 a 4 pessoas, totalizando 71.846 empregados. Respectivamente, representando 21,30% e 6,56% em relação ao total de empregados no setor.

Tabela 2- Tamanho das empresas 2001-2013

Porte da empresa	SA Aberta	SA Fechada	Sociedade QT Ltda	Sociedade em Conta de Participaçã o	Firma Mercantil Individual	Empresa Individual de Responsabili dade Ltda (De Natureza Empresária)	Outras	Total	%
0 Empregado									
De 1 a 4	41	99	50.386		20.983	115	222	71.846	6,56
De 5 a 9	48	28	73.869		24.613	219	215	98.992	9,04
De 10 a 19	45	52	117.737	35	30.798	463	347	149.477	13,66
De 20 a 49	444	500	195.357	53	36.063	482	225	233.124	21,30
De 50 a 99	932	382	131.894	142	12.235	113	256	145.954	13,34
De 100 a 249	1.162	3.127	146.787	3.460	3.819	390	231	158.976	14,52
De 250 a 499	7.326	7.147	69.772			313		84.558	7,73
De 500 a 999	537	11.875	62.206					74.618	6,82
1000 ou Mais	6.785	1.583	68.595					76.963	7,03
Total	17.320	24.793	916.603	3.690	128.511	2.095	1.496	1.094.508	100,00

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Figura 2- Percentual de empresas pelo tamanho 2001-2013



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

3.1.3 Gênero

Os empregados que exercem função nas empresas do setor totalizam 1.094.508, entre os anos analisados. Destes, 79,10% são mulheres e quase 21% são homens.

Percebe-se, ao analisar a tabela 3, que cada tipo de empresa possui um ano de maior concentração. As SA Aberta, possuem sua maior concentração em 2005 com mais de 23% do total de homens trabalhando entre os anos analisados. As SA Fechada obtém maior concentração em 2012. As de Sociedade de Quota Ltda., Firma Mercantil e Empresa Individual de Responsabilidade Ltda. (de natureza empresária) apresentam maior concentração de vínculos em 2013, enquanto as empresas de Sociedade em Conta de Participação e aquelas categorizadas com Outras, apresentam maior concentração nos anos de 2007 e 2001, respectivamente.

O mesmo se repete ao analisar a concentração de mulheres (tabela 4). Porém os valores são alterados, devido a maior quantidade de mulheres trabalhando no setor.

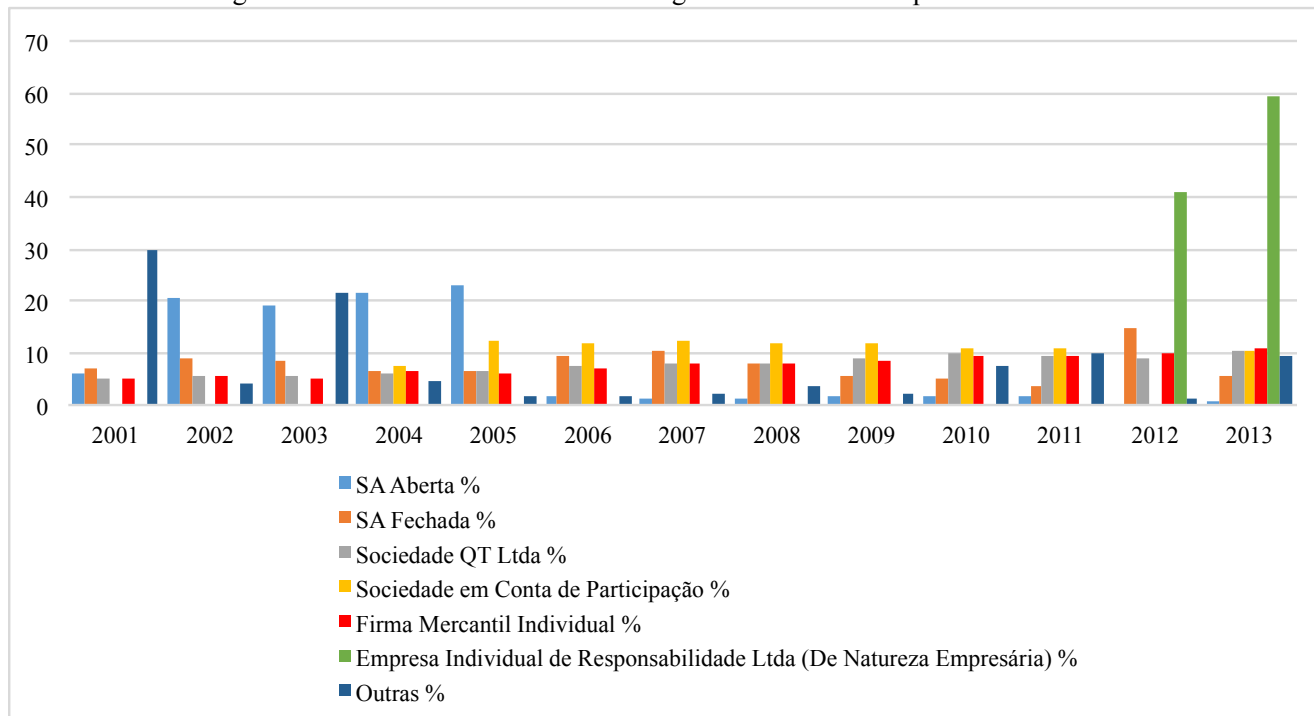
Os vínculos estabelecidos pelas empresas possibilitam identificar a natureza jurídica que mais emprega no setor. A tabela 5 destaca as empresas de Sociedade de Quota Ltda. com 83,75% dos vínculos. Em seguida as Firmas Mercantis representam 11,74% dos vínculos. A soma dos vínculos estabelecidos pelas empresas destas duas naturezas jurídicas concentram mais de 95% dos empregos.

Tabela 3- Trabalhadores do gênero masculino no período 2001-2013

Ano	SA Aberta	SA Aberta %	SA Fechada	SA Fechada %	Sociedade QT Ltda	Sociedade QT Ltda %	Sociedade em Conta de Participação	Sociedade em Conta de Participação %	Firma Mercantil Individual	Firma Mercantil Individual %	Empresa Individual de Responsabilidade Ltda (De Natureza Empresária)	Empresa Individual de Responsabilidade Ltda (De Natureza Empresária) %	Outras	Outras %	Total	Total %
2001	257	5,95	639	6,89	10.236	5,29			1.046	5,17			89	29,77	12.267	5,36
2002	880	20,38	846	9,13	10.474	5,41			1.127	5,57			12	4,01	13.339	5,83
2003	831	19,24	783	8,45	10.688	5,52			1.065	5,26			64	21,40	13.431	5,87
2004	922	21,35	626	6,75	11.674	6,03	50	7,60	1.294	6,40			14	4,68	14.588	6,37
2005	997	23,08	593	6,40	12.403	6,41	80	12,16	1.260	6,23			5	1,67	15.338	6,70
2006	71	1,64	878	9,47	14.660	7,58	78	11,85	1.424	7,04			5	1,67	17.116	7,48
2007	63	1,46	969	10,45	15.271	7,89	82	12,46	1.580	7,81			6	2,01	17.971	7,86
2008	60	1,39	733	7,91	15.896	8,21	78	11,85	1.610	7,96			11	3,68	18.388	8,04
2009	65	1,50	524	5,65	17.554	9,07	78	11,85	1.693	8,37			7	2,34	19.921	8,71
2010	72	1,67	491	5,30	18.794	9,71	71	10,79	1.935	9,57			23	7,69	21.386	9,35
2011	67	1,55	337	3,64	18.783	9,71	71	10,79	1.956	9,67			30	10,03	21.244	9,29
2012			1.353	14,60	17.235	8,91			1.981	9,79	193	40,72	4	1,34	20.766	9,08
2013	34	0,79	497	5,36	19.853	10,26	70	10,64	2.257	11,16	281	59,28	29	9,70	23.021	10,06
Total	4.319	100,00	9.269	100,00	193.521	100,00	658	100,00	20.228	100,00	474	100,00	299	100,00	228.768	100,00

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Figura 3- Percentual de trabalhadores do gênero masculino no período 2001-2013



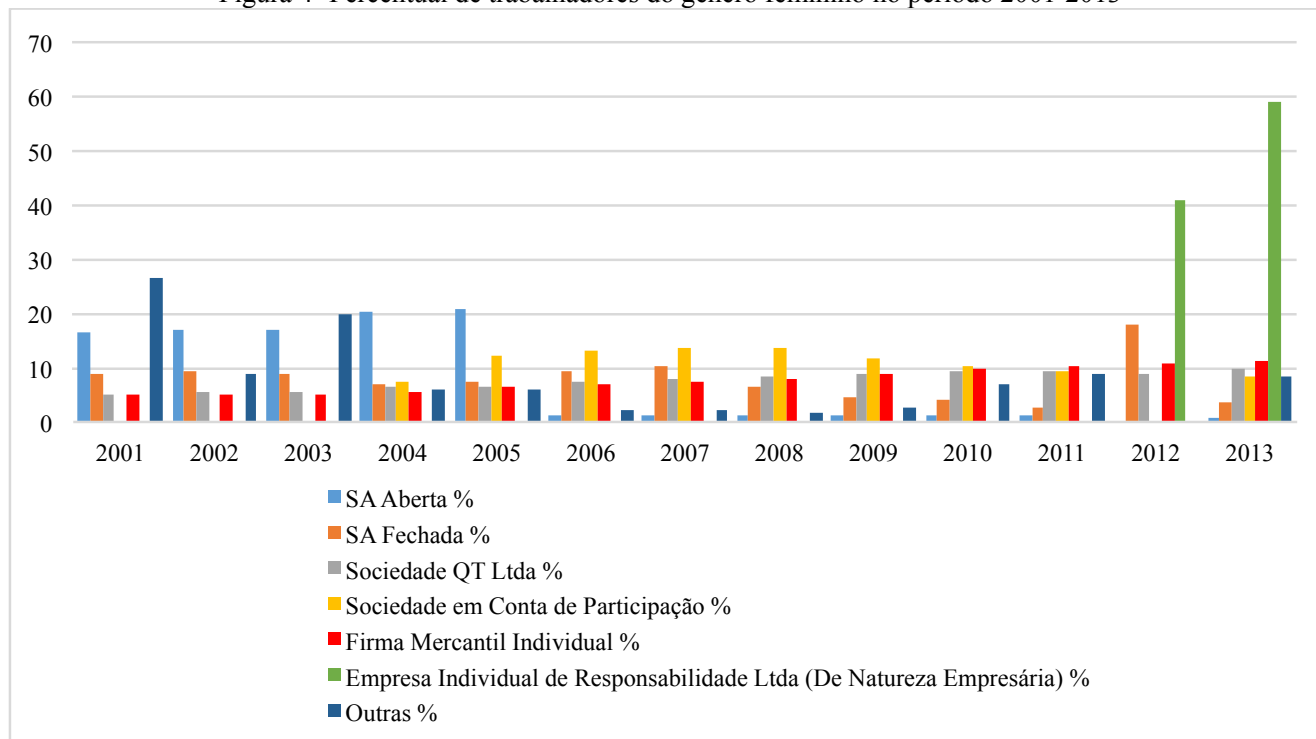
Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Tabela 4- Trabalhadores do gênero feminino no período 2001-2013

Ano	SA Aberta	SA Aberta %	SA Fechada	SA Fechada %	Sociedade QT Ltda	Sociedade QT Ltda %	Sociedade em Conta de Participação	Sociedade em Conta de Participação %	Firma Mercantil Individual	Firma Mercantil Individual %	Empresa Individual de Responsabilidade Ltda (De Natureza Empresária)	Empresa Individual de Responsabilidade Ltda (De Natureza Empresária) %	Outras	Outras %	Total	Total %
2001	2.115	16,27	1.365	8,79	37.783	5,23			5.210	4,811			315	26,32	46.788	5,40
2002	2.233	17,18	1.476	9,51	39.921	5,52			5.446	5,029			105	8,77	49.181	5,68
2003	2.233	17,18	1.340	8,63	41.588	5,75			5.446	5,029			238	19,88	50.845	5,87
2004	2.652	20,40	1.097	7,07	45.328	6,27	230	7,59	6.100	5,633			72	6,02	55.479	6,41
2005	2.687	20,67	1.124	7,24	47.975	6,63	376	12,40	6.838	6,315			71	5,93	59.071	6,82
2006	137	1,05	1.459	9,40	54.490	7,54	393	12,96	7.364	6,801			27	2,26	63.870	7,38
2007	156	1,20	1.564	10,07	57.843	8,00	417	13,75	8.265	7,633			24	2,01	68.269	7,89
2008	159	1,22	1.033	6,65	60.445	8,36	411	13,56	8.602	7,944			22	1,84	70.672	8,16
2009	177	1,36	687	4,43	64.278	8,89	354	11,68	9.377	8,660			33	2,76	74.906	8,65
2010	186	1,43	614	3,96	69.068	9,55	307	10,13	10.795	9,969			84	7,02	81.054	9,36
2011	164	1,26	412	2,65	69.063	9,55	289	9,53	11.139	10,287			108	9,02	81.175	9,38
2012			2.796	18,01	65.153	9,01			11.416	10,543	661	40,78			80.026	9,24
2013	102	0,78	557	3,59	70.147	9,70	255	8,41	12.285	11,345	960	59,22	98	8,19	84.404	9,75
Total	13.001	100,00	15.524	100,00	723.082	100,00	3.032	100,00	108.283	100,000	1.621	100,00	1.197	100,00	865.740	100,00

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Figura 4- Percentual de trabalhadores do gênero feminino no período 2001-2013



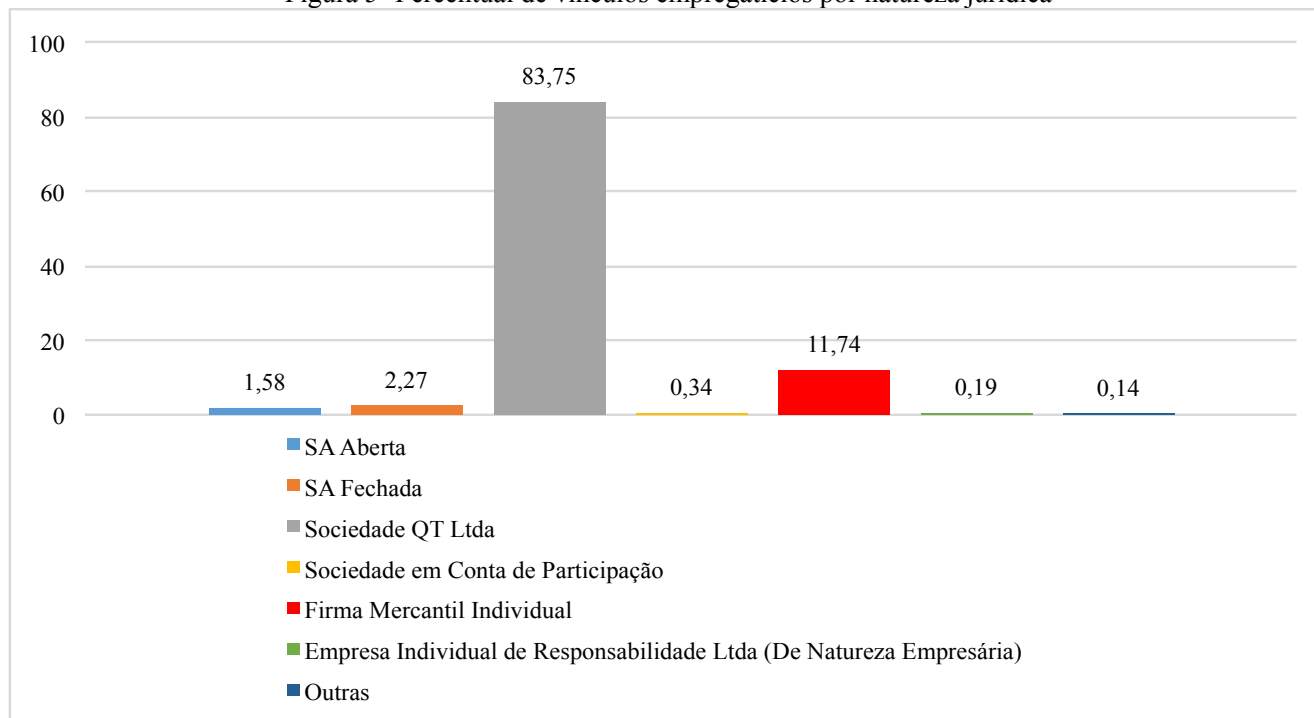
Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Tabela 5- Vínculos empregatícios por natureza jurídica

Natureza Jurídica	Vínculos	%
SA Aberta	17.320	1,58
SA Fechada	24.793	2,27
Sociedade QT Ltda	916.603	83,75
Sociedade em Conta de Participação	3.690	0,34
Firma Mercantil Individual	128.511	11,74
Empresa Individual de Responsabilidade Ltda (De Natureza Empresária)	2.095	0,19
Outras	1.496	0,14
Total	1.094.508	100,00

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Figura 5- Percentual de vínculos empregatícios por natureza jurídica



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Nota: valores em %

Associando dados da tabela 2 e 5, é possível identificar o percentual de contribuição das empresas que mais empregam em cada natureza jurídica. O quadro 4 apresenta os vínculos totais, como observado na tabela 5; o porte das empresas que mais empregam e; quantos vínculos se referem à este porte, conforme tabela 2. Deste modo é possível visualizar qual a maior contribuição de cada natureza jurídica para a formação dos vínculos empregatícios no setor.

Quadro 4- Relação vínculos no porte e vínculos totais

NATUREZA JURÍDICA	VÍNCULOS TOTAIS	PORTE COM MAIS VÍNCULOS	VÍNCULOS NO PORTE	%
SA Aberta	17.320	De 250 a 499	7.326	0,67
SA Fechada	24.793	De 500 a 999	11.875	1,08
Sociedade QT Ltda.	916.603	De 20 a 49	195.357	17,85
Sociedade em conta de participação	3.690	De 100 a 249	3.460	0,32
Firma mercantil individual	128.511	De 20 a 49	36.063	3,29
Empresa individual de responsabilidade Ltda. (de natureza empresária)	2.095	De 20 a 49	482	0,04
Outras	1.496	De 10 a 19	347	0,03
TOTAL	1.094.508		254.910	23,29

Fonte: desenvolvido pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Percebe-se que os portes de empresas que mais empregam de cada natureza jurídica representam valores modestos, porém são responsáveis por 23,29% do total de vínculos empregatícios apresentados entre 2001 e 2013. Destacam-se as empresas de Sociedade de Quota Ltda., a qual somente as empresas com capacidade de

empregar entre 20 a 49 pessoas, representam 17,85% dos vínculos totais do setor.

3.1.4 Remuneração

Entre as faixas salariais apresentadas pela base de dados, observa-se que remuneração média praticada entre os anos analisados que mais se destaca compreende 1,01 e 1,50 salário mínimo, referindo-se à mais de 37% das faixas salariais praticadas. Inversamente, 0,08% das remunerações são até meio salário mínimo, como se observa na tabela 6.

Entre os homens, a maior faixa salarial praticada está entre 2,01 e 3 salários mínimos, representando 26,08% da concentração masculina. A menor concentração de homens está na faixa salarial referente à até meio salário mínimo. Entre as mulheres, a concentração está entre 1,01 e 1,50, representando 40,98% da concentração feminina. Já a menor concentração de mulheres está dividida igualmente em duas faixas salariais, a referente a 15,01 e 20,00 e a Mais de 20 salários mínimos, cada uma com 0,03% das mulheres.

A tabela 7 demonstra que a maioria dos homens, 59.670, que recebem 2,01 a 3,00 salários mínimos, representam quase 5,5% do total de empregados. As mulheres que se concentram na faixa salarial entre 1,01 e 1,50 salário mínimo, representam aproximadamente 32% do total de empregados.

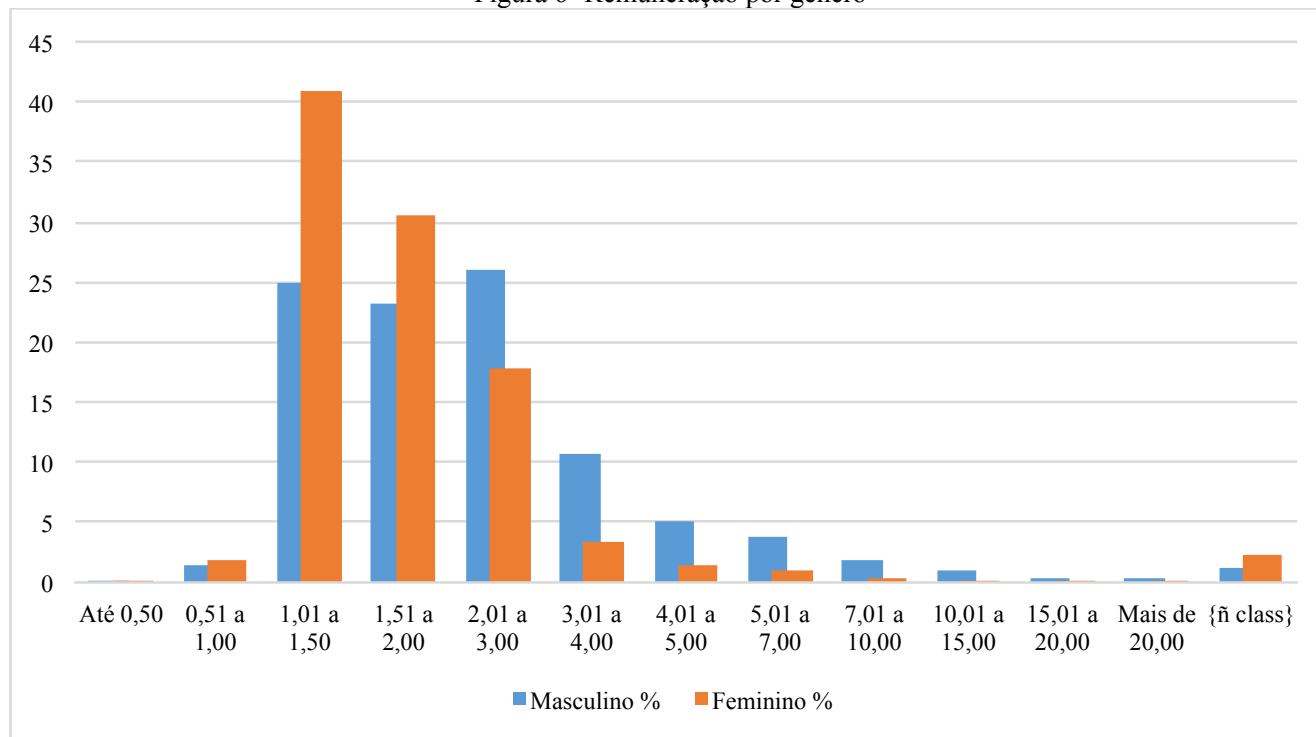
Os vínculos empregatícios se concentram nas faixas salariais entre 1,01 e 3,00 salários mínimos. A soma dos vínculos relacionados à estas faixas de remuneração resulta em 170.012 homens, que representam 15,53% dos empregados; e 773.665 mulheres, representando 70,69% do total de empregados. Estes vínculos somados, representam 86,22% do total de vínculos empregatícios no setor.

Tabela 6- Remuneração por gênero

Faixa Remun Média (SM)	Masculino	Masculino %	Feminino	Feminino %	Total	Total %
Até 0,50	222	0,10	621	0,07	843	0,08
0,51 a 1,00	3.428	1,50	16.500	1,91	19.928	1,82
1,01 a 1,50	57.062	24,94	354.802	40,98	411.864	37,63
1,51 a 2,00	53.280	23,29	265.016	30,61	318.296	29,08
2,01 a 3,00	59.670	26,08	153.847	17,77	213.517	19,51
3,01 a 4,00	24.344	10,64	30.072	3,47	54.416	4,97
4,01 a 5,00	11.406	4,99	11.726	1,35	23.132	2,11
5,01 a 7,00	8.765	3,83	7.773	0,90	16.538	1,51
7,01 a 10,00	4.275	1,87	3.739	0,43	8.014	0,73
10,01 a 15,00	2.055	0,90	1.392	0,16	3.447	0,31
15,01 a 20,00	700	0,31	286	0,03	986	0,09
Mais de 20,00	969	0,42	266	0,03	1.235	0,11
{ñ class}	2.592	1,13	19.700	2,28	22.292	2,04
Total	228.768	100,00	865.740	100,00	1.094.508	100,00

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Figura 6- Remuneração por gênero



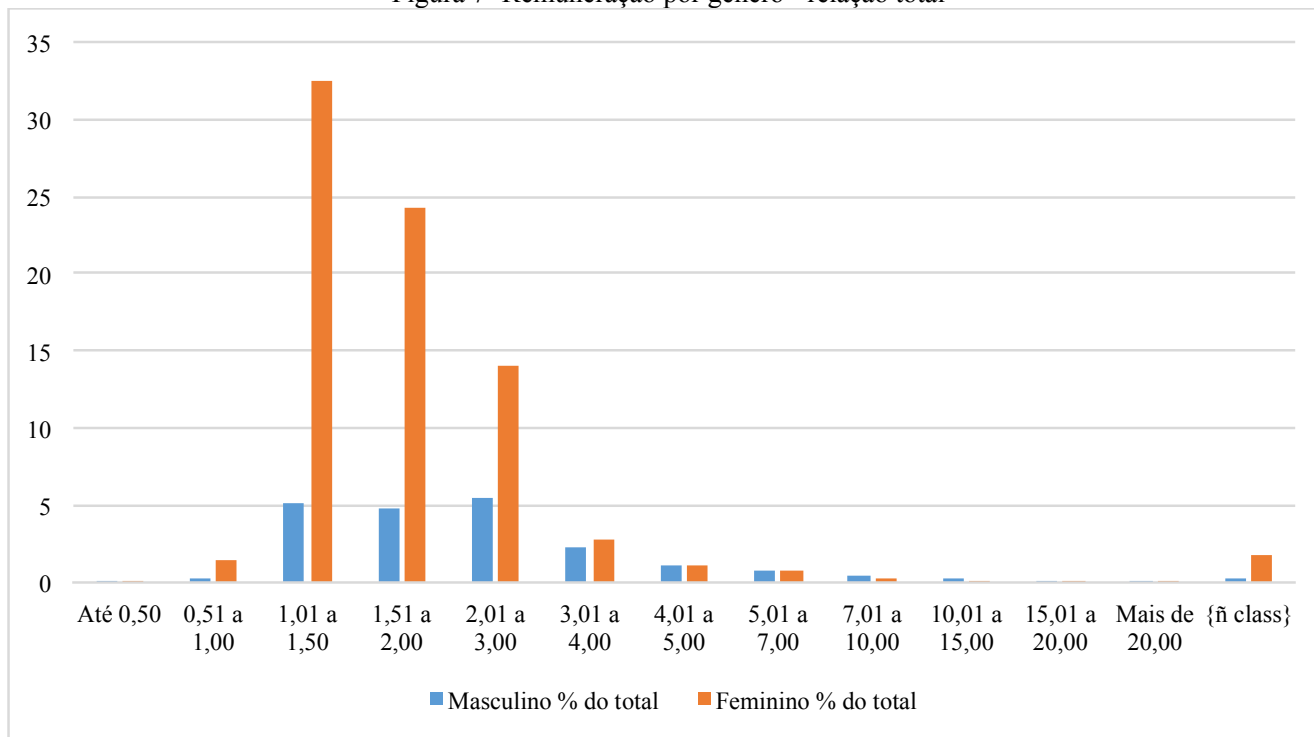
Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Tabela 7- Remuneração por gênero - relação total

Faixa Remun Média (SM)	Masculino	Masculino % do total	Feminino	Feminino % do total	Total
Até 0,50	222	0,02	621	0,06	843
0,51 a 1,00	3.428	0,31	16.500	1,51	19.928
1,01 a 1,50	57.062	5,21	354.802	32,42	411.864
1,51 a 2,00	53.280	4,87	265.016	24,21	318.296
2,01 a 3,00	59.670	5,45	153.847	14,06	213.517
3,01 a 4,00	24.344	2,22	30.072	2,75	54.416
4,01 a 5,00	11.406	1,04	11.726	1,07	23.132
5,01 a 7,00	8.765	0,80	7.773	0,71	16.538
7,01 a 10,00	4.275	0,39	3.739	0,34	8.014
10,01 a 15,00	2.055	0,19	1.392	0,13	3.447
15,01 a 20,00	700	0,06	286	0,03	986
Mais de 20,00	969	0,09	266	0,02	1.235
{ñ class}	2.592	0,24	19.700	1,80	22.292
Total	228.768	20,90	865.740	79,10	1.094.508

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Figura 7- Remuneração por gênero - relação total



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Observando a tabela 8 se percebe que a faixa salarial que menos apresenta registros se refere àquela até meio salário mínimo, a qual é representada pelos 27 vínculos em 2001. Na outra extremidade da tabela se observa que 0,09% dos vínculos se concentram numa faixa de remuneração média que abrange 15,01 e 20,00 salários mínimos. Destacando os 59 vínculos para esta faixa de remuneração em 2006. A faixa salarial com maior número de pessoas vinculadas está em 2012, e sua renda varia entre 1,01 e 1,50 salário mínimo (44.132 vínculos neste ano).

A mesma tabela informa que entre os anos abordados houve uma média de 84.193 empregados no setor, concentrando a maioria dos vínculos em uma renda de 1,01 e 1,50 salário mínimo, com uma média de 31.682 vínculos para esta faixa salarial.

A figura 8 destaca a soma das contratações ano após ano, apontando para um aumento do emprego no setor, correspondendo a um acréscimo de 81,91% de empregados entre 2001 e 2013, além de destacar a constância de crescimento das contratações.

A figura 9 demonstra a evolução da contratação por faixa de remuneração, destacando-se três faixas. O pessoal contratado que recebia entre 2,01 e 3,00 salários mínimos mostra variações entre 2001 e 2006, ano em que iniciou o aumento de contratações, alcançando seu máximo em 2011, seguido de um declínio no ano seguinte e a retomada em 2013.

A segunda faixa de remuneração de destaque é aquela referente à 1,51 e 2,00 salários mínimos, apresentando tendência de crescimento mesmo com alguns declínios em 2006 e 2012.

As contratações em maior volume estão na faixa de remuneração relativa à 1,01 e 1,50 salário mínimo. A tendência também é de crescimento, porém com uma variação percentual de 38,44% de acréscimo entre os anos de 2005 e 2006. Contrariando as outras duas faixas mencionadas, a queda das contratações desta faixa ocorrem em 2011, um ano antes em relação às outras.

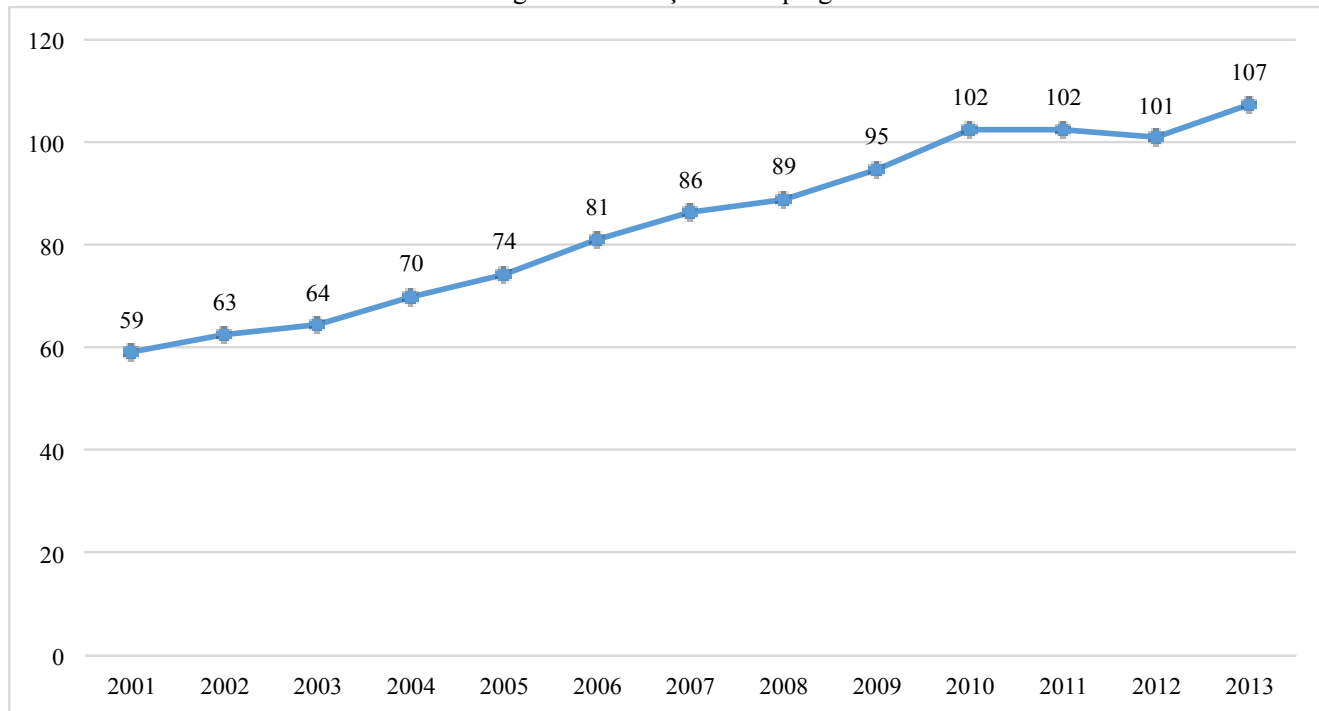
Com um comportamento mais homogêneo as outras faixas de remuneração variam pouco entre os anos. As contratações para a faixa salarial acima de 20 salários mínimos é a que detém destaque entre estas últimas, porém há de se atentar às aquelas contratações que não há faixa de remuneração classificada, pois esta apresenta crescimento constante a partir de 2004.

Tabela 8- Remuneração ano a ano

Faixa Remun Média (SM)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Até 0,50	27	49	38	44	59	67	92	79	80	72	80	65	91
0,51 a 1,00	1.183	996	1.092	1.267	1.472	1.566	1.666	1.810	2.035	1.458	1.553	1.785	2.045
1,01 a 1,50	14.434	16.157	19.782	20.210	23.811	32.963	36.256	36.794	40.560	43.705	39.923	44.132	43.137
1,51 a 2,00	18.335	21.048	21.467	23.388	23.973	22.684	23.853	24.565	25.493	28.607	28.808	26.367	29.708
2,01 a 3,00	16.271	15.360	14.071	16.158	15.662	14.894	15.178	16.322	16.746	17.415	19.410	16.850	19.180
3,01 a 4,00	4.246	4.472	3.891	4.418	4.208	3.772	3.724	3.927	3.890	4.299	4.736	4.031	4.802
4,01 a 5,00	2.029	2.004	1.782	2.152	1.974	1.496	1.471	1.424	1.520	1.689	1.867	1.731	1.993
5,01 a 7,00	1.244	1.189	1.010	1.148	1.099	1.009	1.125	1.223	1.278	1.458	1.578	1.450	1.727
7,01 a 10,00	696	679	601	653	661	615	601	589	557	563	654	473	672
10,01 a 15,00	303	289	257	297	259	231	223	216	224	261	423	208	256
15,01 a 20,00	102	83	82	77	69	59	64	63	64	76	102	61	84
Mais de 20,00	96	120	103	98	91	82	74	74	76	89	126	82	124
{ñ class}	89	74	100	149	1.071	1.548	1.913	1.974	2.304	2.748	3.159	3.557	3.606
Total	59.055	62.520	64.276	70.059	74.409	80.986	86.240	89.060	94.827	102.440	102.419	100.792	107.425

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

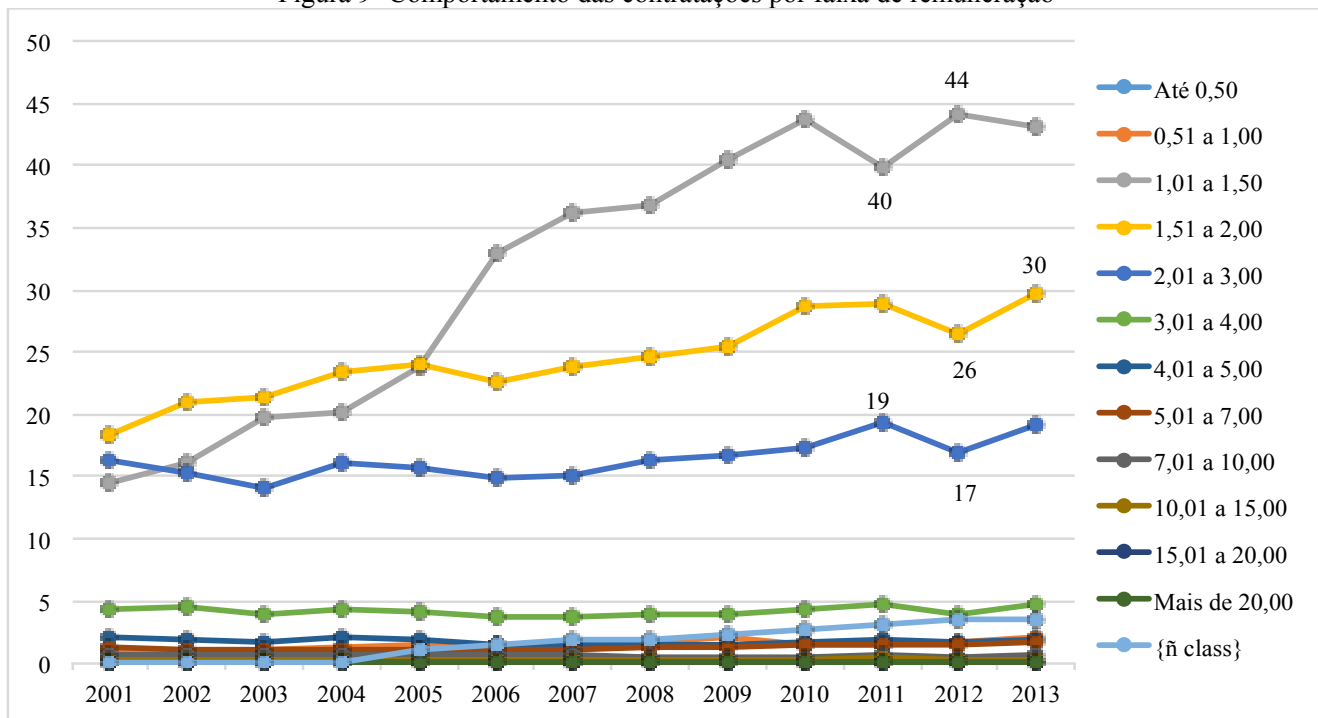
Figura 8- Evolução do emprego



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Nota: valores em milhares e arredondados referentes aos totais anuais

Figura 9- Comportamento das contratações por faixa de remuneração



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Nota: valores em milhares e arredondados referentes às faixas de remuneração média

A divisão destes empregados entre as empresas já foi explanada com o auxílio da tabela 5 e do quadro 4. Porém a tabela 9 proporciona visualizar a quantidade de vínculos empregatícios em cada natureza jurídica e qual a faixa de remuneração média de cada um. Deste modo, destaca-se os 7.691 e os 9.397 empregados da SA Aberta e da SA Fechada, respectivamente, com remuneração média entre 2,01 e 3,00 salários mínimos.

Em empresas de Sociedade de Quota Ltda., Sociedade em Conta de Participação, Firma Mercantil Individual e Empresa Individual de Responsabilidade Ltda. (de natureza empresária) a concentração de 330.300, 2.230, 73.201 e 957 empregados, respectivamente, apresentam-se na faixa de remuneração que compreende 1,01 e 1,50 salário mínimo.

Com remuneração média entre 1,51 e 2,00 salários mínimos, observa-se 586 empregados que fazem parte do aglomerado de “outras” empresas.

Tabela 9- Concentração de empregados no setor segregados por natureza jurídica e faixa de remuneração média

Faixa Remun Média (SM)	SA Aberta	SA Fechada	Sociedade QT Ltda	Sociedade em Conta de Participação	Firma Mercantil Individual	Empresa Individual de Responsabil idade Ltda (De Natureza Empresária)	Outras	Total	%
Até 0,50	11	37	705	1	86	1	2	843	0,08
0,51 a 1,00	62	143	15.795	80	3.773	33	42	19.928	1,82
1,01 a 1,50	1.334	3.369	330.300	2.230	73.201	957	473	411.864	37,63
1,51 a 2,00	2.966	6.334	272.805	908	34.120	577	586	318.296	29,08
2,01 a 3,00	7.691	9.397	184.286	252	11.308	303	280	213.517	19,51
3,01 a 4,00	2.502	2.453	47.002	72	2.214	107	66	54.416	4,97
4,01 a 5,00	970	1.126	20.288	28	668	37	15	23.132	2,11
5,01 a 7,00	788	827	14.419	20	448	26	10	16.538	1,51
7,01 a 10,00	421	339	7.013	15	211	5	10	8.014	0,73
10,01 a 15,00	246	246	2.930	4	17	2	2	3.447	0,31
15,01 a 20,00	82	92	804		7		1	986	0,09
Mais de 20,00	155	140	931	4	3		2	1.235	0,11
{ñ class}	92	290	19.325	76	2.455	47	7	22.292	2,04
Total	17.320	24.793	916.603	3.690	128.511	2.095	1.496	1.094.508	100,00

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

3.1.5 Faixa etária

As firmas inerentes ao setor em estudo compreendem, em maior parcela, uma população jovem, entre 18 e 24 anos, representando mais de 27% dos empregados no setor. Esta parcela de empregados está inserida, principalmente, em empresas do tipo SA Aberta, Sociedade de Quota Ltda., Sociedade em Conta de Participação e Firma Mercantil Individual, destacando-se entre elas as empresas de Sociedade de Quota Ltda., as quais assumem aproximadamente 84% dos empregados para desta faixa etária. Entre as empresas que menos empregam pessoas desta faixa etária, destaca-se a categoria “outras”, seguida pelas Empresas Individuais de Responsabilidade Ltda. (de natureza empresária), conforme demonstra a tabela 10.

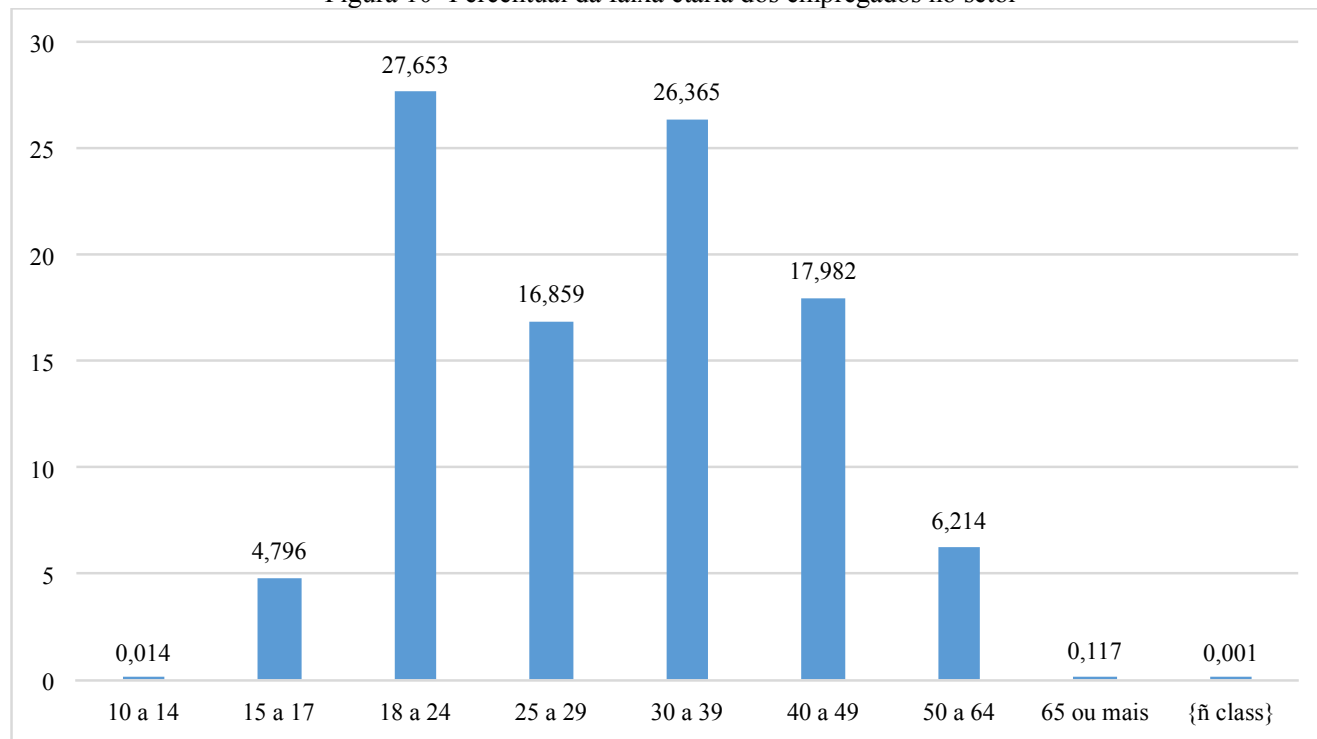
Aqueles com idade entre 30 e 39 anos que representam a maioria dos empregados nesta faixa etária, estão vinculados, também, às empresas de Sociedade de Quota Ltda. Nesta faixa etária as empresas que menos empregam se assemelham àquelas referentes à faixa etária entre 18 e 24 anos.

Tabela 10- Faixa etária dos empregados no setor

Faixa Etária	SA Aberta	SA Fechada	Sociedade QT Ltda	Sociedade em Conta de Participação	Firma Mercantil Individual	Empresa Individual de Responsabil idade Ltda (de natureza empresária)	Outras	Total	%
10 a 14		10	143		5			158	0,014
15 a 17	537	858	43.879	67	7.020	80	47	52.488	4,796
18 a 24	6.120	6.083	254.210	1.012	34.382	525	330	302.662	27,653
25 a 29	3.703	3.904	155.497	790	20.037	374	214	184.519	16,859
30 a 39	5.116	6.998	242.058	951	32.435	560	449	288.567	26,365
40 a 49	1.557	5.585	163.948	660	24.373	368	325	196.816	17,982
50 a 64	274	1.334	55.837	200	10.052	185	128	68.010	6,214
65 ou mais	13	21	1.024	10	204	3	3	1.278	0,117
{ñ class}			7		3			10	0,001
Total	17.320	24.793	916.603	3.690	128.511	2.095	1.496	1.094.508	100,000

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Figura 10- Percentual da faixa etária dos empregados no setor



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

3.1.6 Escolaridade

A nomenclatura vigente até 2005 sofreu mudanças com a lei 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, a qual trata da inclusão de um ano para o ensino fundamental, totalizando nove anos, pois exige que crianças a partir dos seis de idade sejam matriculadas (BRASIL, 2006). Deste modo a nomenclatura vigente até 2005 difere em alguns termos daquela utilizada após esta data. A nomenclatura utilizada para esclarecer os dados relacionados à escolaridade dos empregados no setor, é apresentada da maneira utilizada nos dias correntes, ou seja, baseado no ensino em nove anos. O quadro 5 apresenta as diferenças desta nomenclatura.

Quadro 5- Ensino em nove anos

ENSINO EM 8 ANOS	ENSINO EM 9 ANOS
Analfabeto	Analfabeto
4ª série incompleto	Até 5ª incompleto
4ª série completo	5ª completo fundamental
8ª série incompleto	6ª a 9ª fundamental
8ª série completo	Fundamental completo
2º grau incompleto	Médio incompleto
2º grau completo	Médio completo
Superior incompleto	Superior incompleto
Superior completo	Superior completo
	Mestrado
	Doutorado

Fonte: desenvolvido pelo autor com base em Brasil (2006)

Com esta padronização da nomenclatura compreende-se que os homens que possuem escolaridade Médio Completo representam quase 34% dos homens empregados no setor, conforme tabela 11. Não muito diferente as mulheres também se concentram nesta escolaridade, representando quase 31,50% dos empregados, conforme demonstra a tabela 12.

Por outro lado os homens mestres e doutores (38) concentrados em empresas com Sociedade Quota Ltda., foram superiores às mulheres (33) nesta natureza jurídica. Destacando-se, também como a única empregadora de doutores, 25 no total, pois como empregadora de mestres, as empresas do tipo Firma Mercantil Individual também

apresentaram valores em seu quadro de funcionários, como visto nas tabelas 11, 12 e 13.

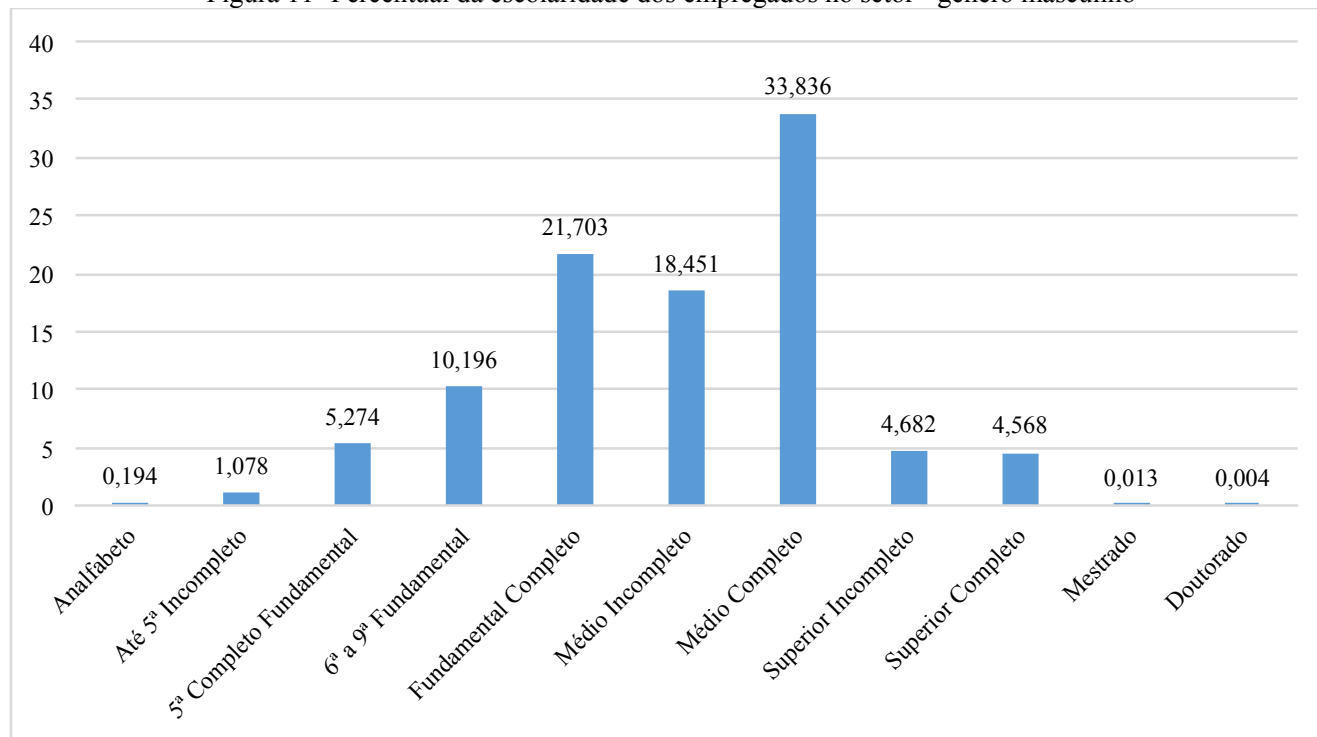
Destacam-se também as empresas que possuíam pessoas analfabetas em seu quadro de funcionários, entre elas as mulheres representaram pouco mais de 84% do total de analfabetos, ou 0,22% do total de empregados no setor (tabela 12). Os homens representaram 15,67% dos analfabetos, ou 0,04% do total de empregados (tabela 11).

Tabela 11- Escolaridade dos empregados no setor - gênero masculino

Escolaridade	SA Aberta	SA Fechada	Sociedade QT Ltda	Sociedade em Conta de Participação	Firma Mercantil Individual	Empresa Individual de Responsabilidade Ltda (De Natureza Empresária)	Outras	Total	%
Analfabeto	5	11	362		66			444	0,194
Até 5ª Incompleto	22	122	2.066	10	236	6	4	2.466	1,078
5ª Completo Fundamental	50	875	10.300	37	788	4	12	12.066	5,274
6ª a 9ª Fundamental	330	1.082	19.557	103	2.202	24	28	23.326	10,196
Fundamental Completo	495	1.414	42.362	59	5.146	97	76	49.649	21,703
Médio Incompleto	844	1.539	36.401	109	3.214	63	40	42.210	18,451
Médio Completo	1.635	2.700	64.699	256	7.756	243	116	77.405	33,836
Superior Incompleto	460	640	9.129	37	415	17	13	10.711	4,682
Superior Completo	478	886	8.607	47	403	20	10	10.451	4,568
Mestrado			28		2			30	0,013
Doutorado			10					10	0,004
Total	4.319	9.269	193.521	658	20.228	474	299	228.768	100,000

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Figura 11- Percentual da escolaridade dos empregados no setor - gênero masculino



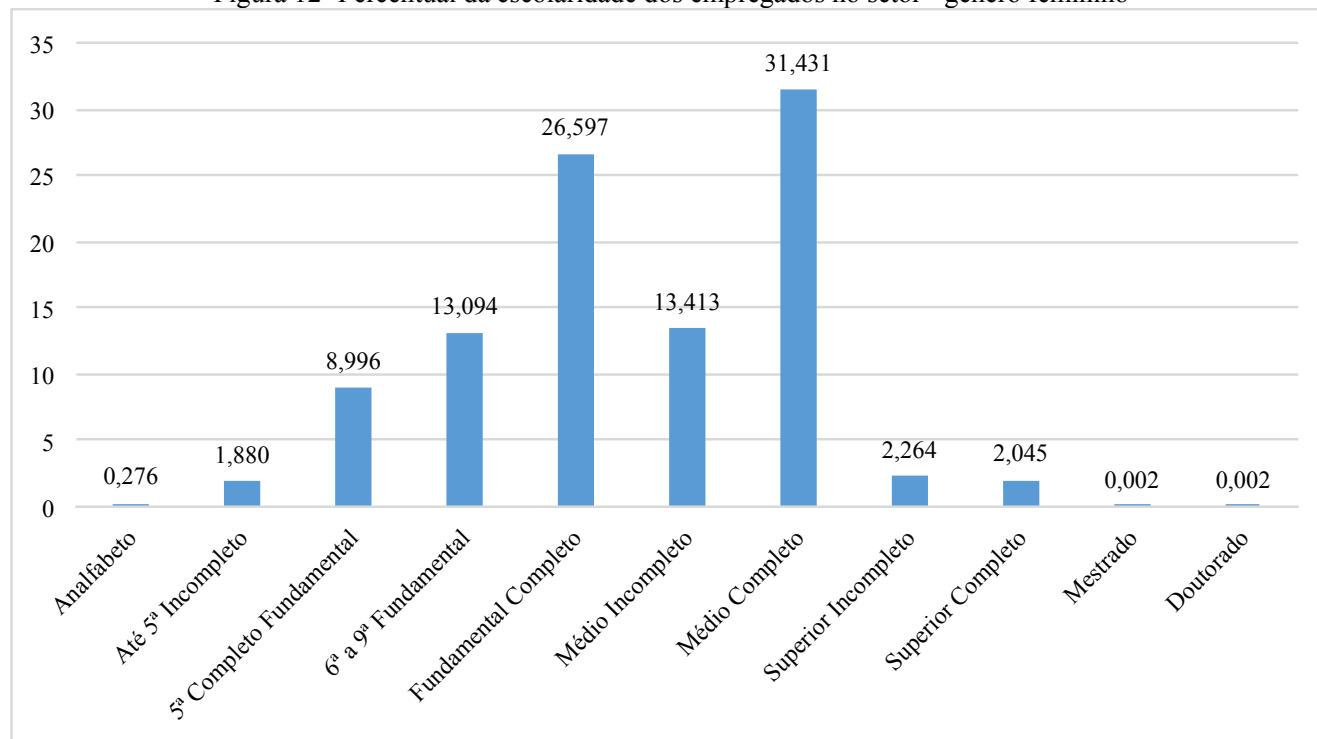
Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Tabela 12- Escolaridade dos empregados no setor - gênero feminino

Escolaridade	SA Aberta	SA Fechada	Sociedade QT Ltda	Sociedade em Conta de Participação	Firma Mercantil Individual	Empresa Individual de Responsabilidade Ltda (De Natureza Empresária)	Outras	Total	%
Analfabeto	5	12	1.922	1	443	6	1	2.390	0,276
Até 5ª Incompleto	86	250	13.476	110	2.305	19	32	16.278	1,880
5ª Completo Fundamental	514	2.299	66.485	232	8.243	30	81	77.884	8,996
6ª a 9ª Fundamental	1.643	2.535	94.539	451	13.897	120	171	113.356	13,094
Fundamental Completo	2.811	2.712	192.293	432	31.172	423	419	230.262	26,597
Médio Incompleto	2.796	2.002	97.579	384	13.054	175	130	116.120	13,413
Médio Completo	4.157	4.330	224.093	1.148	37.309	744	332	272.113	31,431
Superior Incompleto	617	645	17.140	122	1.014	44	16	19.598	2,264
Superior Completo	372	739	15.522	152	843	60	15	17.703	2,045
Mestrado			18		3			21	0,002
Doutorado			15					15	0,002
Total	13.001	15.524	723.082	3.032	108.283	1.621	1.197	865.740	100,000

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Figura 12- Percentual da escolaridade dos empregados no setor - gênero feminino



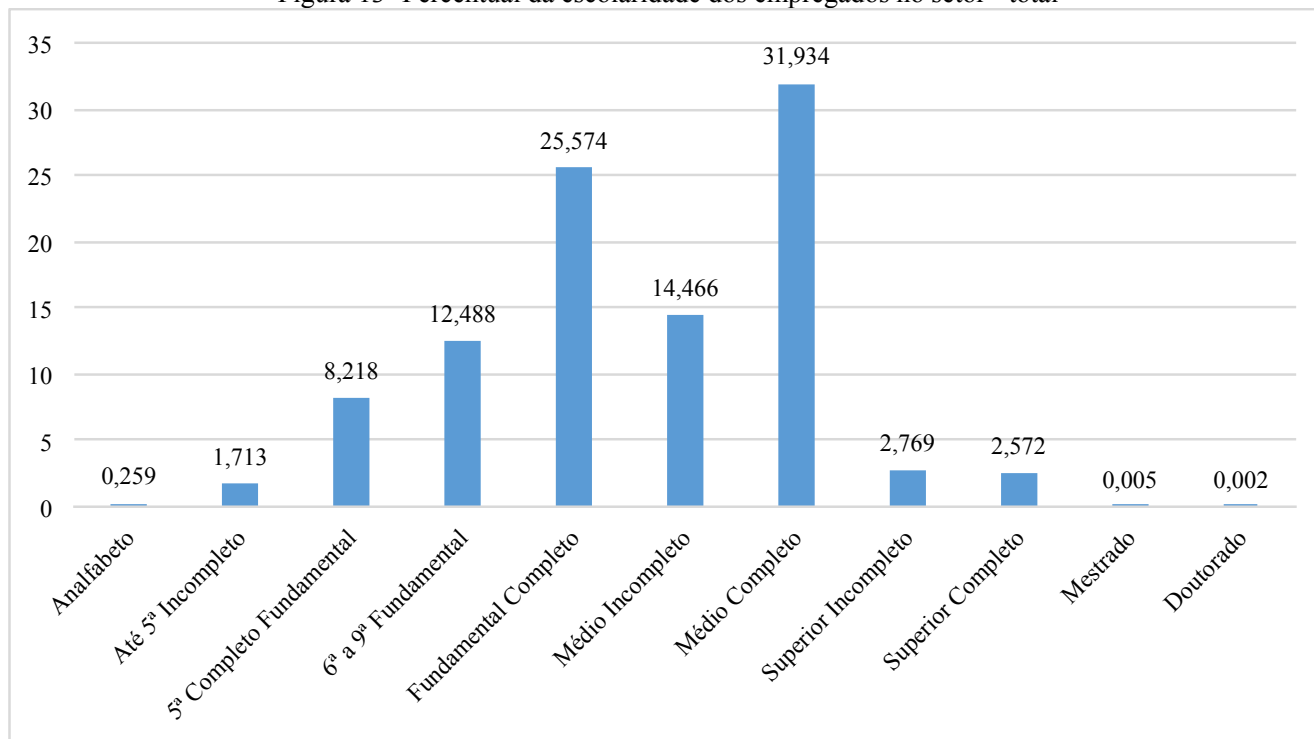
Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Tabela 13- Escolaridade dos empregados no setor - total

Escolaridade	SA Aberta	SA Fechada	Sociedade QT Ltda	Sociedade em Conta de Participação	Firma Mercantil Individual	Empresa Individual de Responsabili- dade Ltda (De Natureza Empresária)	Outras	Total	%
Analfabeto	10	23	2.284	1	509	6	1	2.834	0,259
Até 5ª Incompleto	108	372	15.542	120	2.541	25	36	18.744	1,713
5ª Completo Fundamental	564	3.174	76.785	269	9.031	34	93	89.950	8,218
6ª a 9ª Fundamental	1.973	3.617	114.096	554	16.099	144	199	136.682	12,488
Fundamental Completo	3.306	4.126	234.655	491	36.318	520	495	279.911	25,574
Médio Incompleto	3.640	3.541	133.980	493	16.268	238	170	158.330	14,466
Médio Completo	5.792	7.030	288.792	1.404	45.065	987	448	349.518	31,934
Superior Incompleto	1.077	1.285	26.269	159	1.429	61	29	30.309	2,769
Superior Completo	850	1.625	24.129	199	1.246	80	25	28.154	2,572
Mestrado			46		5			51	0,005
Doutorado			25					25	0,002
Total	17.320	24.793	916.603	3.690	128.511	2.095	1.496	1.094.508	100,000

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Figura 13- Percentual da escolaridade dos empregados no setor - total



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

3.1.7 Valores financeiros

Os valores financeiros descritos nesta seção, se referem aos valores contratados pelas empresas junto ao BADESC, BRDE e os desembolsos realizados pelo BNDES. Além disso, discute-se o montante das arrecadações de ICMS do estado e arrecadações federais.

3.1.7.1 Contratações feitas pelas empresas do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios no BADESC

As empresas do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios contrataram, junto ao BADESC, uma média de R\$7.813.093,42 entre os anos analisados. 2001 é o ano que soma o maior valor contratado (R\$31.619.122,26). Os anos seguintes apresentam declínio, atingindo em 2008 R\$750.000,00 o menor valor das somas das contratações. Em 2001 e 2012 houve um aumento das contratações e permaneceram entre os dois anos próximas a R\$11.000.000,00. Todavia, os valores contratados pelo setor entre os anos analisados somam mais de 109 milhões de reais, como apresenta a tabela 14.

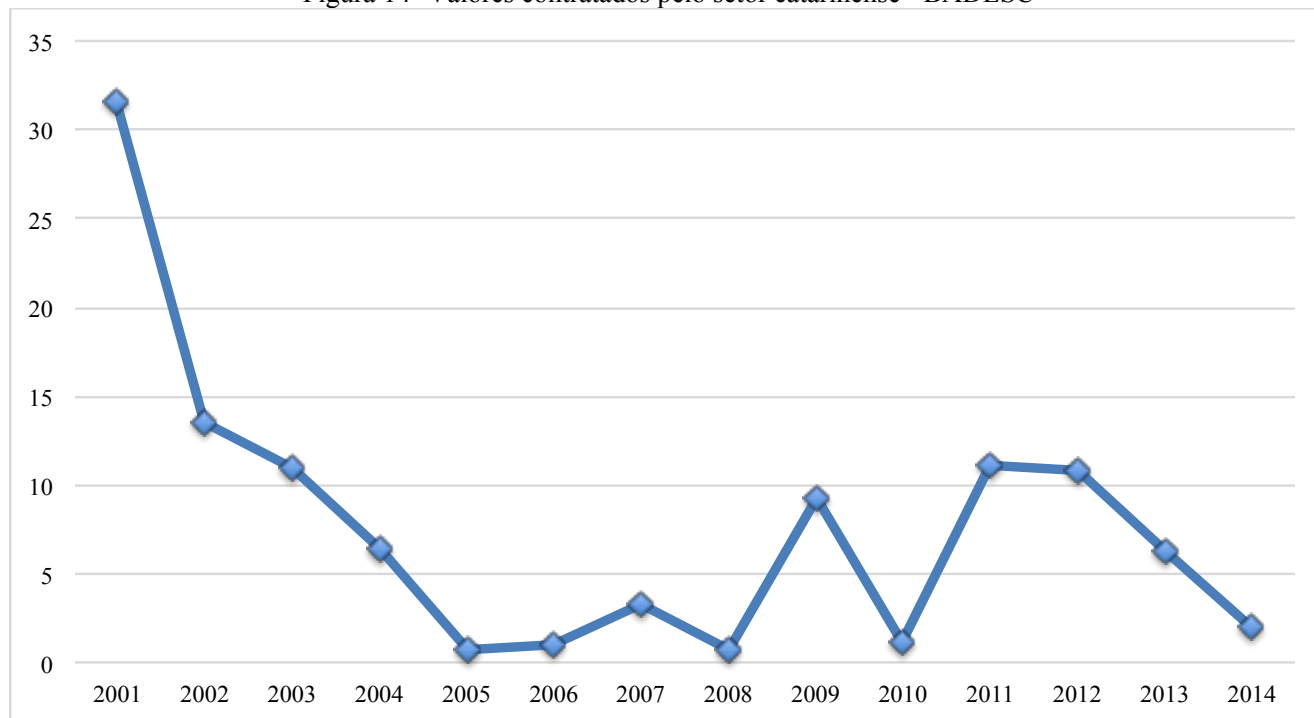
Tabela 14- Valores contratados pelo setor catarinense - BADESC

Ano	Valor contratado (R\$)	Varição (%)
2001	31,62	-
2002	13,57	-57,10
2003	10,94	-19,35
2004	6,49	-40,72
2005	0,80	-87,71
2006	1,01	27,22
2007	3,29	224,10
2008	0,75	-77,19
2009	9,27	1136,00
2010	1,24	-86,63
2011	11,15	799,95
2012	10,88	-2,41
2013	6,37	-41,44
2014	2,00	-68,56
Total	109,38	
Média	7,81	

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados BADESC (2015)

Nota: valores em milhões de reais

Figura 14- Valores contratados pelo setor catarinense - BADESC



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados BADESC (2015)

Nota: valores em milhões de reais

3.1.7.2 Contratações feitas pelas empresas do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios no BRDE

A tabela 15 apresenta os valores contratados pelas empresas atuantes no setor catarinense. Por intermédio dela é possível constatar que os valores somam R\$50.434.486,80, apontando uma média de R\$3.602463,34 contratados entre os anos, ainda que em 2001 e 2003 não houvesse contratações pelo setor.

Entre os anos apresentados na tabela, 2004 foi o ano com menor valor contratado (R\$100.000,00), ao contrário de 2009 que foi o ano com maior valor contratado (R\$11.430.155,00). Foram os anos de 2005, 2007 e 2009 que apresentaram maior variação nas contratações, porém, observa-se que as contratações não são realizadas de maneira que possibilite aumento significativo no ano seguinte. As contratações, em sua maioria, apresentam valores inferiores em um ano em relação ao ano anterior.

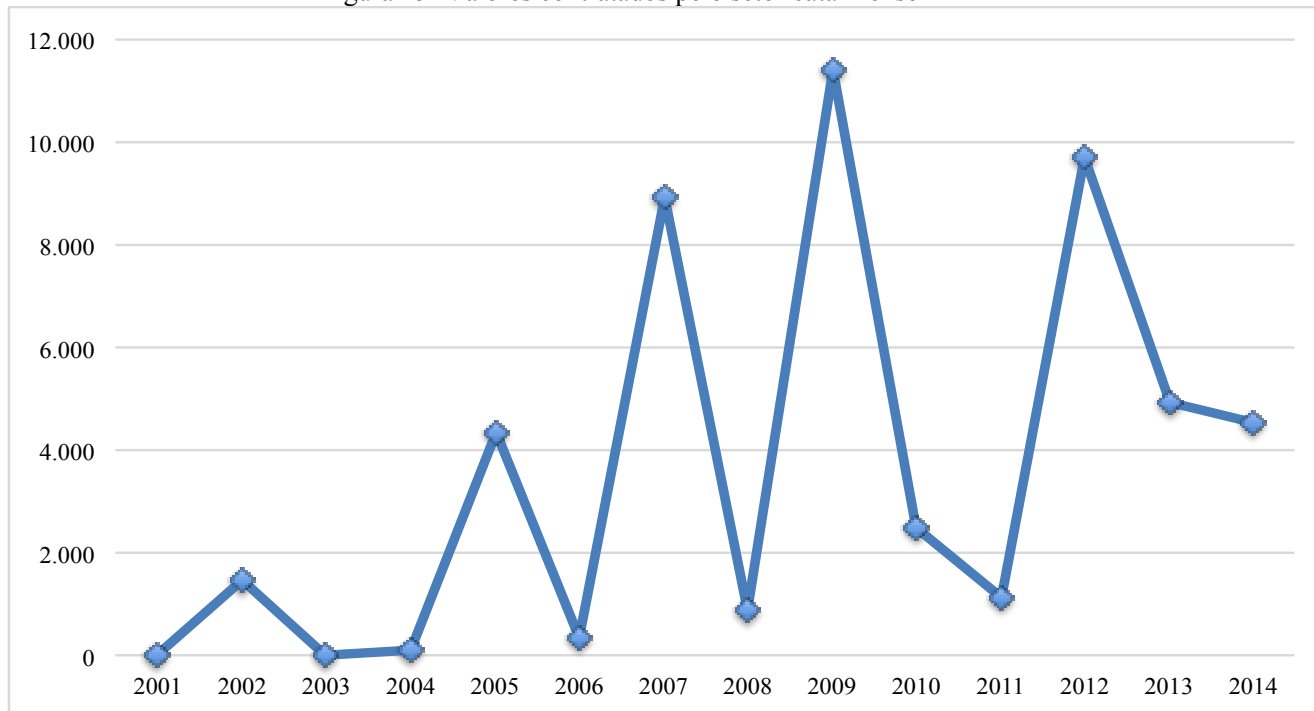
Tabela 15- Valores contratados pelo setor catarinense - BRDE

Ano	Valor contratado (R\$)	Variação (%)
2001		-
2002	1.501	100,00
2003		-100,00
2004	100	100,00
2005	4.355	4255,08
2006	372	-91,46
2007	8.938	2302,69
2008	917	-89,74
2009	11.430	1146,40
2010	2.525	-77,91
2011	1.125	-55,45
2012	9.706	762,75
2013	4.925	-49,26
2014	4.540	-7,81
Total	50.434,49	
Média	3.602,46	

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados BRDE (2015)

Nota: Valores em milhares de reais

Figura 15- Valores contratados pelo setor catarinense - BRDE



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados BRDE (2015)

Nota: valores em milhares de reais

3.1.7.3 Desembolsos do BNDES para o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios

O setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios do país soma R\$5.791.910.199,89 em valores financeiros que foram desembolsados pelo BNDES entre os anos de 2001 e 2014, conforme apresentados na tabela 16. Os desembolsos foram em média R\$413.707.871, 42 por ano. Uma média que se expressa superior aos valores desembolsados entre os anos de 2001 e 2009. A partir de 2010 os valores são superiores à média apresentada.

Após o ano de 2012, no qual se aponta o maior desembolso realizado pelo BNDES (R\$1.478.476.777,14), os valores são reduzidos e expressam declínio. Os dados expõem a maior variação positiva entre os anos de 2007 e 2008, nos quais os valores desembolsados para o setor aumentaram 271,62%, reduzindo no ano seguinte e retomando em 2010 com variação de 122,74% em relação ao ano anterior. Em 2011 e 2012 as variações são mais modestas, porém ainda são positivas, ao passo que nos dois últimos anos de análise os valores são decrescentes.

O quadro 6 apresenta os maiores e menores valores desembolsados pelo BNDES e para qual estado o valor foi destinado. São Paulo e Santa Catarina são os estados que receberam os maiores valores entre os anos. Ainda entre estes estados, Santa Catarina apresenta os maiores valores entre os anos. Em 2001, o BNDES desembolsou para o estado mais de 59% dos valores financeiros, porém em 2002 o estado absorveu quase 77% dos valores desembolsados para o setor. Entre os anos, o estado paulista obteve maior desembolso no ano de 2009, com quase 37,5% dos valores financeiros. Por outro lado, os desembolsos realizados pelo banco são vistos em menor valor em estados diferentes. Seus valores não atingem 1% do valor total em cada ano. O apêndice L apresenta todos os estados da federação, inclusive o Distrito Federal, com os valores desembolsados pelo BNDES em cada ano que a pesquisa contempla.

A tabela 17 mostra que os desembolsos para o estado catarinense não atingem R\$100.000.000,00 até o ano de 2009. Contudo o ano de 2008 indica um aumento dos desembolsos para o estado. Em 2010 os valores ultrapassam R\$232 milhões e em 2012 alcançam o maior valor observado R\$505.344.810,37. A soma dos desembolsos no período analisado atinge R\$1.791.915.083,78, corroborando com uma média de desembolsos por ano de R\$127.993.934,56.

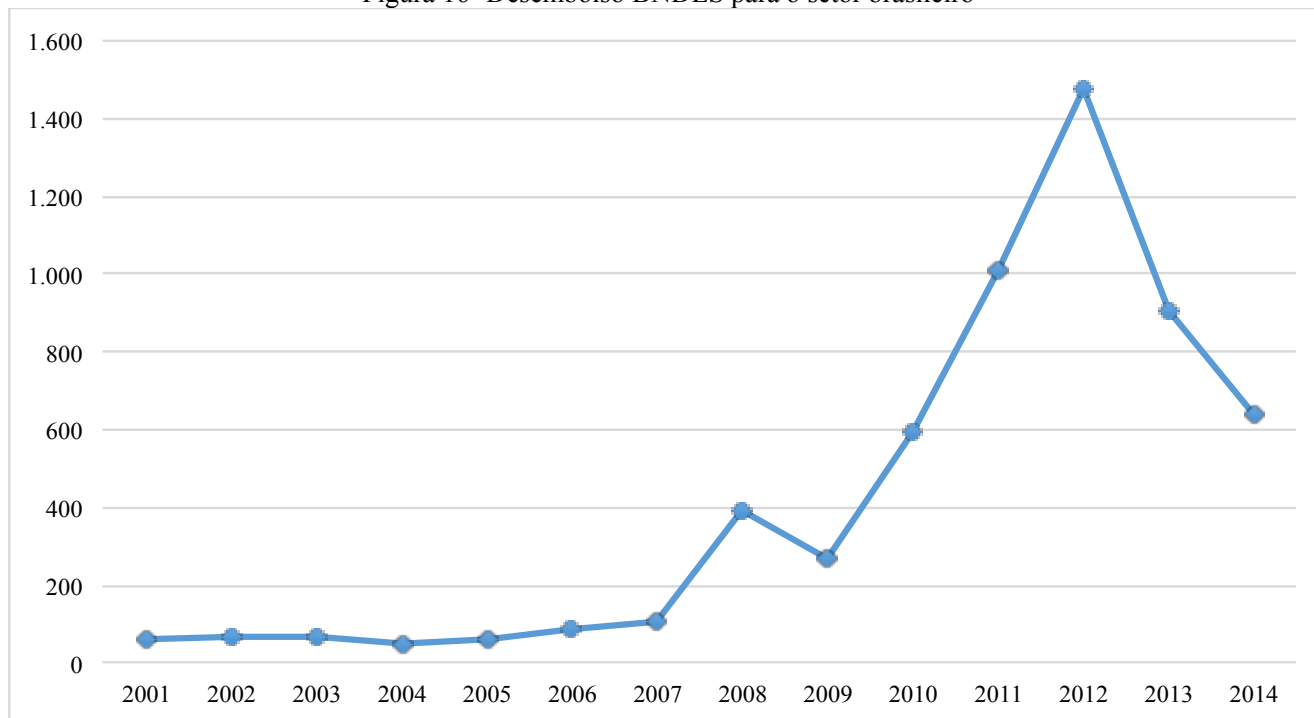
Tabela 16- Desembolso BNDES para o setor brasileiro

Ano	Desembolsos (R\$)	Variação (%)
2001	63,75	-
2002	69,25	8,62
2003	64,58	-6,74
2004	50,09	-22,44
2005	60,47	20,73
2006	90,02	48,85
2007	106,06	17,83
2008	394,16	271,62
2009	265,84	-32,56
2010	592,12	122,74
2011	1.011,32	70,80
2012	1.478,48	46,19
2013	907,87	-38,59
2014	637,90	-29,74
Total	5.791,91	
Média	413,71	

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados BNDES (2015)

Nota: valores em milhões de reais

Figura 16- Desembolso BNDES para o setor brasileiro



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados BNDES (2015)

Nota: valores em milhões de reais

Quadro 6- Valores máximos e mínimos dos desembolsos do BNDES

Ano	Total no ano (em milhões deR\$)	Valor máximo (em milhões de R\$)	Estado	%	Valor mínimo (em milhares de R\$)	Estado	%
2001	63,75	37,95	Santa Catarina	59,53	0,06	Mato Grosso do Sul	0,0939
2002	69,25	53,28	Santa Catarina	76,94	0,03	Bahia	0,0503
2003	64,58	22,76	Santa Catarina	35,25	0,10	Pernambuco	0,1529
2004	50,09	34,87	Santa Catarina	69,62	0,01	Mato Grosso do Sul	0,0187
2005	60,47	20,66	Santa Catarina	34,17	0,02	Piauí	0,0256
2006	90,02	40,37	Santa Catarina	44,85	0,00	Piauí	0,0049
2007	106,06	39,72	São Paulo	37,45	0,01	Amazonas	0,0052
2008	394,16	139,57	São Paulo	35,41	0,00	Tocantins	0,0009
2009	265,84	99,61	São Paulo	37,47	0,02	Roraima	0,0091
2010	592,12	232,81	Santa Catarina	39,32	0,02	Roraima	0,0029
2011	1.011,32	286,78	São Paulo	28,36	0,00	Amapá	0,0005
2012	1.478,48	505,34	Santa Catarina	34,18	0,01	Amapá	0,0005
2013	907,87	250,23	Santa Catarina	27,56	0,01	Amapá	0,0010
2014	637,90	171,73	São Paulo	26,92	0,02	Amapá	0,0038

Fonte: desenvolvido pelo autor com base nos dados BNDES (2015)

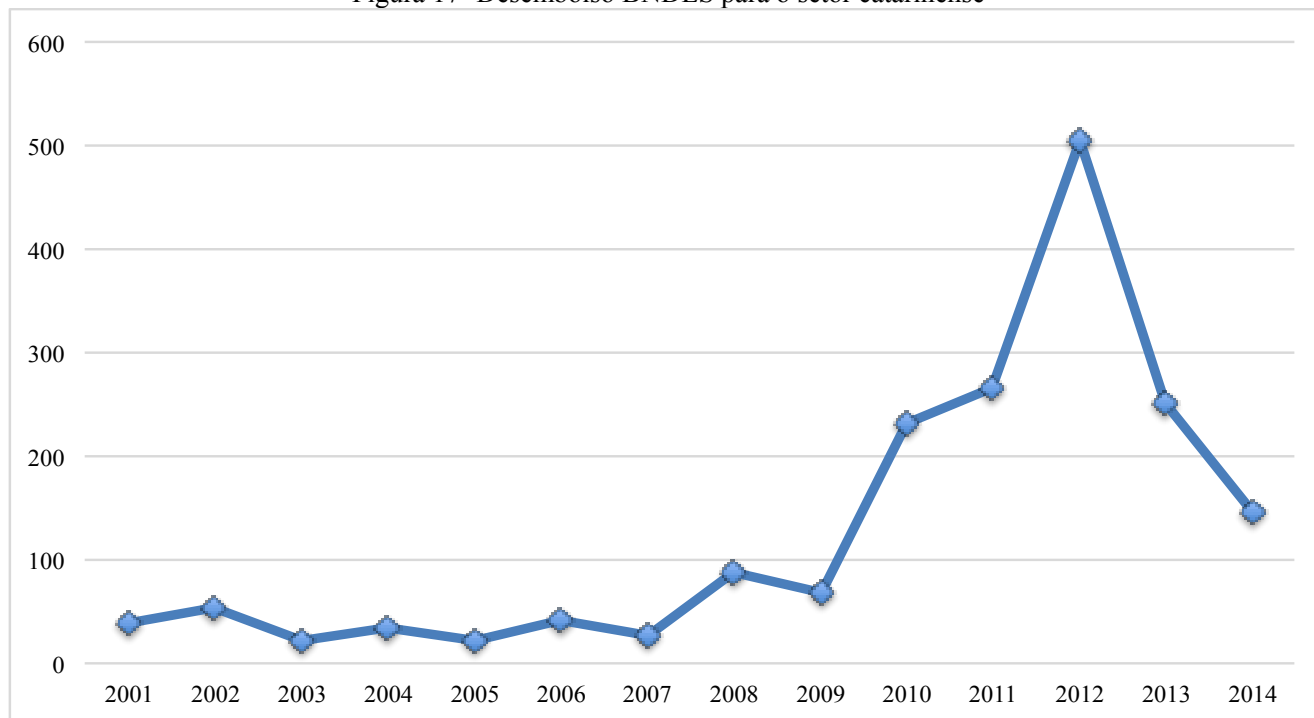
Tabela 17- Desembolso BNDES para o setor catarinense

Ano	Desembolso (R\$)	Varição (%)
2001	37,95	-
2002	53,28	40,38
2003	22,76	-57,27
2004	34,87	53,20
2005	20,66	-40,75
2006	40,37	95,37
2007	25,74	-36,25
2008	88,57	244,13
2009	67,00	-24,35
2010	232,81	247,46
2011	265,73	14,14
2012	505,34	90,17
2013	250,23	-50,48
2014	146,58	-41,42
Total	1.791,92	
Média	127,99	

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados BNDES (2015)

Nota: valores em milhões de reais

Figura 17- Desembolso BNDES para o setor catarinense



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados BNDES (2015)

Nota: valores em milhões de reais

3.1.7.4 Arrecadação de ICMS do setor catarinense

O governo do estado de Santa Catarina apresenta dados crescentes referentes à arrecadação do ICMS produzido pelas empresas do setor. A Secretaria de Estado da Fazenda apresenta estes valores, contudo os dados referentes à arrecadação do setor estão disponíveis a partir de 2005. Todavia os valores arrecadados pelo estado apresentam pequenas variações negativas entre alguns anos. De modo geral o estado arrecadou, em média, R\$253.147,15 por ano, considerando os anos que apresentam valores de arrecadação. Ainda entre estes anos a soma da arrecadação ultrapassa R\$2.531,47, conforme demonstra a tabela 18.

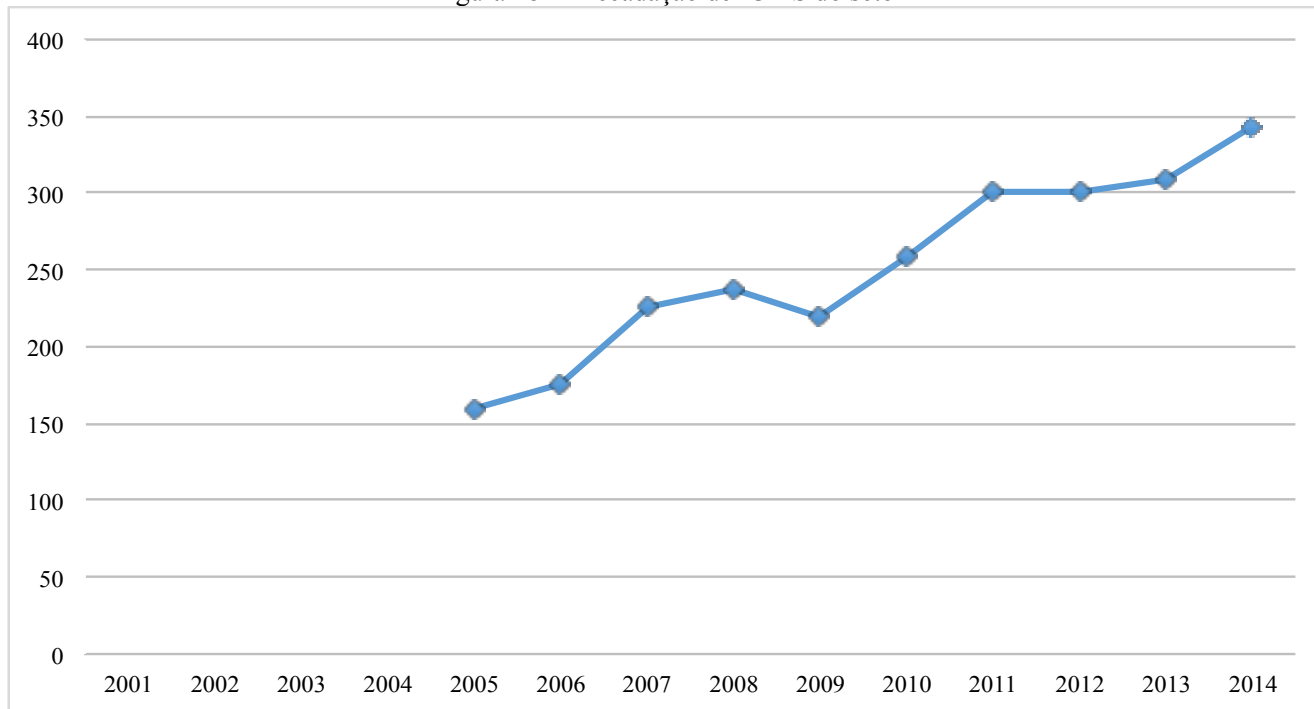
Tabela 18- Arrecadação de ICMS do setor catarinense

Ano	Arrecadação (R\$)	Variação (%)
2001		
2002		
2003		
2004		
2005	159,85	-
2006	175,97	10,08
2007	226,00	28,43
2008	236,65	4,71
2009	219,99	-7,04
2010	258,14	17,34
2011	301,18	16,67
2012	301,14	-0,01
2013	309,00	2,61
2014	343,55	11,18
Total	2.531,47	
Média	253,15	

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados de Santa Catarina/Secretaria de Estado da Fazenda (2015c, d)

Nota: valores em milhões de reais

Figura 18- Arrecadação de ICMS do setor



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados de Santa Catarina/Secretaria de Estado da Fazenda (2015c, d)

Nota: valores em milhões de reais

3.1.7.5 Arrecadações federais

As arrecadações federais são alusivas ao setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios do estado catarinense. Estas são referidas aos Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ); Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição para o Programa de Integração Social - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-PASEP) e; Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Neste contexto, a tabela 19 mostra que o total destas arrecadações é crescente entre os anos, atingindo quase R\$900 milhões em 2014.

A COFINS é a arrecadação mais proeminente entre as presentes. Sua participação no total apresentado na tabela 40 é crescente a partir de 2002. As arrecadações do IRPJ são tímidas nos primeiros anos da análise, porém, a partir de 2003 seu crescimento também é observado.

A contribuição para o PIS-PASEP também é crescente. A partir de 2002 as arrecadações são crescentes, alcançando seu maior valor em 2014. Comportamento também observado quando se refere à CSLL. De modo geral, a COFINS é a maior arrecadação federal entre as apresentadas.

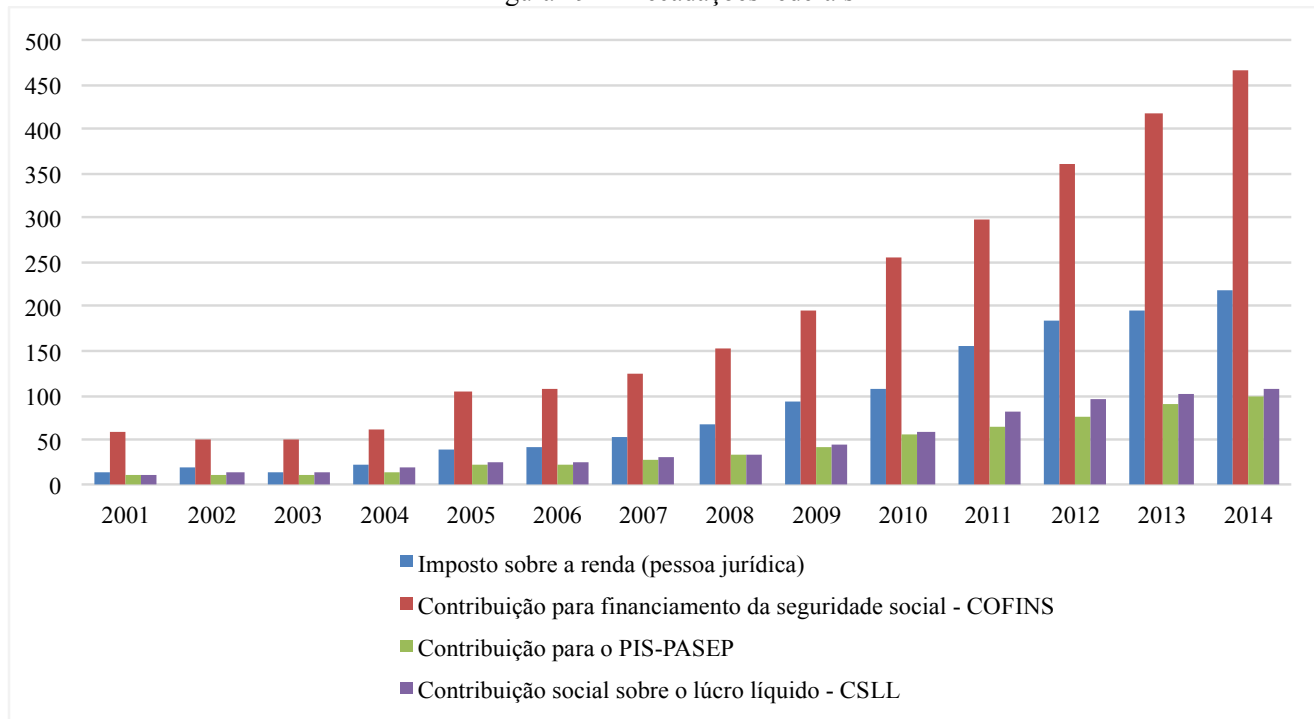
Tabela 19- Arrecadações federais

Ano	Imposto sobre a renda (pessoa jurídica)	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	Contribuição para o PIS-PASEP	Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	Total
2001	14,15	60,40	11,84	11,51	97,91
2002	17,99	49,36	9,56	12,40	89,32
2003	14,86	49,88	9,75	13,00	87,50
2004	22,21	61,04	12,79	18,21	114,24
2005	38,37	104,72	22,74	26,33	192,16
2006	41,61	106,45	23,07	25,67	196,81
2007	53,43	123,94	26,70	29,83	233,91
2008	66,59	151,78	32,71	34,46	285,54
2009	92,53	195,98	43,22	45,74	377,47
2010	106,30	255,89	55,18	59,78	477,15
2011	156,09	299,39	65,44	81,09	602,02
2012	182,98	360,84	77,25	96,12	717,19
2013	196,60	418,43	89,41	101,76	806,19
2014	219,75	466,78	98,55	108,76	893,84

Fonte: Desenvolvida pelo autor com base nos dados de Brasil/Receita Federal/Ministério da Fazenda (2015d)

Nota: valores em milhões de R\$

Figura 19- Arrecadações federais



Fonte: Desenvolvida pelo autor com base nos dados de Brasil/Receita Federal/Ministério da Fazenda (2015d)

Nota: valores em milhões de reais

3.2 CLUSTERS DO SETOR NO BRASIL

Os *clusters* do setor se espalham por todo o território brasileiro, porém, destaca-se os três mais proeminentes, os quais concentram pelo menos 50% dos vínculos do setor, São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais. Para conferências mais completas sobre os estados, ver apêndice M, o qual apresenta todos os estados do país com o número de vínculos empregatícios ano a ano.

Nesta ordem, estes estados se apresentam com grau de importância. São Paulo é o estado mais representativo para o setor, considerando seus vínculos empregatícios. No primeiro ano da análise, este estado representava 27,69% dos vínculos empregatícios do setor de todo o país (397.726), e segue com uma representatividade sempre igual ou superior à 25% dos vínculos para todos os anos da análise.

Santa Catarina, como segundo estado mais representativo para o setor, representava em 2001, 14,85% dos vínculos no setor, representando, em 2013, 16,18% dos vínculos.

Em seguida Minas Gerais apresenta dados não muito distantes daqueles observados em Santa Catarina. Contudo, é mais nítido a redução de vínculos deste setor para este estado, o qual representava 12,01% em 2001 e em 2013 representa 11,05%.

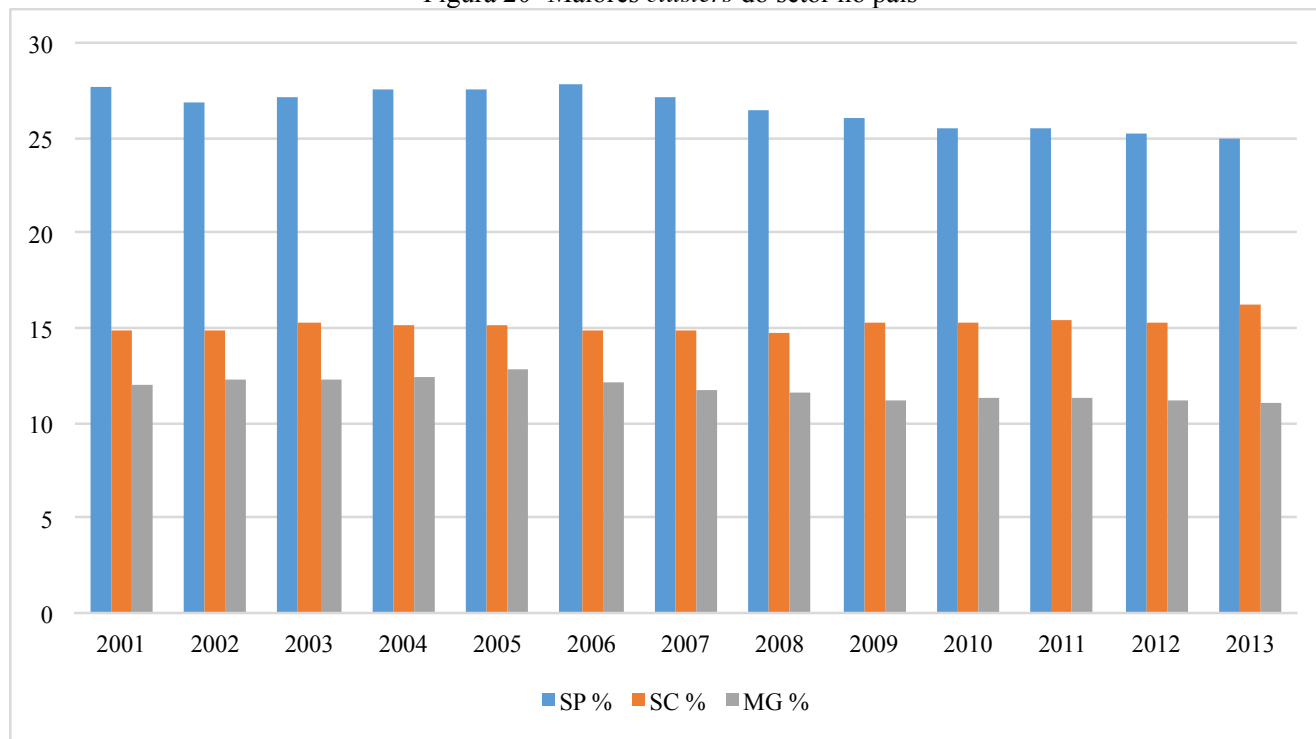
De modo geral os três estados somam mais de 51% dos vínculos empregatícios deste setor em relação ao restante do país. Nota-se também um declínio da soma dos vínculos ao longo dos anos, o qual apresenta seu menor índice em 2012, representando 51,79% dos trabalhadores do setor considerando os três estados, ao contrário de 2005, o qual, os três estados representavam mais de 55% dos vínculos.

Ainda conforme tabela 20, é possível destacar os anos de maior concentração de vínculos de cada estado. Deste modo São Paulo concentrou maior número de vínculos em 2006, representando 27,75% do total daquele ano. Santa Catarina, mais recentemente, representava 16,18% dos vínculos em 2013. Minas Gerais, foi um ano antes de São Paulo, em 2005, com 12,81%.

Tabela 20- Maiores *clusters* do setor no país

Ano	UF						Total dos três estados selecionados	Total brasileiro	% entre o total dos estados selecionados em relação ao total brasileiro
	SP	%	SC	%	MG	%			
2001	110.117	27,69	59.055	14,85	47.777	12,01	216.949	397.726	54,55
2002	112.733	26,91	62.520	14,92	51.493	12,29	226.746	418.945	54,12
2003	113.954	27,07	64.276	15,27	51.507	12,23	229.737	420.985	54,57
2004	127.586	27,51	70.059	15,11	57.656	12,43	255.301	463.749	55,05
2005	134.768	27,53	74.409	15,20	62.711	12,81	271.888	489.562	55,54
2006	150.560	27,75	80.986	14,93	65.690	12,11	297.236	542.532	54,79
2007	157.835	27,15	86.240	14,84	67.923	11,69	311.998	581.275	53,67
2008	160.925	26,52	89.060	14,68	70.045	11,54	320.030	606.819	52,74
2009	161.319	26,02	94.827	15,29	69.495	11,21	325.641	620.053	52,52
2010	170.698	25,50	102.440	15,31	75.938	11,35	349.076	669.317	52,15
2011	170.277	25,55	102.419	15,37	75.315	11,30	348.011	666.466	52,22
2012	165.787	25,21	100.792	15,33	73.972	11,25	340.551	657.524	51,79
2013	165.923	25,00	107.425	16,18	73.371	11,05	346.719	663.788	52,23

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Figura 20- Maiores *clusters* do setor no país

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

3.2.1 Clusters catarinenses

O estado catarinense apresenta Blumenau como a cidade de maior destaque quanto aos vínculos empregatícios do setor, seguida por Jaraguá do Sul, Brusque, e Criciúma, na maioria dos anos. Blumenau é na maioria dos anos a maior empregadora do setor, representando em 2001, 12,77% dos seus vínculos, alcançando 20,75% de representatividade em 2012.

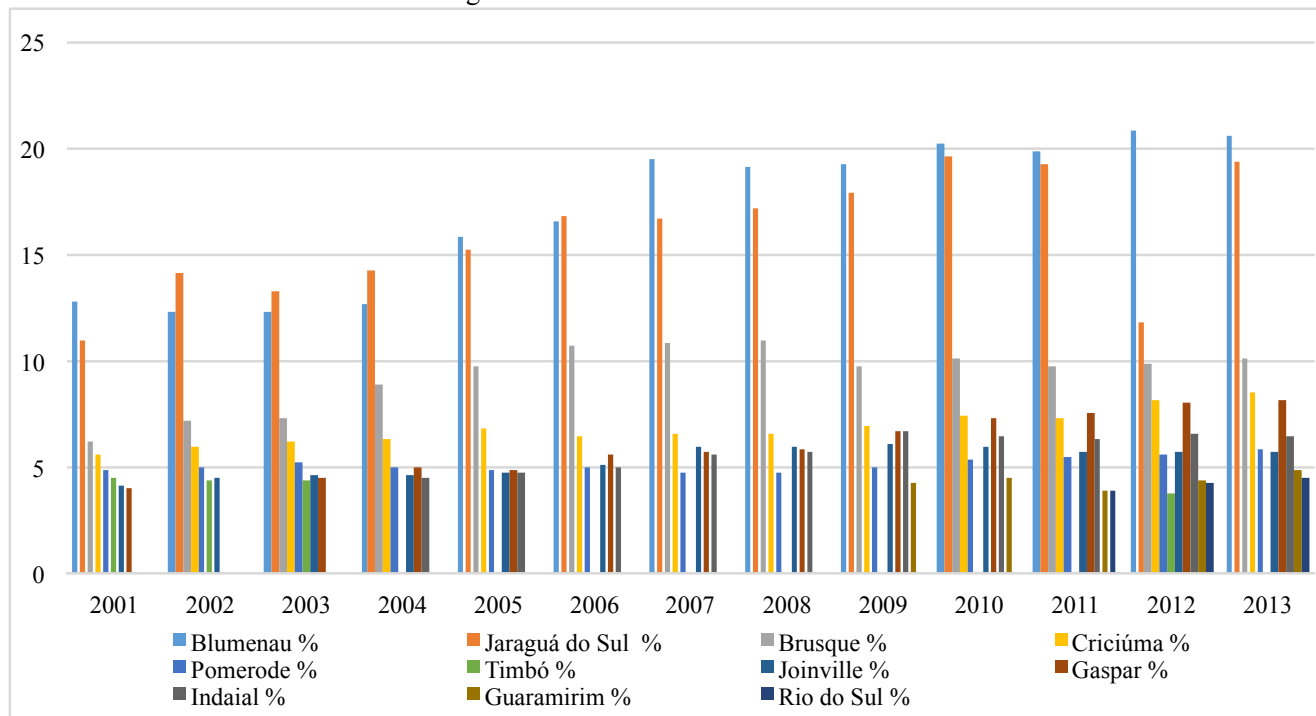
Percebe-se que para alcançar pelo menos 50% dos vínculos empregatícios do setor no estado catarinense em 2001, oito cidades são responsáveis por tal representatividade. Em 2013 são necessárias nove cidades para alcançar resultado semelhante.

As cidades mais representativas e com constante representatividade para o setor são Blumenau, Jaraguá do Sul, Brusque, Criciúma, Pomerode e Joinville. Novamente se destaca que as cidades com dados igual a zero não apresentam este valor de fato. Este valor refere-se a sua não participação na contribuição dos 50% dos vínculos empregatícios naquele ano, pois em cada ano, as cidades mais representativas quanto aos vínculos são classificadas em ordem decrescente, como melhor compreendido pela análise do apêndice N. Neste apêndice a categoria “outras” se refere àquelas cidades que apresentam vínculos inferiores à Guaramirim no ano de 2001, pois esta é a última cidade a compor o somatório que representa 50% dos vínculos, entre àquelas representadas na tabela 21.

Tabela 21- Maiores *clusters* catarinenses

Ano	Cidade																		Total das cidades selecionadas	Total estadual	% entre o total das cidades selecionadas em relação ao total do estado															
	Blumenau	%	Jaraguá do Sul	%	Brusque	%	Criciúma	%	Pomerode	%	Timbó	%	Joinville	%	Gaspar	%	Indaial	%				Guaramirim	%	Rio do Sul	%											
2001	7.540	12,77	6.462	10,94	3.687	6,24	3.278	5,55	2.863	4,85	2.623	4,44	2.433	4,12	2.393	4,05											31.279	59.055	52,97							
2002	7.228	12,24	8.305	14,06	4.210	7,13	3.543	6,00	2.973	5,03	2.606	4,41	2.661	4,51															31.526	62.520	50,43					
2003	7.230	12,24	7.844	13,28	4.308	7,29	3.655	6,19	3.068	5,20	2.555	4,33	2.726	4,62	2.630	4,45														34.016	64.276	52,92				
2004	7.479	12,66	8.423	14,26	5.229	8,85	3.763	6,37	2.945	4,99			2.694	4,56	2.961	5,01	2.644	4,48													36.138	70.059	51,58			
2005	9.319	15,78	9.002	15,24	5.743	9,72	3.991	6,76	2.878	4,87			2.809	4,76	2.848	4,82	2.789	4,72													39.379	74.409	52,92			
2006	9.793	16,58	9.947	16,84	6.345	10,74	3.822	6,47	2.940	4,98			3.021	5,12	3.291	5,57	2.911	4,93													42.070	80.986	51,95			
2007	11.469	19,42	9.825	16,64	6.395	10,83	3.856	6,53	2.799	4,74			3.521	5,96	3.345	5,66	3.285	5,56														44.495	86.240	51,59		
2008	11.320	19,17	10.099	17,10	6.445	10,91	3.863	6,54	2.805	4,75			3.545	6,00	3.455	5,85	3.398	5,75														44.930	89.060	50,45		
2009	11.384	19,28	10.586	17,93	5.722	9,69	4.123	6,98	2.927	4,96			3.606	6,11	3.940	6,67	3.931	6,66	2.522	4,27												48.741	94.827	51,40		
2010	11.949	20,23	11.544	19,55	5.956	10,09	4.385	7,43	3.129	5,30			3.544	6,00	4.329	7,53	3.831	6,49	2.616	4,43													51.283	102.440	50,06	
2011	11.690	19,80	11.329	19,18	5.752	9,74	4.278	7,24	3.206	5,43			3.389	5,74	4.423	7,49	3.730	6,32	2.316	3,92	2.327	3,94											52.440	102.419	51,20	
2012	12.256	20,75	6.959	11,78	5.828	9,87	4.841	8,20	3.331	5,64	2.248	3,81	3.364	5,70	4.737	8,02	3.856	6,53	2.564	4,34	2.517	4,26											52.501	100.792	52,09	
2013	12.135	20,55	11.427	19,35	5.960	10,09	5.025	8,51	3.463	5,86			3.344	5,66	4.819	8,16	3.831	6,49	2.832	4,80	2.639	4,47												55.475	107.425	51,64

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Figura 21- Maiores *clusters* catarinenses

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

3.2.2 *Clusters paulistas*

Do mesmo modo buscou-se analisar dentro de cada um destes estados com maior representatividade para o setor, as cidades com maiores concentrações de empregados exercendo atividades que contribuem para o fortalecimento dos *clusters* do estado. Neste sentido, optou-se também por concentrar esforços analíticos sobre as cidades que somados os vínculos empregatícios, representam pelo menos 50% do total observado em cada ano de análise. Para consulta das cidades que compreendem cada um dos estados, vide apêndice O. Destaca-se que as cidades que apresentam valores igual a zero, não apresentam este valor de fato. Seu uso foi devido a sua não participação entre as mais proeminentes para que a soma dos vínculos alcançasse 50%.

Deste modo, dentro do estado mais representativo, São Paulo, destaca-se que em 2001, 2002 e 2003, a capital do estado representava 50% ou mais dos vínculos empregatícios do setor. Nos dois anos seguintes, a capital não representa mais o mesmo percentual. Para isso, a capital e Sorocaba somam valores representativos acima dos 50%, contudo São Paulo ainda é a maior representante, contribuindo com mais de 48% do total.

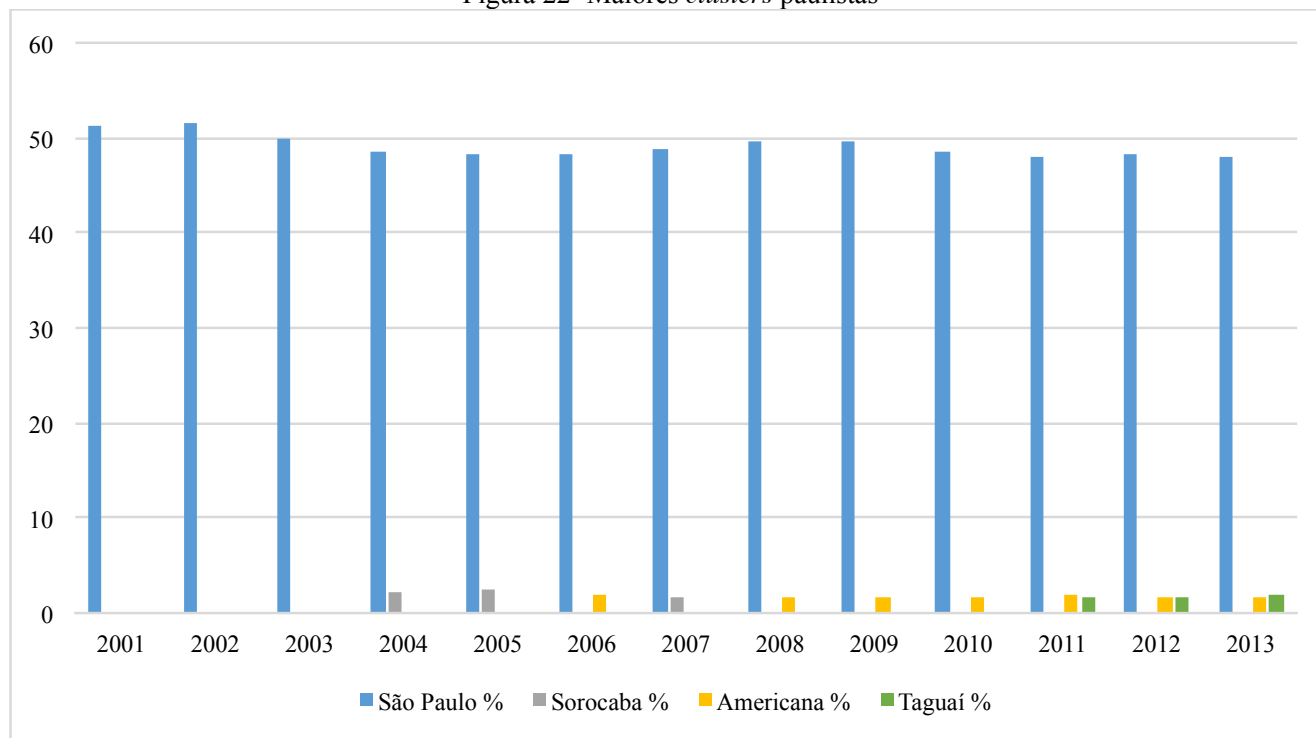
Em 2006, Sorocaba não está entre as mais representativas, pois Americana surge neste ano com maior número de vínculos, contribuindo com 1,89% dos vínculos, somando com a capital 50,15% dos vínculos do setor estadual. Em 2007, Sorocaba retorna à esta contribuição, porém no ano seguinte Americana retoma sua representatividade até que em 2011 a cidade de Taguaí é somada às outras duas para configurar os 50% dos vínculos do setor estadual.

Ao observar o total anual, conforme demonstra a tabela 22, percebe-se que a quantidade de pessoas empregadas neste setor no estado de São Paulo é crescente, aumentando 55.806 vínculos entre 2001 e 2013. Para análise dos dados completos referentes à estas cidades e seus respectivos vínculos empregatícios ano a ano, o apêndice P apresenta estes dados organizados em ordem decrescente, para melhor observância da posição de cada cidade em relação aos seus vínculos. Neste apêndice a categoria “outras” se refere àquelas cidades que apresentam vínculos inferiores à Taguaí no ano de 2001, pois esta é a última cidade a compor o somatório que representa 50% dos vínculos, entre àquelas representadas na tabela 22.

Tabela 22- Maiores *clusters* paulistas

Ano	Cidade								Total das cidades selecionadas	Total estadual	% entre o total das cidades selecionadas em relação ao total do estado
	São Paulo	%	Sorocaba	%	Americana	%	Taguai	%			
2001	56.480	51,29							56.480	110.117	51,29
2002	58.047	51,49							58.047	112.733	51,49
2003	57.016	50,03							57.016	113.954	50,03
2004	61.896	48,51	2.796	2,19					64.692	127.586	50,70
2005	64.993	48,23	3.168	2,35					68.161	134.768	50,58
2006	72.658	48,26			2.850	1,89			75.508	150.560	50,15
2007	76.995	48,78	2.637	1,67					79.632	157.835	50,45
2008	79.883	49,64			2.825	1,76			82.708	160.925	51,40
2009	80.251	49,75			2.789	1,73			83.040	161.319	51,48
2010	83.006	48,63			2.924	1,71			85.930	170.698	50,34
2011	81.731	48,00			3.083	1,81	2.610	1,53	87.424	170.277	51,34
2012	80.230	48,39			2.896	1,75	2.816	1,70	83.126	165.787	50,14
2013	79.653	48,01			2.902	1,75	2.975	1,79	85.530	165.923	51,55

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Figura 22- Maiores *clusters* paulistas

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

3.2.3 Clusters mineiros

O estado mineiro é o que possui menor representatividade entre os estados mais proeminentes para o setor. Para sua contribuição ao país, percebe-se a participação de diversas cidades para que a soma dos seus vínculos atinja pelo menos 50%. A capital mineira é a mais representativa para o setor, representando em 2001 mais de 15% dos vínculos, seguido por Divinópolis com 8,16% dos vínculos, também em 2001. Em seguida, Juiz de Fora representa 7,59% dos vínculos para o setor do estado, também em 2001.

Nota-se que a concentração dos vínculos diminuem ao passo que os anos avançam. Destaca-se a cidade de São João Nepomuceno devido à sua retomada de concentração de pessoal, pois no ano de 2001, a cidade representava 3,46% do total de vínculos do setor mineiro, atingindo sua menor concentração em 2007 (2,66%) e em 2013 sua concentração foi a maior entre os anos observados (3,75%).

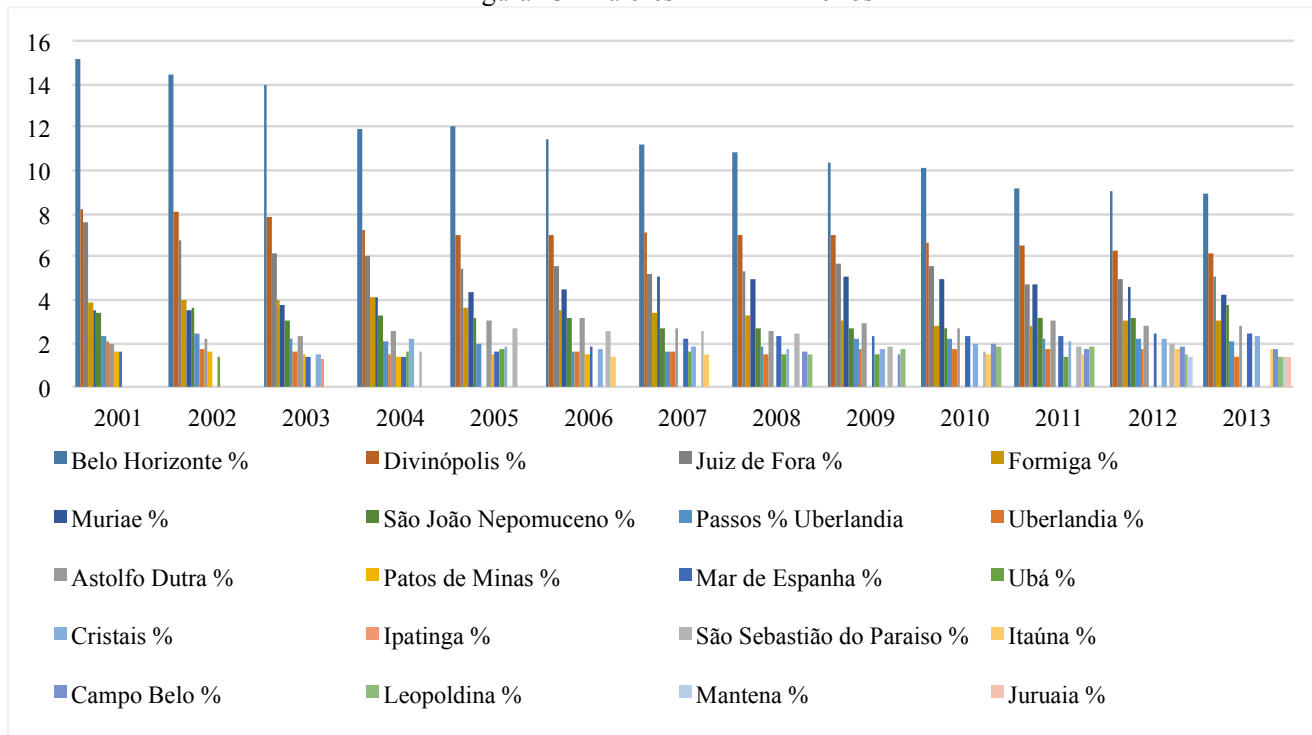
Mar de Espanha também apresenta valores acima daqueles observados em 2001, no ano de 2013. O município não apresenta vínculos em 2002, porém em 2013 atinge a concentração mais alta, 2,52%. De modo semelhante o município de Cristais também apresenta valores crescentes ao longo dos anos, conforme demonstra a tabela 23.

Todavia, destaca-se que as cidades com dados igual a zero não apresentam este valor de fato. Este valor refere-se a sua não participação na contribuição dos 50% dos vínculos empregatícios naquele ano, pois em cada ano, as cidades mais representativas quanto aos vínculos são classificadas em ordem decrescente, como melhor compreendido pela análise do apêndice Q. Neste apêndice a categoria “outras” faz referência àquelas cidades que apresentam vínculos inferiores à Juruiaia no ano de 2001, pois esta é a última cidade a compor o somatório que representa 50% dos vínculos, entre àquelas representadas na tabela 23.

Tabela 23- Maiores *clusters* mineiros

Cidade	Ano												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Belo Horizonte	7.216	7.456	7.182	6.880	7.544	7.549	7.577	7.606	7.178	7.694	6.902	6.732	6.554
%	15,10	14,48	13,94	11,93	12,03	11,49	11,16	10,86	10,33	10,13	9,16	9,10	8,93
Divinópolis	3.899	4.138	4.061	4.185	4.378	4.635	4.812	4.895	4.834	5.036	4.901	4.699	4.526
%	8,16	8,04	7,88	7,26	6,98	7,06	7,08	6,99	6,96	6,63	6,51	6,35	6,17
Juiz de Fora	3.627	3.464	3.182	3.477	3.404	3.655	3.576	3.701	3.969	4.265	3.532	3.660	3.720
%	7,59	6,73	6,18	6,03	5,43	5,56	5,26	5,28	5,71	5,62	4,69	4,95	5,07
Formiga	1.866	2.097	2.077	2.357	2.276	2.352	2.284	2.345	2.089	2.147	2.163	2.259	2.245
%	3,91	4,07	4,03	4,09	3,63	3,58	3,36	3,35	3,01	2,83	2,87	3,05	3,06
Muriae	1.720	1.841	1.971	2.367	2.767	2.955	3.450	3.524	3.574	3.783	3.524	3.390	3.134
%	3,60	3,58	3,83	4,11	4,41	4,50	5,08	5,03	5,14	4,98	4,68	4,58	4,27
São João Nepomuceno	1.651	1.898	1.604	1.928	1.994	2.067	1.808	1.872	1.856	2.073	2.422	2.376	2.749
%	3,46	3,69	3,11	3,34	3,18	3,15	2,66	2,67	2,67	2,73	3,22	3,21	3,75
Passos	1.110	1.249	1.163	1.222	1.226	1.068	1.130	1.314	1.560	1.669	1.702	1.619	1.530
%	2,32	2,43	2,26	2,12	1,95	1,63	1,66	1,88	2,24	2,20	2,26	2,19	2,09
Uberlândia	1.012	912	810	846	0	1.058	1.065	1.095	1.175	1.330	1.296	1.260	1.003
%	2,12	1,77	1,57	1,47	0,00	1,61	1,57	1,56	1,69	1,75	1,72	1,70	1,37
Astolfo Dutra	920	1.162	1.191	1.455	1.904	2.126	1.811	1.824	2.047	2.065	2.325	2.123	2.095
%	1,93	2,26	2,31	2,52	3,04	3,24	2,67	2,60	2,95	2,72	3,09	2,87	2,86
Patos de Minas	767	858	787	819	968	998							
%	1,61	1,67	1,53	1,42	1,54	1,52							
Mar de Espanha	750		717	790	1.001	1.210	1.508	1.616	1.665	1.804	1.789	1.847	1.850
%	1,57		1,39	1,37	1,60	1,84	2,22	2,31	2,40	2,38	2,38	2,50	2,52
Ubá		734		909	1.087		1.134	1.065	1.085				
%		1,43		1,58	1,73		1,67	1,52	1,56				
Cristais			784	1.309	1.199	1.144	1.288	1.241	1.190	1.519	1.612	1.601	1.726
%			1,52	2,27	1,91	1,74	1,90	1,77	1,71	2,00	2,14	2,16	2,35
Ipatinga			659										
%			1,28										
São Sebastião do Paraíso				970	1.677	1.733	1.761	1.698	1.330	1.190	1.436	1.431	
%				1,68	2,67	2,64	2,59	2,42	1,91	1,57	1,91	1,93	
Itaúna					938	1.025				1.122	1.091	1.250	1.267
%					1,43	1,51				1,48	1,45	1,69	1,73
Campo Belo								1.171	1.050	1.463	1.312	1.380	1.297
%								1,67	1,51	1,93	1,74	1,87	1,77
Leopoldina								1.039	1.177	1.410	1.364	1.149	1.036
%								1,48	1,69	1,86	1,81	1,55	1,41
Mantena												1.016	1.049
%												1,37	1,43
Juruáia													1.054
%													1,44
Total das cidades selecionadas	24.538	25.809	26.188	29.514	31.425	33.488	34.229	36.006	35.779	38.570	38.428	37.792	36.835
Total estadual	47.777	51.493	51.507	57.656	62.711	65.690	67.923	70.045	69.495	75.938	75.315	73.972	73.371
% entre o total das cidades selecionadas em relação ao total do estado	51,36	50,12	50,84	51,19	50,11	50,98	50,39	51,40	51,48	50,79	51,02	51,09	50,20

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Figura 23- Maiores *clusters* mineiros

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

3.3 TRANSAÇÕES COMERCIAIS BRASILEIRA E SETORIAL

A balança comercial dos países proporciona observar as movimentações financeiras realizadas por eles ao que compreende todos os setores ativos de sua economia em atividades de importação e exportação. Deste modo, a tabela 24 apresenta dados referentes aos anos de 2001 a 2014 quanto aos valores de importação e exportação, bem como a diferença resultante destas atividades. Seus valores abrangem todos os setores econômicos brasileiros que realizaram atividades de comércio exterior nestes anos. Seus valores são expressos em dólar e se referem às mercadorias livres para transporte, não absolvendo o exportador da responsabilidade pela mercadoria até sua instalação no interior do meio de transporte utilizado, caracterizado pela sigla FOB (*Free On Board*), adotada pelos termos de comercialização internacional.

Os dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)³¹ demonstra que o total exportado pelo Brasil entre os anos de 2001 e 2014 somam US\$2.224.196.213.071,00. Por outro lado suas importações somam US\$1.900.370.053.458,00, resultando em um saldo positivo para o país de US\$323.826.159.613,00.

Ao observar os valores ano a ano, nota-se que o maior valor exportado pelo país foi em 2011 (US\$256.039.574.768,00), representando 11,51% das exportações, enquanto as importações foram mais expressivas em 2013 (US\$239.747.515.987,00), ou 12,62% das importações, porém seu maior saldo é observado em 2006 (US\$46.456.628.726,00), correspondendo à pouco mais de 14% do total acumulado entre os anos analisados.

Os menores valores também se apresentam inconstantes entre os anos. Os menores valores exportados são de 2001 (US\$58.286.593.021,00), enquanto as menores importações são do ano seguinte (US\$47.242.654.199,00). Contudo as maiores importações do ano de 2013 proporcionaram o menor saldo positivo visto entre os anos também em 2013 (US\$2.286.058.733,00), porém em 2014 o país apresenta um saldo negativo (US\$4.041.624.555,00).

³¹ Os dados foram coletados em: 14/05/2015 no endereço eletrônico: <http://alicesweb.mdic.gov.br/> Ressalta-se esta informação devido as inconstâncias informacionais observadas em dadas distintas.

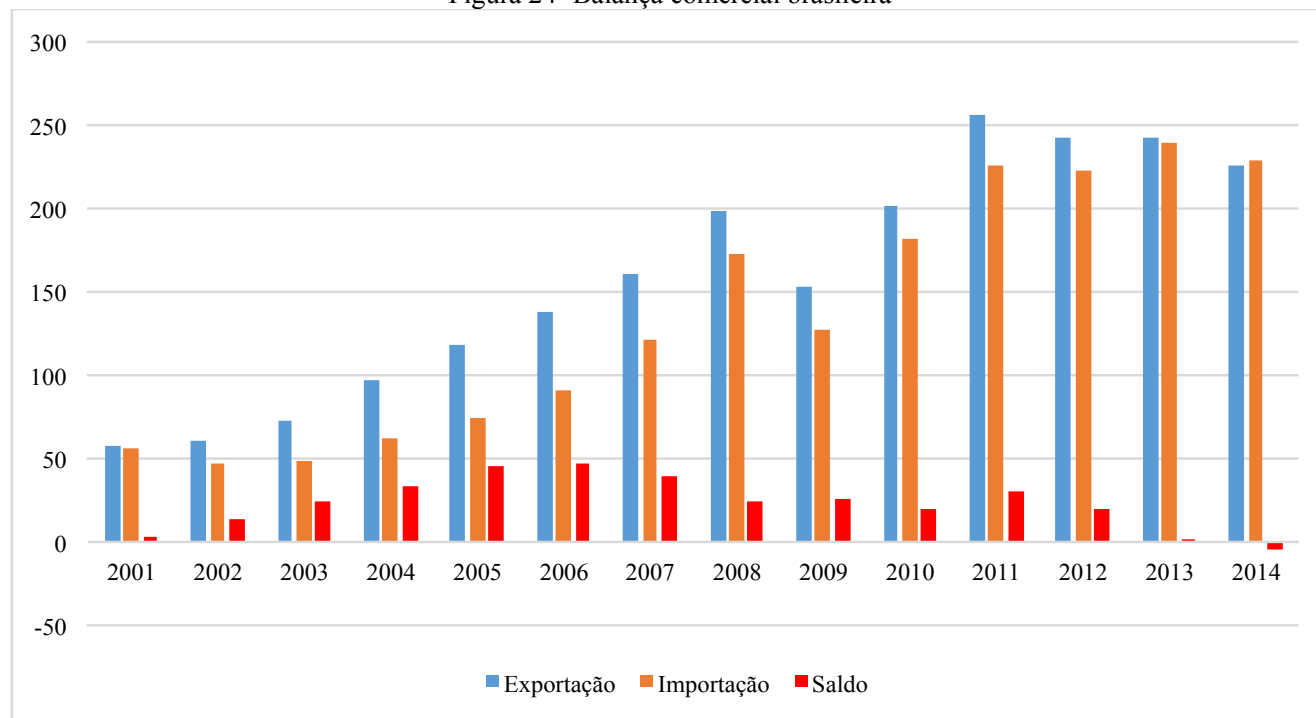
Tabela 24- Balança comercial brasileira

Ano	Exportação US\$ FOB	Importação US\$ FOB	Saldo US\$ FOB
2001	58,29	55,60	2,68
2002	60,44	47,24	13,20
2003	73,20	48,33	24,88
2004	96,68	62,84	33,84
2005	118,53	73,60	44,93
2006	137,81	91,35	46,46
2007	160,65	120,62	40,03
2008	197,94	172,98	24,96
2009	152,99	127,72	25,27
2010	201,92	181,77	20,15
2011	256,04	226,25	29,79
2012	242,58	223,18	19,39
2013	242,03	239,75	2,29
2014	225,10	229,14	-4,04
Total	2.224,20	1.900,37	323,83

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em bilhões de dólares

Figura 24- Balança comercial brasileira



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em bilhões de dólares

Por meio da tabela 25, nota-se que em 2004 as exportações somaram US\$203.162.104,00, seu maior valor em exportação para o setor, representando quase 11% das exportações totais. Quanto ao menor valor somado com estas atividades, estes somam US\$79.282.815,00 em 2013.

Inversamente estão as importações, as quais apresentaram maiores valores em 2014 (US\$1.129.683.428,00) representando quase 21% do total de importações, e os menores valores em 2003 (US\$38.749.502,00). O maior saldo obtido foi de US\$151.130.616,00 em 2004, porém este valor é reduzido ao longo dos anos seguintes, alcançando um *deficit* de US\$1.046.037.392,00 em 2014.

Enquanto os maiores valores de exportações estavam nos anos iniciais da pesquisa, os menores valores de importações também se concentravam neste período, proporcionando um saldo positivo para o setor no Brasil.

Na outra extremidade da tabela, concentram-se os menores valores de exportação e os maiores em importação, proporcionando o saldo negativo observado em 2014.

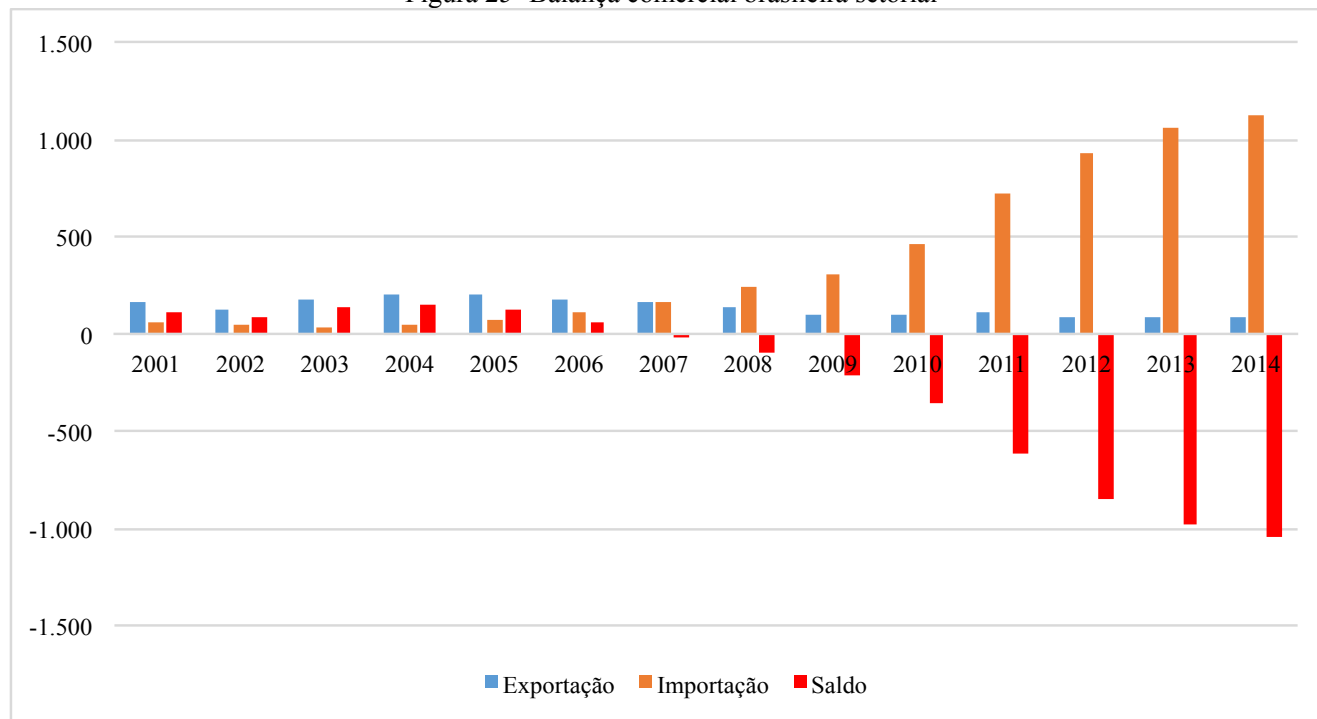
Tabela 25- Balança comercial brasileira setorial

Ano	Exportação US\$ FOB	Importação US\$ FOB	Saldo US\$ FOB
2001	168,53	59,20	109,34
2002	120,92	41,15	79,77
2003	176,96	38,75	138,21
2004	203,16	52,03	151,13
2005	201,81	72,61	129,20
2006	170,82	112,29	58,53
2007	162,24	168,13	-5,88
2008	142,85	246,03	-103,18
2009	92,54	303,63	-211,09
2010	102,80	456,65	-353,85
2011	106,86	721,61	-614,75
2012	86,85	932,81	-845,96
2013	79,28	1.054,41	-975,12
2014	83,65	1.129,68	-1.046,04
Total	1.899,28	5.388,99	-3.489,70

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em milhões de dólares

Figura 25- Balança comercial brasileira setorial



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em milhões de dólares

3.3.1 Balança comercial catarinense

A balança comercial do estado catarinense, representada pela tabela 26, apresenta-se positiva até 2008, ano em que as importações quase se igualam às exportações. Em 2011 os valores exportados alcançaram o seu máximo (US\$9.051.045.337,00), quase 10% do total das exportações. As maiores importações foram em 2014 (US\$16.019.074.951,00), representando quase 16% do total importado. Quanto aos menores valores exportados e importados, estes são observados no mesmo ano, em 2001. Respectivamente somam US\$3.031.171.592,00 e US\$860.394.086,00.

O saldo do estado apresentou seu maior valor positivo em 2005 (US\$3.405.698.651,00) enquanto o seu menor saldo positivo foi em 2008 (US\$390.368.214,00). Contudo o estado inicia uma sequência de seis anos apresentando saldo negativo entre 2009 e 2014. Seu maior *deficit* foi em 2014, com um saldo negativo de US\$7.031.715.666,00.

De modo geral, suas exportações somam, entre os anos analisados, US\$91.702.983.561,00, enquanto as importações somam US\$102.350.525.760,00, resultando em um saldo negativo de US\$10.647.542.199,00.

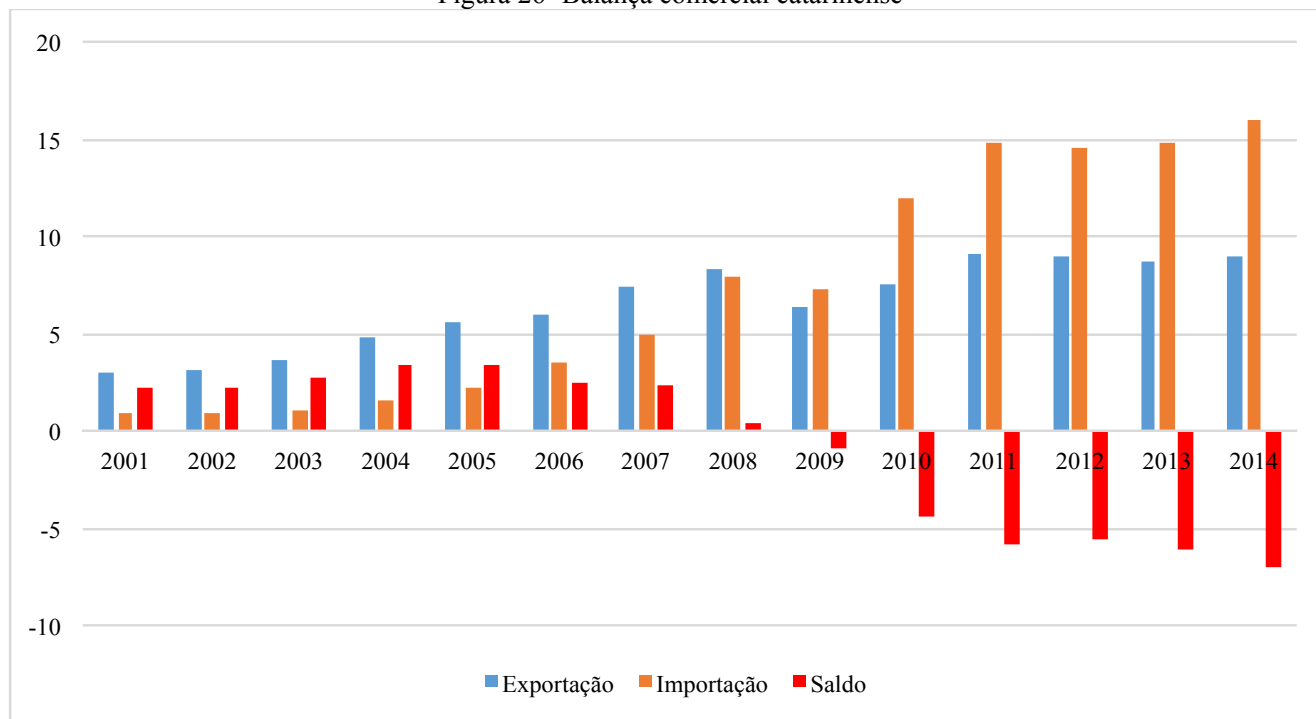
Tabela 26- Balança comercial catarinense

Ano	Exportação US\$ FOB	Importação US\$ FOB	Saldo US\$ FOB
2001	3,03	0,86	2,17
2002	3,16	0,93	2,23
2003	3,70	0,99	2,71
2004	4,86	1,51	3,35
2005	5,59	2,19	3,41
2006	5,98	3,47	2,51
2007	7,38	5,00	2,38
2008	8,33	7,94	0,39
2009	6,43	7,29	-0,86
2010	7,58	11,98	-4,40
2011	9,05	14,84	-5,79
2012	8,92	14,55	-5,63
2013	8,69	14,78	-6,09
2014	8,99	16,02	-7,03
Total	91,70	102,35	-10,65

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em bilhões de dólares

Figura 26- Balança comercial catarinense



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em bilhões de dólares

3.3.1.1 Balança comercial catarinense setorial

De maneira semelhante à balança comercial catarinense, o setor deste estado apresenta resultados negativos a partir de 2009 (US\$12.338.779,00) e segue até 2014 (US\$279.387.523,00), ano em que apresenta o pior resultado, como explícito na tabela 27. O maior valor exportado soma US\$103.056.415,00, em 2004, representando 12,23% do total exportado. Este ano apresenta o saldo mais proeminente entre os anos analisados, alcançando US\$ 102.369.831,00. Os maiores valores referentes às importações somam US\$308.032.925,00, em 2014, contribuindo com 24,67% do total das importações.

Já os menores valores observados nas exportações e importações se referem, respectivamente, aos anos de 2014 e 2003. Neste contexto, em 2014 o valor exportado foi de US\$28.645.402,00, enquanto em 2003 o valor importado foi de US\$ 244.565,00.

De modo geral as importações realizadas por este setor catarinense passou a configurar importância a partir de 2005, pois seus valores em relação às exportações não alcançavam 1,5%. Contudo, em 2005 a soma das importações ultrapassa 2,5%, subindo para 11,42% no ano seguinte e em 2014 representava mais de 1075% dos valores exportados. 2008 é o último ano em que as exportações são superiores às importações. Como melhor compreendido pela figura 27, a partir de 2004 o setor catarinense enfrenta reduções das exportações.

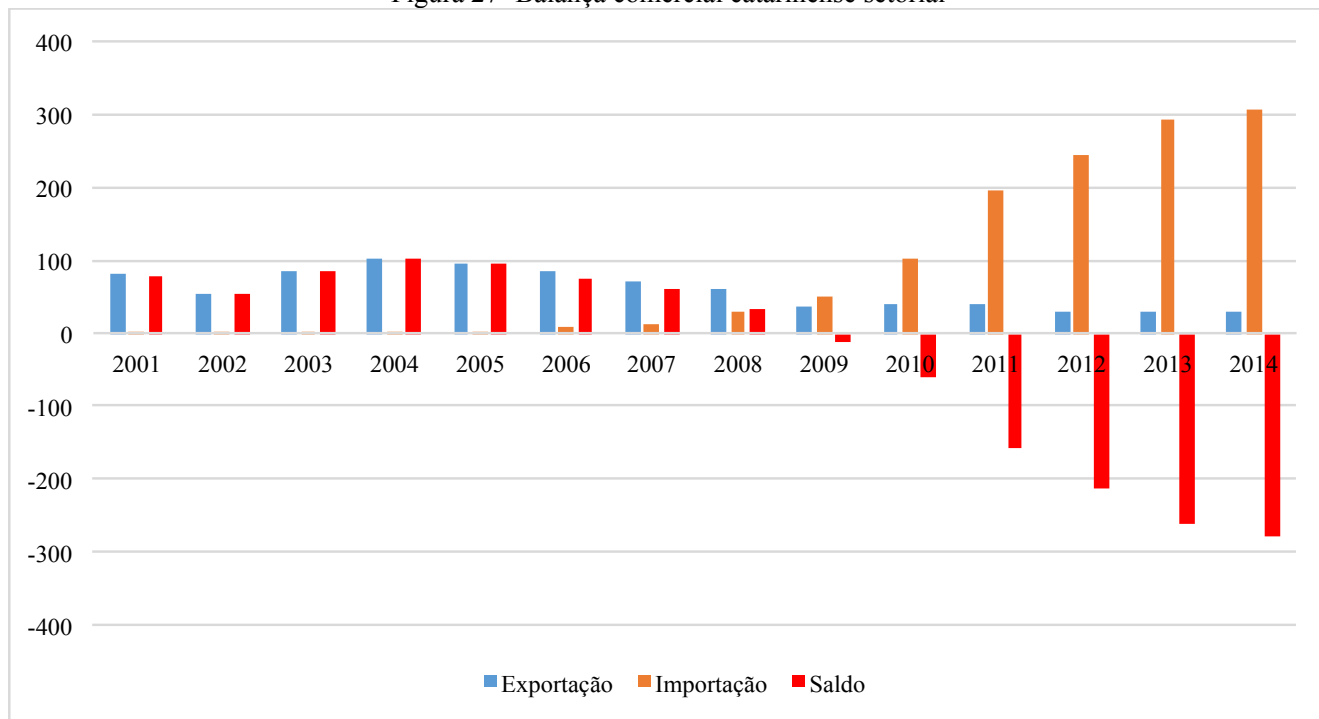
Tabela 27- Balança comercial catarinense setorial

Ano	Exportação US\$ FOB	Importação US\$ FOB	Saldo US\$ FOB
2001	80,54	1,09	79,46
2002	54,65	0,81	53,85
2003	84,89	0,24	84,65
2004	103,06	0,69	102,37
2005	96,66	2,51	94,16
2006	83,41	9,53	73,88
2007	71,92	12,79	59,13
2008	61,98	30,43	31,54
2009	36,53	48,87	-12,34
2010	41,24	101,36	-60,12
2011	39,40	195,74	-156,34
2012	30,34	244,84	-214,50
2013	29,12	291,53	-262,41
2014	28,65	308,03	-279,39
Total	842,38	1.248,45	-406,07

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em milhões de dólares

Figura 27- Balança comercial catarinense setorial



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em milhões de dólares

3.3.1.1.1 Balança comercial dos clusters catarinenses

As cidades referentes aos *clusters* catarinense apresenta seu maior valor exportado em 2008 (US\$3.668.591.831,00), representando quase 10% do total das exportações (US\$37.053.328.303,00). Seis anos antes os valores das exportações atingiam o seu menor valor (US\$1.149.745.030,00). Um ano depois as importações apresentavam seu menor valor (US\$365.670.981,00) e em 2014 as importações foram as mais representativas entre os anos analisados, alcançando US\$4.051.644.219,00, representando 15,85% do total das importações (US\$25.555.840.501,00).

Contudo seu maior saldo foi obtido em 2007, alcançando US\$1.960.920.102,00. O menor saldo positivo alcançado por este aglomerado foi em 2011 com US\$151.346.139,00, porém o seu menor saldo foi em 2014 somando um *deficit* de US\$1.036.273.948,00. Todavia a soma dos saldos observados entre os anos e expostos pela tabela 28 se apresenta positivo, favorecendo o aglomerado com US\$11.497.487.802,00.

Referente aos setor (tabela 29), este aglomerado de cidades apresenta saldo positivo ao somar os saldos dos anos analisados (US\$344.638.969,00). Seu maior saldo foi observado em 2004 (US\$87.189.814,00), porém em 2013 o *cluster* apresenta seu menor valor (US\$-60.458.856,00).

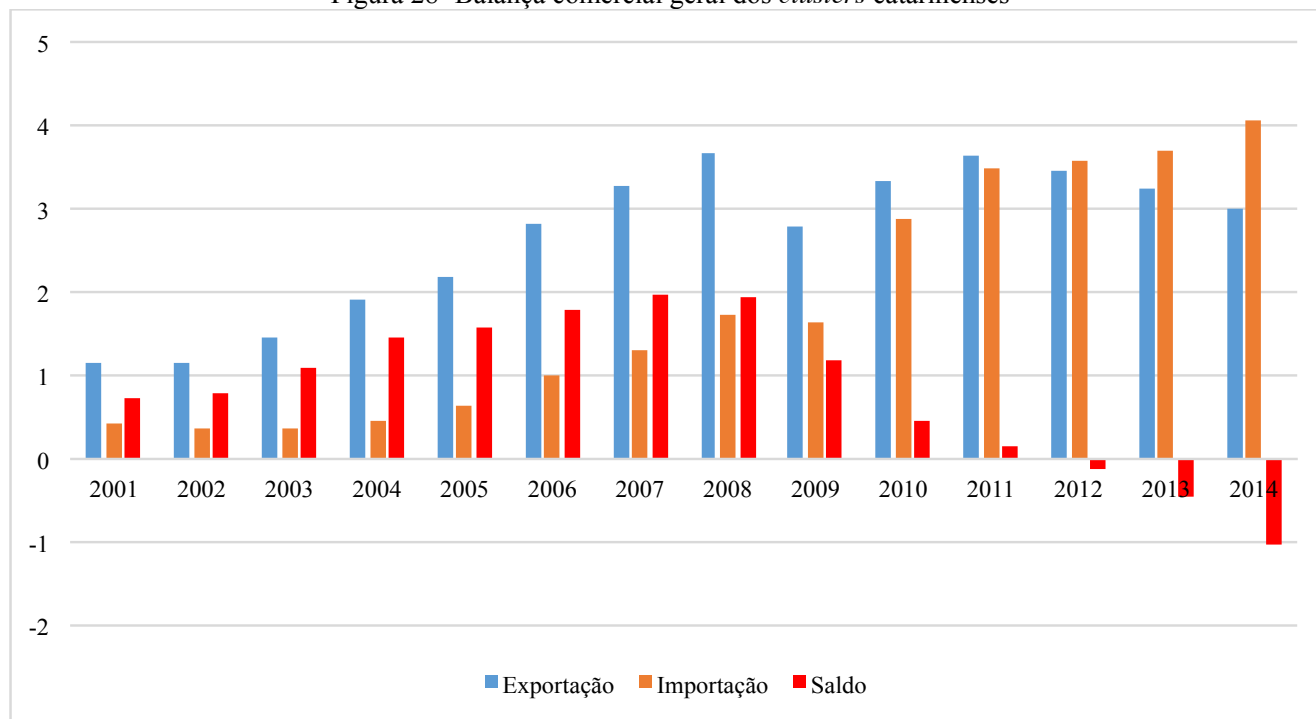
Representando 12,31% do total das exportações (US\$710.078.214,00), o ano de 2004 soma os maiores valores quanto as exportações, enquanto em 2013 se vê o menor valor (US\$21.077.827,00). As importações mais expressivas ocorrem também em 2013 (US\$81.536.683,00), representando 22,31% do valor total (US\$365.439.245,00).

Tabela 28- Balança comercial geral dos *clusters* catarinenses

Ano	Exportação	Importação	Saldo
	US\$ FOB	US\$ FOB	US\$ FOB
2001	1,15	0,42	0,73
2002	1,15	0,37	0,78
2003	1,46	0,37	1,09
2004	1,91	0,46	1,45
2005	2,19	0,63	1,57
2006	2,81	1,01	1,80
2007	3,26	1,30	1,96
2008	3,67	1,72	1,95
2009	2,80	1,63	1,17
2010	3,33	2,87	0,46
2011	3,63	3,48	0,15
2012	3,45	3,56	-0,11
2013	3,23	3,69	-0,47
2014	3,02	4,05	-1,04
Total	37,05	25,56	11,50

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em bilhões de dólares

Figura 28- Balança comercial geral dos *clusters* catarinenses

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em bilhões de dólares

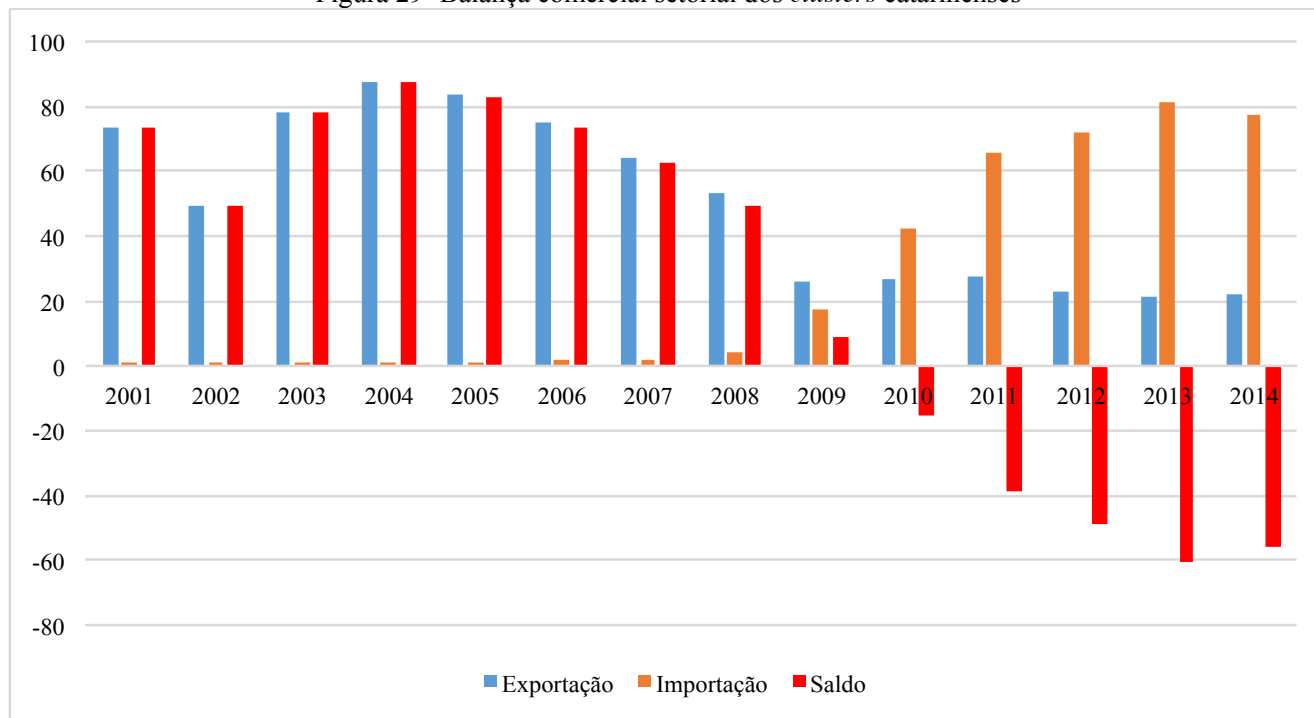
Tabela 29- Balança comercial setorial dos *clusters* catarinenses

Ano	Exportação	Importação	Saldo
	US\$ FOB	US\$ FOB	US\$ FOB
2001	73,35	0,18	73,17
2002	49,32	0,22	49,10
2003	77,98	0,11	77,87
2004	87,43	0,24	87,19
2005	83,33	0,60	82,73
2006	74,89	1,62	73,27
2007	64,25	1,92	62,33
2008	53,38	3,85	49,53
2009	26,20	17,17	9,03
2010	27,05	42,47	-15,42
2011	27,21	66,05	-38,83
2012	22,76	71,87	-49,11
2013	21,08	81,54	-60,46
2014	21,84	77,61	-55,77
Total	710,08	365,44	344,64

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em milhões de dólares

Figura 29- Balança comercial setorial dos *clusters* catarinenses



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em milhões de dólares

3.3.2 Balança comercial paulista

O estado de São Paulo é o único entre os estados analisados, como ver-se-á, que apresenta saldo negativo em 2001, porém o estado se recupera e atinge o seu maior valor em 2006, ao apresentar resultado de US\$9.100.144.407,00. Contudo seu desempenho mostra resultados negativos, a partir de 2008 e ao somar os resultados obtidos entre 2001 e 2014 o resultado também é negativo (US\$116.804.521.918,00), como apresenta a tabela 30.

Ao observar os valores exportados ao longo dos anos, nota-se que o maior valor exportado pelo estado foi em 2011 (US\$59.894.157.214,00), representando quase 10% das exportações, enquanto as importações foram mais expressivas em 2013 (US\$239.747.515.987,00), representando mais de 12% das importações.

O menor valor exportado pelo estado, observa-se em 2002, como também suas importações (US\$20.155.516.694,00 e US\$19.834.392.672,00, respectivamente). Todavia, o que proporcionou tornar a balança comercial positiva para este ano foi a redução das importações em relação ao ano anterior. Enquanto o valor das exportações foi reduzido em US\$ 508.926.531,00 em 2002, a diferença das importações foram de US\$ 4.941.583.563,00, em relação à 2001. Deste modo em 2002 a balança comercial apresenta valor positivo, correspondente a mais de 3,5% do maior resultado obtido, aquele representado pelas ações de 2006.

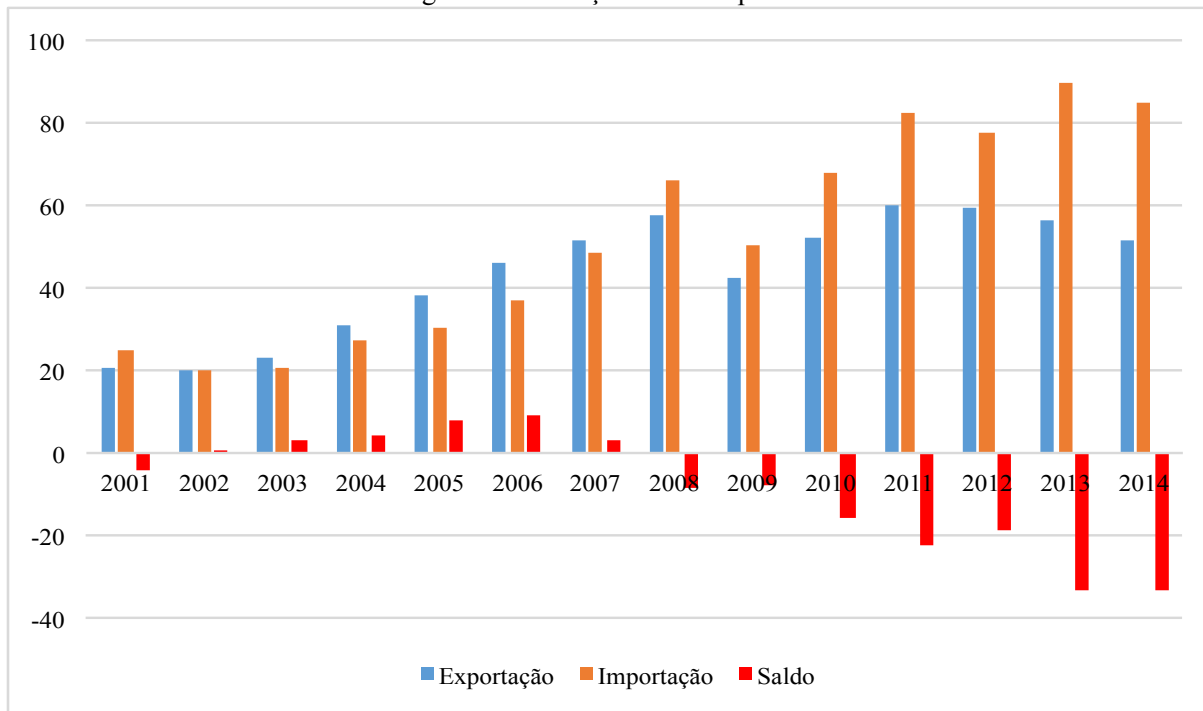
Tabela 30- Balança comercial paulista

Ano	Exportação US\$ FOB	Importação US\$ FOB	Saldo US\$ FOB
2001	20,66	24,78	-4,11
2002	20,16	19,83	0,32
2003	23,15	20,33	2,82
2004	31,17	27,10	4,06
2005	38,14	30,49	7,65
2006	46,15	37,05	9,10
2007	51,73	48,42	3,32
2008	57,70	66,35	-8,65
2009	42,38	50,49	-8,11
2010	52,29	67,79	-15,49
2011	59,89	82,18	-22,29
2012	59,35	77,83	-18,48
2013	56,17	89,76	-33,59
2014	51,46	84,81	-33,36
Total	610,41	727,22	-116,80

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em bilhões de dólares

Figura 30- Balança comercial paulista



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em bilhões de dólares

3.3.2.1 Balança comercial paulista setorial

O setor de confeccionados paulista não apresenta saldo negativo em 2001, como o estado de modo geral, porém os anos que o setor obteve saldo negativo foi superior ao do estado.

As exportações do setor foram mais proeminentes em 2007, totalizando US\$43.848.078,00, representando 9,10% do total das exportações (US\$481.810.265,00). Representando aproximadamente 23% dos valores importados (US\$2.419.032.431,00), o ano de 2014 apresenta o maior valor (US\$551.825.164,00), 30 vezes a mais do que o menor valor de importação registrado entre os anos analisados, o qual se refere ao ano de 2002, com US\$18.122.604,00. Quanto as exportações o menor valor exportado também está em 2002, com US\$23.185.794,00.

A coluna referente ao saldo, observada na tabela 31, mostra que entre os quatorze anos analisados somente os primeiros cinco anos (2001-2005) apresentam valores positivos. Entre eles o ano de 2005 é o que apresenta menor valor para o setor. Ao atentar à variação destes valores de um ano para o outro, percebe-se há variações bruscas. Os valores de 2001 para 2002, decresceram quase 53%, porém entre 2002 e 2003 a variação é 166% positiva, mantendo-se positiva para o ano seguinte com pouco mais de 15%, contudo em 2005 novo decréscimo é observado de quase 90%.

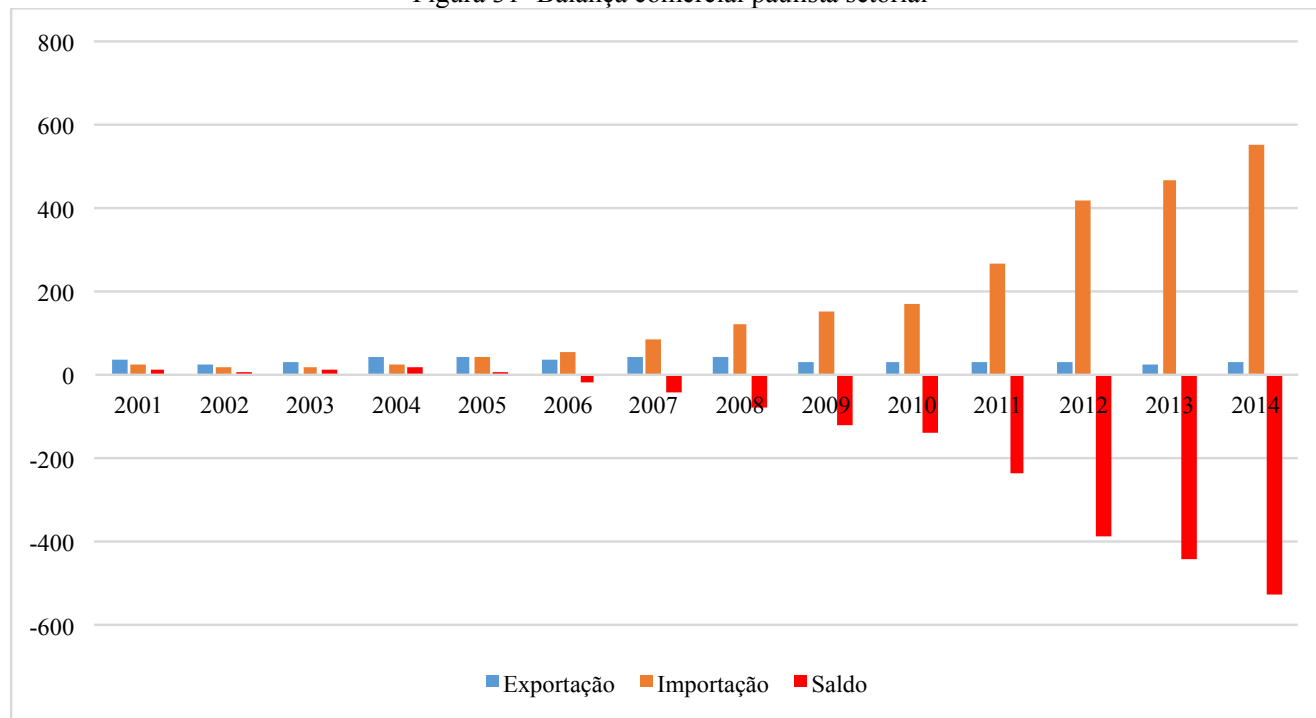
Tabela 31- Balança comercial paulista setorial

Ano	Exportação	Importação	Saldo
	US\$ FOB	US\$ FOB	US\$ FOB
2001	33,71	22,97	10,74
2002	23,19	18,12	5,06
2003	33,14	19,67	13,47
2004	42,81	27,29	15,52
2005	43,81	42,21	1,60
2006	38,73	56,11	-17,38
2007	43,85	84,67	-40,82
2008	43,25	123,50	-80,25
2009	29,42	148,72	-119,30
2010	31,22	170,52	-139,29
2011	33,18	268,62	-235,44
2012	30,40	415,27	-384,87
2013	27,30	469,54	-442,24
2014	27,79	551,83	-524,03
Total	481,81	2.419,03	-1.937,22

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em milhões de dólares

Figura 31- Balança comercial paulista setorial



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em milhões de dólares

3.3.2.1.1 Balança comercial dos clusters paulistas

As cidades que compõem o *cluster* paulista apresentam crescimento das exportações ao observar os anos de 2001 a 2014, como demonstra a tabela 32. A soma destas atividades resultam em US\$113.286.133.642,00, e o ano em que houve maior valor exportado foi em 2011, com US\$11.045.467.318,00 negociados, representando 9,75% do total das exportações. O ano de maior valor negociado em importações também foi em 2011, com US\$18.647.843.754,00, representando 11,82% do total das importações (US\$157.787.111.799,00), porém o seu maior saldo positivo foi em 2004, com US\$1.319.262.160,00.

Os menores valores negociados nas exportações e importações, respectivamente, foram em 2002 (US\$4.685.334.685,00) e 2003 (US\$4.572.064.101,00). Seu menor saldo positivo foi em 2006 com US\$700.055.139,00, porém o estado apresenta em seu total um saldo negativo de US\$44.500.978.157,00.

A tabela 33 apresenta dados destes aglomerados referentes ao setor. Nela se observa que as exportações das cidades que compõem este aglomerado somam US\$197.847.894,00. Entre os anos, o maior valor negociado em exportações do setor foi em 2004, com US\$21.619.316,00, representando quase 11% do total destas atividades. As importações apresentam maior valor em 2014, com US\$191.944.361,00, representando mais de 22% do total das importações (US\$867.201.845,00).

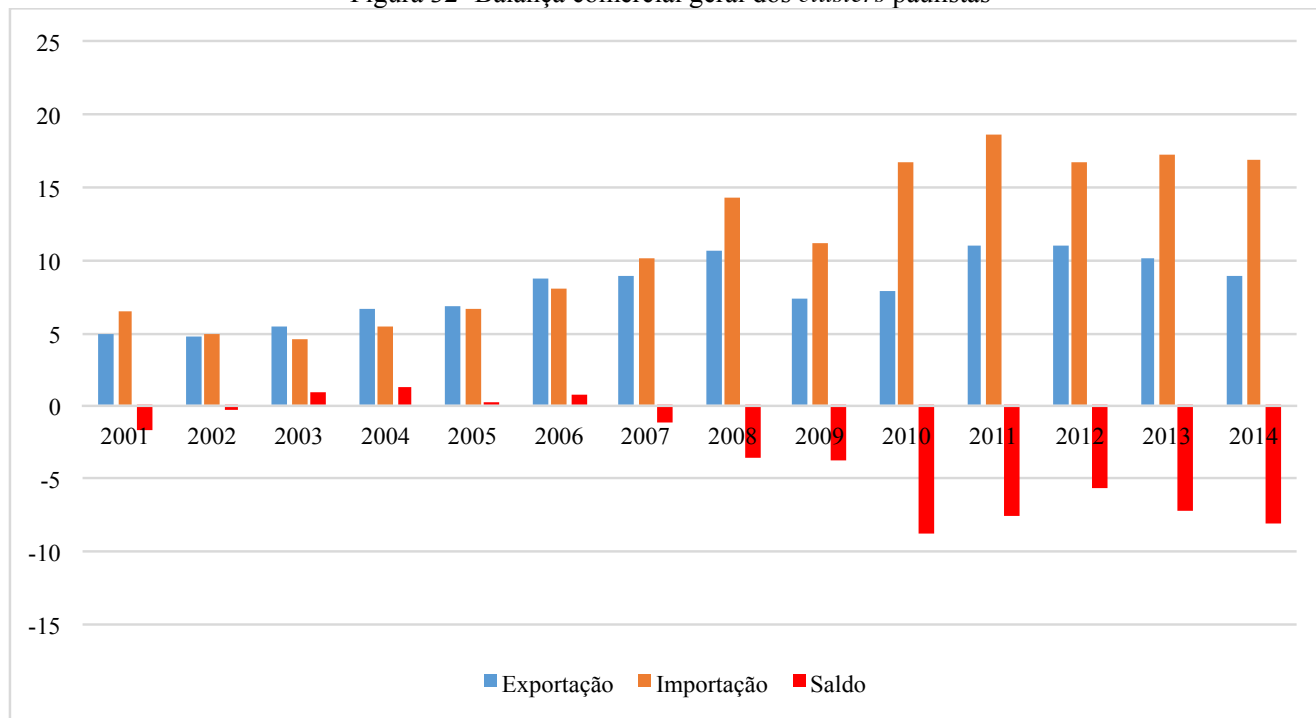
Os menores valores apresentados quanto as exportações são em 2014 (US\$6.194.489,00) e quanto as importações foi em 2002 (US\$15.862.368,00). Quanto aos saldos apresentados pela tabela, nota-se que o maior saldo positivo foi em 2004, com US\$2.386.178,00, enquanto o menor saldo positivo foi um ano antes com US\$1.267.760,00. De modo geral a soma dos saldos apresentados por estes *clusters* é negativo (US\$669.353.951,00).

Tabela 32- Balança comercial geral dos *clusters* paulistas

Ano	Exportação	Importação	Saldo
	US\$ FOB	US\$ FOB	US\$ FOB
2001	4,97	6,55	-1,58
2002	4,69	4,99	-0,30
2003	5,49	4,57	0,91
2004	6,73	5,42	1,32
2005	6,82	6,58	0,23
2006	8,67	7,97	0,70
2007	8,97	10,08	-1,11
2008	10,68	14,28	-3,60
2009	7,35	11,12	-3,78
2010	7,86	16,64	-8,78
2011	11,05	18,65	-7,60
2012	11,04	16,72	-5,68
2013	10,12	17,26	-7,14
2014	8,85	16,95	-8,10
Total	113,29	157,79	-44,50

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em bilhões de dólares

Figura 32- Balança comercial geral dos *clusters* paulistas

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em bilhões de dólares

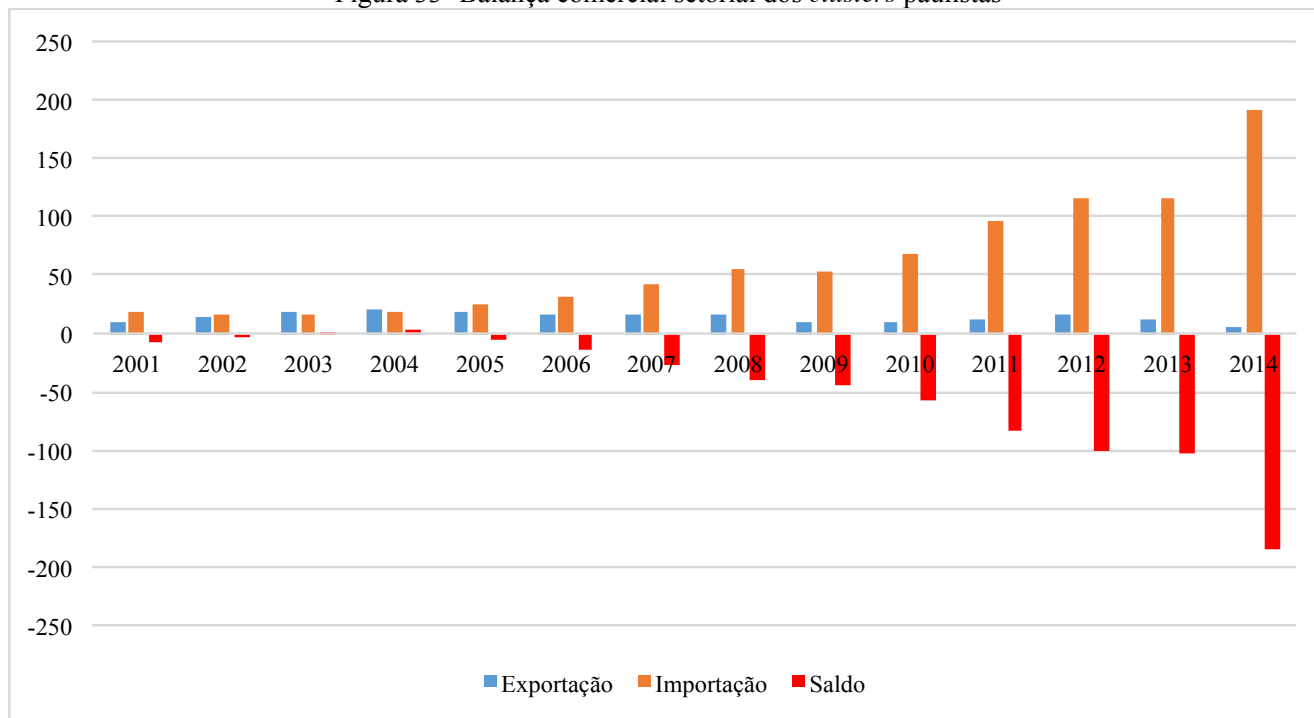
Tabela 33- Balança comercial setorial dos *clusters* paulistas

Ano	Exportação	Importação	Saldo
	US\$ FOB	US\$ FOB	US\$ FOB
2001	10,44	18,87	-8,42
2002	13,19	15,86	-2,67
2003	17,60	16,33	1,27
2004	21,62	19,23	2,39
2005	18,68	24,62	-5,94
2006	17,22	31,49	-14,27
2007	17,04	42,96	-25,92
2008	15,90	56,28	-40,38
2009	9,80	53,93	-44,13
2010	10,43	68,51	-58,08
2011	11,05	95,29	-84,24
2012	15,94	116,29	-100,36
2013	12,75	115,59	-102,84
2014	6,19	191,94	-185,75
Total	197,85	867,20	-669,35

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em milhões de dólares

Figura 33- Balança comercial setorial dos *clusters* paulistas



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em milhões de dólares

3.3.3 Balança comercial mineira

O estado mineiro é o único entre os três analisados que apresenta saldo positivo em todos os anos que compreendem este estudo. Também é o único estado que demonstra valores crescentes, com poucas variações decrescentes, em todos os anos quando se contemplas as importações e exportações, conforme demonstra a tabela 34. Para tanto, as importações estavam aproximadamente em uma média de 35,34% abaixo dos valores das exportações. Assim, Minas Gerais apresenta uma soma de US\$187.503.164.426,00 em seu saldo para os anos analisados.

Quanto as exportações, soma-se US\$289.974.646.371,00, sendo em 2011 a maior contribuição para este total (US\$41.392.879.722,00), representando quase 14,27%. Quanto as importações, o maior valor importado representa 12,71% (US\$13.028.493.635,00) do total das importações (US\$102.471.481.945,00). Assim, observa-se que o maior saldo obtido entre os anos (US\$28.364.386.087,00) foi em 2011, mesmo ano em que as importações e exportações apresentaram seus maiores valores, representando pouco mais de 15% do total.

Ao observar os menores valores, estes não estão concentrados no mesmo ano. O menor saldo obtido foi em 2001 (US\$3.058.235.574,00), mesmo ano que as menores exportações (US\$6.059.713.464,00), porém o menor valor importado foi em 2003 (US\$2.431.952.029,00).

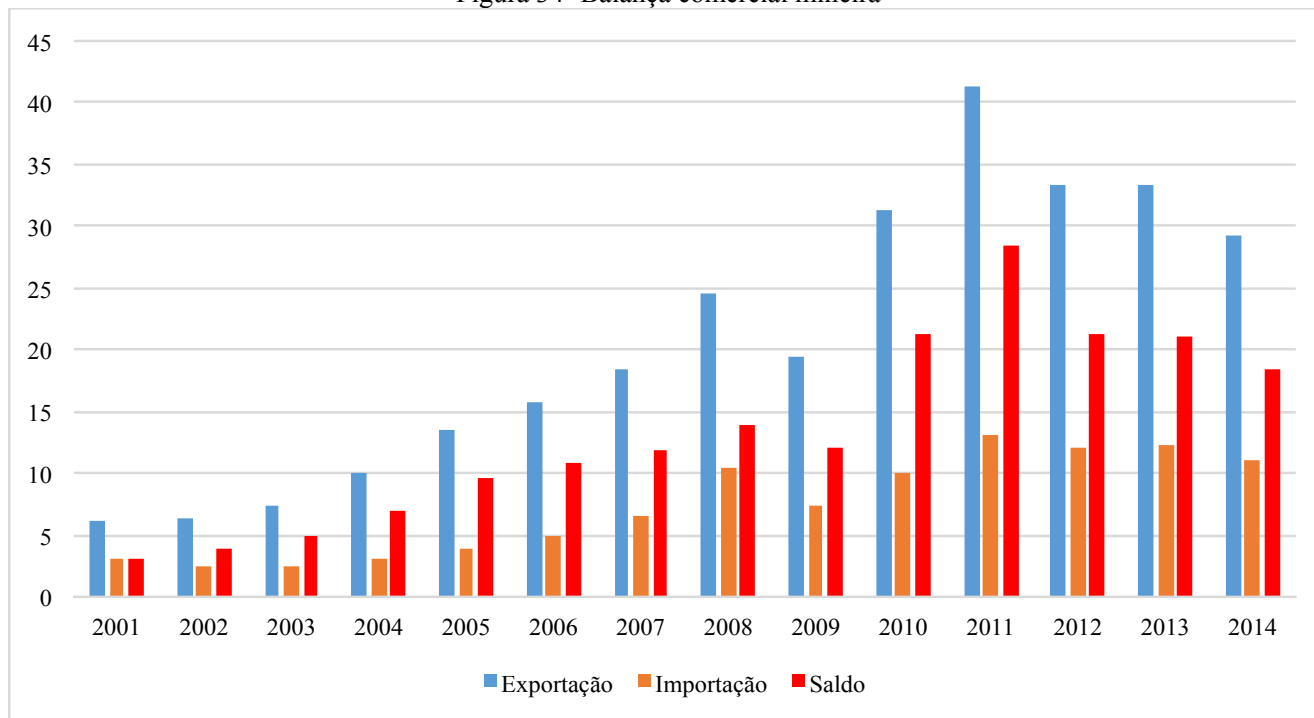
Tabela 34- Balança comercial mineira

Ano	Exportação US\$ FOB	Importação US\$ FOB	Saldo US\$ FOB
2001	6,06	3,00	3,06
2002	6,35	2,51	3,84
2003	7,44	2,43	5,01
2004	10,01	2,99	7,02
2005	13,51	3,94	9,58
2006	15,66	4,86	10,80
2007	18,36	6,50	11,85
2008	24,44	10,48	13,96
2009	19,52	7,35	12,17
2010	31,22	9,97	21,26
2011	41,39	13,03	28,36
2012	33,25	12,05	21,19
2013	33,44	12,34	21,09
2014	29,32	11,01	18,31
Total	289,97	102,47	187,50

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em bilhões de dólares

Figura 34- Balança comercial mineira



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em bilhões de dólares

3.3.3.1 Balança comercial mineira setorial

De forma semelhante, a balança comercial mineira referente ao setor apresenta dados positivos, ainda que os saldos de 2012, 2013 e 2014 sejam negativos, como demonstra a tabela 35.

As exportações do setor apresentaram maior valor em 2008 (US\$3.624.296,00), representando quase 11,12% do total das exportações (US\$32.605.266,00). Já as importações somaram US\$22.663.385,00 e em 2014 ocorreu o maior valor (US\$7.412.747,00), representando mais de 32% deste total. Em 2003 o setor obteve o melhor saldo entre os anos analisados (US\$2.845.512,00), correspondendo a mais de 28% do total (US\$9.941.881,00).

Os menores valores de exportação e importação ocorreram, respectivamente em 2001 e 2003 (US\$1.211.725,00 e US\$115.408,00), contudo o menor saldo positivo é visto em 2010 (US\$813.960,00) representando pouco mais de 8% do total. No ano seguinte houve uma recuperação de quase 50%, porém nos anos seguintes, 2012, 2013 e 2014 o saldo é negativo, US\$ 1.817.481,00, US\$3.328.705,00 e US\$5.602.462,00, respectivamente.

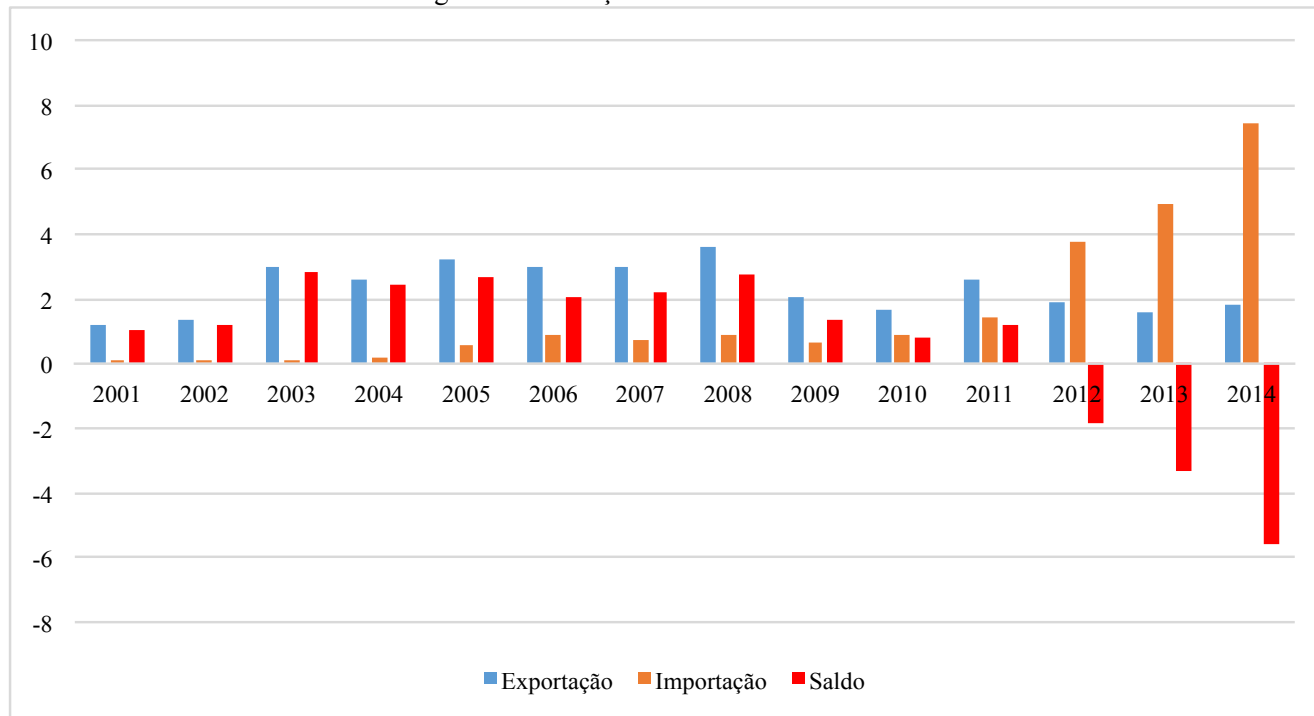
Tabela 35- Balança comercial mineira setorial

Ano	Exportação US\$ FOB	Importação US\$ FOB	Saldo US\$ FOB
2001	1,21	0,14	1,07
2002	1,36	0,13	1,23
2003	2,96	0,12	2,85
2004	2,63	0,18	2,46
2005	3,21	0,54	2,67
2006	2,99	0,91	2,08
2007	2,96	0,76	2,21
2008	3,62	0,89	2,74
2009	2,04	0,68	1,36
2010	1,67	0,86	0,81
2011	2,62	1,41	1,22
2012	1,93	3,75	-1,82
2013	1,57	4,90	-3,33
2014	1,81	7,41	-5,60
Total	32,61	22,66	9,94

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em milhões de dólares

Figura 35- Balança comercial mineira setorial



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em milhões de dólares

3.3.3.1.1 Balança comercial dos clusters mineiros

A balança comercial geral dos *clusters* mineiros apresenta seus maiores valores negociados em exportação e importação no ano de 2008. Nesta ordem, os valores negociados são de US\$2.991.258.337,00 e US\$3.028.332.548,00. Cada um deles representa 11,77% e 12,27%, respectivamente, dos seus totais, US\$25.404.359.028,00 e US\$24.687.336.830,00. De modo geral a soma dos saldos observados na tabela 36 sinaliza positividade (US\$717.022.198,00). Seu maior valor é observado no ano de 2005 (US\$951.054.960,00), enquanto seu menor valor é observado em 2011 (US\$-1.066.047.206,00).

Ao que se refere ao setor, os valores mais representativos são aqueles observados no ano de 2008, 2012 e 2006, para as exportações, importações e seu saldo, respectivamente (US\$2.443.074,00, US\$1.411.445,00 e US\$2.016.289,00). Nesta ordem estes valores representam 17,05%, 21,96% e 25,51% do total das exportações (US\$14.330.121,00), importações (US\$6.426.140,00) e do saldo (US\$7.903.981,00), como demonstra a tabela 37.

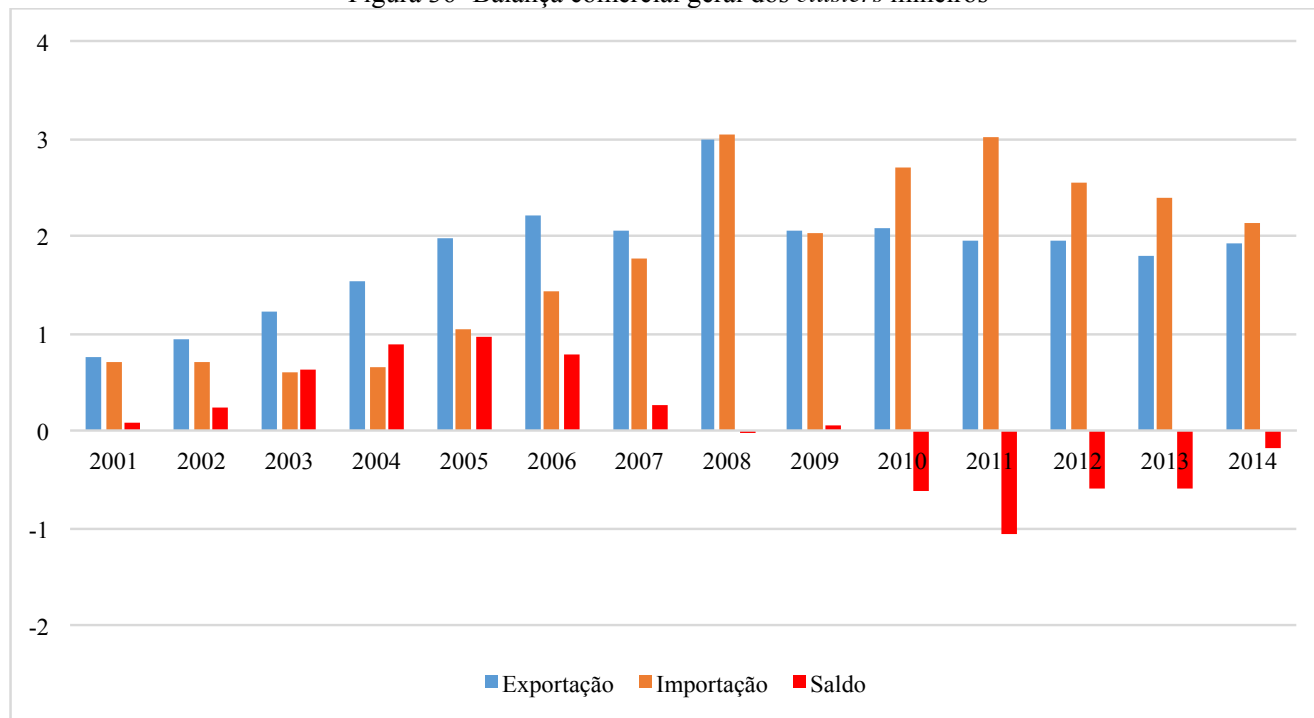
Por outro lado os valores menos representativos são vistos em 2001 para as exportações (US\$186.420,00), em 2003 para as importações (US\$61.205,00) e em 2012 para o saldo (US\$-967.142,00).

Tabela 36- Balança comercial geral dos *clusters* mineiros

Ano	Exportação	Importação	Saldo
	US\$ FOB	US\$ FOB	US\$ FOB
2001	0,77	0,70	0,07
2002	0,94	0,70	0,24
2003	1,21	0,59	0,62
2004	1,53	0,66	0,87
2005	1,98	1,03	0,95
2006	2,20	1,42	0,78
2007	2,04	1,78	0,27
2008	2,99	3,03	-0,04
2009	2,06	2,01	0,04
2010	2,08	2,71	-0,63
2011	1,94	3,00	-1,07
2012	1,94	2,55	-0,61
2013	1,79	2,39	-0,60
2014	1,93	2,12	-0,19
Total	25,40	24,69	0,72

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em bilhões de dólares

Figura 36- Balança comercial geral dos *clusters* mineiros

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

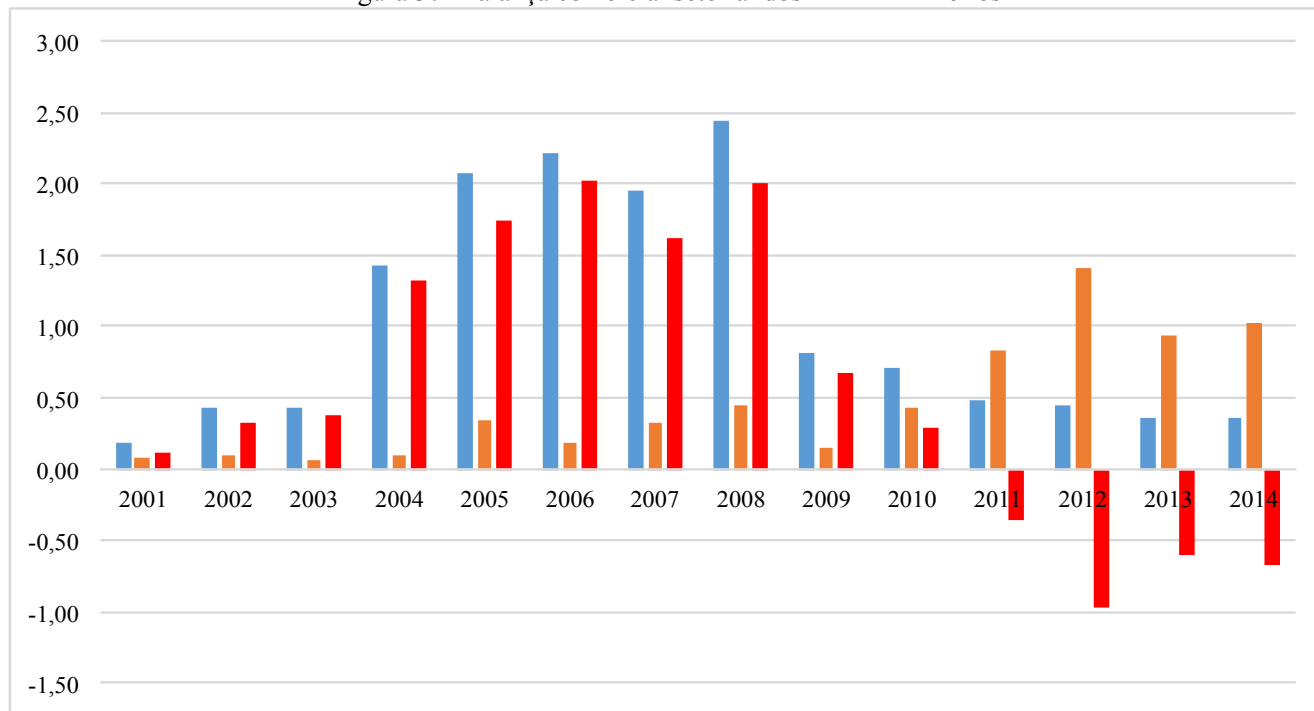
Nota: valores em bilhões de dólares

Tabela 37- Balança comercial setorial dos *clusters* mineiros

Ano	Exportação	Importação	Saldo
	US\$ FOB	US\$ FOB	US\$ FOB
2001	0,19	0,08	0,11
2002	0,42	0,09	0,33
2003	0,44	0,06	0,37
2004	1,42	0,10	1,33
2005	2,08	0,34	1,73
2006	2,21	0,19	2,02
2007	1,96	0,33	1,63
2008	2,44	0,44	2,00
2009	0,82	0,14	0,68
2010	0,71	0,43	0,29
2011	0,48	0,83	-0,35
2012	0,44	1,41	-0,97
2013	0,35	0,95	-0,59
2014	0,36	1,03	-0,67
Total	14,33	6,43	7,90

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em milhões de dólares

Figura 37- Balança comercial setorial dos *clusters* mineiros

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em milhões de dólares

3.3.4 Síntese dos dados referentes às transações comerciais

O quadro 7 apresenta a síntese dos valores referentes às exportações e importações do país de modo geral e àquelas referentes ao setor; valores de exportação e importação dos estados e dos *clusters* de modo geral e também segregado ao setor.

Deste modo, revela-se que as exportações brasileiras realizadas pelo setor representam 0,09% daquelas realizadas por todos os setores do país, enquanto as importações, neste mesmo contexto, representam 0,28%.

O estado de São Paulo participa com 27,44% das exportações do país e 38,27% das importações. As exportações do setor de confecção do estado representam 25,37% das exportações do setor realizado pelo país e 0,08% das exportações do estado. As importações do setor paulista representam 44,89% das importações do setor nacional, enquanto representam 0,33% das importações do estado. As exportações dos *clusters* paulistas, compreendidos por 4 municípios, representam 18,56% das exportações do estado, enquanto as importações representam 21,70% daquelas realizadas pelo estado. Somente o setor de confecção destes *clusters* compreendem 0,17% e 0,55% das exportações e importações, nesta ordem, daquelas realizadas pelos *clusters* do estado, porém compreendem 41,06% e 35,85% das exportações e importações do setor do estado, respectivamente.

Santa Catarina compreende 4,12% e 5,39% das exportações e importações do país. Seu setor de confecção compreende 44,35% das exportações e 23,17% das importações referentes às mesmas operações do setor nacional. Todavia, estas ações inerentes ao setor, representam 0,92% das exportações e 1,22% das importações do estado. Seus *clusters* representados por 11 cidades, representam, quanto as exportações e importações, respectivamente, 40,41% e 24,97% daquelas realizadas pelo estado. O setor confeccionista inserido neste *clusters*, compreendem 1,92% das exportações do *cluster*, e 1,43% das importações, também do *cluster*. As exportações e importações do setor destes *clusters*, representam para as mesmas ações do setor estadual, 84,29% e 29,27%, respectivamente.

As atividades de exportação e importação o estado mineiro representam para o país 13,04% e 5,39%, nesta ordem. O setor confeccionista compreende 1,72% e 0,42% das exportações e importações do setor nacional, enquanto que para o estado, as exportações do setor representam 0,01% e as importações 0,02%. Com o maior número de cidades (20) compondo os *clusters* mineiros, suas

exportações representam 8,76% daquelas realizadas pelo estado. Por outro lado, suas importações compreendem 24,09%. Referente ao setor inerente à estes *clusters*, suas exportações representam 0,06% e 43,95% daquelas praticadas pelo *cluster* e pelo setor estadual, respectivamente. Do mesmo modo, suas importações compreendem 0,03% daquelas praticadas pelo *cluster* como um todo, e 28,35% daquelas realizadas pelo setor do estado.

Em suma, as exportações destes três estados somam US\$992.088.591.811,00, e representam 44,60% daquelas realizadas pelo país. As importações destes estados somam US\$932.037.491.502,00 e compreendem 49,05% daquelas realizadas pelo país. As exportações e importações do setor compreendem 0,06% e 0,19% em relação ao país e, ainda nesta ordem, 71,44% e 68,48% ao que se refere às atividades do setor nacional.

Quadro 7- Síntese dos dados referentes à balança comercial

Brasil	Exportação BR	%	Importação BR	%	Exportação BR Setorial	%	Importação BR Setorial	%	Exportação Setorial/BR	Importação Setorial/BR	
	2.224.196.213.071	100	1.900.370.053.458	100	1.899.282.095	100	5.388.985.603	100	0,09	0,28	
Estado SP	Exportação UF SP	% BR	Importação UF SP	% BR	Exportação UF Setorial	% BR	% UF Setorial	Importação UF Setorial	% BR	% UF Setorial	
	610.410.961.879	27,44	727.215.483.797	38,27	481.810.265	25,37	0,08	2.419.032.431	44,89	0,33	
Clusters UF SP	Exportação Clusters SP	% UF	Importação Clusters SP	% UF	Exportação Clusters setorial SP	% UF cluster	% UF Setorial	Importação Clusters setorial SP	% UF cluster	% UF Setorial	Nº de cidade no cluster
	113.286.133.642	18,56	157.787.111.799	21,70	197.847.894	0,17	41,06	867.201.845	0,55	35,85	4
Estado SC	Exportação UF SC	% BR	Importação UF SC	% BR	Exportação UF Setorial	% BR	% UF Setorial	Importação UF Setorial	% BR	% UF Setorial	
	91.702.983.561	4,12	102.350.525.760	5,39	842.384.046	44,35	0,92	1.248.450.526	23,17	1,22	
Clusters UF SC	Exportação Clusters SC	% UF	Importação Clusters SC	% UF	Exportação Clusters setorial SC	% UF cluster	% UF Setorial	Importação Clusters setorial SC	% UF cluster	% UF Setorial	Nº de cidade no cluster
	37.053.328.303	40,41	25.555.840.501	24,97	710.078.214	1,92	84,29	365.439.245	1,43	29,27	11
Estado MG	Exportação UF MG	% BR	Importação UF MG	% BR	Exportação UF Setorial	% BR	% UF Setorial	Importação UF Setorial	% BR	% UF Setorial	
	289.974.646.371	13,04	102.471.481.945	5,39	32.605.266	1,72	0,01	22.663.385	0,42	0,02	
Clusters UF MG	Exportação Clusters MG	% UF	Importação Clusters MG	% UF	Exportação Clusters setorial MG	% UF cluster	% UF Setorial	Importação Clusters setorial MG	% UF cluster	% UF Setorial	Nº de cidade no cluster
	25.404.359.028	8,76	24.687.336.830	24,09	14.330.121	0,06	43,95	6.426.140	0,03	28,35	20
Geral	Exportações	% BR	Importações	% BR	Exportação setorial	% BR	% BR Setorial	Importação setorial	% BR	% BR Setorial	
	992.088.591.811	44,60	932.037.491.502	49,05	1.356.799.577	0,06	71,44	3.690.146.342	0,19	68,48	

Fonte: desenvolvido pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB (2015)

Nota: valores em US\$ (FOB)

3.4 COMPLEMENTARIEDADES ÀS TRANSAÇÕES COMERCIAIS

Nesta seção apresenta-se dados que complementam as transações comerciais apresentadas anteriormente. Para isso empreende-se esforços para apresentar dados referentes à qualidade cambial, receitas líquidas de vendas do setor, valores brutos de produção industrial e os investimentos em inovação.

3.4.1 Qualidade cambial

A tabela 38 apresenta as médias dos valores da cotação do dólar em cada um dos anos. Os valores foram obtidos por meio da média aritmética dos valores de compra e venda do dólar, apresentado pelo Banco Central do Brasil diariamente, sendo apresentados nominalmente.

A tabela mostra que entre os anos de 2001 e 2006, a moeda americana possuía valor acima dos R\$2,00, destacando o ano de 2003, no qual a moeda ultrapassou R\$3,00. Nos seis anos seguintes (2007-2012) a moeda não alcançou R\$2,00. Destacam-se os anos de 2003 e 2011, pois apresentam os valores mais extremos. No primeiro, o dólar foi cotado a R\$3,05, e no segundo, R\$1,67. Todavia destaca-se os anos de 2001 e 2014. Ambos com o mesmo valor da moeda americana (R\$2,35).

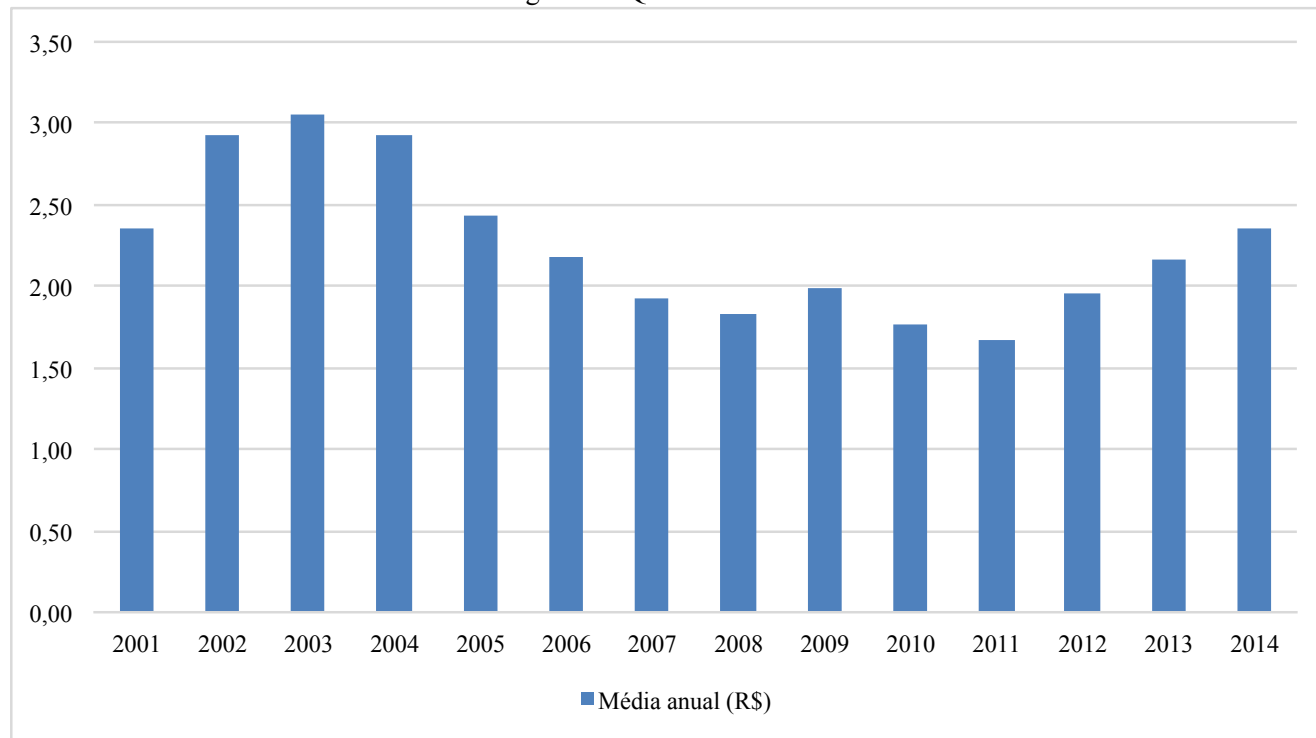
Tabela 38- Qualidade cambial

Ano	Média anual (R\$)
2001	2,35
2002	2,93
2003	3,05
2004	2,93
2005	2,43
2006	2,18
2007	1,93
2008	1,84
2009	1,99
2010	1,76
2011	1,67
2012	1,95
2013	2,16
2014	2,35

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados do Banco Central do Brasil (2015)

Nota: valores nominais

Figura 38- Qualidade cambial



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados do Banco Central do Brasil (2015)

3.4.2 Receita líquida de vendas do setor

A tabela 39³² mostra crescente receita líquida de vendas³³ do setor para o país e para os estados que compõe o *cluster* nacional, até 2013, pois a fonte dos dados não dispõe de dados para o ano de 2014. Entre os anos analisados o país obteve aumento de quase R\$33 bilhões em sua receita. Crescimento acompanhado pelo estado de São Paulo e Santa Catarina, apresentando aumento de aproximadamente R\$08 bilhões no mesmo período. O estado mineiro foi o que teve menor representatividade, aumentando sua receita em pouco mais de R\$1.700.000.000,00

São Paulo representou quase 42% da receita líquida do setor nacional no ano de 2007, enquanto Santa Catarina representou mais de 26% desta receita 2010 e Minas Gerais, 7,59% no mesmo ano que São Paulo. O ano de 2013 apresentou a maior receita para o setor confeccionista do país e dos estados catarinense e mineiro, enquanto o estado paulista foi mais representativo em 2011. De modo geral os estados de São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais representam, em média, 35,91%, 21,19% e 6,42% da receita líquida do setor confeccionista do país.

³² O apêndice R apresenta as tabelas que geraram estas informações.

³³ Receita Bruta Total (proveniente da venda de produtos e serviços industriais, da revenda de mercadorias e da prestação de serviços não industriais) menos o total das deduções (vendas canceladas e descontos, ICMS e outros impostos e contribuições incidentes sobre as vendas e serviços, como COFINS, Simples - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições, etc.) (IBGE, 2015a).

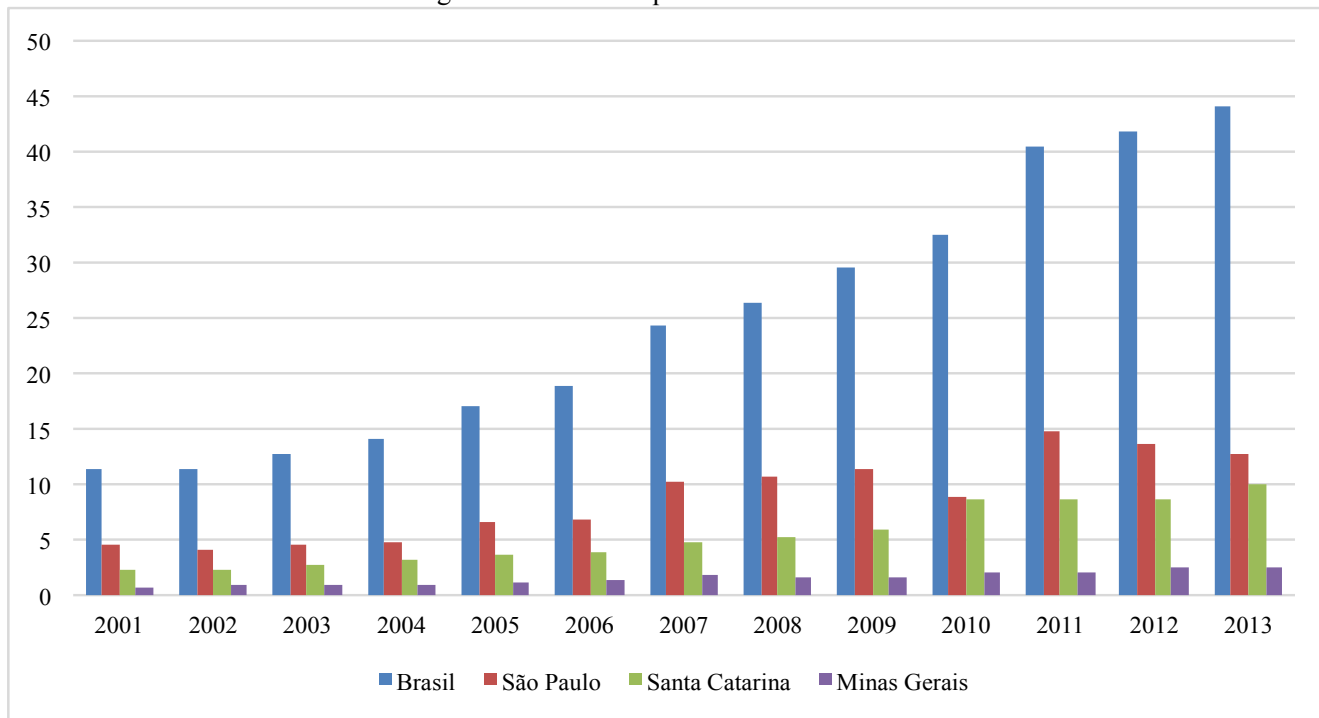
Tabela 39- Receita líquida de vendas do setor

Ano	Brasil	São Paulo	%	Santa Catarina	%	Minas Gerais	%
2001	11,31	4,66	41,18	2,28	20,14	0,74	6,54
2002	11,44	4,17	36,48	2,38	20,82	0,81	7,12
2003	12,72	4,51	35,45	2,72	21,41	0,94	7,42
2004	14,00	4,67	33,36	3,09	22,05	0,97	6,90
2005	16,99	6,55	38,56	3,57	21,03	1,15	6,77
2006	18,81	6,74	35,81	3,81	20,25	1,28	6,80
2007	24,41	10,23	41,91	4,77	19,55	1,85	7,59
2008	26,38	10,58	40,10	5,21	19,74	1,66	6,29
2009	29,62	11,43	38,60	5,82	19,64	1,65	5,56
2010	32,50	8,97	27,59	8,57	26,38	2,01	6,20
2011	40,56	14,75	36,36	8,54	21,06	2,00	4,94
2012	41,89	13,66	32,60	8,73	20,85	2,40	5,72
2013	44,17	12,70	28,76	9,98	22,60	2,49	5,65

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados IBGE (2015a, b)

Nota: valores em bilhões de reais

Figura 39- Receita líquida de vendas do setor



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados IBGE (2015a, b)

Nota: valores em bilhões de reais

3.4.3 Valor bruto da produção industrial

A tabela 40³⁴ mostra crescente valor bruto de produção³⁵ do setor para o país e para os três estados que compõem os *clusters* do país, até 2013, pois a fonte dos dados não dispõe de dados para o ano de 2014. Entre 2001 e 2013 o país obteve aumento que ultrapassou R\$33 bilhões em sua produção. Crescimento acompanhado pelos três estados, apresentando aumento de aproximadamente R\$08 bilhões para São Paulo e Santa Catarina e de mais de R\$1.600.000.000,00 para Minas Gerais, no mesmo período, .

São Paulo representou quase 43% do valor produzido no país em 2007. Santa Catarina representou mais de 26% do valor de produção nacional em 2010, enquanto o estado mineiro quase alcança 8% da produção nacional em 2003. Porém foi em 2013 que o país apresentou seu maior valor produzido, enquanto São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais apresentaram seu maior valor de produção em 2011, 2013 e 2012, e, de modo geral, cada estado representa, em média, 36,34%, 21,16% e 6,54%, respectivamente, do valor bruto da produção industrial do setor confeccionista do país.

³⁴ O apêndice S apresenta as tabelas que geraram estas informações.

³⁵ Valor obtido pela soma da receita líquida industrial com a variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração, mais a produção própria incorporada ao ativo imobilizado (IBGE, 2015c).

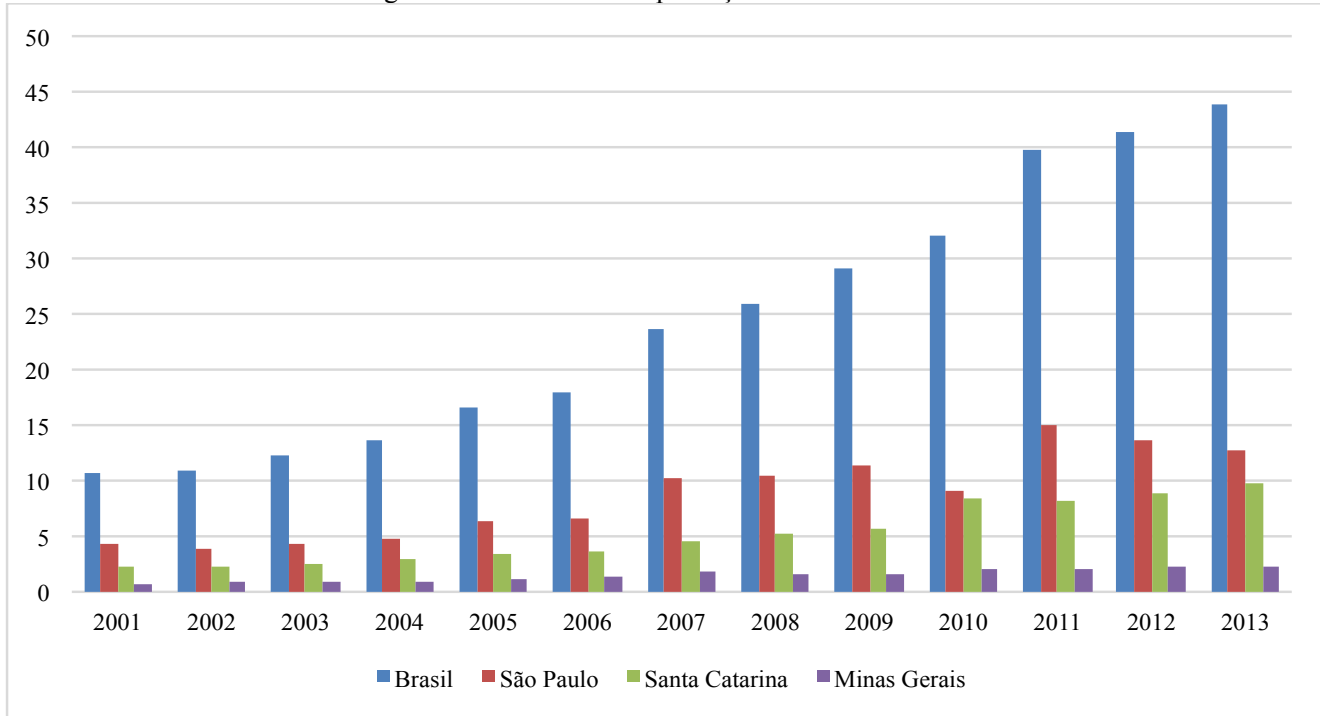
Tabela 40- Valor bruto da produção industrial do setor

Ano	Brasil	São Paulo	%	Santa Catarina	%	Minas Gerais	%
2001	10,76	4,35	40,40	2,19	20,40	0,70	6,55
2002	10,99	3,95	35,97	2,27	20,65	0,81	7,36
2003	12,17	4,36	35,81	2,60	21,37	0,93	7,67
2004	13,75	4,73	34,40	2,98	21,65	0,97	7,05
2005	16,60	6,48	39,01	3,47	20,88	1,16	6,99
2006	17,99	6,58	36,55	3,73	20,72	1,26	6,99
2007	23,72	10,17	42,88	4,58	19,30	1,88	7,91
2008	25,86	10,44	40,36	5,16	19,96	1,68	6,49
2009	29,03	11,48	39,54	5,57	19,20	1,64	5,65
2010	32,11	9,08	28,28	8,52	26,53	2,00	6,24
2011	39,87	14,98	37,58	8,29	20,78	2,02	5,08
2012	41,36	13,58	32,82	8,76	21,18	2,35	5,69
2013	43,86	12,62	28,77	9,85	22,47	2,33	5,30

Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados IBGE (2015a, b)

Nota: valores em bilhões de reais

Figura 40- Valor bruto da produção industrial do setor



Fonte: desenvolvida pelo autor com base nos dados IBGE (2015c, d)

Nota: valores em bilhões de reais

3.4.4 Investimentos em inovação

A Pesquisa de Inovação (PINTEC) passa a divulgar dados referidos à inovação no Brasil a partir de 2000, porém a sua divulgação não é anual. Deste modo a tabela 41 apresenta os dados referentes aos dispêndios em inovação de anos distintos e de modo assimétrico.

A referida tabela mostra que em 2011 foi o ano com maiores dispêndios em inovação no território brasileiro (quase R\$51 bilhões), o mesmo observa-se no estado de Santa Catarina (quase R\$03 bilhões no mesmo ano), porém o setor de confecção catarinense não apresenta o mesmo comportamento.

Enquanto os dispêndios em inovação são crescentes no país e no estado catarinense, de um modo geral, o setor confeccionista catarinense anda na contra mão. Em 2003, os valores dispendidos à inovação ultrapassavam R\$131 milhões, e nos anos seguintes este valor decresce, atingindo em 2011 seu menor valor, aproximadamente R\$80 milhões.

O apêndice T apresenta os valores conforme coletados na fonte.

Tabela 41- Investimentos em inovação

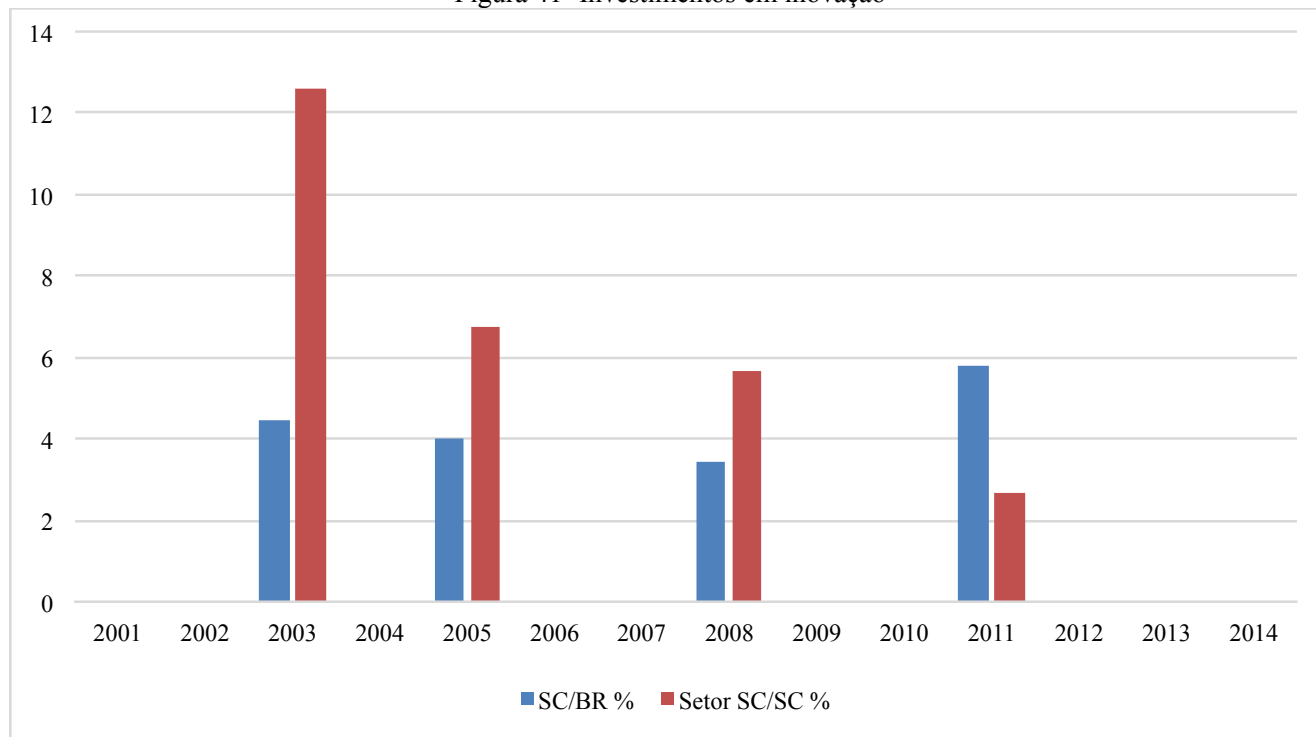
Ano	Brasil	Santa Catarina	SC/BR %	Setor Catarinense	Setor SC/SC %
2001					
2002					
2003	23,42	1,05	4,46	0,13	12,60
2004					
2005	34,41	1,38	4,02	0,09	6,75
2006					
2007					
2008	43,73	1,50	3,44	0,08	5,65
2009					
2010					
2011	50,89	2,94	5,78	0,08	2,69
2012					
2013					
2014					

Fonte: IBGE/PINTEC (2015d)

Nota 1: os anos 2001, 2002, 2004, 2006, 2007, 2009, 2010, 2012, 2013 e 2014 não apresentam dados na fonte, impossibilitando saber se houve investimentos. Atualmente, os resultados da PINTEC do ano **n** são disponibilizados em meados do ano **n + 2**. Isso significa que os dados de 2003 foram divulgados em meados de 2005, por exemplo.

Nota 2: valores em bilhões de reais

Figura 41- Investimentos em inovação



Fonte: IBGE/PINTEC (2015c)

3.5 POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO SETOR

As políticas públicas empreendidas pelo estado que afetam os setores de confecção do estado são sintetizadas no quadro 8. A primeira política criada e que afeta o setor é o marco empírico deste estudo, todavia esta política é uma variação da Lei nº 10.297 de 1996 que dispõe sobre o ICMS do estado (SANTA CATARINA, 1996). O regulamento sobre o ICMS catarinense, consolidado pelo Decreto nº 2.870 de 2001, anexo II, faculta o aproveitamento de crédito por parte dos estabelecimentos industriais produtores de artigos têxteis, de vestuário, de artefatos de couro e seus acessórios devido por estes estabelecimentos. Ainda neste regulamento, o anexo VI refere-se ao tratamento tributário diferenciado para este setor que opera com atividades de exportação (SANTA CATARINA, 2001). Esta política é alvo de estudos de diferentes formas conforme observa-se nos estudos de Rosa e Menegat (2011), Silva (2011b) e Alves e Lobato (2012).

Em 2003, o estado cria o Fundo Pró-Emprego pela Lei Complementar nº 249, a qual apoia microempresas, empresas de pequeno porte, cooperativas e sociedades de autogestão³⁶ em financiamentos que proporcionem a ampliação, modernização, transferência, reativação, criação e instalação destas categorias empresariais; que proporcionem capacitação gerencial de empreendedores; criação e a manutenção de consórcios destas categorias empresariais; participação em feiras e exposições estaduais, nacionais e internacionais; e apoiar organizações e mecanismos de microcrédito (SANTA CATARINA, 2003a, b). Este Fundo é parte do objeto de estudo de Silva (2011b), o qual refere-se a contribuição ao Fundo como parte exigente para as empresas que se enquadram no Programa Pró-emprego.

No mesmo ano, o PPA 2004-2007 apresenta o Programa Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação, visando estimular a criação e utilização de novas tecnologias, devido a subutilização de tecnologias, que geram ineficiência e aumento de custos; o Programa Geração de Emprego e Renda, com vistas ao aumento de postos de trabalho, devido aos altos índices de desemprego e exclusão social; o Programa Comércio Exterior e Relações Internacionais, para estimular a

³⁶ Esta lei considera sociedade de autogestão as sociedades por cota de participação em que o capital social esteja dividido em frações de igual valor, distribuídas igualmente entre todos os trabalhadores associados.

participação das empresas do estado no mercado internacional e estreitar laços comerciais e culturais com outras nações devido ao potencial não aproveitado de participação da economia catarinense no mercado internacional; e o Programa Promoção da Competitividade da Economia Catarinense, que visa fomentar a atividade produtiva no estado por haver necessidade de ampliar o acesso ao emprego e à renda aos catarinenses (SANTA CATARINA, 2003a).

Após a criação do PRODEC e do FADESC em 1988, instituiu-se o PRODEC Têxtil em 1997 pela Lei nº 10.474 (SANTA CATARINA, 1997), porém em 2005 a Lei nº 13.342 passa a ser a referência de criação do PRODEC e do FADESC, os quais objetivam promover o desenvolvimento socioeconômico catarinense, concedendo financiamentos de incentivo ao investimento e à operação ou da participação no capital de empresas instaladas no estado catarinense. O artigo 3º explana que os incentivos serão proporcionados aos empreendimentos industriais que gerem emprego e renda à sociedade; incrementem os níveis tecnológicos e competitivos da econômica estadual; que proporcionem sustentação e desenvolvimento do meio ambiente, desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas e para o desenvolvimento regional; que os incentivos sejam atrelados às obras de infraestrutura; e integrem cadeias produtivas, ou seja, que fortaleçam os *clusters* do estado (SANTA CATARINA, 2005).

Estudo referente ao PRODEC revelou que a renda é a variável mais afetada, já o nível de emprego possui alguma relação, contudo com pouca incidência (GIUSTINA; DARÓS; CASAGRANDE, 2014).

Sobre o FADESC o artigo 8º esclarece que os recursos provenientes deste fundo serão aplicados à promoção do desenvolvimento socioeconômico do estado por meio de apoio a empreendimentos geradores de empregos e que incrementem a renda populacional, e/ou ser aplicado na sustentação financeira de programas de parcerias público privadas. Neste último caso o artigo 12º esclarece que o FADESC poderá direcionar seus aos parceiros contratados ou oferecer garantias que lhes assegurem a viabilidade financeira de uma obra ou serviço (SANTA CATARINA, 2005).

A Lei nº 13.992 de 2007 institui o Programa Pró-Emprego com intuito de incrementar a geração de emprego e renda no estado catarinense por meio de tratamento diferenciado do ICMS. O Programa visa incentivar empreendimentos relevantes socioeconomicamente situados em território catarinense ou que nele venham se instalar (SANTA CATARINA, 2007a, b), o qual é visto de forma positiva para o estado e para as empresas, pois estas últimas reduzem o pagamento

deste imposto enquanto investem em sua estrutura, e o estado aceitando o recolhimento de uma alíquota menor deste imposto, ganha na quantidade das arrecadações (DÖERNER, 2010), caracterizando este tratamento diferenciado do ICMS como um benefício fiscal (ALMEIDA; SILVA, 2013).

O PPA de 2008-2011 apresenta o Programa Competitividade e Excelência Econômica com o objetivo de fomentar a atividade produtiva no estado e promover a diversificação do padrão tecnológico da produção de bens e serviços catarinenses com base na inovação de modo a melhorar a competitividade nacional e internacional; o Programa Inovar - Fomento à Pesquisa ao Desenvolvimento e à Inovação, o qual visa ampliar a rede de centros de inovação, incubadoras e condomínios em todas as regionais para a transferência de tecnologia e para a cooperação entre universidades e empresas (SANTA CATARINA, 2007a).

Para incentivar a inovação no estado de Santa Catarina, o estado cria a Lei Estadual de Inovação, ou a Lei nº 14.328 de 15 de janeiro de 2008, com vistas ao incentivo da pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no estado (SANTA CATARINA, 2008).

Corroborando com a Lei Estadual de Inovação, o estado cria a Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação em 2009, a qual entende que conhecimento é principal fator de produção, elevando o nível da geração de emprego e renda (SANTA CATARINA, 2010).

O PPA de 2012-2015 apresenta o Programa Competitividade e Excelência Econômica, com o objetivo de fomentar a atividade produtiva no estado e promover a diversificação do padrão tecnológico da produção de bens e serviços baseados na inovação de modo a melhorar a competitividade nacional e internacional; o Programa Inovar - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação, com intuito de Fomentar, desenvolver, produzir, difundir e incentivar o conhecimento científico, tecnológico e de inovação em todo Estado de Santa Catarina no ambiente acadêmico e empresarial; o Programa Revitalização da Economia Catarinense – PREC, que visa promover o desenvolvimento econômico sustentável por meio de ações para o fortalecimento de polos produtivos já existentes, criação de polos econômicos em regiões de baixo IDH, novos negócios ligados à economia verde e apoio financeiro e técnico a micro empresas e empreendedores individuais (MEIs); e o Programa Pró-Emprego e Renda, proposto para ampliar a geração de emprego e renda por meio de apoio às micros e pequenas empresas (SANTA CATARINA 2011).

Em 2015 surge o Decreto nº 189, exigindo que 85% dos insumos utilizados na fabricação de produtos sejam nacionais, sob pena de perder o aproveitamento de crédito calculado sobre o ICMS gerado (SANTA CATARINA, 2015a).

Sumariamente, o estado mostra interesse em áreas distintas do seu âmbito de atuação. Políticas públicas são delineadas para incentivar competitividade, inovação e o âmbito social. Em seu *core*, compreende-se uma situação *sine qua non* que envolve ambiente competitivo e sociedade, a qual tem como objetivo maior o desenvolvimento socioeconômico do estado.

Quadro 8- Políticas públicas do estado

Cronologia/Ano	Política	Referência	Objetivo
2001	Regulamento sobre o ICMS catarinense – RICMS/SC	Decreto nº 2.870, de 27/08/2001	Aproveitamento de crédito calculado sobre o ICMS gerado.
2003	Fundo Pró-Emprego	Lei complementar nº 249, de 15/07/2003	Apoiar a criação, ampliação, modernização, transferência ou reativação da micro e pequena empresa.
2003	Programa Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa Catarinense - Pró-Emprego	PPA 2004-2007	O mesmo do Fundo Pró-Emprego
2003	Programa Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação	PPA 2004-2007	Estimular a criação e utilização de novas tecnologias, devido a subutilização de tecnologias, que geram ineficiência e aumento de custos.
2003	Programa Geração de Emprego e Renda	PPA 2004-2007	Aumentar postos de trabalho, devido aos altos índices de desemprego e exclusão social.
2003	Programa Comércio Exterior e Relações Internacionais	PPA 2004-2007	Estimular a participação das empresas no mercado internacional.
2003	Programa Promoção da Competitividade da Economia Catarinense	PPA 2004-2007	Fomentar a atividade produtiva no estado por haver necessidade de ampliar o acesso ao emprego e à renda aos catarinenses.
2005	PRODEC e FADESC	Lei nº 13.342, de 10/03/2005	Promover o desenvolvimento socioeconômico por meio de incentivo à investimentos geradores de emprego e renda; incrementa níveis tecnológicos e competitivos da econômica estadual; proporcionar sustentação e desenvolvimento do meio ambiente, desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas e para o desenvolvimento regional; que os incentivos sejam atrelados às obras de infraestrutura; e que fortaleçam os <i>clusters</i> do estado.
2007	Programa Pró-Emprego	Lei Nº 13.992, de 15/02/2007	Geração de emprego e renda.
2007	Programa Competitividade e Excelência Econômica	PPA 2008-2011	Fomentar a atividade produtiva de modo a melhorar a competitividade nacional e internacional.
2007	Programa Inovar - Fomento à Pesquisa ao Desenvolvimento e à Inovação	PPA 2008-2011	Ampliar a rede de centros de inovação, incubadoras e condomínios em todas as regionais para a transferência de tecnologia e para a cooperação entre universidades e empresas.
2007	Programa Pró-Emprego e Renda	PPA 2008-2011	Geração de emprego e renda.
2008	Lei Estadual de Inovação	Lei Nº 14.328, de 15/01/2008	Incentivar a pesquisa científica e tecnológica e à inovação.
2009	Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação	Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação	Gerar melhoria das condições econômicas, ambientais e sociais.
2011	Programa Competitividade e Excelência Econômica	PPA 2012-2015	Fomentar a atividade produtiva de modo a melhorar a competitividade nacional e internacional.
2011	Programa Inovar - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	PPA 2012-2015	Ampliar a rede de centros de inovação, incubadoras e condomínios em todas as regionais para a transferência de tecnologia e para a cooperação entre universidades e empresas.
2011	Programa Revitalização da Economia Catarinense	PPA 2012-2015	Fortalecer polos produtivos existentes; criar polos econômicos em regiões de baixo IDH; gerar novos negócios ligados à economia verde; e apoio financeiro e técnico a micro empresas e empreendedores individuais (MEI).
2011	Programa Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	PPA 2012-2015	Promover e incentivar a tecnologia e a inovação devido ao tímido envolvimento de empresas privadas em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).
2011	Programa Pró-Emprego e Renda	PPA 2012-2015	Geração de emprego e renda.
2015	Decreto nº 189, de 26/05/2015. Alteração para os beneficiários do Regime de Têxtil (Art. 15 e Art. 21 do Anexo 2 RICMS/SC).	Decreto nº 189, de 26/05/2015	Exigi que 85% dos insumos utilizados na fabricação de produtos sejam nacionais, sob pena de perder o aproveitamento de crédito calculado sobre o ICMS gerado.

Fonte: desenvolvido pelo autor com base nos dados de Santa Catarina - vários anos

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste seccionamento encontram-se as análises dos dados apresentados anteriormente. Para melhor compreensão esta seção foi subdividida consoante aos objetivos específicos do estudo. Assim, cada subdivisão é referido à cada um destes objetivos.

4.1 CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO SETOR NO ESTADO DE SANTA CATARINA A

Os dados da pesquisa demonstram que o número de empresas registradas no estado é crescente, todavia as empresas que possuem entre um e quatro empregados são a maioria. Como observado por Andrade (2002) e Porter (2000), este dado é atribuído ao fenômeno da globalização, o qual provoca alterações em estruturas produtivas menos rígidas, devido à sua facilidade e agilidade de mutação, proporcionando desenvolvimento econômico por intermédio das pequenas empresas, ainda que este desenvolvimento não esteja restrito somente à estas empresas. Entre estas empresas o crescimento é baixo até o ano de 2004. No ano seguinte a quantidade de empresas registradas com este número de empregados salta de 2.068 para 2.256, seguindo durante os outros anos em um crescimento modesto. Coincide com este período a criação do Fundo Pró-Emprego, em 2003, o qual apoia a criação, ampliação, modernização, transferência ou reativação da micro e pequena empresa.

Ainda neste período, entra em vigor no ano de 2004 o PPA 2004-2007, o qual dá ênfase às micro e pequenas empresas por meio dos programas de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa Catarinense - Pró-Emprego; Programa Geração de Emprego e Renda e Programa Promoção da Competitividade da Economia Catarinense. No mesmo período instituem-se o PRODEC e o FADESC e o Programa Pró-Emprego. Em empresas com quantidades diferentes de empregados, o crescimento também é visível, porém ele ocorre sem indícios de saltos em quantidades como observado nas empresas que possuem entre um e quatro empregados.

As ações do governo direcionadas às micro e pequenas empresas são preocupações antigas. A Constituição Federal de 1988 já incentivada estas ações com meio de evitar monopólios. No artigo 179 da Constituição entende-se que todos os níveis de governo propiciarão tratamento jurídico diferenciado às micro e pequenas empresas e às empresas de pequeno porte (BRASIL, 1988). Deste modo, entende-se

que as políticas públicas estadual direcionadas à estes portes empresariais, são um cumprimento do que dita a lei inserida na Constituição Federal.

Quanto às contratações do setor, observa-se um número crescente entre os anos analisados, porém chama atenção as remunerações ocorridas no ano de 2006. Neste ano há uma inversão da quantidade de empregados que recebiam 1,51 a 2,00 salários mínimos com aqueles que recebiam 1,01 a 1,50 salário mínimo. O ano de 2006 é compreendido no PPA 2004-2007, o qual apresenta como políticas mais pertinentes a este caso, o Programa Geração de Emprego e Renda e o Programa Promoção da Competitividade da Economia Catarinense, os quais referem-se ao aumento dos postos de trabalho, devido aos altos índices de desemprego e exclusão social, e ao fomento das atividades produtivas no estado devido a necessidade de ampliar o acesso ao emprego e à renda, respectivamente. Neste sentido, compreende-se que estas políticas facilitaram a criação de novas vagas de emprego e o acesso às estas vagas, explicando o aumento de empregados recebendo entre 1,01 e 1,50 salário mínimo.

Analisando todos os anos, de modo geral, o número de empregos gerados pelo setor é crescente. Em 2001 haviam 59.055 empregados, em 2013 este número ultrapassa 107.400 empregados. Neste período, destacam-se os anos de 2009 e 2010. Nestes anos o aumento de empregos foi superior aos outros. O acréscimo foi de 7.613 empregados no setor e a única política que justifica este salto é o Programa Pró-Emprego e Renda, inserido no PPA 2008-2011.

Com o auxílio do quadro 9, observa-se a relação empregado por empresa, a qual se manteve equilibrada entre os anos, mantendo-se próximo à média geral de 13,80 empregados por empresa. Destacando-se os anos de 2004 à 2010 que se mantiveram acima da média geral. Contudo não há uma política que justifique estes valores acima da média, pois distintas políticas foram implementadas com os PPAs 2004-2007 e 2008-2011, porém estas políticas referem-se ao aumento de emprego, renda desenvolvimento empresarial e competitivo.

Quadro 9- Relação empregados por empresa

Ano	Número de empregados	Número de empresas	Relação
2001	59.055	4.389	13,46
2002	62.520	4.679	13,36
2003	64.276	4.791	13,42
2004	70.059	4.912	14,26
2005	74.409	5.185	14,35
2006	80.986	5.577	14,52
2007	86.240	5.984	14,41
2008	89.060	6.386	13,95
2009	94.827	6.685	14,19
2010	102.440	7.199	14,23
2011	102.419	7.618	13,44
2012	100.792	7.772	12,97
2013	107.425	8.139	13,20
Total	1.094.508	79.316	13,80

Fonte: desenvolvido pelo autor com base nos dados MTE/RAIS (2015)

Nota: a relação foi encontrada dividindo o número de empregados pelo número de empresas registradas

Com a nomenclatura utilizada até 2005 para designar o nível de escolaridade dos cidadãos, não era possível identificar níveis de mestrado e doutorado. Neste contexto, a partir de 2006 essa constatação é possível, assim com a formação de pesquisadores por meio de cursos de mestrado e doutorado, e o seu emprego em empresas do setor possibilita a identificação de investimentos, advindos da firma, nestes profissionais. Por não haver esta informação anteriormente à 2006 não há como identificar se sua aparição ou crescimento é devido à alguma política pública. Todavia o PPA 2004-2007 implementou o Programa de Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação. Posteriormente, em 2005, o PRODEC e o FADESC promovem o incremento de níveis tecnológicos e competitivos da econômica do estado. O Programa Inovar - Fomento à Pesquisa ao Desenvolvimento e à Inovação, aparece no PPA 2008-2011, em 2008 surge a Lei Estadual de Inovação e no ano seguinte a Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação. No PPA 2012-2015 há prosseguimento ao Programa Inovar, e implanta-se o Programa Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Todas estas ações com vistas a pesquisa, desenvolvimento e inovação, porém o número de profissionais com estes níveis de escolaridade atuando em

empresas do setor é baixo (76) comparado ao número total de empregados no setor (1.094.508).

Os valores financeiros capturados pelas empresas do setor catarinense realizadas no BADESC, BRDE e BNDES são inconstantes, conforme mostra o quadro 10. Deste modo estes dados não proporcionam relacionamento de alguma política pública com os períodos. Todavia com o auxílio da figura 42, evidencia-se algumas particularidades relacionais entre os bancos e o percentual correspondente ao total das contratações em cada ano.

Percebe-se que no ano de 2001 o BADESC e o BNDES foram responsáveis por aproximadamente 50% das contratações, enquanto o BRDE não apresentou participação. No ano seguinte o BRDE foi responsável por pouco mais de 2%, enquanto o BADESC reduziu sua participação e o BNDES à aumentou para quase 80%. Em 2003 o BRDE voltou a participação nula e o BNDES a reduziu. Por outro lado o BADESC a elevou para mais de 30%. Em 2004, o BNDES elevou sua participação enquanto o BADESC reduziu. No ano seguinte o BNDES sofre uma leve queda na participação e o BRDE contribui com quase 20% do total e o BADESC foi responsável por pouco mais de 3%. De modo geral constata-se que enquanto um banco teve maior participação no total financiado, os outros reduziram sua participação, exceto em 2009, em que o BADESC e BRDE elevaram sua participação e o BNDES apresentou queda. Em suma, o BNDES é o banco dominante em todas as participações, mas a partir de 2010 ele representa mais de 90% do total contratado.

Para que relações com políticas públicas sejam realizadas, observa-se o total das contratações, pois compreende-se que as influências das políticas públicas sobre as firmas são generalizadas ao que se refere às fontes das contratações financeiras, tendo em vista a relação das contratações realizadas em cada banco, como explanadas anteriormente.

Deste modo, o valor que chama atenção, inicialmente refere-se ao ano de 2008, ano em que a Lei Estadual de Inovação foi estabelecida, porém o valor contratado não foi referido à inovação, pois em 2008 o valor investido nesta atividade é inferior ao ano de 2005, ano em que os valores capturados foram os menores entre todos os outros anos. A aplicação destes recursos em geração de emprego e renda também não se justifica, tendo em vista seu crescimento constante. Também não há relação com a produção industrial, porém, as importações do estado saltaram de US\$12.788.730,00 em 2007, para US\$30.434.891,00 em 2008, enquanto a moeda americana valia R\$1,84. Todavia, não é

possível afirmar que a contratação financeira realizada neste ano é referida às importações.

Em 2010, os valores contratados ultrapassam os R\$200.000.000,00, atingindo, em 2012, mais de R\$520.000.000,00. Contudo não há evidências do uso destes valores, pois as políticas desenvolvidas nestes períodos não são respaldadas pelos dados como emprego, renda, inovação, produção ou balança comercial. O Programa Competitividade e Excelência Econômica, o qual possui vistas à melhoria da competitividade em mercado interno e externo não justifica a captação destes recursos, pois dados anteriores não evidenciam sua utilização. Do mesmo modo as relacionadas à inovação, emprego e renda.

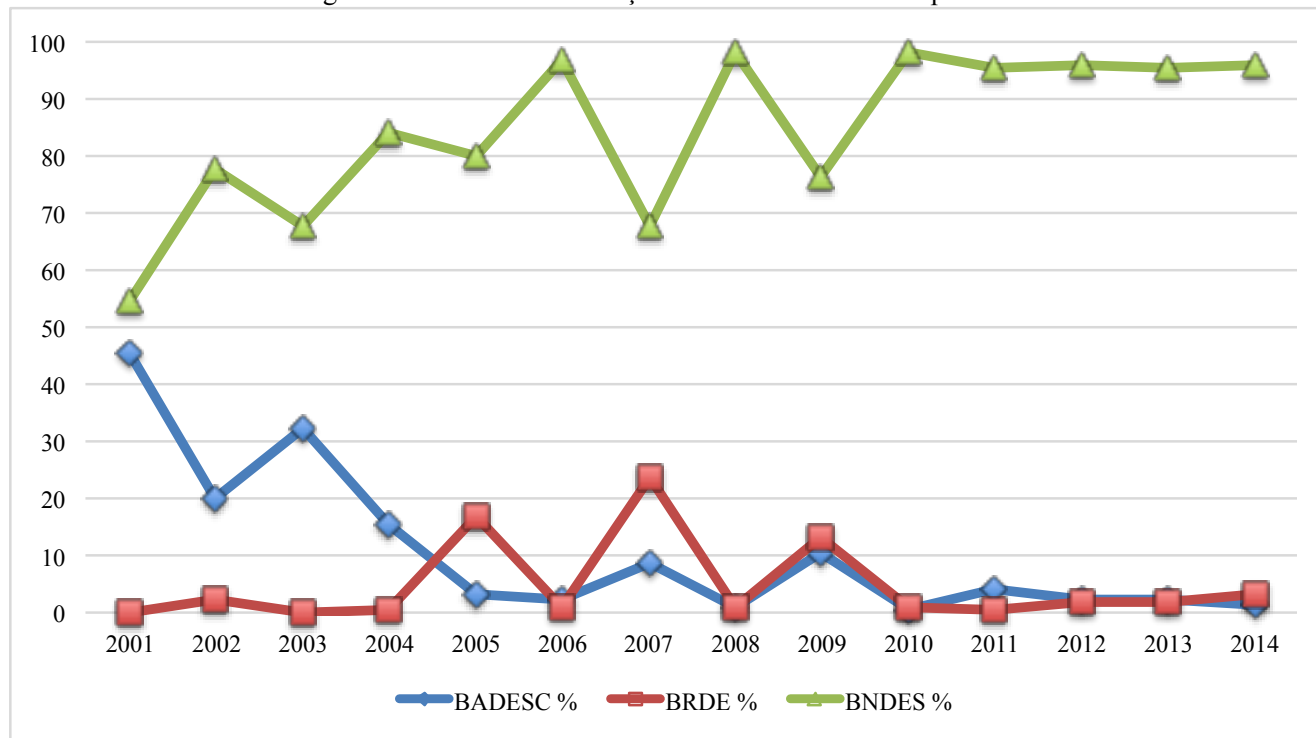
Quadro 10- Total das contratações financeiras realizadas pelo setor

Ano	Total das contratações	BADESC	%	BRDE	%	BNDES	%
2001	69,57	31,62	45,45			37,95	54,55
2002	68,35	13,57	19,85	1,50	2,20	53,28	77,96
2003	33,71	10,94	32,46			22,76	67,54
2004	41,46	6,49	15,64	0,10	0,24	34,87	84,12
2005	25,82	0,80	3,09	4,36	16,87	20,66	80,04
2006	41,76	1,01	2,43	0,37	0,89	40,37	96,68
2007	37,96	3,29	8,66	8,94	23,54	25,74	67,80
2008	90,24	0,75	0,83	0,92	1,02	88,57	98,15
2009	87,70	9,27	10,57	11,43	13,03	67,00	76,40
2010	236,58	1,24	0,52	2,53	1,07	232,81	98,41
2011	278,01	11,15	4,01	1,13	0,40	265,73	95,58
2012	525,93	10,88	2,07	9,71	1,85	505,34	96,09
2013	261,53	6,37	2,44	4,93	1,88	250,23	95,68
2014	153,12	2,00	1,31	4,54	2,97	146,58	95,73

Fonte: desenvolvido pelo autor com base nos dados BADESC, BRDE e BNDES

Nota: valores em milhões de reais

Figura 42- Total das contratações financeiras realizadas pelo setor



Fonte: desenvolvido pelo autor com base nos dados BADESC, BRDE e BNDES

Por meio da arrecadação do ICMS (a partir de 2005) é possível identificar o aumento do consumo das organizações, pois os valores deste imposto é crescente entre os anos. Fato relacionado ao crescimento do número de empresas e empregos inerentes ao setor, aos dados referidos ao valor bruto de produção e a receita líquida do setor. Pode-se relacionar este aumento do ICMS entre os anos à diferentes políticas. Há incentivos do PRODEC a partir de 2005, porém o aproveitamento de crédito calculado sobre o ICMS gerado também é incidente sobre este imposto, desde 2001; Programa Pró-Emprego; Programa Competitividade e Excelência Econômica (PPA 2008-2011 e PPA 2012-2015); Programa Pró-Emprego e Renda (PPA 2008-2011 e PPA 2012-2015) e o Programa Revitalização da Economia Catarinense (PPA 2012-2015). Ainda sobre este imposto, o Decreto nº 189, que exige a utilização de 85% dos insumos nacionais, afeta diretamente o ICMS por meio do aproveitamento de crédito calculado sobre o ICMS (Decreto nº 2.870, de 27/08/2001). Todavia estes decreto inicia-se em maio de 2015.

De modo semelhante ao apresentado na literatura, a arrecadação do ICMS do estado é crescente, contudo sua justificativa se refere ao combate à sonegação e às fraudes, especialização de fiscais e ao esforço na cobrança da dívida ativa (SANTA CATARINA; 2013b).

Concerente às arrecadações federais (IRPJ, COFINS, PIS-PASEP, CSLL) denota-se que a soma destes tributos também é crescente. Principalmente a partir de 2004, pois os três anos anteriores foram decrescentes. A este dado relaciona-se políticas referidas ao emprego, renda e competitividade a partir desde ano, com a implementação do PPA 2004-2007, o qual apresenta o Programa de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa Catarinense – Pró-Emprego; Programa Geração de Emprego e Renda; Programa Promoção da Competitividade da Economia Catarinense; PRODEC e FADESC em 2005; Programa Pró-Emprego em 2007. A partir do PPA 2008-2011 institui-se o Programa Competitividade e Excelência Econômica, o qual também consta no PPA 2012-2015; Programa Pró-Emprego e Renda, também inserida no PPA 2012-2015. No último PPA analisado a política que favorece essa crescente nas arrecadações federais é a Política de Revitalização da Economia Catarinense.

4.2 AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS *CLUSTERS* DO SETOR DE SANTA CATARINA EM RELAÇÃO AOS DEMAIS NO BRASIL

Para identificação dos *clusters* do setor foram utilizados os vínculos empregatícios, e desta forma, como visto anteriormente, o

cluster do setor em Santa Catarina é crescente, devido à estes vínculos. Todavia os *clusters* identificados pela literatura (ANDRADE, 2002; BERTELLA; TEIXEIRA, 2010; GEROLAMO; 2007; LEANDRO, 2012; PEREIRA, 2004; SILVA, 2003; TURMINA, 1999; VICARI, 2009;) não contemplam aqueles encontrados por meio da pesquisa no ministério do trabalho, a qual relata maior concentração de empregados nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais. Neste sentido o estado paulista possui a maior concentração de empregados que trabalham no setor, dividindo-se entre quatro municípios. Santa Catarina é menos concentrado, com 11 municípios compondo o *cluster*. Minas gerais é o estado que os vínculos empregatícios no setor estão mais disseminados. Foram necessários vinte municípios para contemplar 50% destes vínculos.

Os *clusters* catarinenses são crescentes, como visto nos outros estados, todavia desenvolve-se uma política pública que beneficia os *clusters* nele inserido em 2005, com a formulação do PRODEC e o FADESC, pois, visa, entre outros objetivos, fortalecer os *clusters* do estado.

O interesse do estado em fortalecer estes aglomerados visa geração e ampliação da mão-de-obra, criação de novos negócios com intuito de fornecer serviços e matéria-prima, proporcionar bem estar social, crescimento econômico, exportar e desenvolver tecnologias e reforçar sua capacidade competitiva reduzindo custos de transação, intensificando inovações que oportunizam a geração de vantagens competitivas (ANDRADE, 2002; COSTA, 2010; PORTER, 2000; SUZIGAN et al, 2003).

A tipologia dos *clusters* não é objeto deste estudo, porém os quatro tipos identificados por Suzigan et al (2003) são observados neste trabalho de maneira complementar. Àqueles importantes tanto para setor quanto para a região onde estão instalados, denominados de “núcleo de desenvolvimento setorial-regional”, identificados principalmente, pelos *clusters* de Blumenau, Jaraguá do Sul, Brusque, Criciúma, Pomerode, Timbó e Joinville. Já o tipo “vetor de desenvolvimento local”, caracterizado, principalmente, pelo desenvolvimento regional, abrange os *clusters* de Guaramirim e Rio do Sul. Os outros dois tipos identificados por Suzigan et al (2003) (“vetores avançados” e “embrião de arranjo produtivo”) estão inseridos dentro destes dois apresentados, porém para classifica-los com maior precisão, há necessidade de empreender maiores esforços que não estão alinhados aos objetivos deste estudo.

4.3 COMPARAÇÃO DAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS DO ESTADO EM RELAÇÃO AO BRASIL

Após identificação dos *clusters* do setor catarinense, empreendeu-se esforços para analisar as transações comerciais do país, e consequentemente do setor confeccionista e de seus *clusters*. Deste modo identificou-se positividade para a balança comercial brasileira, de modo geral. Os anos analisados apresentam valores positivos, exceto para o ano de 2014. Diferentemente da balança comercial brasileira setorial, a qual é negativa, assim como a balança comercial setorial do estado de São Paulo. Como apresentado no quadro 11, este estado possui valores de importação mais elevados em relação às suas exportações. Observando os dados referentes ao estado de Santa Catarina, no mesmo quadro, percebe-se que este estado exportou aproximadamente o dobro do que o estado paulista, e, também, importou valores inferiores, porém sua balança comercial é igualmente negativa para o período. A exceção é o estado de Minas Gerais, o qual apresenta uma balança comercial positiva, todavia com valores inferiores aos outros dois estados. Este apontamento, indica que Santa Catarina produz artigos de vestuário e acessórios com interesse no mercado externo, e não se pode dizer que o estado é o maior produtor do setor, pois os valores brutos de produção mostram que o estado paulista detém esta característica.

Observando os *clusters* inseridos em cada um dos estados em questão, é visível que aqueles pertencentes ao estado catarinense se destacam quanto a sua balança comercial. Os *clusters* paulistas importaram mais do que exportaram, ocasionando em uma balança comercial negativa, enquanto os *clusters* catarinenses, em comparação, exportaram mais de 3,5 vezes além, e importaram pouco mais de 2 vezes menos o valor importado. Já os *clusters* do estado mineiro mantiveram a mesma identificação que o *cluster* mineiro setorial generalizado.

Quadro 11- Resumo da balança comercial

Indicador	Exportação	Importação	Saldo
Setor SC	842,38	1.248,45	-406,07
Setor SP	481,81	2.419,03	-1.937,22
Setor MG	32,61	22,66	9,94
<i>Cluster</i> setor SC	710,08	365,44	344,64
<i>Cluster</i> setor SP	197,85	867,20	-669,35
<i>Cluster</i> setor MG	14,33	6,43	7,90

Fonte: desenvolvido pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB

Nota: valores em US\$ FOB

Todavia a balança comercial está relacionada com a qualidade cambial do período. Neste contexto, o quadro 12 apresenta os valores da balança comercial e os valores do dólar em cada ano. Considera-se que o valor elevado da moeda americana é propícia para as exportações, pois o retorno é maior exportando uma quantidade menor, ou similar, ao que é padrão para cada uma das empresas exportarem. Todavia, com a valorização da moeda americana, há quem direcione maior volume de produção para a exportação. Neste cenário, as importações não são propícias, pois o valor investido em um bem, é elevado. Por outro lado, a desvalorização da moeda estrangeira propicia o efeito contrário, facilita às importações e reduzem as exportações. Conforme visto no quadro, a média do valor da moeda estrangeira para o período é de R\$2,25. Assim, considera-se o valor praticado no ano 2001 elevado, propiciando a exportação em detrimento da importação. Como constata-se, neste caso a balança comercial é positiva para o setor catarinense. Neste contexto, observa-se que ao passo que o valor da moeda americana é desvalorizada, as importações crescem e as exportações diminuem. Porém o estado não recupera suas exportações nos anos em que o dólar é mais valorizado, alcançando o valor mais alto das importações apresentadas no quadro num momento em que o valor do dólar está em ascensão, retomando o valor observado em 2001.

Para propiciar ao setor o aumento das exportações e redução das importações, percebe-se a criação de políticas direcionadas ao aumento da competitividade, principalmente a competitividade em mercados externos, já com o regulamento do ICMS em 2001 há esta atenção do estado propiciando tratamento tributário diferenciado para empresas exportadoras. Por volta de 2005 e 2006, período em que a moeda

americana iniciou sua desvalorização, e o saldo da balança comercial entrou em declínio constante, referem-se ao PRODEC e FADESC, que, entre outros, objetiva incrementar os níveis tecnológicos e competitivos da economia estadual; e principalmente o Programa Competitividade e Excelência Econômica, o qual demonstra interesse na competitividade nacional e internacional. Programa presente no PPA 2008-2011 e com continuidade no PPA seguinte (2012-2015). Além deste programa, o estado impôs nova exigência às firmas do setor com o Decreto nº 189, de 26/05/2015³⁷, o qual exige que 85% dos insumos utilizados na fabricação de produtos têxteis sejam nacionais, sob pena de perder o aproveitamento de crédito calculado sobre o ICMS gerado. Este crédito refere-se ao marco empírico deste estudo, o qual regulamenta o ICMS do estado, gerando crédito, calculado sobre o ICMS gerado, às firmas, o qual o crédito varia entre 4% e 17%, dependendo do valor tributado. Não percebe-se relação com a criação do Programa Comércio Exterior e Relações Internacionais, inserido no PPA 2004-2007, com os dados apresentados na balança comercial. Deste modo esta política não gerou efeitos sobre o setor.

A literatura apresenta as preocupações indicadas pelo meio empresarial ao que se refere a competitividade. Suas inferências referem-se, entre outras, às importações e exportações. Como observado a balança comercial estadual setorial é representadas pela sua negatividade e por uma dependência da balança comercial dos *clusters* do setor para evitar maiores incidências negativas na balança comercial (SANTA CATARINA, 2011). Deste modo as organizações enfrentam concorrência internacional em seu ambiente nacional de competitividade. E para minimizar este fato, é criado o decreto nº 189 de 2015.

³⁷ Não há dados que possam ser atrelados ao decreto nº 189, pois os dados da pesquisa cessam no ano 2014. Para observar seus efeitos sobre a balança comercial sugere-se novo estudo com este inuito.

Quadro 12- Relação entre a balança comercial e o dólar

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Dólar
2001	80,54	1,09	79,46	2,35
2002	54,65	0,81	53,85	2,93
2003	84,89	0,24	84,65	3,05
2004	103,06	0,69	102,37	2,93
2005	96,66	2,51	94,16	2,43
2006	83,41	9,53	73,88	2,18
2007	71,92	12,79	59,13	1,93
2008	61,98	30,43	31,54	1,84
2009	36,53	48,87	-12,34	1,99
2010	41,24	101,36	-60,12	1,76
2011	39,40	195,74	-156,34	1,67
2012	30,34	244,84	-214,50	1,95
2013	29,12	291,53	-262,41	2,16
2014	28,65	308,03	-279,39	2,35

Fonte: desenvolvido pelo autor com base nos dados MDIC/ALICEWEB e Banco Central do Brasil

Nota 1: valores em milhões de US\$ FOB para exportações, importações e saldo.

Nota2: valor do dólar no período em R\$ nominais.

Observando a receita líquida de vendas do estado de Santa Catarina, percebe-se que o crescimento é modesto entre os anos, porém, houve um salto no crescimento da receita no ano de 2009 para 2010 (R\$5.817.187.000,00 para R\$8.573.275.000,00). Dado que vai ao encontro do número de empregados contratados nestes mesmos anos, o qual foi superior aos outros (acréscimo de 7.613 empregados de um ano para o outro) e que pode estar relacionado ao desfrute do Programa Pró-Emprego e Renda, inserido no PPA 2008-2011. Conforme mencionado pela literatura, o parque industrial catarinense é destaque em nível nacional. Este destaque é reflexo do nível de emprego gerado pelo estado catarinense. Este destaque é referido ao nível de emprego gerado pelo estado, os quais estão inseridos no setor têxtil e vestuário, elegendo-o como maior polo empregador em nível nacional (SANTA CATARINA, 2011; 2013c).

Relacionando a receita líquida de vendas à qualidade cambial, percebe-se que este último não produz efeitos que propiciem inferir atitudes do tipo ação e reação. Em momentos em que a qualidade cambial é propícia às exportações, não há indícios de que a receita líquida de vendas foi elevada como consequência.

Ao observar os dados da balança comercial, qualidade cambial e receita líquida de vendas, nota-se que não há semelhanças entre os dados que apontem o aumento da receita líquida, por exemplo, e a qualidade cambial no mesmo período. Do mesmo modo não há semelhanças com a balança comercial, pois num momento em que a receita líquida de vendas apresenta um salto quantitativo no ano de 2009 para 2010, a balança comercial apresenta um saldo negativo neste período, apesar de haver crescimento no valor exportado e importado. Assim, a política pública que se adequa à cronologia deste evento, além do Programa Pró-Emprego e Renda, refere-se ao Programa de Competitividade e Excelência Econômica, inserida, também no PPA 2008-2011, porém sua abrangência afetou somente o mercado interno, pois considera-se que o aumento das receitas são advindas de ações mercadológicas internas. A mesma relação pode ser inferida para os valores brutos de produção. Eles se mostram com crescimento parecido às receitas líquidas de vendas e há um salto no ano de 2009 para 2010.

A acirrada competição mundial voltada para a produção diferenciada de bens, exige dos competidores maiores níveis de informações e conhecimentos para serem aplicadas em pesquisa desenvolvimento e inovação (PD&I). Deste modo acelera-se o desenvolvimento de regiões, aumenta-se e integra-se mercados além das fronteiras e exige-se maior interação do ambiente (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2012). Todavia, apesar das ações governamentais visando criação e transferência de novas tecnologias, inovação, P&D, cooperação entre universidades e empresas, o investimentos das firmas em inovação é baixo para o setor do estado . Este interesse do estado é percebido por intermédio de programas como o Programa Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação (PPA 2004-2007); PRODEC e FADESC (Lei nº 13.342 de 2005); Programa Inovar - Fomento à Pesquisa ao Desenvolvimento e à Inovação (PPA 2008-2011 e PPA 2012-2015); Lei Estadual de Inovação (Lei nº 14.328, de 2008); Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação (2009); e o Programa Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (PPA 2012-2015). Por meio dos dados referentes aos investimentos em inovação observados na tabela 41, observa-se que os investimentos do setor são decrescentes com o passar dos anos. Por outro lado, o estado, de modo geral, evidencia aumento nos investimentos, decorrentes de firmas atuantes em outros setores. Deste modo, as políticas empreendidas pelo estado não são suficientes para garantir que empresas do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios invistam em inovação. Os incentivos referenciados na lei que institui o PRODEC e o FADESC,

como menciona o artigo 3º desta lei, e aqueles inerentes ao artigo 27, da Lei Estadual de Inovação, referido ao fomento a inovação nas empresas catarinenses mediante a concessão de incentivos fiscais, não sugerem atratividade às firmas deste setor.

4.4 IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ações do estado, traduzidas em política pública, são variadas. Apresentam-se em forma de leis, decretos, programas, regulamentos ou ainda recebem o nome, objetivamente, de política; porém tais fatos são observados pela literatura, ao demonstrarem que tais ações são consideradas princípios norteadores do poder público para gerarem efeitos específicos (BACHRACH; BARATZ, 1962; DYE, 1984; LASWELL, 1936; LYNN, 1980; MEAD, 1995; PETERS, 1986, TEIXEIRA, 2002).

Entre as políticas apresentadas neste estudo observa-se dois tipos distintos de políticas dentre aqueles apresentados por Lowi (1972): as distributivas, por privilegiarem certos grupos em detrimento de outros; e as regulatórias, as quais as organizações buscam os recursos que necessitam para se manterem competitivas. Dentre elas, classificam-se como regulatórias o Regulamento sobre o ICMS Catarinense, de 2001, por conceder crédito às empresas que aderem ao regulamento, regulando-as por meio do crédito e tornando-as mais competitivas frente aquelas que não se utilizam desta política; e o decreto nº 189, de 2015, pois ele exige que as empresas utilizem 85% dos seus insumos nacionais para sua fabricação. Este tipo de regulação é característico da Teoria da Regulação Econômica, devido a ineficiência do mercado em corrigir falhas que surgem, e a intervenção governamental é por intermédio de um conjunto de leis e regras destinadas a manter padrões institucionalizados (BALDWIN, CAVE, 1999; BALDWIN, SCOTT, HOOD, 1998; DUDLEY; BRITO, 2012; MACAGNAN, 2013; MEIER, 1985; POSNER, 1974; SAPPINGTON, STIGLITZ, 1987; STIGLER, 1971).

Neste contexto, o Regulamento sobre o ICMS Catarinense, é caracterizado como um incentivo fiscal, por absorver característica de prêmio para aquelas firmas que alcançam os objetivos propostos pelo Estado (ALMEIDA, 2000). Neste caso, o prêmio é revertido em crédito para as organizações. Este regulamento também se caracteriza por uma dependência de recursos das empresas em relação ao estado, pois sem

ele as empresas do setor pedem vantagem competitiva (ALDRICH; PFEFFER, 1976; PFEFFER; SALANCIK, 2003).

Como consequência do interesse do governo federal no desenvolvimento econômico, conferiu-se grande importância para os estados e municípios para proporcionar um maior desenvolvimento interno ao estado e conseqüentemente ao país (SANTOS, 2004). Neste contexto, constata-se o uso de benefícios fiscais aos estados. Benefícios estes que desencadearam a guerra fiscal, compreendida como uma guerra de políticas voltadas ao desenvolvimento regional, ocasionados por uma falha de mercado (POSNER, 1974; DEN HERTOOG, 1999; 2010; DUDLEY; BRITO, 2012), a qual é gerada pela concessão de poderes aos estados, a partir da reforma tributária de 1967, para promoverem o seu desenvolvimento estabelecendo suas próprias leis pertinentes ao ICMS (PRADO, 1999a, b; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2012). Para mitigar, ou minimizar, a guerra fiscal o governo federal empreende ações há algum tempo (BRASIL, 2011; 2012a; b). A busca pela unificação da alíquota do ICMS a partir de 2016, foi tema discutido novamente pelo Estado, contudo, não houve acordo unânime entre as unidades federativas para que esta medida fosse acionada (CONTEÚDO ESTADÃO, 2015a; b).

Diferentemente deste regulamento o decreto nº 189, de 2015, surge como uma forma de substituir as importações, forçando uma melhor utilização da capacidade produtiva instalada no país, proporcionando aumento da competitividade nacional. Dado semelhante à substituição das importações, após a crise de 1931 na indústria têxtil brasileira (PELÁEZ, 1968).

Este decreto surge no momento em que a balança comercial setorial do Estado apresenta-se negativa. Todavia, esta ação do estado reflete o momento histórico vivido em 1990, com abertura comercial. Como sugerido por Burle (1993, p.100) “[...] a abertura às importações deve vir acompanhada da retomada do crescimento e do fortalecimento do mercado interno [...]”.

Todas as outras políticas caracterizam-se como distributivas, pois privilegiam as organizações do estado, mesmo que haja amplitude em seu objetivo, como o aumento de vagas de emprego e renda, os quais são delimitados pelas firmas. As políticas de desenvolvimento de polos industriais são uma consequência daquelas que visam o desenvolvimento de regiões. Como por exemplo, as políticas referidas ao Pró-emprego, PRODEC e o FADESC, Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação, Lei Estadual de Inovação, entre outras.

Políticas caracterizadas desta forma, representam interesse do estado em incentivar empreendimentos de seu interesse, pois visa o desenvolvimento socioeconômico (VERONESE; BASSOLI, 2001).

Em suma, o quadro 13 resume a relação de influência de cada política pública sobre o setor. Para compreender qual política pública detém maior influência, o quadro 14 apresenta por ordem de incidência (considerando o número de citações feitas nesta análise) estas políticas e em qual ano, ou PPA, ela foi mais proeminente. Nele observa-se que o PRODEC e o FADESC são mais influentes no setor, pois há referências à lei que os institui em maior número (7) que as demais ações do estado. Todavia sua influência é referida à distintas áreas do setor, como o número de empresas registradas no setor, contratação de empregados com altos níveis de escolaridade, fortalecimento dos *clusters* e impacto na balança comercial, investimentos em inovação e arrecadação de ICMS.

Agrupando as políticas empreendidas pelo estado, de acordo com seus respectivos objetivos, entende-se que há cinco áreas de influência, como mostra o quadro 15. Este agrupamento refere-se ao emprego e renda, inovação, competitividade, incentivos fiscais e outra categoria que compreende diversas áreas de modo amplo. Todas as áreas refletem na competitividade do setor, mas para não haver dúvidas este agrupamento considerou o objetivo central de cada política, o qual foi traduzido no quadro como “áreas”. Assim constata-se que o estado possui políticas referentes ao emprego e renda que refletem em diversas áreas do setor, pois as políticas com este objetivo são relacionadas 13 vezes ao longo do trabalho, seguidas pelas políticas referidas à inovação (citadas 11 vezes), competitividade (9 vezes), àquelas de ampla abrangência (8 vezes) e por fim às referidas aos incentivos fiscais (3 vezes). Deste modo os quadros 13, 14 e 15 se complementam e permitem compreender que estas 13 incidências sobre emprego e renda, referem-se àquelas políticas em destaque com cores semelhantes no quadro 14, que por sua vez afetam diversos dados abordados, por exemplo: o Programa Pró-Emprego e Renda, contido no PPA 2008-2011 e 2012-2015 (quadro 14) afeta o aumento do número de contratação de empregados; receita líquida de vendas; valor bruto de produção; e a arrecadação do ICMS (quadro 13).

A área nomeada como “várias áreas” corresponde exclusivamente ao PRODEC e ao FADESC; e ao Programa Revitalização da Economia Catarinense e Programa Comércio Exterior e Relações Internacionais. Sua classificação desta forma refere-se aos seus respectivos objetivos que são amplos.

Ainda neste contexto observa-se que o Programa Comércio Exterior e Relações Internacionais não possui incidências, pois seu objetivo é estimular a participação das empresas no mercado internacional, porém os dados referentes à balança comercial apontam para saldos negativos, refletindo possível ineficiência desta política, ou outros fatores que transcendem as fronteiras brasileiras, como, por exemplo, acordos internacionais. Assim há de considerar que há possibilidades de alterações na balança comercial caso não houvesse esta política.

Em suma, o setor apresenta maiores reflexos das políticas empreendidas pelo estado referentes ao emprego e renda; inovação; e competitividade, juntamente com outras políticas mais amplas em seu escopo; e por fim, as políticas de incentivos fiscais.

O setor ainda apresenta pontos fortes e fracos bem como oportunidades e ameaças que o afetam. Para melhor visualização o quadro 16 apresenta estes indícios de maneira sumarizada, devido ao explanado até o momento neste trabalho. Nele compreendem-se indicativos ao aumento de empresas, emprego e renda; mercado exterior; investimentos em inovação; aproveitamento de políticas públicas pouco exploradas etc.

Quadro 13- Áreas de influência das políticas públicas

Políticas Públicas	Influência
Fundo Pró-Emprego	Número de empresas registradas
PPA 2004-2007 - Programa de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa Catarinense - Pró-Emprego	
PPA 2004-2007 - Programa Geração de Emprego e Renda e Programa Promoção da Competitividade da Economia Catarinense	
PRODEC e o FADESC	Número de contratações
Programa Pró-Emprego	
PPA 2004-2007 - Programa Geração de Emprego e Renda e Programa Promoção da Competitividade da Economia Catarinense	
PPA 2008-2011 - Programa Pró-Emprego e Renda	Contratação de empregados com nível de escolaridade identificados como mestres ou doutores
PPA 2004-2007 - Programa de Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação	
PRODEC e o FADESC	
PPA 2008-2011 - Programa Inovar - Fomento à Pesquisa ao Desenvolvimento e à Inovação	
Lei Estadual de Inovação	
Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação	
PPA 2012-2015 - Programa Inovar - Fomento à Pesquisa ao Desenvolvimento e à Inovação e Programa Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	Fortalecimento dos <i>clusters</i> do estado
PRODEC e FADESC	
PRODEC e FADESC	Balança comercial dos <i>clusters</i>
PPA 2008-2011 e 2012-2015 - Programa Competitividade e Excelência Econômica	
Decreto nº 189, de 26/05/2015	Receita líquida de vendas e Valor bruto de produção
PPA 2008-2011 - Programa Pró-Emprego e Renda e Programa de Competitividade e Excelência Econômica	
PPA 2004-2007 - Programa Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação	Investimentos em inovação
PRODEC e FADESC	
PPA 2008-2011 e PPA 2012-2015 - Programa Inovar - Fomento à Pesquisa ao Desenvolvimento e à Inovação	
Lei Estadual de Inovação	
Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação	
PPA 2012-2015 - Programa Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	
Nota: os investimentos em inovação são decrescentes para o setor, porém são crescentes para outros setores	Contratações financeiras
Não é possível identificar	
PRODEC e FADESC	Arrecadação do ICMS
PPA 2008-2011 e PPA 2012-2015 - Programa Pró-Emprego e Renda e Programa Competitividade e Excelência Econômica	
PPA 2012-2015 - Programa Revitalização da Economia Catarinense	
Decreto nº 2.870, de 27/08/2001	
Decreto nº 189, de 26/05/2015	

Fonte: desenvolvido pelo autor com base nos dados da pesquisa

Quadro 14- Incidência das políticas públicas

Cronologia/Ano	Políticas Públicas	Referência	Incidência
2005	PRODEC e FADESC	Lei nº 13.342, de 10/03/2005	7
2007	Programa Pró-Emprego e Renda	PPA 2008-2011	4
2007	Programa Competitividade e Excelência Econômica	PPA 2008-2011	3
2003	Programa Geração de Emprego e Renda	PPA 2004-2007	3
2003	Programa Promoção da Competitividade da Economia Catarinense	PPA 2004-2007	3
2011	Programa Competitividade e Excelência Econômica	PPA 2012-2015	3
2007	Programa Pró-Emprego	Lei Nº 13.992, de 15/02/2007	3
2007	Programa Inovar - Fomento à Pesquisa ao Desenvolvimento e à Inovação	PPA 2008-2011	2
2008	Lei Estadual de Inovação	Lei Nº 14.328, de 15/01/2008	2
2009	Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação	Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação	2
2011	Programa Inovar - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	PPA 2012-2015	2
2011	Programa Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	PPA 2012-2015	2
2015	Decreto nº 189, de 26/05/2015. Alteração para os beneficiários do Regime de Têxtil (Art. 15 e Art. 21 do Anexo 2 RICMS/SC)	Decreto nº 189, de 26/05/2015	2
2003	Programa Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação	PPA 2004-2007	1
2001	Regulamento sobre o ICMS catarinense – RICMS/SC	Decreto nº 2.870, de 27/08/2001	1
2003	Fundo Pró-Emprego	Lei complementar nº 249, de 15/07/2003	1
2003	Programa Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa Catarinense - Pró-Emprego	PPA 2004-2007	1
2011	Programa Revitalização da Economia Catarinense	PPA 2012-2015	1
2011	Programa Pró-Emprego e Renda	PPA 2012-2015	1
2003	Programa Comércio Exterior e Relações Internacionais	PPA 2004-2007	0

Fonte: desenvolvido pelo autor com base nos dados da pesquisa

Quadro 15- Áreas de incidência das políticas públicas

Área	Incidência
Emprego e renda	13
Inovação	11
Competitividade	9
Várias áreas	8
Incentivos fiscais	3

Fonte: desenvolvido pelo autor com base nos dados da pesquisa

Quadro 16- Matriz pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças do setor

Pontos fortes	Pontos fracos
<p>Constante gerador de empresas</p> <p>Constante gerador de emprego e renda</p> <p>Alta capacidade de atuação em mercado exterior</p> <p>Receita líquida de vendas é crescente</p> <p>Há políticas explícitas à inovação</p> <p>Há bancos estaduais que incentivam o setor</p> <p>Muitas políticas direcionadas à inovação</p>	<p>Maioria das empresas são micro-empresas (1-4 empregados)</p> <p>Poucos profissionais com escolaridade em nível de mestre e/ou doutor</p> <p>Redução dos investimentos em inovação</p> <p>Poucas políticas de incentivos fiscais</p> <p>Poucas políticas voltadas para competitividade em mercado externo</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Maior aproveitamento das políticas relacionadas à inovação e competitividade internacional</p> <p>Maiores investimentos em <i>clusters</i> no estado</p> <p>Aumento da competitividade devido ao decreto nº 189</p> <p>Investimento no mercado externo</p> <p>Maior utilização dos bancos estaduais para incentivos financeiros</p>	<p><i>Cluster</i> paulista é maior e mais concentrado</p> <p>Concorrência elevada com produtos importados</p> <p>Balança comercial mineira é sempre positiva apesar dos valores serem inferiores ao estado de SC</p> <p>Dependência do mercado interno</p> <p>Outros setores com maiores investimentos em inovação</p>

Fonte: desenvolvido pelo autor com base nos dados da pesquisa (ANDREWS, 1971; WEHRICH, 1982)

As políticas públicas do estado possuem papel importante para tomada de decisão das firmas pertencentes ao setor de confecção. Seu foco em determinadas áreas econômicas e/ou sociais possibilitam às firmas aumentarem sua contratação e geração de renda, aumentar a criação de empresas e torna-las competitivas por meio de sua inserção em um *cluster*, aumentarem sua produção e sua receita líquida, entre outros benefícios. Do mesmo modo o estado se beneficia com estes estímulos, pois sua arrecadação de ICMS é um indicador que comprova este benefício ao estado.

As inferências do estado quanto ao comércio exterior sugerem pouco aproveitamento pelo setor. Sua balança comercial apresenta-se negativa, enquanto a balança comercial dos *clusters* setoriais é positiva. Neste contexto o proposto por Smith (1904) caracteriza uma falta de vantagem absoluta do setor, ao contrário de seus *clusters*. Não há razões que caracterizem o setor como réu, pois outras forças são impactantes ao setor, como por exemplo a vantagem relativa proposta por Ricardo (1911). Isso significa que o setor do estado está perdendo sua vantagem relativa em relação à outros estados e/ou países. Sua capacidade de produzir e exportar não é mais suficiente para garantir vantagens ao setor. Para tornar o setor mais atrativo, analisá-lo é necessário por intermédio das cinco forças setoriais (PORTER, 1979a, b; 1980; 1985; 1990; 1996), e para isso, maior interação firma-governo é preciso para evitar o determinismo ambiental explanado por Hrebiniak e Joyce (1985).

Uma nação competitiva é uma nação baseada na produtividade e capacidade de inovar e atualizar sua indústria (PORTER, 1990), porém o setor confeccionista do estado catarinense está perdendo sua posição competitiva. Os dados referentes à sua produção são crescentes entre os anos, porém seu investimento em inovação é decrescente. Dado que contraria o padrão do estado. Ainda neste âmbito sua balança comercial também sofre como consequência desta perda de vantagem competitiva, pois sua capacidade produtiva é posta em teste em contexto mundial.

A estrutura industrial, a qual o setor está inserido é afetado por forças distintas (PORTER, 1979a, b; 1980; 1985; 1996). As importações em excesso sugerem maior poder de produtos substitutos, novos concorrentes entrantes no mercado, maiores poderes de barganha dos fornecedores de matéria prima, e maior poder de barganha dos consumidores, os quais compram produtos mais competitivos advindos do mercado externo devido aos altos valores dos produtos internos, caracterizados pelo repasse dos custos ao consumidor.

Como forma de regular o mercado, o estado incentiva as firmas do setor por meio de políticas que gerem créditos e outras facilidades que permitam investimentos geradores de emprego, renda, inovação e, conseqüentemente, competitividade.

O interesse do estado nos *clusters* são uma forma de manter o setor competitivo. Como observado pelos números de empresas registradas e a quantidade de empregados nestas empresas, percebeu-se que a maioria das empresas são pequenas, caracterizando uma desverticalização da cadeia produtiva (MENTZER et al, 2001).

Os *clusters* do setor são beneficiados quanto às informações compartilhadas tornando-os mais competitivos, conforme explanados por Porter e Millar (1985) em seu trabalho. Além das informações, o *cluster* é capaz de reter forças necessárias como mão-de-obra, redução dos custos de produção, proximidade com fornecedores, barateamento da produção por meio da desverticalização, além de retenção de *know-how* e tecnologia. Inferências também observadas por Becattini (1991); Brusco (1982); Garcez (2000); Porter (2000) e Santos, Diniz e Barbosa, (2004).

Empreendidas as análises dos resultados desta pesquisa, apresenta-se a seguir as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção serão apresentadas algumas conclusões sobre a pesquisa, ordenadas pelas questões norteadoras deste trabalho. Em seguida são apresentadas as limitações da pesquisa e sugestões para futuros estudos.

5.1 CONCLUSÕES

Com o objetivo de analisar características socioeconômicas do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios catarinense, a presente pesquisa buscou integrar óticas concernentes às políticas públicas, à competitividade e ao desenvolvimento socioeconômico.

Derivadas da problematização, formularam-se três questões de pesquisa: Qual o quadro produtivo do setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios catarinense? Como este setor está posicionado em relação aos principais *clusters* no Brasil e suas transações comerciais? Quais as principais políticas públicas estaduais de desenvolvimento competitivo se propõem a contribuir com o setor catarinense?

Tocante à primeira questão, considerando o marco temporal da pesquisa, as análises demonstram um setor em expansão, baseado em micro empresas, com valores crescentes de produção e receitas, com impacto positivo em termos de arrecadação tributária estadual, via ICMS, e federal, por meio do IRPJ, COFINS, PIS, PASEP e CSLL. No período analisado, a relação empregado/empresa se manteve constante. Recursos financeiros contratados para fomento são, em maior parte, advindos do BNDES, por intermédio de instituições regionais. Demonstrando-se, com isso, alinhamento vertical entre os governos – União e Estado-Membro.

Ao identificar os *clusters* deste setor em nível nacional e suas transações comerciais, os dados permitem responder a segunda questão de pesquisa. Considerando o nível de concentração de empregados, identifica-se que o estado de São Paulo possui o maior *cluster* nacional, em seguida, Santa Catarina e, posteriormente, Minas Gerais. Isso demonstra que o *cluster* setorial em Santa Catarina tem relevância e, em relação ao país, se desprende da região sudeste. O nível de contratação de empregados, ainda revela que dados alusivos aos valores brutos de produção e receitas líquidas de vendas, são relativos à formação de cada um desses *clusters* nacionais. Outrossim, os dados revelam que agrupamentos do setor centrados em poucos municípios há maior concentração de empregados e geram maiores quantidades de produção

e de receita líquida de vendas. Assim, o número de empregados no setor possibilita verificar a força do *cluster* catarinense em relação aos observados no país, sendo este o segundo aglomerado mais importante em nível nacional.

Mesmo reunindo tais características, a balança comercial do setor de confecção do estado de Santa Catarina em sua totalidade é negativa, assim como a do estado catarinense, de modo geral. Dado igualmente observado na balança comercial do setor no estado paulista e, igualmente, no conjunto de transações comerciais do estado de São Paulo. Destaca-se em nível nacional os estados que representam os *clusters* do Brasil, em nível estadual os municípios possibilitam a identificação dos *clusters* de cada unidade federativa. Neste contexto, os *clusters* originados na esfera catarinense, apresentam balança comercial positiva, fato que não se iguala aos *clusters* originários do estado paulistas, mas sim aos *clusters* identificados no estado mineiro.

Considerando a terceira questão de pesquisa, denota-se que os objetivos de cada política não são generalizados, em sua maioria. Suas incidências afetam a competitividade de modo específico, mas também propiciam competitividade por meio de inovações, emprego, renda e incentivos fiscais.

Decorrente da análise do dados, este estudo sugere que a presença de políticas públicas fortalece as relações firma-governo, contribuindo para acentuar uma governança multinível mais bem estruturada. Políticas públicas mais bem adequadas às necessidades das firmas e amplamente divulgadas para aqueles que são afetados por elas, para que ações conjuntas, firma-governo, possam evidenciar melhor aproveitamento das ações governamentais e aumento de recursos que propiciem vantagens competitivas ao setor e desenvolvimento socioeconômico do estado.

Com base na teoria da dependência de recursos e na governança multinível, o setor pode inferir alterações em determinantes ambientais mais favoráveis a ele, sem excluir a necessidade de desenvolvimento socioeconômico regional. Num contexto semelhante ao setor confeccionista catarinense, como, por exemplo o setor plástico, metalmecânico, de combustíveis, lubrificantes ou móveis, empresas pequenas seriam igualmente beneficiadas por maiores interações firma-governo fortalecendo *clusters* e promovendo ambiente competitivo favorável.

Visto que políticas públicas são uma das forças macroambientais que influenciam a tomada de decisão das firmas, há de se fortalecer relações firma-governo afim de evitar o determinismo do ambiente e

gerar maior vantagem competitiva ao setor. Evitar o estabelecido pela esfera competitiva, pressupõe tomar iniciativas para afetar o meio e utilizar o poder produtivo das firmas, sua capacidade de inovação e atualização para tornar-se mais competitiva. Porém o setor de confecção do estado baseia-se no seu poder produtivo para suportar as forças competitivas, negligenciando investimentos em inovação e atualização.

Novos entrantes no mercado brasileiro têm afetado a competitividade do setor. Como consequência, estes novos entrantes proporcionam maiores poderes de barganha aos clientes e aos fornecedores de matéria prima, como resultado do aumento das importações, refletindo perda de vantagem competitiva do setor. Com o aumento das importações, a cadeia produtiva do estado é afetada. Muitos fornecedores são incapazes de concorrer com as importações e são obrigados a cancelarem seus fornecimentos, elevando o desemprego e queda nas rendas familiares.

Com um cenário propício para as importações, a balança comercial sofre, pois as exportações não acompanham as aquisições externas. Em uma situação em que as importações não são mais vantajosas para as firmas, é inevitável recorrer ao mercado interno, porém as atividades de importação danificaram este mercado. Consequentemente as firmas que antes dependiam de produtos externos, enfrentam novo desafio, o qual é fortalecido pelo Estado ao exigir percentual mínimo de insumos nacionais na produção de artigos de confecção.

Os impactos ao desenvolvimento socioeconômico proporcionados pelo setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios do estado de Santa Catarina, derivam-se do seu quadro produtivo, o qual, por meio das microempresas proporcionam geração de emprego e renda, e mantém os valores produzidos e receitas líquidas de vendas em ascensão, bem como as arrecadações tributárias. Entende-se que os *clusters* do estado, são compostos por diversos integrantes da cadeia produtiva de poucas grandes empresas, assim, estes *clusters* remetem à geração ampla de emprego e renda, e propiciam destaque ao setor do estado em relação ao restante do país.

5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Como limitações desta pesquisa ressalta-se as limitações teóricas, referentes à ausência de estudos que relacionam a competitividade organizacional e políticas públicas. Estudos abordam estas disciplinas de maneira individualizada, mesmo que haja inferências sobre estas

disciplinas em ambas. Todavia, não há esforços que integrem as disciplinas citadas.

O campo da estratégia competitiva é amplo e possibilita utilizar diferentes lentes teóricas, como neste estudo, a teoria da dependência de recursos permite unir competitividade e políticas públicas. Neste contexto a literatura que trata destas disciplinas necessita novas formulações teóricas para integrar estas disciplinas.

Inerentes às limitações metodológicas, o estudo não apresentou políticas públicas anteriores ao seu marco empírico. Pedidos foram realizados porém não houve sucesso. Esta limitação impede o conhecimento de políticas em vigor anteriormente ao marco empírico.

Outros dados também foram afetados, como os advindos do MTE/RAIS. Estes dados não apresentam atualizações após o ano de 2013. Neste banco de dados, infere-se a não ocorrência de dados detalhados quando às empresas registradas no ano de 2001, somente seu total é disponibilizado.

Os dados referentes à arrecadação de ICMS do setor também foram incompletos, devido a não existência destes dados anteriormente ao ano de 2005, exigindo análises somente a partir deste ano.

Do mesmo modo, os investimentos em inovação não abrangem a totalidade temporal deste estudo. Num horizonte de 14 anos, somente quatro deles apresentam valores.

Outra limitação que abrange a totalidade deste estudo refere-se ao tempo que órgãos estaduais e federais depreenderam para fornecimento dos dados solicitados. Isto posto, poder-se-ia empreender análises mais aprofundadas aplicando-se pesquisa para coleta de dados primários, para inferir observações quanto a aplicação de fato das políticas aqui apresentadas. Devido a utilização exclusiva de dados secundários, pode-se, em alguma medida, não serem totalmente confiáveis, pois são passivas de erros, afetando os dados deste estudo, solicitando cuidados ao generalizar os achados.

5.3 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Considerando as limitações desta pesquisa, novos estudos podem ser delineados, assim como novas propostas de pesquisas e objetivos, considerando abordagens teóricas e empíricas.

Sugere-se, inicialmente, a ampliação deste estudo para outros setores importantes para o desenvolvimento socioeconômico do estado. Visa-se importância na ampliação do escopo das políticas públicas por meio de análise do PPA 2000-2003, afim de verificar existência de

políticas públicas estudadas neste trabalho em planejamentos governamentais anteriores. Ainda, sugere-se, análise destas políticas em relação ao foco dos governos atuantes em cada momento. Do mesmo modo, é possível um estudo histórico para compreender diferentes focos políticos nos setores do estado.

Com objetivo de triangular dados, é importante empreender pesquisa de campo com empresas do setor e órgãos governamentais para identificar real impacto de políticas públicas sobre o setor.

A partir dos resultados desta pesquisa, recomenda-se identificar o motivo de haver alta de vínculos empregatícios entre 18 e 24 anos e logo em seguida uma queda de vínculos na faixa etária entre 25 a 29 anos, um aumento novamente, quase igual a primeira, entre 30 e 39 anos e novamente uma queda entre 40 e 49 anos, quase se igualando à primeira queda. Do mesmo modo, recomenda-se identificar as causas que ocasionaram maiores desembolsos do BNDES para o setor no período compreendido entre 2009 e 2012.

Dado observado foi a contratação financeira realizada pelo setor em 2008, ano em que instituiu-se a Lei Estadual de Inovação. Todavia o valor contratado neste ano não foi referido à inovação, tendo em vista valores superiores atrelados à inovação no ano de 2005, em comparação ao ano de 2008 (R\$0,09 e R\$0,08 bilhões, respectivamente). Ainda observou-se que os valores financeiros contratados em 2008 não possuem relação com a geração de emprego e renda e a produção industrial do setor, no entanto, ao observar a balança comercial do setor, percebe-se aumento dos valores de importação entre os anos de 2007 e 2008, porém não é possível afirmar que estas contratações financeiras serviram de subsídios para este aumento das importações, e é neste contexto que se propõe novo estudo, com intuito de confirmar ou não esta relação.

Também depreendeu-se deste estudo o aumento das arrecadações de ICMS, no entanto, a literatura sugere que este aumento está associado ao combate à sonegação e às fraudes, especialização de fiscais e ao esforço na cobrança da dívida ativa. Assim, também é proposto investigação neste âmbito visando esclarecer o proposto pela literatura, confirmando-a ou refutando-a ou, ainda, identificando novos achados que estejam relacionados ao aumento da arrecadação de ICMS.

Atinente à tipologia dos *clusters* há nova proposta de estudo, visto que esta pesquisa revelou algumas tipologias referidas aos *clusters* detectados. Assim, para adequar cada *clusters* identificado à sua referida tipologia, mais precisamente, há de se empreender novos esforços, visto que este não foi contemplado nesta pesquisa.

Encerrando a análise referida à balança comercial no ano de 2014, sugere-se investigar comportamentos futuros. Com a exigência apresentada pelo decreto nº 189 de 2015, adequações na cadeia produtiva serão realizadas, e no presente momento, em que os valores da moeda americana apresentam-se superiores àqueles tratados neste estudo, há de se empreender esforços para acompanhar seu comportamento, bem como o comportamento da balança comercial do setor e de seus *clusters*.

Com base no tamanho das empresas, referido à seus empregados, infere-se que a falta de recursos e capacidades das firmas, caracterizam uma barreira para elas ao usufruir dos benefícios de algumas políticas públicas. Estes recursos podem ser referentes ao conhecimento do mercado e das próprias políticas ou incapacidade de investimentos em inovação ou em infraestrutura, por exemplo. Assim, para compreender melhor a atuação dos recursos e capacidades organizacionais frente ao aproveitamento de ações empreendidas pelo estado, sugere-se novo estudo com foco *inside-out*, diferentemente deste apresentado até aqui.

Como última sugestão para estudos futuros, preconiza-se investigar o Programa Comércio Exterior e Relações Internacionais, visto que nesta pesquisa não há abordagens relacionais entre os dados encontrados e este programa. Dado que seu objetivo é estimular a participação de firmas no mercado internacional, e a balança comercial não apresenta significativas alterações com a implementação deste programa, há necessidade de investigar as causas para este fato. Assim um estudo que identifique dados *ex ante* e *ex post* à este programa apontaria suas causalidades.

REFERÊNCIAS

ALDRICH, H. E., PFEFFER, J.. Environments of Organizations. **Annual Review of Sociology**, v. 2, p.79-105, 1976.

ALESINA, A; RODRIK, D.. Distributive politics and economic growth. **Quarterly Journal of Economics**. v. 109, n. 2, p.465-490, maio, 1994.

ALMEIDA, A. F.; SILVA, L. B.. Governo federal fixa a alíquota de ICMS interestadual em 4% para os produtos importados, independente do estado da federação e tenta acabar com a guerra fiscal entre os portos. **Revista de Administração do UNISAL**. Campinas, v. 3, n. 3, p.47-62, jan./abr., 2013.

ALMEIDA, F. C. R.. Uma abordagem estruturada da renúncia de receita pública federal. **Revista do Tribunal de Contas da União**. Brasília, DF, v. 31 n. 84, p.19-62, abr./jun., 2000.

ALMEIDA, J.. Incentivos Fiscais e Desenvolvimento Industrial na América Central. **Revista Brasileira de Economia**, Brasil, p. 53-71, 22, abr., 1968.

ALVAREZ. G.; PILBEAM, C.; WILDING. R.. Nestlé Nespresso AAA sustainable quality program: an investigation into the governance dynamics in a multi-stakeholder supply chain network, **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 15, n. 2, p.165-182, 2010.

ALVES, H. N.; LOBATO, V. de S.. Argumentação jurídica e o art. 18 do Anexo 2 do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina. **Revista de Direito Empresarial**. Belo Horizonte, v. 9, n. 3, p. 183-203, set./dez., 2012.

ANDRADE, G. de A.. **Dinâmica competitiva das micro e pequenas empresas no cluster industrial têxtil-vestuário do Vale do Itajaí – SC**. 2002. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Economia, UFSC, Florianópolis, 2002.

ANDREWS, K. R. **The concept of corporate strategy**. Homewood, IL: Dow Jones-Irwin, 1971.

- ANSOFF, H. I. **Corporate strategy**. Harmondsworth: Penguin, 1965.
- ARAÚJO, A. M. de.. **Dinâmica do federalismo brasileiro e guerra fiscal**. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia Humana, Usp, São Paulo, 2009.
- ARROW, K. J.. **Social Choice and Individual Values**. New Haven: Yale University Press, 1951.
- ARROW, K. J.. Uncertainty and welfare economics of medical care. **American Economics Review**, Nashville, v. 53, n. 5, p.941-973, dec., 1963.
- ASTLEY; W. G.; VAN DE VEN; A. H.. Central perspectives and debates in organization theory. **Administrative Science Quarterly**. v. 28, n. 2, p.245-273, jun., 1983.
- BACHRACH, P.; BARATZ, M. S.. Two faces of power, **American Science Review**. v. 56, p.947-952, 1962.
- BADESC. **BADESC**: o BADESC. Disponível em: <<http://www.badesc.gov.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2014.
- BADESC. **BADESC**: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.. 2015. Disponível em: <<http://www.badesc.gov.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2015.
- BALDWIN, R.; CAVE, M.. **Understanding Regulation. Theory. Strategy and Practice**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- BALDWIN, R.; SCOTT, C.; HOOD, C.. **A Reader on Regulation**. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de câmbio**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpeq.asp?id=txcotacao>>. Acesso em: 30 nov. 2015.
- BARNEY, J. B.. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, v. 17, n. 1, p.99-120, 1991.

BECATTINI, G.. Italian industrial districts: problems and perspectives. **International Studies of Management and Organization**. v. 21, n. 1, p.83-90, 1991.

BERTELLA, M. A.; TEIXEIRA, R. F. A. P.. A indústria do vestuário no Brasil e sua concentração espacial In: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2010, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ANPEC, 2010.

BEVILACQUA, L.. ICMS e guerra fiscal. **Revista de Direito: Procuradoria Geral do Estado de Goiás**, Goiânia, n. 24, p.101-118, 2009.

BNDES. **BNDES**: o banco nacional do desenvolvimento. 2015. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **PPA 2000-2003**. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LeIS/LEIS_2001/anexos/anau2L10297-01.rtf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Lei Complementar nº. 101, 4 de maio de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 de maio de 2000.

BRASIL. **Lei nº 11.274 de 2006**. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/111274.htm>. Acesso em: 17 abr. 2014.

BRASIL. **Política de desenvolvimento produtivo**: inovar e investir para sustentar o crescimento. 2008. Disponível em: <http://www.pdp.gov.br/Documents/conheca_pdp/Livreto%20da%20PDP%20Original%20-%20Portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BRASIL. **Simulações mostram que oito estados perdem receita com redução da alíquota do ICMS**. 2011. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/noticias/2011/junho/simulacoes-mostram-que-oito-estados-perdem-receita-com-reducao-da-aliquota-do-icms/?searchterm=icms>>. Acesso em: 10 abr., 2015.

BRASIL. Reforma do ICMS aumentará produtividade, diz Mantega. 2012a. Disponível em:

<<http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/noticias/2012/dezembro/reforma-do-icms-aumentara-productividade-diz-mantega/?searchterm=icms>>.

Acesso em: 10 abr. 2015.

BRASIL. Novo modelo do ICMS interestadual e redução do custo das dívidas estaduais. Brasília: Ministério da Fazenda, 2012b. 16 slides, color.

BRASIL. Resolução nº 13 de 2012. 2012c. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=264825>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

BRASIL. BNDES. Acesso à informação. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/acesso_a_informacao/acoes_e_programas/index.html>. Acesso em: 17 abr. 2014.

BRASIL. Plano nacional de ciência, tecnologia e inovação 2007-2010. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0203/203406.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015a.

BRASIL. Oficinas e seminários: políticas para arranjos produtivos locais no Brasil. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1282216858.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015b.

BRASIL. Desoneração da folha de pagamento: estimativa de renúncia e metodologia de cálculo. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/RenunciaFiscal/Desoneracaodafolha.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2015c.

BRASIL; RECEITA FEDERAL DO BRASIL – MINISTÉRIO DA FAZENDA. e-SIC: sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão. 2015d. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/home>>. Acesso em: 09 out. 2015.

BRDE. **BRDE**: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Disponível em: <<http://www.brde.com.br/index.php/>> Acesso em: 20 abr., 2014.

BRDE. **BRDE**: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Disponível em: <<http://www.brde.com.br/index.php/>> Acesso em: 27 jul., 2015.

BRUSCO, S.. The Emilian model: productive decentralisation and social integration. **Cambridge Journal of Economics**, v. 6, p. 167-184, 1982.

BURLE, L.. A política de comércio exterior e a abertura do mercado de capitais: 1990-92. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 27, p.98-114, jul./set., 1993.

CALCIOLARI, R. P.. Aspectos jurídicos da guerra fiscal no Brasil. In: **Cadernos de Finanças Públicas**. 7. ed. Brasília: Esaf, p. 5-131, 2006.

CAMILO, S. P. O.; WATANABE, M.; GIANEZINI, M.. Commercial relations between Brazil and China in apparel segment: a descriptive-historical analysis. **Business Management Dynamics**. v. 4, n. 5, p.36-48, nov., 2014.

CAMPOS, R. R.; BITENCOURT, P. F.; SILVA, V. A. da. Santa Catarina: as possibilidades de políticas para arranjos produtivos locais. In: CAMPOS, Renato Ramos et al (Org.). **Políticas Estaduais para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, p. 89-112, 2010.

CÁRDENAS, A. V. V.. El enfoque de la gobernanza en el estudio de las transformaciones de las políticas públicas: limitaciones, retos y oportunidades. **Revista Estudios de Derecho**, v. 67, n. 149, p.243-260, 2010.

CARIO, S. A. F. et al. **Indústria e arranjos produtivos locais em Santa Catarina**: avaliação e política de desenvolvimento para setores tradicionais. Blumenau: Nova Letra, 2013.

CARVALHO, C. A. P., VIEIRA, M. M. F.; LOPES, F. D.. Perspectiva institucional para análise das organizações. In: Encontro Anual da

Associação Nacional de Pós-graduação em Administração, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais**. Foz do Iguaçu: ENANPAD, 1999.

CASTRO JUNIOR, O. A.. Business and Bilateral Trade Relations of Brazil with China and India: Legal Aspects. **International Trade Law**. University of Macau, oct. 2010.

CHANDLER, A. D., **Strategy and structure**. Chapter in the history of the american industrial enterprise. Cambridge, MA: MIT Press. 1962.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.

CHILD, J.. Organization structure, environment, and performance. **Sociology**, v. 6, p.12-27, 1972.

CHILD, J.; SMITH, C.. The context and process of organizational transformation – Cadbury limited in its sector. **Journal of Management Studies**, v. 24, n. 6, p.565-593, 1987.

COASE, R. H.. The nature of the firm. **Economica**, v. 4, n. 16, p.386-405, 1937.

COHEN, M.; MARCH, J.; OLSEN, J.. A Garbage Can Model of Organizational Choice. **Administrative Science Quarterly**, n. 17, p.1-25, 1972.

COLLIE, M. P.. The legislature and distributive policy making in formal perspective. **Legislative Studies Quarterly**. v. 13, n. 4, p.427-458, nov., 1988.

COMMONS, J.. Institutional economics. **American Economic Review**, v. 21, p.648-657, 1931.

CONTEÚDO ESTADÃO. **Levy deve oferecer a estados r\$ 3 bilhões em 2016 para compensar perdas com ICMS: dinheiro seria usado para compensar perdas de arrecadação que serão geradas com a unificação das alíquotas**. 2015a. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2015/04/1/evy-deve-oferecer-estados-r-3-bilhoes-em-2016-para-compensar-perdas-com-icms.html>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CONTEÚDO ESTADÃO. **Reunião do Confaz termina sem consenso sobre redução e unificação das alíquotas**: quatro estados não aderiram ao convênio, que prevê a redução e unificação das alíquotas do ICMS. 2015b. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2015/04/r-euniao-do-confaz-termina-sem-consenso-sobre-reducao-e-unificacao-das-aliquotas.html>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CORTÉS, O. L. Z.. El estudio de las relaciones entre niveles de gobierno desde las relaciones intergubernamentales y la gobernanza multinivel. **Estudios de Derecho**, v. 70, n. 156, p.325-344, 2013.

COSTA, E. J. M. da.. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.

CRUZ JÚNIOR, A. F. da.. **Informação, Moeda e Sociedade**: Uma análise das dimensões informacionais da governança da autoridade monetária no Brasil. 346 f. Tese (Doutorado) – Curso do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CRUZ, J. M.. Modeling the relationship of globalized supply chains and corporate social responsibility. **Journal of Cleaner Production**, v. 56, n. 1, p.73-85, 2013.

CUNHA, I. J.. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

CUNHA, I. J.. **O salto da indústria catarinense**: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo, 1992.

DANTAS, A.; KERTSNETZKY, J.; PROCHNIK, V.. Empresa, indústria e mercados. In: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. **Economia industrial**: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, p.15-24, 2013.

DAVIS, S. J.; HENREKSON, M.. Tax effects on work activity, industry mix and shadow economy size: evidence from rich-country comparisons. **National Bureau Of Economic Research**, Cambridge, n. 10509, p.1-70, maio 2004.

DEN HERTOOG, J.. General theories of regulation. **Encyclopaedia of Law and Economics, Cheltenham, UK: Edgar**, p.223-270, 1999.

DEN HERTOOG, J.. Review of economic theories of regulation. **Tjalling C. Koopmans Research Institute**, Utrecht: Utrecht University, p.01-59, dez., 2010.

DIERICKX, I.; COOL, K.. Asset stock accumulation and sustainability of competitive advantage. **Management Science**, v. 35, n. 12, p.1504–1511, 1989.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W.. Introduction. In: DIMAGGIO, P.; POWELL, W (Ed.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University Of Chicago Press, p.1-38, 1991.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W.. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, p.147-160, 1983.

DINIZ FILHO, A.. ABIT. **Relatório de atividades ABIT 2013**. 2014. Disponível em: <http://www.abit.org.br/conteudo/informativos/relatorio_atividades/2013/relatorio2013.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2014.

DJANKOV, S. et al. The effect of corporate taxes on investment and entrepreneurship. **American Economic Journal: Macroeconomics**, v. 2, n. 3, p.31-64, jul., 2010.

DÖERNER, C. R.. **Benefícios fiscais como ferramenta de planejamento tributário: um enfoque ao Programa Pró-emprego concedido pelo estado de Santa Catarina aos contribuintes do ICMS**. 2010. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2010.

DUDLEY, S.; BRITO, J.. **Regulation: a primer**. Arlington: Mercatus Center, 2. ed. 2012.

DUNCAN, R. B.. Characteristics of organizational environments and perceived environmental uncertainty. **Administrative Science Quarterly**, p.313-327, 1972.

DYE, T. D.. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

FAGIOLO, M.. Formação de las políticas públicas para la promoción de la economía social en Venezuela. **Revista Venezolana de Economía Social**, v. 11, n. 21, p.57-78, 2011.

FARAH, M. F. S.. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, v. 35, n. 1, p.119-144, 2001.

FEREJOHN, J. A.. **Pork barrel politics**: rivers and harbors legislation. Stanford University Press, 1974.

FERRETTI, R. C.; FUNCHAL, B.. O efeito da regulação trabalhista e tributária nos investimentos no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 4, p.127-154, jul./ago., 2011.

FIESC (Santa Catarina). **Santa Catarina em Dados**. Florianópolis: Fiesc, 2013a. 180 p. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/web/recursos/VUVSR016a3pPQT09>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

FIESC (Santa Catarina). **Nível de emprego industrial de SC: dezembro 2013**. Florianópolis: Fiesc, 2013b. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/web/recursos/VUVSR05ESXINUT09>>. Acesso em: 06 mai. 2014.

FIESC (Santa Catarina). **Segmentos da indústria**. Disponível em: <<http://www4.fiescnet.com.br/pt/conhecendo-sc/segmento-da-industria>>. Acesso em: 14 abr. 2014a.

FIESC (Santa Catarina). **Nível de emprego industrial de SC: março 2014**. Florianópolis: Fiesc, 2014b. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/web/recursos/VUVSR05EUXpPUT09>>. Acesso em: 06 mai. 2014.

FIESC (Santa Catarina). **Nível de emprego industrial de SC: outubro 2014**. Florianópolis: Fiesc, 2014c. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/web/recursos/VUVSR05EUXpPUT09>>. Acesso em: 06 mai. 2014.

FIESC (Santa Catarina). **Santa Catarina em Dados**. Florianópolis: Fiesc, 2014d. 194 p. Disponível em: <www2.fiescnet.com.br/web/recursos/VUVR05EZ3INZz09>. Acesso em: 27 mar. 2015.

FIESC (Santa Catarina). **Santa Catarina em Dados**. Florianópolis: Fiesc, 2015. 194 p. Disponível em: <<http://fiesc.com.br/economia/scemdados>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

FIGUEIRÊDO JUNIOR, H. S.; MEUWISSEN, M. P. M.; OUDE LANSINK, A. G. J. M. Integrating structure, conduct and performance into value chain analysis. **Journal on Chain and Network Science**, v. 14, n. 1, p.21-30, 2014.

FREY, K.. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2000.

FURTADO, C.. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1989.

GARCEZ, C. M. D.. Sistemas locais de inovação na economia do aprendizado: uma abordagem conceitual. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, dez., 2000.

GEROLAMO, M. C.. **Gestão de desempenho em clusters e redes regionais de cooperação**: estudos de casos brasileiros e alemães e proposta de um modelo de análise. 2007. 227 f. Tese (Doutorado) - Engenharia de Produção, Curso de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIUSTINA, K. A. D.; DARÓS, L. L.; CASAGRANDE, M. D. H.. Há evolução em indicadores sociais nos municípios com empresas que receberam incentivos fiscais do ICMS em Santa Catarina? In: Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade, 2014, Florianópolis, **Anais**. Florianópolis: Congresso

UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade, 2014.

GOULARTI FILHO, A.. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2007.

GOULARTI FILHO, A.; JENOVEVA NETO, R.. **A indústria do vestuário: economia, estética e tecnologia**. Florianópolis: Obra Jurídica Ltda, 1997.

GOULARTI, J. G.. **Incentivos fiscais, acumulação e desenvolvimento desigual em Santa Catarina**. 2014. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau- Furb, Blumenau, 2014.

GOUVEA, R.; MONTOYA, M.. Designing Strategic Alliances in the Age of Uncertainty: Brazil & China: Partners or Competitors? **Asian Journal of Latin American Studies** ,v. 26, n. 1, p. 1-23, 2013.

GRANOVETTER, M.. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 03, p.481-510, 1985.

HAMILTON, A.. **Relatório sobre as manufaturas**. São Paulo: Solidariedade Ibero-americana, 1995.

HANNAN, M. T.; FREEMAN, J.. The population ecology of organizations. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 5, p.929-964, 1977.

HREBINIAK, L. G., JOYCE, W. F. Organizational Adaptation: Strategic choice and environmental determinism. **Administrative Science Quarterly**, v. 30, p.336-349, 1985.

IBGE (Brasil). **Tabela 01 - Produto Interno Bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002-2011**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011/default_ods_2002_2011.shtm>. Acesso em: 28 abr. 2014.

IBGE (Brasil). **Tabela 1848 - Dados gerais das unidades locais industriais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, por Unidade da Federação, segundo as divisões e os grupos de atividades (CNAE 2.0) - Brasil, Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo)**. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1848&z=p&o=1>>. Acesso em: 15 jun. 2015a.

IBGE (Brasil). **Tabela 1987 - Dados gerais das unidades locais industriais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, por Unidade da Federação, segundo as divisões e os grupos de atividades - Brasil, Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo)**. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1987&z=p&o=1>>. Acesso em: 15 jun. 2015b.

IBGE (Brasil). **Pesquisa Industrial Anual - Empresa (PIA-Empresa)**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/conceitoempresa.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2015c.

IBGE (Brasil). **PINTEC Pesquisa de Inovação**. Disponível em: <http://www.pintec.ibge.gov.br/index.php?option=com_content_extjs&view=article&id=17&Itemid=6>. Acesso em: 15 jun. 2015d.

IKEDA, S.. **Dynamics of the mixed economy: toward a theory of interventionism**. London: Routledge, 1997.

JABBOUR, C. J. C. et al. Environmental management in Brazil: is it a completely competitive priority?. **Journal of Cleaner Production**, v. 21, n. 1, p. 11-22, 2012.

KELLER, P. F. Globalização e novas estratégias empresariais na cadeia têxtil brasileira: uma discussão sobre a via alta para uma inserção competitiva. **Revista do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial**, v. 8, n. 9-10, p.93-124, 2005.

LACOMBE, A. M.. Algumas considerações sobre os incentivos fiscais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 9, n. 4, p.107-117, 1969.

LAFFONT, J-J.; TIROLE, J.. The politics of government decision making: a theory of regulatory capture. **Quarterly Journal of Economics**, v. 106, p.1089-1127, 1991.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A.. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2001.

LASWELL, H. D.. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936.

LAZARRINI, S.. **Capitalismo de Laços: Os Donos do Brasil e suas Conexões**. Campus: Elsevier, 2011.

LEANDRO, C. R.. **Uma abordagem cognitiva sobre o processo de institucionalização de sistemas locais de produção e inovação** : um estudo sobre o setor do vestuário na cidade de Indaiatuba . 2012. 191 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção , Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LÊNIN, V.. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LINDBLOM, C. E.. The science of muddling through, **Public Administration Review**, n. 19, p.79-88, 1959.

LINDBLOM, C. E.. **Politics and markets**. New York: Basic Books, 1977.

LINDBLOM, C. E.. Still muddling, not yet through, **Public Administration Review**, n. 39, p.517-526, 1979.

LIST, G. F.. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LOW-BEER, J.. O estado e as políticas públicas: uma revisão histórica (1950 a 1997). **Espaço & Geografia**. v. 5, n. 2, p.65-100, abr., 2002.

LOWI, T. J.. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. **Public Administration Review**, n. 32, p.298-310, 1972.

LUXEMBURG, R.. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LYNN, L. E.. **Designing Public Policy**: a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica: Goodyear, 1980.

MACAGNAN, C. B.. Teoria institucional: escrito teórico sobre los protagonistas de la escuela institucionalista de economia. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 10, n. 2 p.130-141, Abril-Julho, 2013.

MACHADO-DA-SILVA, C.; FONSECA, V. S.; FERNANDES, B. H. R.. Mudanças e estratégia nas organizações: perspectivas cognitiva e institucional. In: VIEIRA, M. M. F.; OLIVEIRA, L. M. B. (Org.). **Administração contemporânea: perspectivas estratégicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCOVITCH, J. et al. Inovação tecnológica e incentivos fiscais. **Revista de Administração**, v. 26, n. 1, p.43-60, 1991.

MARSHALL, A.. **Principles of economics**. London: Macmillan, 8.ed. 1920.

MARSHALL, T. H.. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967a.

MARSHALL, T. H.. **Política social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967b.

MASON, E. S.. Price and production policies of large-scale enterprise. **The American Economic Review**, v. 29, n. 1, p.61-74, 1939.

MATTHEWS, R. C. O.. The economics of institution and the source of growth. **Economics Journal**, New York, v. 96, n. 384, p.903-918, dec., 1986.

McGRATH, R. G.. **The end of competitive advantage**: how to keep your strategy moving as fast as your business. Boston: Harvard Business Review Publishing, 2013.

MDIC. **Os núcleos estaduais de apoio aos APLs**. 2011. Disponível em: <http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/nucleos_estaduais/27_nucleo_s.html>. Acesso em: 08 abr. 2015.

MDIC/ALICEWEB. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

MEAD, L. M.. Public Policy: Vision, Potential, Limit. **Policy Currents**, p.1-4, fev., 1995.

MEIER, K. J.. **Regulation. Politics, Bureaucracy, and Economics**. New York: St. Martin's Press, 1985.

MENTZER, J. T. et al. Defining supply chain management. **Journal of Business Logistics**, v. 22, n. 2, p.1–25, 2001.

MERIGO, J.; ANDRADE, M. M. de. **Questões iniciais para a discussão do monitoramento e avaliação de políticas públicas**. [S. l.]: MDS, 2010. 31 slides, color.

MILES, R. E.; SNOW, C. C.. **Organizational strategy, structure and process**. New York: McGraw- Hill, 1978.

MILLER, D.. Environmental Fit Versus Internal Fit. **Organization Science**, v. 3, n. 2, p.159-178, may, 1992.

MILLER, H, T.; DEMIR, T.. Policy Communities. In: FISCHER, Frank; MILLER, Gerald J.; SIDNEY, Mara S.. **Handbook of public policy analysis: theory, politics, and methods**. Estados Unidos: Crc Press, 2007. p. 137-148.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. **A nova política nacional de desenvolvimento regional**. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Regional, 2012.

MINTZBERG, H.. Crafting strategy, **Harvard Business Review**, p.65-75, jul./ago., 1987.

MITCHELL, W. C.. **Types of economic theory from mercantilism to institutionalism**. New York, Augustus M. Kelley Publishers, v. 2, 1969.
MORAES DE SOUZA, L.. Comentando as classificações de políticas públicas. **Revista Cronos**, Natal, v. 11, n. 1, jul./ago. 2010.

MTE. **Ministério do Trabalho e Emprego**: RAIS: relação anual de informações sociais. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>. Acesso em: várias datas 2015.

NORTH, D. C.. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

NORTH, D. C.. **Desempeño económico en el transcurso de los años**. 1993. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/textos/north-nobel.htm>>. Acesso: 26, nov. 2014.

OLSON, M.. **The logic of collective action: Public Goods and the Theory of Groups**. Cambridge Mass.: Harvard University Press, 1965.

OCDE. **Manual de Oslo**: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. 1997.

PARKER, D.; KIRKPATRICK, C.. OECD. Measuring regulatory performance: the economic impact of regulatory policy: a literature review of quantitative evidence. 2012. Disponível em: <http://www.oecd.org/gov/regulatory-policy/3_Kirkpatrick%20Parker%20web.pdf>. Acesso em 03 abr. 2014.

PAUL, P.. Pensamento Complexo e interdisciplinaridade: abertura para mudança de paradigma? In: PHILIPPI JR, A.; SILVA NETO, A. J.. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & inovação**. Barueri, SP: Manole, 2011.

PELÁEZ, C.. A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, v. 22, n. 1, p.15-47, 1968.

PEREIRA, F. M.. **Agência de desenvolvimento setorial para o aglomerado têxtil-vestuário da região do Vale do Itajaí** : um caso de mecanismo de integração em Santa Catarina . 2004. 161 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

PEREIRA, L. C. B.. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. MARE, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PERROUX, F.. **A economia do século XX**. Lisboa: Moraes Editora, 1967.

PETERAF, M. A.. The cornerstones of competitive advantage: A Resource-Based View. **Strategic Management Journal**, v. 14, n. 3, p.179–191, 1993.

PETERS, B. G.. **American Public Policy**. Chatham, N. J.: Chatham House, 1986.

PETRY, K. A.. **A utilização de incentivos fiscais de ICMS como instrumento de política ambiental**. 2009. 65 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

PFEFFER, J.. Size and composition of corporate boards of directors: the organization and its environment. **Administrative Science Quarterly**, v. 17, p.218-228, 1972.

PFEFFER, J.; SALANCIK, G. R.. **The external control of organizations: a resource dependence perspective**. Stanford, California: Stanford Business Books, 2003.

PORTER, M. E.. **On competition**. Boston: Harvard Business School Publishing, 1979a.

PORTER, M. E.. How competitive forces shape strategy. **Harvard Business Review**, Boston, p.1-10, mar./abr., 1979b.

PORTER, M. E.. **Competitive strategy: Techniques for Analyzing Industries and Competitors**. New York: The Free Press, 1980.

PORTER, M. E.. **Competitive advantage: Creating and sustaining superior performance**. New York: Free Press, 1985.

PORTER, M. E.. The competitive advantages of nations. **Harvard Business Review**, Boston, p.73-91, mar./abr., 1990.

PORTER, M. E.. What is strategy?. **Harvard Business Review**, Boston, n. 74, v. 6, p.61-78, 1996.

PORTER, M. E.. Location, Competition, and Economic Development: Local Clusters in a Global Economy. **Economic Development Quarterly**, n. 1, v. 15, p.15-34, fev., 2000.

PORTER, M. E.; MILLAR, Victor E.. How information gives you competitive advantage. **Harvard Business Review**, Boston, p.1-13, jul./ago., 1985.

POSNER, R. A.. Theories of economic regulation. **The Bell Journal of Economics and Management Science**, v. 5, n. 2, p.335-358, 1974.

PRADO, S.. Guerra fiscal e políticas de desenvolvimento estadual no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, p.1-40, dez., 1999a.

PRADO, S.. Guerra fiscal e políticas de desenvolvimento estadual no Brasil. In: Fiscal Competition and Regional Imbalances Workshop, 1999, Belem. **Forum**. Belem: Fiscal Competition and Regional Imbalances Workshop, 1999b. p. 1-38.

PRIEM, R. L., BUTLER, J. E.. Is the resource-based theory a useful perspective for strategic management research?. **Academy of Management Review**, v. 26, n. 1, p .22-40, 2001.

RAYNAUT, C.. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI JR, A.; SILVA NETO, A. J.. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & inovação**. Barueri, SP: Manole, 2011.

RICARDO, D.. **The principles of political economy and taxation**. London: J.M. Dent & Sons, 1911.

ROBERTS, B. H.; ENRIGHT, M. J.. Industry clusters in Australia: recente trends and prospects. **European Planning Studies**, v. 12, n. 1, p.99-121, jan., 2004.

ROCHA JÚNIOR, W. F. da. A nova economia institucional revisitada. **Revista de economia e administração**, v. 3, n. 4, p.301-319, out./dez., 2004.

ROSA, T. P.; MENEGAT, V.. Industrialização por encomenda nas empresas do Simples Nacional: uma análise do entendimento do Fisco Catarinense à luz da Resolução Normativa Nº 63/2009. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. Florianópolis, v. 10, n. 29, p.41-52, 2011.

ROSSETTO, C. R., ROSSETTO, A. M., MELLO, L. F. A influência dos stakeholders no processo de formulação das estratégias organizacionais: O caso da Trevisan Incorporações e Participações Ltda. In: CLADEA, 2002, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: CLADEA, 2002, v.1.

ROWAN, B.. Organizational structure and the institucional environment: the case of public schools. **Administrative Science Quarterly**, v. 27, p.259-279, 1982.

SABATIER, P. A.. The Need for Better Theories. In: SABATIER, P. A. (Ed.). **Theories of the Policy Process**. United States Of America: Westview Press, p.3-17, 2007.

SALAMON, L.; SEIGFRIED, J.. Economic power and political influence: The impact of industry structure on public policy. **American Political Science Review**. v. 71, p.1026-1043, 1977.

SALAS, J. A. U.; ALTAMIRANO, R. D. N.. Depreciación de la plata, políticas públicas y desarrollo empresarial. Las pequeñas y medianas empresas mineras mexicanas de Pachuca y Real del Monte. **Revista de Indias**, v. 71, n. 252, p.449-480, 2011.

SAMPIERI, R. H., COLLADO, C. F., LUCIO, P. B.. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGray-Hill, 2006.

SANTA CATARINA. **Lei 10.297 de 26/12/1996**. 1996. Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/cabecalhos/frame_lei_10297.htm>. Acesso em 26 abr. 2014.

SANTA CATARINA. **Lei 10.474 de 18/08/1997**. 1997. Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/leis/1997/lei_97_10474.htm>. Acesso em 26 abr. 2014.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 2.870 de 27/08/2001 - Regulamento do ICMS/SC - Anexo 2 – Benefícios Fiscais**. 2001. Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/regulamentos/icms/ricms_01_02.htm#A2_art023>. Acesso em: 26 abr. 2014.

SANTA CATARINA. **PPA 2004-2007**. 2003a. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/plano_plurianual.php>. Acesso em: 13 abr. 2014.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 249 de 15/07/2003**. 2003b. Disponível em: <<http://legislacao.sef.sc.gov.br/Consulta/Views/Publico/Frame.aspx?x=/html/programasdeincentivo.htm>>. Acesso em 26 abr. 2014.

SANTA CATARINA. **Lei nº 13.342 de 10/03/2005**. 2005. Disponível em: <<http://legislacao.sef.sc.gov.br/Consulta/Views/Publico/Frame.aspx?x=/html/programasdeincentivo.htm>>. Acesso em 26 abr. 2014.

SANTA CATARINA. **PPA 2008-2011**. 2007a. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/plano_plurianual.php>. Acesso em: 13 abr. 2014.

SANTA CATARINA. **Lei nº 13.992 de 15/02/2007**. 2007b. Disponível em: <<http://legislacao.sef.sc.gov.br/Consulta/Views/Publico/Frame.aspx?x=/html/programasdeincentivo.htm>>. Acesso em 26 abr. 2014.

SANTA CATARINA. **Lei nº 14.328 de 15/01/2008**. 2008. Disponível em: <http://www.fapesc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/03092009lei_inovacao.pdf>. Acesso em 26 abr. 2014

SANTA CATARINA. (Santa Catarina). **Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Florianópolis: Fapesc, 2010. 49 p. Disponível em: <<http://www.fapesc.sc.gov.br/wp->

content/uploads/2015/09/politica_catarinense.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2014.

SANTA CATARINA. **PPA 2012-2015**. 2011. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/servicos-orientacoes/dior/plano-plurianual-ppa>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

SANTA CATARINA. **PRODEC**. 2013a. Disponível em: <http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=39&Itemid=46&lang=>. Acesso em: 13 abr. 2014.

SANTA CATARINA. **Indicadores da gestão fiscal consolidado geral**: período comparativo: até o mês de dezembro de 2010, 2011, 2012 e 2013. 2013b. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/an%C3%A1lise-gr%C3%A1fica/relatorios/1253>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

SANTA CATARINA. **Santa Catarina: perfil econômico, financeiro e social: boletim informativo 2013**. 2013c. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/sites/default/files/BOLETIM%20ANO%202013%20P%20SITE%20-PDF%204.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

SANTA CATARINA. **Plano Catarinense de Desenvolvimento**. s.l.. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/plano_desen.php>. Acesso em: 13 abr. 2014a.

SANTA CATARINA. **Programa Pró-emprego**. s.l.. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/servicos-orientacoes/proem/programa-pr%C3%B3-emprego>>. Acesso em: 13 abr. 2014b.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 189, de 26/05/2015**. 2015a. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/servicos-orientacoes/dior/plano-plurianual-ppa>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

SANTA CATARINA. **PRODEC – Apresentação**. 2015b. Disponível em: <<http://www.sds.sc.gov.br/index.php/biblioteca/pastas-tematicas/desenvolvimento-economico/296-prodec-apresentacao>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

SANTA CATARINA; SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. **Arrecadação por Setor da Economia**. 2015c. Disponível em:

<<http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/receita-pública/relatorios/3538>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

SANTA CATARINA; SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. **Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina**. 2015d. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/transparencia>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

SANTOS, G. A. G. dos; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K.. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. In: BNDES. **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento: Versão Preliminar**. [s.l.]: Bndes, p. 17-48, 2004.

SANTOS, M.. **Por uma nova geografia: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2004.

SAPPINGTON, D. E. M., STIGLITZ, J.. Information and Regulation, (in) BAILEY, Elizabeth E. (ed.), **Public Regulation, New Perspectives on Institutions and Policies**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1987.

SAYD, P. D.. **Renúncia fiscal e equidade na distribuição de recursos para a saúde**. 2003. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

SCHENDEL, D. E.; HOFER, C. W.. **Strategic management: a new view of business policy and planning**. Boston: Little Brown, 1978.

SCHMIDT, J. P.. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. **REIS, JR, LEAL, RG Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos**, v. 8, p.2307-2333, 2008.

SCOTT, W. R.. **Institutions and organizations: ideas and interests**. Thousand Oaks CA: Sage Publications, 2007.

SHAFFER, B.. Firm-level responses to government regulation: theoretical and research approaches. **Journal of Management**. s.l., v. 21, n. 3, p.495-514, jun., 1995.

SILVA, P.. O pork barrel no município de São Paulo: a produção legislativa dos vereadores paulistanos. **Textos para Discussão CEM**. 2011a.

SILVA, C. G.. **Programa Pró-emprego: incentivo fiscal de ICMS nas importações de Santa Catarina face aos convênios e a guerra fiscal**. 2011. 101 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade do Vale do Itajaí - Univali, Itajaí, 2011b.

SILVA, R. A.. **Reestruturação produtiva e efeitos sobre o trabalho: problemática geral e estudos de caso na indústria confeccionista de Jaraguá do Sul**. 2003. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SIMON, H.. **Comportamento administrativo**. Rio de Janeiro: USAID, 1957.

SMITH, A.. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. London: Methuen, 1904.

SMITH, K. B.; LARIMER, C. W.. **The public policy theory primer**. United States Of America: Westview Press, 2009.

SÖLVELL, Ö.. The Competitive Advantage of Nations 25 years: opening up new perspectives on competitiveness. **Competitiveness Review**, v. 25, n. 5, p.471-481, 2015.

SOUZA, C.. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul./dez., 2006.

STIGLER, G. J.. The theory of economic regulation. **The Bell Journal of Economics and Management Science**, v. 2, n. 1, p.3-21, 1971.

SUZIGAN, W. et al. Sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. **Encontro Nacional de Economia**, p.1-21, 2003.

TEECE, D. J.. Explicating dynamic capabilities: the nature and microfoundations of (sustainable) enterprise performance. **Strategic Management Journal**, v. 28, p.1319–1350, 2007.

TEIXEIRA, E. C.. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **AATR-BA**, p.1-11, 2002.

TURMINA, S. C.. **Base institucional e competitividade do cluster de confecção de Criciúma (SC):** observações com base na análise fatorial de correspondências e no método de classificação . 1999. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

TYLER, W.. Incentivos fiscais para a promoção de exportações manufatureiras - o caso brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p.33-54, jul./set., 1973.

VEBLEN, T.. **Teoría de la clase ociosa**. México, Fondo de Cultura Económica, 1971.

VERONESE, T. B.; BASSOLI, M. K.. Controle estatal das políticas públicas tributárias e econômicas de incentivos para a atividade empresarial socioambiental responsável. **Scientia Iuris**, v. 15, n. 1, p.151-173, 2011.

VICARI, F. M.. **Uma proposta de roteiro para diagnóstico de clusters**. 2009. 276 f. Tese (Doutorado) - Engenharia de Produção, Curso de Engenharia de Produção, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

WEIHRICH, H.. The TOWS matrix: a tool for situational analysis. **Long Range Planning**, v. 15, n. 2, p.54-66, 1982.

WEINGAST, B. R.. Reflections on Distributive Politics and Universalism. **Political Research Quarterly**, v. 47, n. 2, p.319-327, jun., 1994.

WERNERFELT, B.. A resource-based view of the firm. **Strategic Management Journal**, v. 5, n. 2, p.171–180, 1984.

WHITLEY, R. D.. The social construction of business systems in East Asia. **Organization Studies**, v. 12, n. 1, p.1-28, 1991.

WILLIAMSON, J.. **A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

WILLIAMSON, O. E.. Transaction-cost economics: the governance of contractual relations. **Journal of Law and Economics**, v.22, n.2, p.233-261, out., 1979.

WILLIAMSON, O. E.. Strategizing, economizing and economic organization. **Strategic Management Journal**, v.12, n. S2, p.75-94, 1991.

WILLIAMSON, O. E.. **Why law, economics, and organization?** Berkeley, University of Boalt Hall, 2000.

ZHU, Q.; GENG, Y.. Drivers and barriers of extended supply chain practices for energy saving and emission reduction among Chinese manufacturers. **Journal of Cleaner Production**, v. 40, p. 6-12, 2013.

ZYLBERSZTAJN, D.. **A estrutura de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições**. 1995. 238 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Para dados relativos aos estabelecimentos empregadores

Passo	Ação
1	Acesso à base de dados pelo link: http://portal.mte.gov.br/portal-mte/
2	Acesso ao link: Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho – PDET
3	Acesso Online às Bases de Dados.
4	Identificação do usuário e senha.
5	Acessa-se o link RAIS.
6	Acessa RAIS Estabelecimento.
7a	Ano 2001.
8	Em Definição da Tabela aciona-se Seleção por Assunto, Geográfico, UF e então busca-se e seleciona-se Santa Catarina.
9a	De volta em Definição da tabela, aciona-se o item Setorial, CNAE 95, CNAE 95 Grupo, devido ao uso do código de atividade econômica vigente até 2006 busca-se por Confecção de Artigos do Vestuário.
10	Volta-se em Definição da tabela e aciona-se Estabelecimento, Tipo de Estabelecimento igual a CNPJ; Natureza Jurídica seleciona-se todos os disponíveis e; Tamanho Estabelecimento seleciona-se todos os disponíveis.
11a	Em Definição da Tabela, seleciona-se Estrutura. Na tela central Seleciona-se em Linha Natureza Jurídica; em Sublinha seleciona-se Tamanho Estabelecimento. Em Opções seleciona-se Exibe Linha Zerada e Exibe Coluna Zerada e então gera-se a tabela.
Para o ano de 2002 a 2013, repete-se os passos 1 ao 6, 8 e 10. Posteriormente dá-se como descrito no quadro.	
Passo	Ação
7b	Ano corrente a 2002
9b	De volta em Definição da Tabela, aciona-se o item Setorial, CNAE 95, CNAE 95 Grupo, devido ao uso do código de atividade econômica vigente até 2006, busca-se por Confecção de Artigos do Vestuário. <ul style="list-style-type: none"> • A partir de 2006 utiliza-se CNAE 2.0 Grupo, busca-se por Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios;
11b	Em Definição da Tabela, seleciona-se Estrutura. Na tela central Seleciona-se em Linha Natureza Jurídica; em Sublinha seleciona-se Tamanho Estabelecimento. Em Opções seleciona-se Exibe Linha Zerada e Exibe Coluna Zerada e então gera-se a tabela;
12	Em Definições da tabela, Seleções Aceleradoras, escolhe-se o ano que deseja obter os dados então gera-se a tabela.

APÊNDICE B- Para dados relativos aos vínculos empregatícios do setor segue-se os passos como descrito no quadro

Passo	Ação
1	Acesso à base de dados pelo link: http://portal.mte.gov.br/portal-mte/
2	Acesso ao link: Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho – PDET
3	Acesso Online às Bases de Dados.
4	Identificação do usuário e senha.
5	Acessa-se o link RAIS.
6	Acessa RAIS Vínculos.
7a	Ano 2001.
8	Em Definição da Tabela aciona-se Seleção por Assunto, Geográfico, UF e então busca-se e seleciona-se Santa Catarina.
9a	De volta em Definição da tabela, aciona-se o item Setorial, CNAE 95, CNAE 95 Grupo, devido ao uso do código de atividade econômica vigente até 2006 busca-se por Confecção de Artigos do Vestuário.
10	Volta-se em Definição da tabela e aciona-se Estabelecimento, Tipo de Estabelecimento igual a CNPJ; Natureza Jurídica seleciona-se todos os disponíveis e; Tamanho Estabelecimento seleciona-se todos os disponíveis.
11a	Em Definição da Tabela aciona-se Individual, Grau Instrução 2005-1985 e seleciona-se todos os dados disponíveis; Faixa Etária, seleciona-se todos os disponíveis; Sexo Trabalhador, seleciona-se Masculino e Feminino.
12	Volta-se em Definição da tabela e aciona-se Vínculo, Faixa Remun Média (SM) e seleciona-se todos os disponíveis.
13a	Em Definição da Tabela, seleciona-se Estrutura. Na tela central Seleciona-se em Linha UF; Coluna, Sexo Trabalhador; Subcoluna, Natureza Jurídica. Em Opções seleciona-se Exibe Linha Zerada e Exibe Coluna Zerada e então gera-se a tabela e então gera-se a tabela.
Para o ano de 2002 a 2013, repete-se os passos 1 ao 6, 8, 10 e 12. Posteriormente dá-se como descrito no quadro.	
Passo	Ação
7b	Ano corrente a 2002.
9b	De volta em Definição da tabela, aciona-se o item Setorial, CNAE, CNAE 95 Grupo, devido ao uso do código de atividade econômica vigente até 2006, busca-se por Confecção de Artigos do Vestuário. <ul style="list-style-type: none"> • Para pesquisas a partir de 2006 troca-se para CNAE 2.0 Grupo e seleciona-se Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios.
11b	Em Definição da Tabela aciona-se Individual, Grau Instrução 2005-

	<p>1985 e seleciona-se todos os dados disponíveis; Faixa Etária, seleciona-se todos os disponíveis; Sexo Trabalhador, seleciona-se Masculino e Feminino.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A partir de 2006 o Grau de instrução a ser selecionado é Escolaridade Após 2005.
13b	<p>Em Definição da Tabela, seleciona-se Estrutura. Na tela central Seleciona-se em Linha Ano; Coluna, Sexo Trabalhador; Subcoluna, Natureza Jurídica. Em Opções seleciona-se Exibe Linha Zerada e Exibe Coluna Zerada e então gera-se a tabela.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em outro momento seguiu-se os mesmos passos porém em sublinha houve a seleção de Escolaridade 2005-1985; Faixa Remun Média (SM); Faixa Etária; Tamanho Estabelecimento.
14	<p>Em Definições da tabela, Seleções Aceleradoras, escolhe-se o ano que deseja obter os dados e então gera-se a tabela.</p>

APÊNDICE C- Para coleta dos dados que sugerem a formação de clusters no país.

Passo	Ação
1	Acesso à base de dados pelo link: http://portal.mte.gov.br/portal-mte/
2	Acesso ao link: Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho – PDET
3	Acesso Online às Bases de Dados.
4	Identificação do usuário e senha.
5	Acessa-se o link RAIS.
6	Acessa RAIS Vínculos.
7a	Ano 2001.
8	Em Definição da Tabela aciona-se seleção por assunto, Geográfico, UF e então seleciona-se todos os disponíveis.
9a	De volta em Definição da tabela, aciona-se o item Setorial, CNAE 95, CNAE 95 Grupo, devido ao uso do código de atividade econômica vigente até 2006 busca-se por Confecção de Artigos do Vestuário.
10	Volta-se em Definição da tabela e aciona-se Estabelecimento, Tipo de Estabelecimento igual a CNPJ; Natureza Jurídica seleciona-se todos os disponíveis e; Tamanho Estabelecimento seleciona-se todos os disponíveis.
11a	Em Definição da Tabela aciona-se Individual, Grau Instrução 2005-1985 e seleciona-se todos os dados disponíveis; Faixa Etária, seleciona-se todos os disponíveis; Sexo Trabalhador, seleciona-se Masculino e Feminino.
12	Volta-se em Definição da tabela e aciona-se Vínculo, Faixa Remun Média (SM) e seleciona-se todos os disponíveis.
13a	Em Definição da Tabela, seleciona-se Estrutura. Na tela central Seleciona-se em Linha UF e então gera-se a tabela. Em Opções seleciona-se Exibe Linha Zerada e Exibe Coluna Zerada e então gera-se a tabela e então gera-se a tabela.
Para o ano de 2002 a 2013, repete-se os passos 1 ao 6, 8, 10 e 12. Posteriormente dá-se como descrito no quadro.	
Passo	Ação
7b	Ano corrente a 2002.
9b	De volta em Definição da tabela, aciona-se o item Setorial, CNAE, CNAE 95 Grupo, devido ao uso do código de atividade econômica vigente até 2006, busca-se por Confecção de Artigos do Vestuário. <ul style="list-style-type: none"> • Para pesquisas a partir de 2006 troca-se para CNAE 2.0 Grupo e seleciona-se Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios.
11b	Em Definição da Tabela aciona-se Individual, Grau Instrução 2005-1985 e seleciona-se todos os dados disponíveis; Faixa Etária,

	seleciona-se todos os disponíveis; Sexo Trabalhador, seleciona-se Masculino e Feminino. <ul style="list-style-type: none">• A partir de 2006 o Grau de instrução a ser selecionado é Escolaridade Após 2005.
13b	Em Definição da Tabela, seleciona-se Estrutura. Na tela central Seleciona-se em Linha UF.
14	Em Definições da tabela, Seleções Aceleradoras, escolhe-se o ano que deseja obter os dados e então gera-se a tabela.

APÊNDICE D- Coleta dos dados que sugerem a formação de *clusters* no interior dos estados citados como principais *clusters* do país.

Passo	Ação
1	Acesso à base de dados pelo link: http://portal.mte.gov.br/portal-mte/
2	Acesso ao link: Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho – PDET
3	Acesso Online às Bases de Dados.
4	Identificação do usuário e senha.
5	Acessa-se o link RAIS.
6	Acessa RAIS Vínculos.
7a	Ano 2001.
8	Em Definição da Tabela aciona-se seleção por assunto, Geográfico, UF e então seleciona-se aquele que deseja obter dados.
9a	De volta em Definição da tabela, aciona-se o item Setorial, CNAE 95, CNAE 95 Grupo, devido ao uso do código de atividade econômica vigente até 2006 busca-se por Confecção de Artigos do Vestuário; Municípios por UF e selecionar aqueles referentes ao estado em questão.
10	Volta-se em Definição da tabela e aciona-se Estabelecimento, Tipo de Estabelecimento igual a CNPJ; Natureza Jurídica seleciona-se todos os disponíveis e; Tamanho Estabelecimento seleciona-se todos os disponíveis.
11a	Em Definição da Tabela aciona-se Individual, Grau Instrução 2005-1985 e seleciona-se todos os dados disponíveis; Faixa Etária, seleciona-se todos os disponíveis; Sexo Trabalhador, seleciona-se Masculino e Feminino.
12	Volta-se em Definição da tabela e aciona-se Vínculo, Faixa Remun Média (SM) e seleciona-se todos os disponíveis.
13a	Em Definição da Tabela, seleciona-se Estrutura. Na tela central Seleciona-se em Linha Município e no campo ao lado o estado em que será pesquisado; em Coluna seleciona-se UF e então gera-se a tabela. Em Opções seleciona-se Exibe Linha Zerada e Exibe Coluna Zerada e então gera-se a tabela e então gera-se a tabela.
Para o ano de 2002 a 2013, repete-se os passos 1 ao 6, 8, 10 e 12. Posteriormente dá-se como descrito no quadro.	
Passo	Ação
7b	Ano corrente a 2002.
9b	De volta em Definição da tabela, aciona-se o item Setorial, CNAE, CNAE 95 Grupo, devido ao uso do código de atividade econômica vigente até 2006, busca-se por Confecção de Artigos do Vestuário; Municípios por UF e selecionar aqueles referentes ao estado em questão, porém deve-se atentar ao prefixo Trab, à frente do município. Deve-se escolher aquele que não possua este prefixo.

	<p>Após esta seleção, nova tela se abrirá e nela seleciona-se todos os municípios disponíveis.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para pesquisas a partir de 2006 troca-se para CNAE 2.0 Grupo e seleciona-se Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios.
11b	<p>Em Definição da Tabela aciona-se Individual, Grau Instrução 2005-1985 e seleciona-se todos os dados disponíveis; Faixa Etária, seleciona-se todos os disponíveis; Sexo Trabalhador, seleciona-se Masculino e Feminino.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A partir de 2006 o Grau de instrução a ser selecionado é Escolaridade Após 2005.
13b	<p>Em Definição da Tabela, seleciona-se Estrutura. Na tela central Seleciona-se em Linha Município, e no campo ao lado o estado em que será pesquisado; em Coluna seleciona-se UF.</p>
14	<p>Em Definições da tabela, Seleções Aceleradoras, escolhe-se o ano que deseja obter os dados e então gera-se a tabela.</p>

APÊNDICE E- Natureza jurídica apresentado pela base de dados 2001

Administração Pública e Outras Organizações P	Órgão Autônomo de Direito Público
Associação (Condomínio, Igreja, Etc.)	Outras Formas de Organização
Autarquia Estadual	Outras Organizações Empresariais
Autarquia Federal	Outras Organizações sem Fins Lucrativos
Autarquia Municipal	Pessoa Física Equiparada Jurídica
Autônomo Equiparado com	Poder Executivo Estadual
Empregados (Rural, Pr	Poder Executivo Federal
Autônomo	Poder Executivo Municipal
Cartório	Poder Judiciário Estadual
Consórcio Empresas	Poder Judiciário Federal
Construção Civil Pessoa Física	Poder Legislativo Estadual
Cooperativa	Poder Legislativo Federal
Empregador Doméstico	Poder Legislativo Municipal
Empresa Pública Ltda	Sa Capital Aberta Controle Estatal
Empresa Pública Sa Cp	Sa Capital Aberta Controle Privado
Empresário - Titular de	Sa Capital Fechado
Empresa/Sócio	Segurado Especial
Filial, Sucursal ou Agência de	Sociedade Capital Indústria
Emprego Sediad	Sociedade Civil com Fins Lucrativos
Firma Mercantil Individual	Sociedade Comandita por Ações
Fundação Estadual	Sociedade Comandita Simples
Fundação Federal	Sociedade em Conta de Participação
Fundação Municipal	Sociedade Nome Coletivo
Fundação Recursos Privados	Sociedade Qt Ltda
Grupo Sociedade	{ñ class}

APÊNDICE F- Natureza jurídica apresentado pela base de dados 2002-2013

Associação (Condomínio, Igreja, Entidade Classista)	Organismos Internacionais e outras Instituições Extraterritoriais
Associação Pública	Organização Internacional (DESATIVADO)
Autarquia Estadual ou Distrito Federal	Organização Internacional
Autarquia Federal	Organização Religiosa
Autarquia Municipal	Organização Social (DESATIVADO)
Candidato Cargo Político Eletivo	Órgão Autônomo de Direito Público
Cartório	Órgão Autônomo Municipal
Comissão Conciliação Prévia	Órgão Público Autônomo Estadual ou Distrito Federal
Comissão Polinacional	Órgão Público Autônomo Federal
Comunidade Indígena	Oscip - Organiz. Soc. Civil Interesse Púb (DESATIVADO)
Condomínio Edifícios	Outras Formas de Administração Pública
Consórcio de Empregadores	Outras Formas de Organização Empresarial
Consórcio Empresas	Outras Formas de Organização Legal
Consórcio Simples	Outras Instituições Extraterritoriais
Construção Civil Pessoa Física	Outras Organizações - Associação Privada
Contribuinte Individual 07 - Até RAIS2007	Outros Fundação Privada
Contribuinte Individual Com Empregado	Partido Político
Contribuinte Individual Sem Empregado	Poder Executivo Estadual ou Distrito Federal
Contribuinte Individual(Rural) - A partir RAIS2008	Poder Executivo Federal
Cooperativa	Poder Executivo Municipal
Empregador Doméstico	Poder Judiciário Estadual
Empresa Binacional	Poder Judiciário Federal
Empresa Domiciliada no Exterior	Poder Legislativo Estadual ou Distrito Federal
Empresa Individual de Responsabilidade Ltda. (De Natureza Empresária)	Poder Legislativo Federal
Empresa Individual de Responsabilidade Ltda. (De Natureza Simples)	Poder Legislativo Municipal
Empresa Individual Imobiliária	Representação Diplomática Estrangeira
Empresa Pública - Sociedade Anônima de Capital Fechado	SA Aberta
Empresa Pública	SA Fechada
Empresário - Titular de Empresa/Sócio	Segurado Especial
Entidade binacional Itaipu (DESATIVADO)	Serviço Social Autônomo
	Sociedade Anônima em Garantia Solidária
	Sociedade Capital Indústria

Entidade Mediação e Arbitragem	Sociedade Civil
Entidade Social - A partir RAIS2008	Sociedade Coletiva 07 - até Rais2007
Entidade Social 07 - Até RAIS2007	Sociedade Comandita por Ações
Filial Fundação Estrangeira	Sociedade Comandita Simples
Filial, empresa binacional, Argentino-Brasileira	Sociedade em Conta de Participação
Filial, Sucursal ou Agência de Emprego sediada Exterior	Sociedade Empresarial Nome Coletivo - A partir Rais2008
Firma Mercantil Individual	Sociedade Mista
Fundação Domiciliada no Exterior	Sociedade QT Ltda.
Fundação Estadual ou Distrito Federal	Sociedade Simples Comandita Simples
Fundação Federal	Sociedade Simples Ltda.
Fundação Mantida com Recursos Privados	Sociedade Simples Nome Coletivo
Fundação Municipal	Sociedade Simples Pura
Fundo Investimento	Unidade Executora (DESATIVADO)
Fundo Privado	{ñ class}
Fundo Público	
Grupo Sociedade	
Leiloeiro	

APÊNDICE G- Categoria outras (natureza jurídica)

Autônomo Equiparado com Empregados (rural, profissional liberal, etc.)
Condomínio Edifícios
Contribuinte Individual (Rural) - A partir Rais 2008
Contribuinte Individual 07 - Até Rais 2007
Cooperativa
Empresa Individual de Responsabilidade Ltda. (De Natureza Simples)
Empresa Pública
Fundação Estadual ou Distrito Federal
Outras Organizações - Associação Privada
Outras Organizações Empresariais
Outros Fundação Privada
Poder Executivo Federal
SA Capital Aberta Controle Estatal
Sociedade Capital Indústria
Sociedade Civil
Sociedade Civil com Fins Lucrativos
Sociedade com Fins Lucrativos
Sociedade Comandita Simples
Sociedade Empresarial Nome Coletivo - A partir Rais 2008
Sociedade Simples Ltda.

APÊNDICE H- Coleta de dados referente à balança comercial brasileira

Passo	Ação
1	Acessa-se o site http://aliceweb.mdic.gov.br/
2	Realização do cadastro
3	Após cadastrado acessa a base de dados inserindo usuário e senha
4	Acessa-se Consultas
5	Acessa-se Balança Comercial
6	Em ano seleciona-se aquele de interesse
7	Em seguida aciona-se consultar
8	Repete-se os passos 6 e 7 até finalizar a consulta aos anos de interesse
<p>Para a consulta da balança comercial brasileira, porém referente aos produtos de confecção repete-se os mesmos passos, porém antes do passo 7, seleciona-se em NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) seleciona-se Capítulo – SH 2 dígitos, no campo que surge digita-se 61, referente à Vestuário e seus Acessórios de Malha, e então continua-se nos passos seguintes.</p>	

APÊNDICE I- Coleta de dados referente à balança comercial estadual

Passo	Ação
1	Acessa-se o site http://alicesweb.mdic.gov.br/
2	Realização do cadastro
3	Após cadastrado acessa a base de dados inserindo usuário e senha
4	Acessa-se Consultas
5	Acessa-se Balança Comercial
6	Em ano seleciona-se aquele de interesse
7	Seleciona-se a UF de interesse
8	Em seguida aciona-se consultar
9	Repete-se o passos 6 até finalizar a consulta aos anos de interesse, para então trocar a UF e voltar à seleção dos anos de interesse.
<p>Para a consulta da balança comercial dos estados, porém referente aos produtos de confecção repete-se os mesmos passos, porém antes do passo 7, seleciona-se em NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) seleciona-se Capítulo – SH 2 dígitos, no campo que surge digita-se 61, referente à Vestuário e seus Acessórios de Malha, e então continua-se nos passos seguintes.</p>	

APÊNDICE J- Coleta de dados referente à balança comercial municipal

Passo	Ação
1	Acessa-se o site http://aliceweb.mdic.gov.br/
2	Realização do cadastro
3	Após cadastrado acessa a base de dados inserindo usuário e senha
4	Acessa-se Consultas
5	Acessa-se Importação Municípios 1997-2015 NCM
6	Em Municípios por UF, selecionar a UF desejada
7	No campo que surge, indicar o município que deseja obter os dados e orientar para Adicionar. Importante neste ponto é a não adição de mais de um município, pois o resultado será a soma dos dados oriundos dos municípios adicionados.
8	Em Filtrar por, seleciona-se SH 2 Dígitos; no campo que surge inserir o número 61: Vestuário e seus Acessórios de Malha
9	Em período, adiciona-se até 6 períodos. Inicial em 01 e o ano é aquele que deseja obter dados. Final é 12 e o ano é o mesmo inserido anteriormente. Para a inclusão de novos períodos realiza-se os mesmos passos, contudo, os anos são distintos.
Para a coleta dos dados referentes às exportações dos municípios os passos são os mesmos, porém no passo 5, seleciona-se Exportação Municípios 1997-2015 NCM.	

APÊNDICE K- Total de estabelecimentos no setor 2001-2013

Natureza Jurídica	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Poder Executivo Federal	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	0	0
Fundação Estadual ou Distrito Federal	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empresa Pública	17	13	13	13	8	4	4	2	2	2	2	0	1
Sa Capital Aberta Controle Estatal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sa Aberta	0	14	15	11	13	14	8	7	5	5	3	0	2
Sa Capital Aberta Controle Privado	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sa Fechada	0	12	13	11	7	11	13	11	7	7	7	22	10
Sa Capital Fechado	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sociedade Qt Ltda	3.296	3.539	3.618	3.719	3.930	4.250	4.517	4.824	5.072	5.325	5.444	5.259	5.373
Sociedade Comandita Simples	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Sociedade Capital Indústria	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sociedade em Conta de Participação	0	0	0	3	4	3	3	3	3	3	3	0	3
Firma Mercantil Individual	1.027	1.092	1.129	1.153	1.217	1.291	1.431	1.531	1.588	1.844	2.143	2.423	2.652
Cooperativa	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	0
Sociedade Simples Ltda	0	0	2	1	3	1	4	5	6	4	4	1	5
Contribuinte Individual(Rural) - a Partir Rais2008	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Sociedade Empresarial Nome Coletivo - a Partir Rais2008	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0
Outras Organizações - Associação Privada	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	0
Consórcio Simples	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Outros Fundação Privada	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	1
Condomínio Edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
Contribuinte Individual 07 - Até Rais2007	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	6	0	6

Empresa Individual de Responsabilidade Ltda (De Natureza Empresária)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	67	84
Empresa Individual de Responsabilidade Ltda (De Natureza Simples)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Sociedade Civil com Fins Lucrativos	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Organizações Empresariais	23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autônomo Equiparado com Empregados (Rural, Pr)	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sociedade Civil	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sociedade Mista	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Grupo Sociedade	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Total de estabelecimento	4.389	4.679	4.791	4.912	5.185	5.577	5.984	6.386	6.685	7.199	7.618	7.772	8.139

APÊNDICE L- Desembolsos do BNDES para o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios por UF

ESTADO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Acre	-	-	-	-	R\$ 20.000,00	-	-	-
Alagoas	-	-	-	-	R\$ 61.440,43	-	-	R\$ 113.978,65
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	-	R\$ 1.200.000,00	R\$ 5.561,39	R\$ 139.862,27
Bahia	-	R\$ 34.830,40	R\$ 433.303,40	R\$ 1.606.916,56	R\$ 670.500,43	R\$ 636.561,35	R\$ 1.841.641,20	R\$ 61.008.174,32
Ceará	R\$ 1.395.740,82	R\$ 925.187,76	R\$ 2.155.903,02	R\$ 1.979.641,00	R\$ 588.605,97	R\$ 785.562,49	R\$ 7.040.278,86	R\$ 11.975.715,10
Distrito Federal	-	-	-	-	R\$ 115.000,00	-	-	R\$ 272.790,83
Espírito Santo	R\$ 707.668,13	R\$ 561.250,00	R\$ 1.344.485,15	R\$ 50.000,00	R\$ 1.031.000,00	R\$ 482.580,92	R\$ 724.275,97	R\$ 2.300.411,67
Goiás	-	R\$ 327.674,51	R\$ 405.600,00	-	R\$ 914.518,20	R\$ 593.193,07	R\$ 1.117.729,71	R\$ 2.548.190,84
Maranhão	-	-	-	-	-	R\$ 17.235,58	R\$ 29.452,88	R\$ 158.035,80
Mato Grosso	-	-	R\$ 152.465,00	-	-	-	R\$ 72.296,95	R\$ 5.166.499,79
Mato Grosso do Sul	R\$ 59.885,00	R\$ 58.841,00	-	R\$ 9.388,65	R\$ 53.082,28	R\$ 1.972.793,02	R\$ 34.951,91	R\$ 3.471.208,60
Minas Gerais	R\$ 1.363.058,89	R\$ 2.511.173,62	R\$ 1.769.541,70	R\$ 425.015,57	R\$ 5.493.449,73	R\$ 4.819.456,89	R\$ 7.550.483,73	R\$ 14.244.087,26
Pará	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 95.094,33
Paraíba	-	-	-	-	-	-	R\$ 61.086,05	R\$ 717.899,03
Paraná	R\$ 872.538,62	R\$ 902.379,10	R\$ 2.764.582,57	R\$ 2.135.716,65	R\$ 6.150.123,68	R\$ 3.567.689,68	R\$ 9.418.403,49	R\$ 29.240.253,97
Pernambuco	-	-	R\$ 98.719,73	-	R\$ 344.342,00	R\$ 187.549,19	R\$ 561.599,90	R\$ 1.247.327,13
Piauí	-	R\$ 3.976.380,00	R\$10.150.525,36	R\$ 52.377,00	R\$ 15.499,44	R\$ 4.406,56	R\$ 9.451,30	R\$ 714.701,11
Rio de Janeiro	R\$ 5.404.374,15	R\$ 383.228,28	R\$ 4.566.688,70	R\$ 1.027.487,86	R\$ 1.430.127,50	R\$ 2.326.569,86	R\$ 2.520.199,25	R\$ 6.168.065,49
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	R\$ 416.520,07	R\$ 53.499,81	R\$ 1.268.174,83
Rio Grande do Sul	R\$ 3.134.304,31	R\$ 668.872,31	R\$10.146.678,90	R\$ 2.134.102,99	R\$ 5.891.760,84	R\$ 8.743.877,68	R\$ 9.343.739,30	R\$ 24.841.956,95
Rondônia	-	-	-	R\$ 23.829,20	R\$ 22.243,82	R\$ 179.714,87	R\$ 95.179,97	R\$ 200.893,21
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 30.694,59
Santa Catarina	R\$ 37.953.220,91	R\$ 53.280.259,43	R\$22.764.396,30	R\$ 34.874.517,28	R\$ 20.663.879,00	R\$ 40.370.710,39	R\$ 25.737.330,26	R\$ 88.570.441,55
São Paulo	R\$ 10.398.617,62	R\$ 5.510.582,52	R\$ 7.827.922,13	R\$ 5.772.501,66	R\$ 16.842.268,72	R\$ 23.705.968,52	R\$ 39.722.142,70	R\$139.572.532,43
Sergipe	R\$ 2.462.250,36	-	-	-	R\$ 166.068,93	R\$ 8.007,79	R\$ 100.000,00	R\$ 90.504,59
Tocantins	-	R\$ 106.932,00	-	-	-	-	R\$ 24.988,43	R\$ 3.566,92
TOTAL	R\$63.751.658,81	R\$69.247.590,93	R\$64.580.811,96	R\$50.091.494,42	R\$60.473.910,97	R\$90.018.397,93	R\$106.064.293,06	R\$394.161.061,26

ESTADO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Acre	R\$ 66.477,06	R\$ 74.712,61	R\$ 141.602,80	R\$ 789.792,96	R\$ 881.488,50	R\$ 269.694,74	R\$ 2.243.768,67
Alagoas	R\$ 189.091,53	R\$ 375.670,03	R\$ 647.033,64	R\$ 520.517,55	R\$ 610.447,61	R\$ 578.110,89	R\$ 3.096.290,33
Amapá	-	-	R\$ 4.752,14	R\$ 7.922,25	R\$ 8.791,04	R\$ 24.402,37	R\$ 45.867,80
Amazonas	R\$ 326.086,99	R\$ 582.107,20	R\$ 3.200.193,93	R\$ 3.215.084,92	R\$ 2.053.022,68	R\$ 5.498.899,06	R\$ 16.220.818,44
Bahia	R\$ 11.775.244,80	R\$ 9.024.873,84	R\$ 11.593.938,50	R\$ 31.155.775,95	R\$ 13.562.722,16	R\$ 10.451.850,43	R\$ 153.796.333,34
Ceará	R\$ 8.425.433,20	R\$ 18.110.618,48	R\$ 39.694.941,39	R\$ 75.400.642,33	R\$ 34.224.659,70	R\$ 26.318.165,09	R\$ 229.021.095,21
Distrito Federal	R\$ 239.826,65	R\$ 402.760,67	R\$ 947.579,45	R\$ 1.421.835,02	R\$ 5.835.043,13	R\$ 2.739.164,98	R\$ 11.974.000,73
Espírito Santo	R\$ 6.899.061,83	R\$ 6.930.336,93	R\$ 17.334.141,24	R\$ 44.737.206,28	R\$ 16.874.960,90	R\$ 13.745.677,31	R\$ 113.723.056,33
Goiás	R\$ 6.966.061,30	R\$ 10.789.719,30	R\$ 22.849.899,99	R\$ 24.455.431,37	R\$ 22.799.155,30	R\$ 25.205.717,53	R\$ 118.972.891,12
Maranhão	R\$ 206.104,66	R\$ 442.211,37	R\$ 854.922,58	R\$ 1.162.122,33	R\$ 1.498.475,25	R\$ 1.510.788,66	R\$ 5.879.349,11
Mato Grosso	R\$ 608.921,13	R\$ 721.481,69	R\$ 1.584.519,57	R\$ 1.922.449,00	R\$ 2.918.744,35	R\$ 2.862.286,38	R\$ 16.009.663,86
Mato Grosso do Sul	R\$ 820.072,97	R\$ 1.162.684,28	R\$ 8.956.875,78	R\$ 11.706.171,05	R\$ 4.873.619,97	R\$ 5.821.787,13	R\$ 39.001.361,64
Minas Gerais	R\$ 18.777.863,74	R\$ 33.144.893,49	R\$ 82.996.362,87	R\$ 99.251.208,40	R\$ 80.853.215,52	R\$ 59.744.059,10	R\$ 412.943.870,51
Pará	R\$ 171.046,75	R\$ 570.224,26	R\$ 891.256,41	R\$ 2.374.795,18	R\$ 2.211.815,74	R\$ 1.777.043,09	R\$ 8.091.275,76
Paraíba	R\$ 794.032,70	R\$ 944.451,10	R\$ 1.576.382,40	R\$ 2.373.976,47	R\$ 2.222.296,46	R\$ 2.398.136,46	R\$ 11.088.260,67
Paraná	R\$ 16.731.354,24	R\$ 53.310.923,73	R\$ 104.324.612,99	R\$ 136.411.354,93	R\$102.170.806,10	R\$ 55.801.459,92	R\$ 523.802.199,67
Pernambuco	R\$ 1.991.845,77	R\$ 7.111.457,34	R\$ 12.329.024,66	R\$ 19.086.397,07	R\$ 26.810.000,77	R\$ 23.223.727,19	R\$ 92.991.990,75
Piauí	R\$ 2.801.799,18	R\$ 1.284.804,55	R\$ 2.499.090,51	R\$ 9.729.424,81	R\$ 3.619.563,97	R\$ 4.387.521,76	R\$ 39.245.545,55
Rio de Janeiro	R\$ 9.179.668,21	R\$ 15.095.485,24	R\$ 83.435.613,47	R\$ 61.654.128,20	R\$ 54.255.124,68	R\$ 36.308.066,12	R\$ 283.754.827,01
Rio Grande do Norte	R\$ 484.937,49	R\$ 5.168.286,12	R\$ 5.184.440,62	R\$ 18.018.414,21	R\$ 7.911.581,69	R\$ 4.613.028,64	R\$ 43.118.883,48
Rio Grande do Sul	R\$ 10.835.568,41	R\$ 25.850.861,01	R\$ 54.402.927,38	R\$ 61.841.195,68	R\$ 47.556.720,85	R\$ 31.884.108,79	R\$ 297.276.675,40
Rondônia	R\$ 627.344,49	R\$ 1.102.056,45	R\$ 2.055.500,11	R\$ 2.417.002,12	R\$ 2.330.377,26	R\$ 2.405.895,25	R\$ 11.460.036,75
Roraima	R\$ 24.249,53	R\$ 17.409,02	R\$ 91.574,79	R\$ 13.626,72	R\$ 17.808,12	-	R\$ 195.362,77
Santa Catarina	R\$ 67.003.152,28	R\$232.811.592,87	R\$ 265.730.711,17	R\$ 505.344.810,37	R\$250.234.212,60	R\$146.575.849,37	R\$ 1.791.915.083,78
São Paulo	R\$ 99.605.055,03	R\$166.661.884,54	R\$ 286.784.118,52	R\$ 361.741.495,58	R\$217.256.875,35	R\$171.734.802,45	R\$ 1.553.136.767,77
Sergipe	R\$ 106.181,19	R\$ 325.227,36	R\$ 728.771,70	R\$ 880.333,93	R\$ 3.685.854,53	R\$ 1.413.768,02	R\$ 9.966.968,40
Tocantins	R\$ 178.625,30	R\$ 103.562,30	R\$ 475.476,29	R\$ 843.662,46	R\$ 592.699,68	R\$ 608.441,66	R\$ 2.937.955,04
TOTAL	R\$265.835.106,43	R\$592.120.295,78	R\$1.011.316.264,90	R\$1.478.476.777,14	R\$907.870.083,91	R\$637.902.452,39	R\$5.791.910.199,89

APÊNDICE M- Localização dos *clusters* do setor no território nacional baseado nos vínculos empregatícios

2001			2002			2003			2004		
UF	Total	%	UF	Total	%	UF	Total	%	UF	Total	%
São Paulo	110.117	27,69%	São Paulo	112.733	26,91%	São Paulo	113.954	27,07%	São Paulo	127.586	27,51%
Santa Catarina	59.055	14,85%	Santa Catarina	62.520	14,92%	Santa Catarina	64.276	15,27%	Santa Catarina	70.059	15,11%
Minas Gerais	47.777	12,01%	Minas Gerais	51.493	12,29%	Minas Gerais	51.507	12,23%	Minas Gerais	57.656	12,43%
Rio de Janeiro	38.817	9,76%	Paraná	39.315	9,38%	Paraná	41.198	9,79%	Paraná	47.933	10,34%
Paraná	33.957	8,54%	Rio de Janeiro	39.088	9,33%	Rio de Janeiro	36.397	8,65%	Rio de Janeiro	37.443	8,07%
Ceará	30.145	7,58%	Ceará	29.020	6,93%	Ceará	30.432	7,23%	Ceará	33.466	7,22%
Goiás	15.843	3,98%	Goiás	16.865	4,03%	Goiás	17.152	4,07%	Goiás	18.924	4,08%
Rio Grande do Sul	13.148	3,31%	Espírito Santo	12.854	3,07%	Rio Grande do Sul	13.233	3,14%	Espírito Santo	14.643	3,16%
Espírito Santo	12.220	3,07%	Rio Grande do Sul	12.690	3,03%	Espírito Santo	13.155	3,12%	Rio Grande do Sul	14.456	3,12%
Pernambuco	9.298	2,34%	Rio Grande do Norte	11.717	2,80%	Pernambuco	9.522	2,26%	Pernambuco	10.647	2,30%
Rio Grande do Norte	7.241	1,82%	Pernambuco	9.724	2,32%	Rio Grande do Norte	9.476	2,25%	Rio Grande do Norte	8.791	1,90%
Bahia	6.835	1,72%	Bahia	6.850	1,64%	Bahia	6.551	1,56%	Bahia	7.099	1,53%
Piauí	3.749	0,94%	Piauí	3.948	0,94%	Piauí	3.709	0,88%	Piauí	3.209	0,69%
Paraíba	2.556	0,64%	Paraíba	2.323	0,55%	Mato Grosso do Sul	2.061	0,49%	Mato Grosso do Sul	2.321	0,50%
Sergipe	1.520	0,38%	Mato Grosso do Sul	1.782	0,43%	Paraíba	2.042	0,49%	Sergipe	2.203	0,48%
Mato Grosso do Sul	1.496	0,38%	Sergipe	1.598	0,38%	Sergipe	1.897	0,45%	Paraíba	2.118	0,46%
Mato Grosso	665	0,17%	Pará	782	0,19%	Mato Grosso	830	0,20%	Mato Grosso	1.034	0,22%
Pará	657	0,17%	Mato Grosso	744	0,18%	Pará	731	0,17%	Pará	830	0,18%
Distrito Federal	618	0,16%	Distrito Federal	690	0,16%	Distrito Federal	698	0,17%	Distrito Federal	755	0,16%
Amazonas	514	0,13%	Amazonas	583	0,14%	Amazonas	603	0,14%	Amazonas	750	0,16%
Rondônia	438	0,11%	Rondônia	470	0,11%	Maranhão	455	0,11%	Maranhão	692	0,15%
Maranhão	370	0,09%	Maranhão	415	0,10%	Alagoas	420	0,10%	Rondônia	397	0,09%
Alagoas	358	0,09%	Alagoas	377	0,09%	Rondônia	341	0,08%	Alagoas	349	0,08%
Tocantins	226	0,06%	Tocantins	260	0,06%	Tocantins	234	0,06%	Tocantins	263	0,06%
Acre	45	0,01%	Acre	54	0,01%	Acre	48	0,01%	Amapá	50	0,01%
Amapá	39	0,01%	Amapá	33	0,01%	Amapá	44	0,01%	Acre	49	0,01%
Roraima	22	0,01%	Roraima	17	0,00%	Roraima	19	0,00%	Roraima	26	0,01%
Total	397.726	100 %	Total	418.945	100 %	Total	420.985	100 %	Total	463.749	100 %

2005		
UF	Total	%
São Paulo	134.768	27,53%
Santa Catarina	74.409	15,20%
Minas Gerais	62.711	12,81%
Paraná	49.235	10,06%
Rio de Janeiro	39.310	8,03%
Ceará	34.762	7,10%
Goiás	19.206	3,92%
Espírito Santo	14.980	3,06%
Rio Grande do Sul	14.915	3,05%
Pernambuco	12.023	2,46%
Rio Grande do Norte	9.452	1,93%
Bahia	7.595	1,55%
Piauí	3.058	0,62%
Mato Grosso do Sul	2.654	0,54%
Paraíba	2.429	0,50%
Sergipe	2.149	0,44%
Amazonas	1.174	0,24%
Mato Grosso	1.071	0,22%
Pará	894	0,18%
Maranhão	761	0,16%
Distrito Federal	732	0,15%
Rondônia	476	0,10%
Alagoas	365	0,07%
Tocantins	318	0,06%
Amapá	53	0,01%
Acre	43	0,01%
Roraima	19	0,00%
Total	489.562	100 %

2006		
UF	Total	%
São Paulo	150.560	27,75%
Santa Catarina	80.986	14,93%
Minas Gerais	65.690	12,11%
Paraná	57.321	10,57%
Rio de Janeiro	44.940	8,28%
Ceará	37.189	6,85%
Goiás	20.499	3,78%
Rio Grande do Sul	16.760	3,09%
Espírito Santo	15.254	2,81%
Pernambuco	13.839	2,55%
Rio Grande do Norte	11.358	2,09%
Bahia	9.263	1,71%
Mato Grosso do Sul	3.453	0,64%
Piauí	3.317	0,61%
Paraíba	3.062	0,56%
Sergipe	2.205	0,41%
Distrito Federal	1.191	0,22%
Amazonas	1.041	0,19%
Mato Grosso	1.030	0,19%
Pará	882	0,16%
Maranhão	877	0,16%
Rondônia	778	0,14%
Alagoas	454	0,08%
Tocantins	367	0,07%
Acre	128	0,02%
Amapá	65	0,01%
Roraima	23	0,00%
Total	542.532	100 %

2007		
UF	Total	%
São Paulo	157.835	27,15%
Santa Catarina	86.240	14,84%
Minas Gerais	67.923	11,69%
Paraná	63.458	10,92%
Rio de Janeiro	46.680	8,03%
Ceará	41.796	7,19%
Goiás	20.718	3,56%
Rio Grande do Sul	17.936	3,09%
Pernambuco	15.870	2,73%
Rio Grande do Norte	15.787	2,72%
Espírito Santo	15.261	2,63%
Bahia	11.083	1,91%
Mato Grosso do Sul	4.157	0,72%
Piauí	3.557	0,61%
Paraíba	3.026	0,52%
Sergipe	2.256	0,39%
Mato Grosso	1.459	0,25%
Amazonas	1.043	0,18%
Maranhão	1.016	0,17%
Distrito Federal	987	0,17%
Pará	939	0,16%
Alagoas	839	0,14%
Rondônia	762	0,13%
Tocantins	473	0,08%
Acre	93	0,02%
Amapá	60	0,01%
Roraima	21	0,00%
Total	581.275	100 %

2008		
UF	Total	%
São Paulo	160.925	26,52%
Santa Catarina	89.060	14,68%
Minas Gerais	70.045	11,54%
Paraná	67.452	11,12%
Rio de Janeiro	48.829	8,05%
Ceará	46.110	7,60%
Goiás	20.317	3,35%
Rio Grande do Norte	20.276	3,34%
Rio Grande do Sul	19.038	3,14%
Pernambuco	16.435	2,71%
Espírito Santo	14.723	2,43%
Bahia	11.072	1,82%
Mato Grosso do Sul	4.523	0,75%
Piauí	3.913	0,64%
Paraíba	3.415	0,56%
Sergipe	2.408	0,40%
Mato Grosso	1.532	0,25%
Distrito Federal	1.172	0,19%
Amazonas	1.167	0,19%
Maranhão	1.115	0,18%
Pará	987	0,16%
Rondônia	883	0,15%
Alagoas	682	0,11%
Tocantins	463	0,08%
Acre	156	0,03%
Amapá	91	0,01%
Roraima	30	0,00%
Total	606.819	100 %

2009			2010			2011			2012		
UF	Total	%	UF	Total	%	UF	Total	%	UF	Total	%
São Paulo	161.319	26,02%	São Paulo	170.698	25,50%	São Paulo	170.277	25,55%	São Paulo	165.787	25,21%
Santa Catarina	94.827	15,29%	Santa Catarina	102.440	15,31%	Santa Catarina	102.419	15,37%	Santa Catarina	100.792	15,33%
Minas Gerais	69.495	11,21%	Minas Gerais	75.938	11,35%	Minas Gerais	75.315	11,30%	Minas Gerais	73.972	11,25%
Paraná	67.386	10,87%	Paraná	72.382	10,81%	Paraná	71.945	10,79%	Paraná	71.070	10,81%
Rio de Janeiro	51.654	8,33%	Rio de Janeiro	54.680	8,17%	Rio de Janeiro	56.127	8,42%	Rio de Janeiro	55.909	8,50%
Ceará	48.314	7,79%	Ceará	52.816	7,89%	Ceará	51.838	7,78%	Ceará	52.972	8,06%
Goiás	20.657	3,33%	Rio Grande do Norte	22.895	3,42%	Goiás	23.350	3,50%	Goiás	24.661	3,75%
Rio Grande do Norte	20.130	3,25%	Goiás	22.643	3,38%	Rio Grande do Sul	21.440	3,22%	Pernambuco	22.704	3,45%
Rio Grande do Sul	18.965	3,06%	Rio Grande do Sul	21.462	3,21%	Pernambuco	20.721	3,11%	Rio Grande do Sul	20.193	3,07%
Pernambuco	17.456	2,82%	Pernambuco	20.156	3,01%	Rio Grande do Norte	19.513	2,93%	Rio Grande do Norte	17.174	2,61%
Espírito Santo	14.810	2,39%	Espírito Santo	15.110	2,26%	Espírito Santo	15.367	2,31%	Espírito Santo	14.222	2,16%
Bahia	11.223	1,81%	Bahia	11.857	1,77%	Bahia	11.498	1,73%	Bahia	11.326	1,72%
Mato Grosso do Sul	5.389	0,87%	Mato Grosso do Sul	6.726	1,00%	Mato Grosso do Sul	6.582	0,99%	Mato Grosso do Sul	6.336	0,96%
Piauí	4.181	0,67%	Piauí	4.461	0,67%	Piauí	4.363	0,65%	Paraíba	4.317	0,66%
Paraíba	3.754	0,61%	Paraíba	4.056	0,61%	Paraíba	4.275	0,64%	Piauí	4.176	0,64%
Sergipe	2.454	0,40%	Sergipe	2.581	0,39%	Sergipe	2.455	0,37%	Sergipe	2.622	0,40%
Mato Grosso	1.369	0,22%	Mato Grosso	1.502	0,22%	Mato Grosso	1.598	0,24%	Mato Grosso	1.791	0,27%
Pará	1.218	0,20%	Pará	1.215	0,18%	Amazonas	1.391	0,21%	Pará	1.379	0,21%
Distrito Federal	1.187	0,19%	Amazonas	1.210	0,18%	Pará	1.302	0,20%	Amazonas	1.216	0,18%
Amazonas	1.111	0,18%	Distrito Federal	1.183	0,18%	Rondônia	1.175	0,18%	Distrito Federal	1.198	0,18%
Rondônia	938	0,15%	Rondônia	1.078	0,16%	Distrito Federal	1.075	0,16%	Rondônia	1.112	0,17%
Maranhão	784	0,13%	Maranhão	796	0,12%	Maranhão	904	0,14%	Maranhão	1.024	0,16%
Alagoas	694	0,11%	Alagoas	616	0,09%	Alagoas	661	0,10%	Alagoas	695	0,11%
Tocantins	477	0,08%	Tocantins	482	0,07%	Tocantins	516	0,08%	Tocantins	541	0,08%
Acre	126	0,02%	Acre	168	0,03%	Acre	182	0,03%	Acre	178	0,03%
Amapá	94	0,02%	Amapá	100	0,01%	Amapá	129	0,02%	Amapá	112	0,02%
Roraima	41	0,01%	Roraima	66	0,01%	Roraima	48	0,01%	Roraima	45	0,01%
Total	620.053	100 %	Total	669.317	100 %	Total	666.466	100 %	Total	657.524	100 %

2013		
UF	Total	%
São Paulo	165.923	25,00%
Santa Catarina	107.425	16,18%
Minas Gerais	73.371	11,05%
Paraná	71.694	10,80%
Ceará	54.144	8,16%
Rio de Janeiro	53.709	8,09%
Goiás	24.994	3,77%
Pernambuco	23.297	3,51%
Rio Grande do Sul	21.357	3,22%
Rio Grande do Norte	16.587	2,50%
Espírito Santo	14.197	2,14%
Bahia	10.791	1,63%
Mato Grosso do Sul	6.007	0,90%
Paraíba	4.211	0,63%
Piauí	4.084	0,62%
Sergipe	2.732	0,41%
Mato Grosso	1.893	0,29%
Pará	1.336	0,20%
Amazonas	1.262	0,19%
Rondônia	1.181	0,18%
Distrito Federal	1.041	0,16%
Maranhão	917	0,14%
Alagoas	732	0,11%
Tocantins	510	0,08%
Acre	240	0,04%
Amapá	96	0,01%
Roraima	57	0,01%
Total	663.788	100 %

APÊNDICE N- Vínculos empregatícios das cidades catarinenses

2001			2002			2003		
Cidade	Total	%	Cidade	Total	%	Cidade	Total	%
SC-BLUMENAU	7.540	12,77%	SC-JARAGUA DO SUL	8.305	13,28%	SC-JARAGUA DO SUL	7.844	12,20%
SC-JARAGUA DO SUL	6.462	10,94%	SC-BLUMENAU	7.228	11,56%	SC-BLUMENAU	7.230	11,25%
SC-BRUSQUE	3.687	6,24%	SC-BRUSQUE	4.210	6,73%	SC-BRUSQUE	4.308	6,70%
SC-CRICIUMA	3.278	5,55%	SC-CRICIUMA	3.543	5,67%	SC-CRICIUMA	3.655	5,69%
SC-POMERODE	2.863	4,85%	SC-POMERODE	2.973	4,76%	SC-POMERODE	3.068	4,77%
SC-TIMBO	2.623	4,44%	SC-JOINVILLE	2.661	4,26%	SC-JOINVILLE	2.726	4,24%
SC-JOINVILLE	2.433	4,12%	SC-TIMBO	2.606	4,17%	SC-GASPAR	2.630	4,09%
SC-GASPAR	2.393	4,05%	SC-GASPAR	2.426	3,88%	SC-TIMBO	2.555	3,98%
SC-INDAIAL	2.093	3,54%	SC-INDAIAL	2.399	3,84%	SC-INDAIAL	2.397	3,73%
SC-RIO DO SUL	1.295	2,19%	SC-RIO DO SUL	1.341	2,14%	SC-RIO DO SUL	1.545	2,40%
SC-TUBARAO	1.124	1,90%	SC-NOVA VENEZA	1.005	1,61%	SC-TUBARAO	1.181	1,84%
SC-NOVA VENEZA	913	1,55%	SC-GUARAMIRIM	983	1,57%	SC-GUARAMIRIM	1.072	1,67%
SC-GUARAMIRIM	843	1,43%	SC-TUBARAO	863	1,38%	SC-NOVA VENEZA	1.033	1,61%
SC-OUTRAS	21.508	36,42%	SC-OUTRAS	21.977	35,15%	SC-OUTRAS	23.032	35,83%
TOTAL ANUAL	59.055	100,00%	TOTAL ANUAL	62.520	100,00%	TOTAL ANUAL	64.276	100,00%

2004			2005			2006		
Cidade	Total	%	Cidade	Total	%	Cidade	Total	%
SC-JARAGUA DO SUL	8.423	12,02%	SC-BLUMENAU	9.319	12,52%	SC-JARAGUA DO SUL	9.947	12,28%
SC-BLUMENAU	7.479	10,68%	SC-JARAGUA DO SUL	9.002	12,10%	SC-BLUMENAU	9.793	12,09%
SC-BRUSQUE	5.229	7,46%	SC-BRUSQUE	5.743	7,72%	SC-BRUSQUE	6.345	7,83%
SC-CRICIUMA	3.763	5,37%	SC-CRICIUMA	3.991	5,36%	SC-CRICIUMA	3.822	4,72%
SC-GASPAR	2.961	4,23%	SC-POMERODE	2.878	3,87%	SC-GASPAR	3.291	4,06%
SC-POMERODE	2.945	4,20%	SC-GASPAR	2.848	3,83%	SC-JOINVILLE	3.021	3,73%
SC-JOINVILLE	2.694	3,85%	SC-JOINVILLE	2.809	3,78%	SC-POMERODE	2.940	3,63%
SC-INDAIAL	2.644	3,77%	SC-INDAIAL	2.789	3,75%	SC-INDAIAL	2.911	3,59%
SC-TIMBO	2.635	3,76%	SC-TIMBO	2.515	3,38%	SC-TIMBO	2.498	3,08%
SC-RIO DO SUL	1.761	2,51%	SC-RIO DO SUL	1.900	2,55%	SC-RIO DO SUL	2.006	2,48%
SC-ASCURRA	1.442	2,06%	SC-GUARAMIRIM	1.439	1,93%	SC-GUARAMIRIM	1.655	2,04%
SC-GUARAMIRIM	1.261	1,80%	SC-NOVA VENEZA	1.268	1,70%	SC-ASCURRA	1.503	1,86%
SC-NOVA VENEZA	1.160	1,66%	SC-MORRO DA FUMA	1.139	1,53%	SC-NOVA VENEZA	1.273	1,57%
SC-OUTRAS	25.662	36,63%	SC-OUTRAS	26.769	35,98%	SC-OUTRAS	29.981	37,02%
TOTAL ANUAL	70.059	100,00%	TOTAL ANUAL	74.409	100,00%	TOTAL ANUAL	80.986	100,00%

2007			2008			2009		
Cidade	Total	%	Cidade	Total	%	Cidade	Total	%
SC-BLUMENAU	11.469	13,30%	SC-BLUMENAU	11.320	12,71%	SC-BLUMENAU	11.384	12,01%
SC-JARAGUA DO SUL	9.825	11,39%	SC-JARAGUA DO SUL	10.099	11,34%	SC-JARAGUA DO SUL	10.586	11,16%
SC-BRUSQUE	6.395	7,42%	SC-BRUSQUE	6.445	7,24%	SC-BRUSQUE	5.722	6,03%
SC-CRICIUMA	3.856	4,47%	SC-CRICIUMA	3.863	4,34%	SC-CRICIUMA	4.123	4,35%
SC-JOINVILLE	3.521	4,08%	SC-JOINVILLE	3.545	3,98%	SC-GASPAR	3.940	4,15%
SC-GASPAR	3.345	3,88%	SC-GASPAR	3.455	3,88%	SC-INDAIAL	3.931	4,15%
SC-INDAIAL	3.285	3,81%	SC-INDAIAL	3.398	3,82%	SC-JOINVILLE	3.606	3,80%
SC-POMERODE	2.799	3,25%	SC-POMERODE	2.805	3,15%	SC-POMERODE	2.927	3,09%
SC-TIMBO	2.554	2,96%	SC-TIMBO	2.456	2,76%	SC-GUARAMIRIM	2.522	2,66%
SC-RIO DO SUL	2.083	2,42%	SC-RIO DO SUL	2.106	2,36%	SC-TIMBO	2.479	2,61%
SC-GUARAMIRIM	1.921	2,23%	SC-GUARAMIRIM	2.027	2,28%	SC-RIO DO SUL	2.177	2,30%
SC-NOVA VENEZA	1.369	1,59%	SC-NOVA VENEZA	1.405	1,58%	SC-ITAJAI	1.631	1,72%
SC-MORRO DA FUMA	1.268	1,47%	SC-SOMBRIO	1.313	1,47%	SC-NOVA VENEZA	1.589	1,68%
SC-OUTRAS	32.550	37,74%	SC-OUTRAS	34.823	39,10%	SC-OUTRAS	38.210	40,29%
TOTAL ANUAL	86.240	100,00 %	TOTAL ANUAL	89.060	100,00 %	TOTAL ANUAL	94.827	100,00 %

2010			2011			2012		
Cidade	Total	%	Cidade	Total	%	Cidade	Total	%
SC-BLUMENAU	11.949	11,66%	SC-BLUMENAU	11.690	11,41%	SC-BLUMENAU	12.256	12,16%
SC-JARAGUA DO SUL	11.544	11,27%	SC-JARAGUA DO SUL	11.329	11,06%	SC-JARAGUA DO SUL	6.959	6,90%
SC-BRUSQUE	5.956	5,81%	SC-BRUSQUE	5.752	5,62%	SC-BRUSQUE	5.828	5,78%
SC-CRICIUMA	4.385	4,28%	SC-GASPAR	4.423	4,32%	SC-CRICIUMA	4.841	4,80%
SC-GASPAR	4.329	4,23%	SC-CRICIUMA	4.278	4,18%	SC-GASPAR	4.737	4,70%
SC-INDAIAL	3.831	3,74%	SC-INDAIAL	3.730	3,64%	SC-INDAIAL	3.856	3,83%
SC-JOINVILLE	3.544	3,46%	SC-JOINVILLE	3.389	3,31%	SC-JOINVILLE	3.364	3,34%
SC-POMERODE	3.129	3,05%	SC-POMERODE	3.206	3,13%	SC-POMERODE	3.331	3,30%
SC-GUARAMIRIM	2.616	2,55%	SC-RIO DO SUL	2.327	2,27%	SC-GUARAMIRIM	2.564	2,54%
SC-TIMBO	2.458	2,40%	SC-GUARAMIRIM	2.316	2,26%	SC-RIO DO SUL	2.517	2,50%
SC-RIO DO SUL	2.401	2,34%	SC-TIMBO	2.181	2,13%	SC-TIMBO	2.248	2,23%
SC-ITAJAI	1.723	1,68%	SC-NOVA VENEZA	1.893	1,85%	SC-ITAJAI	1.774	1,76%
SC-NOVA VENEZA	1.609	1,57%	SC-ITAJAI	1.715	1,67%	SC-LUIZ ALVES	1.742	1,73%
SC-OUTRAS	42.966	41,94%	SC-OUTRAS	44.190	43,15%	SC-OUTRAS	44.775	44,42%
TOTAL ANUAL	102.440	100,00%	TOTAL ANUAL	102.419	100,00%	TOTAL ANUAL	100.792	100,00%

2013		
Cidade	Total	%
SC-BLUMENAU	12.135	11,30%
SC-JARAGUA DO SUL	11.427	10,64%
SC-BRUSQUE	5.960	5,55%
SC-CRICIUMA	5.025	4,68%
SC-GASPAR	4.819	4,49%
SC-INDAIAL	3.831	3,57%
SC-POMERODE	3.463	3,22%
SC-JOINVILLE	3.344	3,11%
SC-GUARAMIRIM	2.832	2,64%
SC-RIO DO SUL	2.639	2,46%
SC-TIMBO	2.251	2,10%
SC-LUIZ ALVES	1.792	1,67%
SC-ITAJAI	1.773	1,65%
SC-OUTRAS	46.134	42,95%
TOTAL ANUAL	107.425	100,00 %

APÊNDICE O- Cidades dos estados analisados

São Paulo	Santa Catarina	Minas Gerais
SP-ADAMANTINA	SC-ABDON BATISTA	MG-ABADIA DOS
SP-ADOLFO	SC-ABELARDO LUZ	DOURADOS
SP-AGUAI	SC-AGROLANDIA	MG-ABAETE
SP-AGUAS DA PRATA	SC-AGRONOMICA	MG-ABRE CAMPO
SP-AGUAS DE	SC-AGUA DOCE	MG-ACAIACA
LINDOIA	SC-AGUAS DE	MG-ACUCENA
SP-AGUAS DE SANTA	CHAPECO	MG-AGUA BOA
BARBARA	SC-AGUAS FRIAS	MG-AGUA
SP-AGUAS DE SAO	SC-AGUAS MORNAS	COMPRIDA
PEDRO	SC-ALFREDO	MG-AGUANIL
SP-AGUDOS	WAGNER	MG-AGUAS
SP-ALAMBARI	SC-ALTO BELA	FORMOSAS
SP-ALFREDO	VISTA	MG-AGUAS
MARCONDES	SC-ANCHIETA	VERMELHAS
SP-ALTAIR	SC-ANGELINA	MG-AIMORES
SP-ALTINOPOLIS	SC-ANITA	MG-AIURUOCA
SP-ALTO ALEGRE	GARIBALDI	MG-ALAGOA
SP-ALUMINIO	SC-ANITAPOLIS	MG-ALBERTINA
SP-ALVARES	SC-ANTONIO	MG-ALEM PARAIBA
FLORENCE	CARLOS	MG-ALFENAS
SP-ALVARES	SC-APIUNA	MG-ALFREDO
MACHADO	SC-ARABUTA	VASCONCELOS
SP-ALVARO DE	SC-ARAQUARI	MG-ALMENARA
CARVALHO	SC-ARARANGUA	MG-ALPERCATA
SP-ALVINLANDIA	SC-ARMAZEM	MG-ALPINOPOLIS
SP-AMERICANA	SC-ARROIO TRINTA	MG-ALTEROSA
SP-AMERICO	SC-ARVOREDO	MG-ALTO CAPARAO
BRASILIENSE	SC-ASCURRA	MG-ALTO
SP-AMERICO DE	SC-ATALANTA	JEQUITIBA
CAMPOS	SC-AURORA	MG-ALTO RIO DOCE
SP-AMPARO	SC-BALNEARIO	MG-ALVARENGA
SP-ANALANDIA	ARROIO DA SILVA	MG-ALVINOPOLIS
SP-ANDRADINA	SC-BALNEARIO	MG-ALVORADA DE
SP-ANGATUBA	BARRA DO SUL	MINAS
SP-ANHEMBI	SC-BALNEARIO	MG-AMPARO DO
SP-ANHUMAS	CAMBORIU	SERRA
SP-APARECIDA D	SC-BALNEARIO	MG-ANDRADAS
OESTE	GAIVOTA	MG-ANDRELANDIA
SP-APARECIDA	SC-BALNEARIO	MG-ANGELANDIA
SP-APIAI	RINCAO	MG-ANTONIO
SP-ARACARIGUAMA	SC-BANDEIRANTE	CARLOS
SP-ARACATUBA	SC-BARRA BONITA	MG-ANTONIO DIAS
SP-ARACOIABA DA	SC-BARRA VELHA	MG-ANTONIO

SERRA	SC-BELA VISTA DO	PRADO DE MINAS
SP-ARAMINA	TOLDO	MG-ARACAI
SP-ARANDU	SC-BELMONTE	MG-ARACITABA
SP-ARAPEI	SC-BENEDITO NOVO	MG-ARACUAI
SP-ARARAQUARA	SC-BIGUACU	MG-ARAGUARI
SP-ARARAS	SC-BLUMENAU	MG-ARGANTINA
SP-ARCO-IRIS	SC-BOCAINA DO	MG-ARAPONGA
SP-AREALVA	SUL	MG-ARAPORA
SP-AREIAS	SC-BOM JARDIM DA	MG-ARAPUA
SP-AREIOPOLIS	SERRA	MG-ARAUJOS
SP-ARIRANHA	SC-BOM JESUS DO	MG-ARAXA
SP-ARTUR NOGUEIRA	OESTE	MG-ARCEBURGO
SP-ARUJA	SC-BOM JESUS	MG-ARCOS
SP-ASPASIA	SC-BOM RETIRO	MG-AREADO
SP-ASSIS	SC-BOMBINHAS	MG-ARGIRITA
SP-ATIBAIA	SC-BOTUVERA	MG-ARICANDUVA
SP-AURIFLAMA	SC-BRACO DO	MG-ARINOS
SP-AVAI	NORTE	MG-ASTOLFO
SP-AVANHANDAVA	SC-BRACO DO	DUTRA
SP-AVARE	TROMBUDO	MG-ATALEIA
SP-BADY BASSITT	SC-BRUNOPOLIS	MG-AUGUSTO DE
SP-BALBINOS	SC-BRUSQUE	LIMA
SP-BALSAMO	SC-CACADOR	MG-BAEPENDI
SP-BANANAL	SC-CAIBI	MG-BALDIM
SP-BARAO DE	SC-CALMON	MG-BAMBUI
ANTONINA	SC-CAMBORIU	MG-BANDEIRA DO
SP-BARBOSA	SC-CAMPO ALEGRE	SUL
SP-BARIRI	SC-CAMPO BELO DO	MG-BANDEIRA
SP-BARRA BONITA	SUL	MG-BARAO DE
SP-BARRA DO	SC-CAMPO ERE	COCAIS
CHAPEU	SC-CAMPOS NOVOS	MG-BARAO DE
SP-BARRA DO TURVO	SC-CANELINHA	MONTE ALTO
SP-BARRETOS	SC-CANOINHAS	MG-BARBACENA
SP-BARRINHA	SC-CAPAO ALTO	MG-BARRA LONGA
SP-BARUERI	SC-CAPINZAL	MG-BARROSO
SP-BASTOS	SC-CAPIVARI DE	MG-BELA VISTA DE
SP-BATATAIS	BAIXO	MINAS
SP-BAURU	SC-CATANDUVAS	MG-BELMIRO
SP-BEBEDOURO	SC-CAXAMBU DO	BRAGA
SP-BENTO DE ABREU	SUL	MG-BELO
SP-BERNARDINO DE	SC-CELSO RAMOS	HORIZONTE
CAMPOS	SC-CERRO NEGRO	MG-BELO ORIENTE
SP-BERTIOGA	SC-CHAPADAO DO	MG-BELO VALE
SP-BILAC	LAGEADO	MG-BERILIO
SP-BIRIGUI	SC-CHAPECO	MG-BERIZAL

SP-BIRITIBA-MIRIM	SC-COCAL DO SUL	MG-BERTOPOLIS
SP-BOA ESPERANCA DO SUL	SC-CONCORDIA	MG-BETIM
SP-BOCAINA	SC-CORDILHEIRA ALTA	MG-BIAS FORTES
SP-BOFETE	SC-CORONEL FREITAS	MG-BICAS
SP-BOITUVA	SC-CORONEL MARTINS	MG-BIQUINHAS
SP-BOM JESUS DOS PERDOES	SC-CORREIA PINTO	MG-BOA ESPERANCA
SP-BOM SUCESSO DE ITARARE	SC-CORUPA	MG-BOCAINA DE MINAS
SP-BORA	SC-CRICIUMA	MG-BOCAIUVA
SP-BORACEIA	SC-CUNHA PORA	MG-BOM DESPACHO
SP-BORBOREMA	SC-CUNHATAI	MG-BOM JARDIM DE MINAS
SP-BOREBI	SC-CURITIBANOS	MG-BOM JESUS DA PENHA
SP-BOTUCATU	SC-DESCANSO	MG-BOM JESUS DO AMPARO
SP-BRAGANCA PAULISTA	SC-DIONISIO CERQUEIRA	MG-BOM JESUS DO GALHO
SP-BRAUNA	SC-DONA EMMA	MG-BOM REPOUSO
SP-BREJO ALEGRE	SC-DOUTOR PEDRINHO	MG-BOM SUCESSO
SP-BRODOSQUI	SC-ENTRE RIOS	MG-BONFIM
SP-BROTAS	SC-ERMO	MG-BONFINOPOLIS DE MINAS
SP-BURI	SC-ERVAL VELHO	MG-BONITO DE MINAS
SP-BURITAMA	SC-FAXINAL DOS GUEDES	MG-BORDA DA MATA
SP-BURITIZAL	SC-FLOR DO SERTAO	MG-BOTELHOS
SP-CABRALIA PAULISTA	SC-FLORIANOPOLIS	MG-BOTUMIRIM
SP-CABREUVA	SC-FORMOSA DO SUL	MG-BRAS PIRES
SP-CACAPAVA	SC-FORQUILHINHA	MG-BRASILANDIA DE MINAS
SP-CACHOEIRA PAULISTA	SC-FRAIBURGO	MG-BRASILIA DE MINAS
SP-CACONDE	SC-FREI ROGERIO	MG-BRASOPOLIS
SP-CAFELANDIA	SC-GALVAO	MG-BRAUNAS
SP-CAIABU	SC-GAROPABA	MG-BRUMADINHO
SP-CAIEIRAS	SC-GARUVA	MG-BUENO BRANDAO
SP-CAIUVA	SC-GASPAR	MG-BUENOPOLIS
SP-CAJAMAR	SC-GOVERNADOR CELSO RAMOS	MG-BUGRIS
SP-CAJATI	SC-GRAO PARA	MG-BURITIS
SP-CAJOBI	SC-GRAVATAL	MG-BURITIZEIRO
SP-CAJURU	SC-GUABIRUBA	MG-CABECEIRA
SP-CAMPINA DO MONTE ALEGRE	SC-GUARACIABA	
SP-CAMPINAS	SC-GUARAMIRIM	
SP-CAMPO LIMPO PAULISTA	SC-GUARUJA DO	
SP-CAMPOS DO		

JORDAO	SUL	GRANDE
SP-CAMPOS NOVOS	SC-GUATAMBU	MG-CABO VERDE
PAULISTA	SC-HERVAL D	MG-CACHOEIRA DA
SP-CANANEIA	OESTE	PRATA
SP-CANAS	SC-IBIAM	MG-CACHOEIRA DE
SP-CANDIDO MOTA	SC-IBICARE	MINAS
SP-CANDIDO	SC-IBIRAMA	MG-CACHOEIRA DE
RODRIGUES	SC-ICARA	PAJEU
SP-CANITAR	SC-IGNORADO	MG-CACHOEIRA
SP-CAPAO BONITO	SC-ILHOTA	DOURADA
SP-CAPELA DO ALTO	SC-IMARUI	MG-CAETANOPOLIS
SP-CAPIVARI	SC-IMBITUBA	MG-CAETE
SP-	SC-IMBUIA	MG-CAIANA
CARAGUATATUBA	SC-INDAIAL	MG-CAJURI
SP-CARAPICUIBA	SC-IOMERE	MG-CALDAS
SP-CARDOSO	SC-IPIRA	MG-CAMACHO
SP-CASA BRANCA	SC-IPORA DO OESTE	MG-CAMANDUCAIA
SP-CASSIA DOS	SC-IPUACU	MG-CAMBUI
COQUEIROS	SC-IPUMIRIM	MG-CAMBUQUIRA
SP-CASTILHO	SC-IRACEMINHA	MG-CAMPANARIO
SP-CATANDUVA	SC-IRANI	MG-CAMPANHA
SP-CATIGUA	SC-IRATI	MG-CAMPESTRE
SP-CEDRAL	SC-IRINEOPOLIS	MG-CAMPINA
SP-CERQUEIRA	SC-ITA	VERDE
CESAR	SC-ITAIOPOLIS	MG-CAMPO AZUL
SP-CERQUILHO	SC-ITAJAI	MG-CAMPO BELO
SP-CESARIO LANGE	SC-ITAPEMA	MG-CAMPO DO
SP-CHARQUEADA	SC-ITAPIRANGA	MEIO
SP-CHAVANTES	SC-ITAPOA	MG-CAMPO
SP-CLEMENTINA	SC-ITUPORANGA	FLORIDO
SP-COLINA	SC-JABORA	MG-CAMPOS ALTOS
SP-COLOMBIA	SC-JACINTO	MG-CAMPOS
SP-CONCHAL	MACHADO	GERAIS
SP-CONCHAS	SC-JAGUARUNA	MG-CANA VERDE
SP-CORDEIROPOLIS	SC-JARAGUA DO	MG-CANAA
SP-COROADOS	SUL	MG-CANAPOLIS
SP-CORONEL	SC-JARDINOPOLIS	MG-CANDEIAS
MACEDO	SC-JOACABA	MG-CANTAGALO
SP-CORUMBATAI	SC-JOINVILLE	MG-CAPARAO
SP-COSMOPOLIS	SC-JOSE BOITEUX	MG-CAPELA NOVA
SP-COSMORAMA	SC-JUPIA	MG-CAPELINHA
SP-COTIA	SC-LACERDOPOLIS	MG-CAPETINGA
SP-CRAVINHOS	SC-LAGES	MG-CAPIM BRANCO
SP-CRISTAIS	SC-LAGUNA	MG-CAPINOPOLIS
PAULISTA	SC-LAJEADO	MG-CAPITAO

SP-CRUZALIA	GRANDE	ANDRADE
SP-CRUZEIRO	SC-LAURENTINO	MG-CAPITAO ENEAS
SP-CUBATAO	SC-LAURO MULLER	MG-CAPITOLIO
SP-CUNHA	SC-LEBON REGIS	MG-CAPUTIRA
SP-DESCALVADO	SC-LEOBERTO LEAL	MG-CARAI
SP-DIADEMA	SC-LINDOIA DO SUL	MG-CARANAIBA
SP-DIRCE REIS	SC-LONTRAS	MG-CARANDAI
SP-DIVINOLANDIA	SC-LUIZ ALVES	MG-CARANGOLA
SP-DOBRADA	SC-LUZERNA	MG-CARATINGA
SP-DOIS CORREGOS	SC-MACIEIRA	MG-CARBONITA
SP-DOLCINOPOLIS	SC-MAFRA	MG-CAREACU
SP-DOURADO	SC-MAJOR GERCINO	MG-CARLOS
SP-DRACENA	SC-MAJOR VIEIRA	CHAGAS
SP-DUARTINA	SC-MARACAJA	MG-CARMESIA
SP-DUMONT	SC-MARAVILHA	MG-CARMO DA
SP-ECHAPORA	SC-MAREMA	CACHOEIRA
SP-ELDORADO	SC-	MG-CARMO DA
SP-ELIAS FAUSTO	MASSARANDUBA	MATA
SP-ELISIARIO	SC-MATOS COSTA	MG-CARMO DE
SP-EMBAUBA	SC-MELEIRO	MINAS
SP-EMBU	SC-MIRIM DOCE	MG-CARMO DO
SP-EMBU-GUACU	SC-MODELO	CAJURU
SP-EMILIANOPOLIS	SC-MONDAI	MG-CARMO DO
SP-ENGENHEIRO	SC-MONTE CARLO	PARANAIBA
COELHO	SC-MONTE	MG-CARMO DO RIO
SP-ESPIRITO SANTO	CASTELO	CLARO
DO PINHAL	SC-MORRO DA	MG-CARMOPOLIS
SP-ESPIRITO SANTO	FUMACA	DE MINAS
DO TURVO	SC-MORRO GRANDE	MG-CARNEIRINHO
SP-ESTIVA GERBI	SC-NAVEGANTES	MG-CARRANCAS
SP-ESTRELA D OESTE	SC-NOVA ERECHIM	MG-
SP-ESTRELA DO	SC-NOVA	CARVALHOPOLIS
NORTE	ITABERABA	MG-CARVALHOS
SP-EUCLIDES DA	SC-NOVA TRENTO	MG-CASA GRANDE
CUNHA PAULISTA	SC-NOVA VENEZA	MG-CASCALHO
SP-FARTURA	SC-NOVO	RICO
SP-FERNANDO	HORIZONTE	MG-CASSIA
PRESTES	SC-ORLEANS	MG-CATAGUASES
SP-FERNANDOPOLIS	SC-OTACILIO	MG-CATAS ALTAS
SP-FERNAO	COSTA	DA NORUEGA
SP-FERRAZ DE	SC-OURO VERDE	MG-CATAS ALTAS
VASCONCELOS	SC-OURO	MG-CATUJI
SP-FLORA RICA	SC-PAIAL	MG-CATUTI
SP-FLOREAL	SC-PAINEL	MG-CAXAMBU
SP-FLORIDA	SC-PALHOCA	MG-CEDRO DO

PAULISTA	SC-PALMA SOLA	ABAETE
SP-FLORINEA	SC-PALMEIRA	MG-CENTRAL DE
SP-FRANCA	SC-PALMITOS	MINAS
SP-FRANCISCO	SC-PAPANDUVA	MG-CENTRALINA
MORATO	SC-PARAISO	MG-CHACARA
SP-FRANCO DA	SC-PASSO DE	MG-CHALE
ROCHA	TORRES	MG-CHAPADA DO
SP-GABRIEL	SC-PASSOS MAIA	NORTE
MONTEIRO	SC-PAULO LOPES	MG-CHAPADA
SP-GALIA	SC-PEDRAS	GAUCHA
SP-GARCA	GRANDES	MG-CHIADOR
SP-GASTAO VIDIGAL	SC-PENHA	MG-CIPOTANEA
SP-GAVIAO PEIXOTO	SC-PERITIBA	MG-CLARAVAL
SP-GENERAL	SC-PESCARIA	MG-CLARO DOS
SALGADO	BRAVA	POCOES
SP-GETULINA	SC-PETROLANDIA	MG-CLAUDIO
SP-GLICERIO	SC-PICARRAS	MG-COIMBRA
SP-GUACARA	SC-PINHALZINHO	MG-COLUNA
SP-GUAIMBE	SC-PINHEIRO PRETO	MG-COMENDADOR
SP-GUAIRA	SC-PIRATUBA	GOMES
SP-GUAPIACU	SC-PLANALTO	MG-COMERCINHO
SP-GUAPIARA	ALEGRE	MG-CONCEICAO DA
SP-GUARA	SC-POMERODE	APARECIDA
SP-GUARACAI	SC-PONTE ALTA DO	MG-CONCEICAO DA
SP-GUARACI	NORTE	BARRA DE MINAS
SP-GUARANI D OESTE	SC-PONTE ALTA	MG-CONCEICAO
SP-GUARANTA	SC-PONTE SERRADA	DAS ALAGOAS
SP-GUARARAPES	SC-PORTO BELO	MG-CONCEICAO
SP-GUARAREMA	SC-PORTO UNIAO	DAS PEDRAS
SP-GUARATINGUETA	SC-POUSO	MG-CONCEICAO DE
SP-GUAREI	REDONDO	IPANEMA
SP-GUARIBA	SC-PRAIA GRANDE	MG-CONCEICAO DO
SP-GUARUJA	SC-PRESIDENTE	MATO DENTRO
SP-GUARULHOS	CASTELO BRANCO	MG-CONCEICAO DO
SP-GUATAPARA	SC-PRESIDENTE	PARA
SP-GUZOLANDIA	GETULIO	MG-CONCEICAO DO
SP-HERCULANDIA	SC-PRESIDENTE	RIO VERDE
SP-HOLAMBRA	NEREU	MG-CONCEICAO
SP-HORTOLANDIA	SC-PRINCESA	DOS OUROS
SP-IACANGA	SC-QUILOMBO	MG-CONEGO
SP-IACRI	SC-RANCHO	MARINHO
SP-IARAS	QUEIMADO	MG-CONFINS
SP-IBATE	SC-RIO DAS ANTAS	MG-CONGONHAL
SP-IBIRA	SC-RIO DO CAMPO	MG-CONGONHAS
SP-IBIRAREMA	SC-RIO DO OESTE	DO NORTE

SP-IBITINGA	SC-RIO DO SUL	MG-CONGONHAS
SP-IBIUNA	SC-RIO DOS CEDROS	MG-CONQUISTA
SP-ICEM	SC-RIO FORTUNA	MG-CONSELHEIRO
SP-IEPE	SC-RIO NEGRINHO	LAFAIETE
SP-IGARACU DO	SC-RIO RUFINO	MG-CONSELHEIRO
TIETE	SC-RIQUEZA	PENA
SP-IGARAPAVA	SC-RODEIO	MG-CONSOLACAO
SP-IGARATA	SC-ROMELANDIA	MG-CONTAGEM
SP-IGNORADO	SC-SALETE	MG-COQUEIRAL
SP-IGUAPE	SC-SALTINHO	MG-CORACAO DE
SP-ILHA COMPRIDA	SC-SALTO VELOSO	JESUS
SP-ILHA SOLTEIRA	SC-SANGAO	MG-CORDISBURGO
SP-ILHABELA	SC-SANTA CECILIA	MG-CORDISLANDIA
SP-INDAIATUBA	SC-SANTA HELENA	MG-CORINTO
SP-INDIANA	SC-SANTA ROSA DE	MG-COROACI
SP-INDIAPORA	LIMA	MG-COROMANDEL
SP-INUBIA PAULISTA	SC-SANTA ROSA DO	MG-CORONEL
SP-IPAUCU	SUL	FABRICIANO
SP-IPERO	SC-SANTA	MG-CORONEL
SP-IPEUNA	TEREZINHA DO	MURTA
SP-IPIGUA	PROGRESSO	MG-CORONEL
SP-IPORANGA	SC-SANTA	PACHECO
SP-IPUA	TEREZINHA	MG-CORONEL
SP-IRACEMAPOLIS	SC-SANTIAGO DO	XAVIER CHAVES
SP-IRAPUA	SUL	MG-CORREGO
SP-IRAPURU	SC-SANTO AMARO	DANTA
SP-ITABERA	DA IMPERATRIZ	MG-CORREGO DO
SP-ITAI	SC-SAO BENTO DO	BOM JESUS
SP-ITAJOBI	SUL	MG-CORREGO
SP-ITAJU	SC-SAO	FUNDO
SP-ITANHAEM	BERNARDINO	MG-CORREGO
SP-ITAOCA	SC-SAO BONIFACIO	NOVO
SP-ITAPECERICA DA	SC-SAO CARLOS	MG-COUTO DE
SERRA	SC-SAO CRISTOVAO	MAGALHAES DE
SP-ITAPETININGA	DO SUL	MINAS
SP-ITAPEVA	SC-SAO DOMINGOS	MG-CRISOLITA
SP-ITAPEVI	SC-SAO FRANCISCO	MG-CRISTAIS
SP-ITAPIRA	DO SUL	MG-CRISTALIA
SP-ITAPIRAPUA	SC-SAO JOAO	MG-CRISTIANO
PAULISTA	BATISTA	OTONI
SP-ITAPOLIS	SC-SAO JOAO DO	MG-CRISTINA
SP-ITAPORANGA	ITAPERIU	MG-CRUCILANDIA
SP-ITAPUI	SC-SAO JOAO DO	MG-CRUZEIRO DA
SP-ITAPURA	OESTE	FORTALEZA
SP-	SC-SAO JOAO DO	MG-CRUZILIA

ITAQUAQUECETUBA	SUL	MG-CUPARAQUE
SP-ITARARE	SC-SAO JOAQUIM	MG-CURRAL DE
SP-ITARIRI	SC-SAO JOSE DO	DENTRO
SP-ITATIBA	CEDRO	MG-CURVELO
SP-ITATINGA	SC-SAO JOSE DO	MG-DATAS
SP-ITIRAPINA	CERRITO	MG-DELFIM
SP-ITIRAPUA	SC-SAO JOSE	MOREIRA
SP-ITOBI	SC-SAO LOURENCO	MG-DELFINOPOLIS
SP-ITU	DO OESTE	MG-DELTA
SP-ITUPEVA	SC-SAO LUDGERO	MG-DESCOBERTO
SP-ITUVERAVA	SC-SAO MARTINHO	MG-DESTERRO DE
SP-JABORANDI	SC-SAO MIGUEL D	ENTRE RIOS
SP-JABOTICABAL	OESTE	MG-DESTERRO DO
SP-JACAREI	SC-SAO MIGUEL DA	MELO
SP-JACI	BOA VISTA	MG-DIAMANTINA
SP-JACUPIRANGA	SC-SAO PEDRO DE	MG-DIOGO DE
SP-JAGUARIUNA	ALCANTARA	VASCONCELOS
SP-JALES	SC-SAUDADES	MG-DIONISIO
SP-JAMBEIRO	SC-SCHROEDER	MG-DIVINESIA
SP-JANDIRA	SC-SEARA	MG-DIVINO DAS
SP-JARDINOPOLIS	SC-SERRA ALTA	LARANJEIRAS
SP-JARINU	SC-SIDEROPOLIS	MG-DIVINO
SP-JAU	SC-SOMBRIO	MG-DIVINOLANDIA
SP-JERIQUARA	SC-SUL BRASIL	DE MINAS
SP-JOANOPOLIS	SC-TAIO	MG-DIVINOPOLIS
SP-JOAO RAMALHO	SC-TANGARA	MG-DIVISA ALEGRE
SP-JOSE BONIFACIO	SC-TIGRINHOS	MG-DIVISA NOVA
SP-JULIO MESQUITA	SC-TIJUCAS	MG-DIVISOPOLIS
SP-JUMIRIM	SC-TIMBE DO SUL	MG-DOM BOSCO
SP-JUNDIAI	SC-TIMBO GRANDE	MG-DOM CAVATI
SP-JUNQUEIROPOLIS	SC-TIMBO	MG-DOM JOAQUIM
SP-JUQUIA	SC-TRES BARRAS	MG-DOM SILVERIO
SP-JUQUITIBA	SC-TREVISO	MG-DOM VICOSO
SP-LAGOINHA	SC-TREZE DE MAIO	MG-DONA EUZEBIA
SP-LARANJAL	SC-TREZE TILIAS	MG-DORES DE
PAULISTA	SC-TROMBUDO	CAMPOS
SP-LAVINIA	CENTRAL	MG-DORES DE
SP-LAVRINHAS	SC-TUBARAO	GUANHAES
SP-LEME	SC-TUNAPOLIS	MG-DORES DO
SP-LENCOIS	SC-TURVO	INDAIA
PAULISTA	SC-UNIAO DO	MG-DORES DO
SP-LIMEIRA	OESTE	TURVO
SP-LINDOIA	SC-URUBICI	MG-DORESOPOLIS
SP-LINS	SC-URUPEMA	MG-
SP-LORENA	SC-URUSSANGA	DOURADOQUARA

SP-LOURDES SP-LOUVEIRA SP-LUCELIA SP-LUCIANOPOLIS SP-LUIS ANTONIO SP-LUIZIANIA SP-LUPERCIO SP-LUTECIA SP-MACATUBA SP-MACAUBAL SP-MACEDONIA SP-MAGDA SP-MAIRINQUE SP-MAIRIPORA SP-MANDURI SP-MARABA PAULISTA SP-MARACAI SP-MARAPOAMA SP-MARIAPOLIS SP-MARILIA SP-MARINOPOLIS SP-MARTINOPOLIS SP-MATAO SP-MAUA SP-MENDONCA SP-MERIDIANO SP-MESOPOLIS SP-MIGUELOPOLIS SP-MINEIROS DO TIETE SP-MIRA ESTRELA SP-MIRACATU SP-MIRANDOPOLIS SP-MIRANTE DO PARANAPANEMA SP-MIRASSOL SP-MIRASSOLANDIA SP-MOCOCA SP-MOGI DAS CRUZES SP-MOGI-GUACU SP-MOJI-MIRIM SP-MOMBUCA SP-MONCOES	SC-VARGEAO SC-VARGEM BONITA SC-VARGEM SC-VIDAL RAMOS SC-VIDEIRA SC-VITOR MEIRELES SC-WITMARSUM SC-XANXERE SC-XAVANTINA SC-XAXIM SC-ZORTEA	MG-DURANDE MG-ELOI MENDES MG-ENGENHEIRO CALDAS MG-ENGENHEIRO NAVARRO MG-ENTRE FOLHAS MG-ENTRE RIOS DE MINAS MG-ERVALIA MG-ESMERALDAS MG-ESPERA FELIZ MG-ESPINOSA MG-ESPIRITO SANTO DO DOURADO MG-ESTIVA MG-ESTRELA DALVA MG-ESTRELA DO INDAIA MG-ESTRELA DO SUL MG-EUGENOPOLIS MG-EWBANK DA CAMARA MG-EXTREMA MG-FAMA MG-FARIA LEMOS MG-FELICIO DOS SANTOS MG-FELISBURGO MG-FELIXLANDIA MG-FERNANDES TOURINHO MG-FERROS MG-FERVEDOURO MG-FLORESTAL MG-FORMIGA MG-FORMOSO MG-FORTALEZA DE MINAS MG-FORTUNA DE MINAS MG-FRANCISCO
--	--	---

SP-MONGAGUA SP-MONTE ALEGRE DO SUL SP-MONTE ALTO SP-MONTE APRAZIVEL SP-MONTE AZUL PAULISTA SP-MONTE CASTELO SP-MONTE MOR SP-MONTEIRO LOBATO SP-MORRO AGUDO SP-MORUNGABA SP-MOTUCA SP-MURUTINGA DO SUL SP-NANTES SP-NARANDIBA SP-NATIVIDADE DA SERRA SP-NAZARE PAULISTA SP-NEVES PAULISTA SP-NHANDEARA SP-NIPOA SP-NOVA ALIANCA SP-NOVA CAMPINA SP-NOVA CANAA PAULISTA SP-NOVA CASTILHO SP-NOVA EUROPA SP-NOVA GRANADA SP-NOVA GUATAPORANGA SP-NOVA INDEPENDENCIA SP-NOVA LUZITANIA SP-NOVA ODESSA SP-NOVAIS SP-NOVO HORIZONTE SP-NUPORANGA SP-OCAUCU SP-OLEO SP-OLIMPIA		BADARO MG-FRANCISCO DUMONT MG-FRANCISCO SA MG- FRANCISCPOLIS MG-FREI GASPAR MG-FREI INOCENCIO MG-FREI LAGONEGRO MG-FRONTEIRA DOS VALES MG-FRONTEIRA MG-FRUTA DE LEITE MG-FRUTAL MG-FUNILANDIA MG-GALILEIA MG-GAMELEIRAS MG-GLAUCILANDIA MG-GOIABEIRA MG-GOIANA MG-GONCALVES MG-GONZAGA MG-GOUVEA MG-GOVERNADOR VALADARES MG-GRAO MOGOL MG-GRUPIARA MG-GUANHAES MG-GUAPE MG-GUARACIABA MG-GUARACIAMA MG-GUARANESIA MG-GUARANI MG-GUARARA MG-GUARDA-MOR MG-GUAXUPE MG-GUIDOVAL MG-GUIMARANIA MG-GUIRCEMA MG-GURINHATA MG-HELIODORA MG-IAPU
---	--	--

SP-ONDA VERDE SP-ORIENTE SP-ORINDIUA SP-ORLANDIA SP-OSASCO SP-OSCAR BRESSANE SP-OSVALDO CRUZ SP-OURINHOS SP-OURO VERDE SP-OUROESTE SP-PACAEMBU SP-PALESTINA SP-PALMARES PAULISTA SP-PALMEIRA D OESTE SP-PALMITAL SP-PANORAMA SP-PARAGUACU PAULISTA SP-PARAIBUNA SP-PARAISO SP-PARANAPANEMA SP-PARANAPUA SP-PARAPUA SP-PARDINHO SP-PARIQUERA-ACU SP-PARISI SP-PATROCINIO PAULISTA SP-PAULICEIA SP-PAULINIA SP-PAULISTANIA SP-PAULO DE FARIA SP-PEDERNEIRAS SP-PEDRA BELA SP-PEDRANOPOLIS SP-PEDREGULHO SP-PEDREIRA SP-PEDRINHAS PAULISTA SP-PEDRO DE TOLEDO SP-PENAPOLIS SP-PEREIRA		MG-IBERTIOGA MG-IBIA MG-IBIAI MG-IBIRACATU MG-IBIRACI MG-IBIRITE MG-IBITIURA DE MINAS MG-IBITURUNA MG-ICARAI DE MINAS MG-IGARAPE MG-IGARATINGA MG-IGNORADO MG-IGUATAMA MG-IJACI MG-ILICINEA MG-IMBE DE MINAS MG- INCONFIDENTES MG-INDAIABIRA MG-INDIANOPOLIS MG-INGAI MG-INHAPIM MG-INHAUMA MG-INIMUTABA MG-IPABA MG-IPANEMA MG-IPATINGA MG-IPIACU MG-IPUIUNA MG-IRAI DE MINAS MG-ITABIRA MG-ITABIRINHA DE MANTENA MG-ITABIRITO MG-ITACAMBIRA MG-ITACARAMBI MG-ITAGUARA MG-ITAPE MG-ITAJUBA MG-ITAMARANDIBA MG-ITAMARATI DE MINAS MG-ITAMBACURI
--	--	---

BARRETO SP-PEREIRAS SP-PERUIBE SP-PIACATU SP-PIEDADE SP-PILAR DO SUL SP- PINDAMONHANGABA SP-PINDORAMA SP-PINHALZINHO SP-PIQUEROBI SP-PIQUETE SP-PIRACAIA SP-PIRACICABA SP-PIRAJU SP-PIRAJUI SP-PIRANGI SP-PIRAPORA DO BOM JESUS SP-PIRAPOZINHO SP-PIRASSUNUNGA SP-PIRATININGA SP-PITANGUEIRAS SP-PLANALTO SP-PLATINA SP-POA SP-POLONI SP-POMPEIA SP-PONGAI SP-PONTAL SP-PONTALINDA SP-PONTES GESTAL SP-POPULINA SP-PORANGABA SP-PORTO FELIZ SP-PORTO FERREIRA SP-POTIM SP-POTIRENDABA SP-PRACINHA SP-PRADOPOLIS SP-PRAIA GRANDE SP-PRATANIA SP-PRESIDENTE ALVES SP-PRESIDENTE		MG-ITAMBE DO MATO DENTRO MG-ITAMOGI MG-ITAMONTE MG-ITANHANDU MG-ITANHOMI MG-ITAQBIM MG-ITAPAGIPE MG-ITAPECERICA MG-ITAPEVA MG-ITATIAIUCU MG-ITAU DE MINAS MG-ITAUNA MG-ITAVERRA MG-ITINGA MG-ITUETA MG-ITUIUTABA MG-ITUMIRIM MG-ITURAMA MG-ITUTINGA MG- JABOTICATUBAS MG-JACINTO MG-JACUI MG-JACUTINGA MG-JAGUARACU MG-JAIBA MG-JAMPRUCA MG-JANAUBA MG-JANUARIA MG-JAPARAIBA MG-JAPONVAR MG-JECEABA MG-JENIPAPO DE MINAS MG-JEQUERI MG-JEQUITAI MG-JEQUITIBA MG- JEQUITINHONHA MG-JESUANIA MG-JOAIMA MG-JOANESIA MG-JOAO MONLEVADE
---	--	--

BERNARDES SP-PRESIDENTE EPITACIO SP-PRESIDENTE PRUDENTE SP-PRESIDENTE VENCESLAU SP-PROMISSAO SP-QUADRA SP-QUATA SP-QUEIROZ SP-QUELUZ SP-QUINTANA SP-RAFARD SP-RANCHARIA SP-REDENCAO DA SERRA SP-REGENTE FEIJO SP-REGINOPOLIS SP-REGISTRO SP-RESTINGA SP-RIBEIRA SP-RIBEIRAO BONITO SP-RIBEIRAO BRANCO SP-RIBEIRAO CORRENTE SP-RIBEIRAO DO SUL SP-RIBEIRAO DOS INDIOS SP-RIBEIRAO GRANDE SP-RIBEIRAO PIRES SP-RIBEIRAO PRETO SP-RIFAINA SP-RINCAO SP-RINOPOLIS SP-RIO CLARO SP-RIO DAS PEDRAS SP-RIO GRANDE DA SERRA SP-RIOLANDIA SP-RIVERSUL SP-ROSANA SP-ROSEIRA		MG-JOAO PINHEIRO MG-JOAQUIM FELICIO MG-JORDANIA MG-JOSE GONCALVES DE MINAS MG-JOSE RAYDAN MG-JOSENOPOLIS MG-JUATUBA MG-JUIZ DE FORA MG-JURAMENTO MG-JURUAIA MG-JUVENILIA MG-LADAINHA MG-LAGAMAR MG-LAGOA DA PRATA MG-LAGOA DOS PATOS MG-LAGOA DOURADA MG-LAGOA FORMOSA MG-LAGOA GRANDE MG-LAGOA SANTA MG-LAJINHA MG-LAMBARI MG-LAMIM MG-LARANJAL MG-LASSANCE MG-LAVRAS MG-LEANDRO FERREIRA MG-LEME DO PRADO MG-LEOPOLDINA MG-LIBERDADE MG-LIMA DUARTE MG-LIMEIRA DO OESTE MG-LONTRA MG-LUISBURGO MG-LUISLANDIA
---	--	--

SP-RUBIACEA SP-RUBINEIA SP-SABINO SP-SAGRES SP-SALES OLIVEIRA SP-SALES SP-SALESOPOLIS SP-SALMOURAO SP-SALTINHO SP-SALTO DE PIRAPORA SP-SALTO GRANDE SP-SALTO SP-SANDOVALINA SP-SANTA ADELIA SP-SANTA ALBERTINA SP-SANTA BARBARA D OESTE SP-SANTA BRANCA SP-SANTA CLARA D OESTE SP-SANTA CRUZ DA CONCEICAO SP-SANTA CRUZ DA ESPERANCA SP-SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS SP-SANTA CRUZ DO RIO PARDO SP-SANTA ERNESTINA SP-SANTA FE DO SUL SP-SANTA GERTRUDES SP-SANTA ISABEL SP-SANTA LUCIA SP-SANTA MARIA DA SERRA SP-SANTA MERCEDES SP-SANTA RITA D OESTE SP-SANTA RITA DO PASSA QUATRO SP-SANTA ROSA DE		MG-LUMINARIAS MG-LUZ MG-MACHACALIS MG-MACHADO MG-MADRE DE DEUS DE MINAS MG-MALACACHETA MG-MAMONAS MG-MANGA MG-MANHUACU MG-MANHUMIRIM MG-MANTENA MG-MAR DE ESPANHA MG-MARAVILHAS MG-MARIA DA FE MG-MARIANA MG-MARILAC MG-MARIO CAMPOS MG-MARIPA DE MINAS MG-MARLIERIA MG- MARMELOPOLIS MG-MARTINHO CAMPOS MG-MARTINS SOARES MG-MATA VERDE MG-MATERLANDIA MG-MATEUS LEME MG-MATHIAS LOBATO MG-MATIAS BARBOSA MG-MATIAS CARDOSO MG-MATIPO MG-MATO VERDE MG-MATOZINHOS MG-MATUTINA MG-MEDEIROS MG-MEDINA MG-MENDES PIMENTEL
--	--	---

<p>VITERBO SP-SANTA SALETE SP-SANTANA DA PONTE PENSA SP-SANTANA DE PARNAIBA SP-SANTO ANASTACIO SP-SANTO ANDRE SP-SANTO ANTONIO DA ALEGRIA SP-SANTO ANTONIO DE POSSE SP-SANTO ANTONIO DO ARACANGUA SP-SANTO ANTONIO DO JARDIM SP-SANTO ANTONIO DO PINHAL SP-SANTO EXPEDITO SP-SANTOPOLIS DO AGUAPEI SP-SANTOS SP-SAO BENTO DO SAPUCAI SP-SAO BERNARDO DO CAMPO SP-SAO CAETANO DO SUL SP-SAO CARLOS SP-SAO FRANCISCO SP-SAO JOAO DA BOA VISTA SP-SAO JOAO DAS DUAS PONTES SP-SAO JOAO DE IRACEMA SP-SAO JOAO DO PAU D ALHO SP-SAO JOAQUIM DA BARRA SP-SAO JOSE DA BELA VISTA SP-SAO JOSE DO BARREIRO</p>		<p>MG-MERCES MG-MESQUITA MG-MINAS NOVAS MG-MINDURI MG-MIRABELA MG-MIRADOURO MG-MIRAI MG-MIRAVANIA MG-MOEDA MG-MOEMA MG-MONJOLOS MG-MONSENHOR PAULO MG-MONTALVANIA MG-MONTE ALEGRE DE MINAS MG-MONTE AZUL MG-MONTE BELO MG-MONTE CARMELO MG-MONTE FORMOSO MG-MONTE SANTO DE MINAS MG-MONTE SIAO MG-MONTES CLAROS MG-MONTEZUMA MG-MORADA NOVA DE MINAS MG-MORRO DA GARCA MG-MORRO DO PILAR MG-MUNHOZ MG-MURIAE MG-MUTUM MG-MUZAMBINHO MG-NACIP RAYDAN MG-NANUQUE MG-NAQUE MG-NATALANDIA MG-NATERCIA MG-NAZARENO MG-NEPOMUCENO</p>
--	--	---

SP-SAO JOSE DO RIO PARDO SP-SAO JOSE DO RIO PRETO SP-SAO JOSE DOS CAMPOS SP-SAO LOURENCO DA SERRA SP-SAO LUIS DO PARAITINGA SP-SAO MANUEL SP-SAO MIGUEL ARCANJO SP-SAO PAULO SP-SAO PEDRO DO TURVO SP-SAO PEDRO SP-SAO ROQUE SP-SAO SEBASTIAO DA GRAMA SP-SAO SEBASTIAO SP-SAO SIMAO SP-SAO VICENTE SP-SARAPUI SP-SARUTAIA SP- SEBASTIANOPOLIS DO SUL SP-SERRA AZUL SP-SERRA NEGRA SP-SERRANA SP-SERTAOZINHO SP-SETE BARRAS SP-SEVERINIA SP-SILVEIRAS SP-SOCORRO SP-SOROCABA SP-SUD MENNUCCI SP-SUMARE SP-SUZANAPOLIS SP-SUZANO SP-TABAPUA SP-TABATINGA SP-TABOAO DA SERRA		MG-NINHEIRA MG-NOVA BELEM MG-NOVA ERA MG-NOVA LIMA MG-NOVA MODICA MG-NOVA PONTE MG-NOVA PORTEIRINHA MG-NOVA RESENDE MG-NOVA SERRANA MG-NOVA UNIAO MG-NOVO CRUZEIRO MG-NOVO ORIENTE DE MINAS MG-NOVORIZONTE MG-OLARIA MG-OLHOS D AGUA MG-OLIMPIO NORONHA MG-OLIVEIRA FORTES MG-OLIVEIRA MG-ONCA DE PITANGUI MG-ORATORIOS MG-ORIZANIA MG-OURO BRANCO MG-OURO FINO MG-OURO PRETO MG-OURO VERDE DE MINAS MG-PADRE CARVALHO MG-PADRE PARAISO MG-PAI PEDRO MG-PAINEIRAS MG-PAINS MG-PAIVA MG-PALMA MG-PALMOPOLIS MG-PAPAGAIOS MG-PARA DE MINAS MG-PARACATU MG-PARAGUACU
--	--	---

SP-TACIBA SP-TAGUAI SP-TAIACU SP-TAIUVA SP-TAMBAU SP-TANABI SP-TAPIRAI SP-TAPIRATIBA SP-TAQUARAL SP-TAQUARITINGA SP-TAQUARITUBA SP-TAQUARIVAI SP-TARABAI SP-TARUMA SP-TATUI SP-TAUBATE SP-TEJUPA SP-TEODORO SAMPAIO SP-TERRA ROXA SP-TIETE SP-TIMBURI SP-TORRE DE PEDRA SP-TORRINHA SP-TRABIJU SP-TREMEMBE SP-TRES FRONTEIRAS SP-TUIUTI SP-TUPA SP-TUPI PAULISTA SP-TURIUBA SP-TURMALINA SP-UBARANA SP-UBATUBA SP-UBIRAJARA SP-UCHOA SP-UNIAO PAULISTA SP-URANIA SP-URU SP-URUPES SP-VALENTIM GENTIL SP-VALINHOS SP-VALPARAISO SP-VARGEM GRANDE		MG-PARAISOPOLIS MG-PARAOPEBA MG-PASSA QUATRO MG-PASSA TEMPO MG-PASSA VINTE MG-PASSABEM MG-PASSOS MG-PATIS MG-PATOS DE MINAS MG-PATROCINIO DO MURIAE MG-PATROCINIO MG-PAULA CANDIDO MG-PAULISTAS MG-PAVAO MG-PECANHA MG-PEDRA AZUL MG-PEDRA BONITA MG-PEDRA DO ANTA MG-PEDRA DO INDAIA MG-PEDRA DOURADA MG-PEDRALVA MG-PEDRAS DE MARIA DA CRUZ MG-PEDRINOPOLIS MG-PEDRO LEOPOLDO MG-PEDRO TEIXEIRA MG-PEQUERI MG-PEQUI MG-PERDIGAO MG-PERDIZES MG-PERDOES MG-PERQUITO MG-PESCADOR MG-PIAU MG-PIEDADE DE CARATINGA MG-PIEDADE DE
---	--	--

<p>DO SUL SP-VARGEM GRANDE PAULISTA SP-VARGEM SP-VARZEA PAULISTA SP-VERA CRUZ SP-VINHEDO SP-VIRADOURO SP-VISTA ALEGRE DO ALTO SP-VITORIA BRASIL SP-VOTORANTIM SP-VOTUPORANGA SP-ZACARIAS</p>		<p>PONTE NOVA MG-PIEDADE DO RIO GRANDE MG-PIEDADE DOS GERAIS MG-PIMENTA MG-PINGO D AGUA MG-PINTOPOLIS MG-PIRACEMA MG-PIRAJUBA MG-PIRANGA MG-PIRANGUCU MG-PIRANGUINHO MG-PIRAPETINGA MG-PIRAPORA MG-PIRAUBA MG-PITANGUI MG-PIUMHI MG-PLANURA MG-POCO FUNDO MG-POCOS DE CALDAS MG-POCRANE MG-POMPEU MG-PONTE NOVA MG-PONTO CHIQUE MG-PONTO DOS VOLANTES MG-PORTEIRINHA MG-PORTO FIRME MG-POTE MG-POUSO ALEGRE MG-POUSO ALTO MG-PRADOS MG-PRATA MG-PRATAPOLIS MG-PRATINHA MG-PRESIDENTE BERNARDES MG-PRESIDENTE JUSCELINO MG-PRESIDENTE KUBITSCHEK MG-PRESIDENTE OLEGARIO</p>
---	--	--

		MG-PRUDENTE DE MORAIS MG-QUARTEL GERAL MG-QUELUZITA MG-RAPOSOS MG-RAUL SOARES MG-RECREIO MG-REDUTO MG-RESENDE COSTA MG-RESPLENDOR MG-RESSAQUINHA MG-RIACHINHO MG-RIACHO DOS MACHADOS MG-RIBEIRAO DAS NEVES MG-RIBEIRAO VERMELHO MG-RIO ACIMA MG-RIO CASCA MG-RIO DO PRADO MG-RIO DOCE MG-RIO ESPERA MG-RIO MANSO MG-RIO NOVO MG-RIO PARANAIBA MG-RIO PARDO DE MINAS MG-RIO PIRACICABA MG-RIO POMBA MG-RIO PRETO MG-RIO VERMELHO MG-RITAPOLIS MG-ROCHEDO DE MINAS MG-RODEIRO MG-ROMARIA MG-ROSARIO DA LIMEIRA MG-RUBELITA MG-RUBIM MG-SABARA
--	--	---

		MG-SABINOPOLIS MG-SACRAMENTO MG-SALINAS MG-SALTO DA DIVISA MG-SANTA BARBARA DO LESTE MG-SANTA BARBARA DO MONTE VERDE MG-SANTA BARBARA DO TUGURIO MG-SANTA BARBARA MG-SANTA CRUZ DE MINAS MG-SANTA CRUZ DE SALINAS MG-SANTA CRUZ DO ESCALVADO MG-SANTA EFIGENIA DE MINAS MG-SANTA FE DE MINAS MG-SANTA HELENA DE MINAS MG-SANTA JULIANA MG-SANTA LUZIA MG-SANTA MARGARIDA MG-SANTA MARIA DE ITABIRA MG-SANTA MARIA DO SALTO MG-SANTA MARIA DO SUACUI MG-SANTA RITA DE CALDAS MG-SANTA RITA DE JACUTINGA MG-SANTA RITA DE MINAS MG-SANTA RITA DO IBITIPOCA
--	--	--

		MG-SANTA RITA DO ITUETO MG-SANTA RITA DO SAPUCAI MG-SANTA ROSA DA SERRA MG-SANTA VITORIA MG-SANTANA DA VARGEM MG-SANTANA DE CATAGUASES MG-SANTANA DE PIRAPAMA MG-SANTANA DO DESERTO MG-SANTANA DO GARAMBEU MG-SANTANA DO JACARE MG-SANTANA DO MANHUACU MG-SANTANA DO PARAISO MG-SANTANA DO RIACHO MG-SANTANA DOS MONTES MG-SANTO ANTONIO DO AMPARO MG-SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO MG-SANTO ANTONIO DO GRAMA MG-SANTO ANTONIO DO ITAMBE MG-SANTO ANTONIO DO JACINTO MG-SANTO ANTONIO DO MONTE
--	--	---

		MG-SANTO ANTONIO DO RETIRO MG-SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO MG-SANTO HIPOLITO MG-SANTOS DUMONT MG-SAO BENTO ABADE MG-SAO BRAS DO SUACUI MG-SAO DOMINGOS DAS DORES MG-SAO DOMINGOS DO PRATA MG-SAO FELIX DE MINAS MG-SAO FRANCISCO DE PAULA MG-SAO FRANCISCO DE SALES MG-SAO FRANCISCO DO GLORIA MG-SAO FRANCISCO MG-SAO GERALDO DA PIEDADE MG-SAO GERALDO DO BAIXIO MG-SAO GERALDO MG-SAO GONCALO DO ABAETE MG-SAO GONCALO DO PARA MG-SAO GONCALO DO RIO ABAIXO MG-SAO GONCALO DO RIO PRETO MG-SAO GONCALO
--	--	--

		DO SAPUCAI MG-SAO GOTARDO MG-SAO JOAO BATISTA DO GLORIA MG-SAO JOAO DA LAGOA MG-SAO JOAO DA MATA MG-SAO JOAO DA PONTE MG-SAO JOAO DAS MISSOES MG-SAO JOAO DEL REI MG-SAO JOAO DO MANHUACU MG-SAO JOAO DO MANTENINHA MG-SAO JOAO DO ORIENTE MG-SAO JOAO DO PACUI MG-SAO JOAO DO PARAISO MG-SAO JOAO EVANGELISTA MG-SAO JOAO NEPOMUCENO MG-SAO JOAQUIM DE BICAS MG-SAO JOSE DA BARRA MG-SAO JOSE DA LAPA MG-SAO JOSE DA SAFIRA MG-SAO JOSE DA VARGINHA MG-SAO JOSE DO ALEGRE MG-SAO JOSE DO DIVINO MG-SAO JOSE DO GOIABAL
--	--	---

		MG-SAO JOSE DO JACURI MG-SAO JOSE DO MANTIMENTO MG-SAO LOURENCO MG-SAO MIGUEL DO ANTA MG-SAO PEDRO DA UNIAO MG-SAO PEDRO DO SUACUI MG-SAO PEDRO DOS FERROS MG-SAO ROMAO MG-SAO ROQUE DE MINAS MG-SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA MG-SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE MG-SAO SEBASTIAO DO ANTA MG-SAO SEBASTIAO DO MARANHAO MG-SAO SEBASTIAO DO OESTE MG-SAO SEBASTIAO DO PARAISO MG-SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO MG-SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE MG-SAO TIAGO MG-SAO TOMAS DE AQUINO MG-SAO TOME DAS LETRAS MG-SAO VICENTE DE MINAS MG-SAPUCAI-MIRIM MG-SARDOA MG-SARZEDO MG-SEM-PEIXE MG-SENADOR
--	--	---

		AMARAL MG-SENADOR CORTES MG-SENADOR FIRMINO MG-SENADOR JOSE BENTO MG-SENADOR MODESTINO GONCALVES MG-SENHORA DE OLIVEIRA MG-SENHORA DO PORTO MG-SENHORA DOS REMEDIOS MG-SERICITA MG-SERITINGA MG-SERRA AZUL DE MINAS MG-SERRA DA SAUDADE MG-SERRA DO SALITRE MG-SERRA DOS AIMORES MG-SERRANIA MG-SERRANOPOLIS DE MINAS MG-SERRANOS MG-SERRO MG-SETE LAGOAS MG-SETUBINHA MG-SILVEIRANIA MG-SILVIANOPOLIS MG-SIMAO PEREIRA MG-SIMONESIA MG-SOBRALIA MG-SOLEDADE DE MINAS MG-TABULEIRO MG-TAIOBEIRAS MG-TAPARUBA MG-TAPIRA MG-TAPIRAI
--	--	---

		MG-TAQUARACU DE MINAS MG-TARUMIRIM MG-TEIXEIRAS MG-TEOFILO OTONI MG-TIMOTEO MG-TIRADENTES MG-TIROS MG-TOCANTINS MG-TOCOS DO MOJI MG-TOLEDO MG-TOMBOS MG-TRES CORACOES MG-TRES MARIAS MG-TRES PONTAS MG-TUMIRITINGA MG-TUPACIGUARA MG-TURMALINA MG-TURVOLANDIA MG-UBA MG-UBAI MG-UBAPORANGA MG-UBERABA MG-UBERLANDIA MG-UMBURATIBA MG-UNAI MG-UNIAO DE MINAS MG-URUANA DE MINAS MG-URUCANIA MG-URUCUIA MG-VARGEM ALEGRE MG-VARGEM BONITA MG-VARGEM GRANDE DO RIO PARDO MG-VARGINHA MG-VARJAO DE MINAS MG-VARZEA DA PALMA
--	--	---

		MG-VARZELANDIA MG-VAZANTE MG-VERDELANDIA MG-VEREDINHA MG-VERISSIMO MG-VERMELHO NOVO MG-VESPASIANO MG-VICOSA MG-VIEIRAS MG-VIRGEM DA LAPA MG-VIRGINIA MG-VIRGINOPOLIS MG-VIRGOLANDIA MG-VISCONDE DO RIO BRANCO MG-VOLTA GRANDE MG-WENCESLAU BRAZ
--	--	--

APÊNDICE P- Vínculos empregatícios das cidades paulistas

2001			2002			2003		
Cidade	Total	%	Cidade	Total	%	Cidade	Total	%
SP-SAO PAULO	56.480	51,29%	SP-SAO PAULO	58.047	51,49%	SP-SAO PAULO	57.016	50,03%
SP-GUARULHOS	2.233	2,03%	SP-SOROCABA	2.193	1,95%	SP-SOROCABA	2.279	2,00%
SP-SOROCABA	2.218	2,01%	SP-AMERICANA	1.961	1,74%	SP-AMERICANA	1.948	1,71%
SP-AMERICANA	2.014	1,83%	SP-GUARULHOS	1.842	1,63%	SP-SANTA BARBARA D OESTE	1.757	1,54%
SP-SANTA BARBARA D OESTE	1.631	1,48%	SP-SANTA BARBARA D OESTE	1.596	1,42%	SP-INDAIA TUBA	1.664	1,46%
SP-INDAIA TUBA	1.521	1,38%	SP-INDAIA TUBA	1.595	1,41%	SP-SAO JOSE DO RIO PRETO	1.506	1,32%
SP-CAMPINAS	1.283	1,17%	SP-SAO JOSE DO RIO PRETO	1.523	1,35%	SP-MAUA	1.432	1,26%
SP-JUNDIAI	1.269	1,15%	SP-MAUA	1.374	1,22%	SP-GUARULHOS	1.289	1,13%
SP-MAUA	1.257	1,14%	SP-CAMPINAS	1.338	1,19%	SP-JUNDIAI	1.276	1,12%
SP-SAO JOSE DO RIO PRETO	1.254	1,14%	SP-JUNDIAI	1.141	1,01%	SP-CAMPINAS	1.184	1,04%
SP-CAPIVARI	1.180	1,07%	SP-CAPIVARI	1.122	1,00%	SP-CAPIVARI	1.159	1,02%
SP-OSASCO	1.040	0,94%	SP-BRAGANCA PAULISTA	1.114	0,99%	SP-BRAGANCA PAULISTA	1.069	0,94%
SP-BRAGANCA PAULISTA	1.010	0,92%	SP-OSASCO	1.035	0,92%	SP-AVARE	1.060	0,93%
SP-AURIFLAMA	907	0,82%	SP-TIETE	933	0,83%	SP-OSASCO	990	0,87%
SP-TIETE	884	0,80%	SP-RIBEIRAO PRETO	839	0,74%	SP-TAGUAI	935	0,82%
SP-RIBEIRAO PRETO	841	0,76%	SP-TAGUAI	789	0,70%	SP-BOTUCATU	849	0,75%
SP-BARUERI	830	0,75%	SP-AURIFLAMA	750	0,67%	SP-TIETE	831	0,73%
SP-ITAPETININGA	705	0,64%	SP-ITAPETININGA	738	0,65%	SP-CONCHAS	820	0,72%
SP-MATAO	676	0,61%	SP-SANTO ANDRE	735	0,65%	SP-AURIFLAMA	791	0,69%
SP-TAGUAI	658	0,60%	SP-BOTUCATU	691	0,61%	SP-RIBEIRAO PRETO	768	0,67%
SP-OUTRAS	30.226	27,45%	SP-OUTRAS	31.377	27,83%	SP-OUTRAS	33.331	29,25%
TOTAL ANUAL	110.117	100,00%	TOTAL ANUAL	112.733	100,00%	TOTAL ANUAL	113.954	100,00%

2004			2005			2006		
Cidade	Total	%	Cidade	Total	%	Cidade	Total	%
SP-SAO PAULO	61.896	48,51%	SP-SAO PAULO	64.993	48,23%	SP-SAO PAULO	72.658	48,26%
SP-SOROCABA	2.796	2,19%	SP-SOROCABA	3.168	2,35%	SP-AMERICANA	2.850	1,89%
SP-AMERICANA	2.291	1,80%	SP-SANTA BARBARA D OESTE	2.211	1,64%	SP-SOROCABA	2.532	1,68%
SP-SANTA BARBARA D OESTE	1.937	1,52%	SP-AMERICANA	2.209	1,64%	SP-SANTA BARBARA D OESTE	2.279	1,51%
SP-MAUA	1.880	1,47%	SP-INDAIA TUBA	1.882	1,40%	SP-SAO JOSE DO RIO PRETO	2.062	1,37%
SP-SAO JOSE DO RIO PRETO	1.785	1,40%	SP-SAO JOSE DO RIO PRETO	1.808	1,34%	SP-GUARULHOS	1.961	1,30%
SP-GUARULHOS	1.739	1,36%	SP-GUARULHOS	1.758	1,30%	SP-BOTUCATU	1.857	1,23%
SP-INDAIA TUBA	1.702	1,33%	SP-BOTUCATU	1.509	1,12%	SP-INDAIA TUBA	1.778	1,18%
SP-JUNDIAI	1.462	1,15%	SP-TAGUAI	1.504	1,12%	SP-TAGUAI	1.667	1,11%
SP-CAPIVARI	1.339	1,05%	SP-CAPIVARI	1.435	1,06%	SP-CAPIVARI	1.490	0,99%
SP-BOTUCATU	1.287	1,01%	SP-OSASCO	1.411	1,05%	SP-CAMPINAS	1.406	0,93%
SP-CAMPINAS	1.237	0,97%	SP-CAMPINAS	1.410	1,05%	SP-AVARE	1.353	0,90%
SP-TAGUAI	1.147	0,90%	SP-MAUA	1.312	0,97%	SP-JUNDIAI	1.317	0,87%
SP-AVARE	1.122	0,88%	SP-AVARE	1.159	0,86%	SP-OSASCO	1.313	0,87%
SP-BRAGANCA PAULISTA	1.119	0,88%	SP-JUNDIAI	1.124	0,83%	SP-CERQUILHO	1.285	0,85%
SP-OSASCO	1.114	0,87%	SP-BRAGANCA PAULISTA	1.007	0,75%	SP-MAUA	1.103	0,73%
SP-CONCHAS	1.042	0,82%	SP-AURIFLAMA	963	0,71%	SP-AURIFLAMA	1.010	0,67%
SP-AURIFLAMA	1.033	0,81%	SP-RIBEIRAO PRETO	957	0,71%	SP-BAURU	969	0,64%
SP-RIBEIRAO PRETO	823	0,65%	SP-CONCHAS	912	0,68%	SP-VOTORANTIM	944	0,63%
SP-ITAPETININGA	792	0,62%	SP-CERQUILHO	870	0,65%	SP-PORTO FELIZ	923	0,61%
SP-OUTRAS	38.043	29,82%	SP-OUTRAS	42.036	31,19%	SP-OUTRAS	47.803	31,75%
TOTAL ANUAL	127.586	100,00%	TOTAL ANUAL	134.768	100,00%	TOTAL ANUAL	150.560	100,00%

2007			2008			2009		
Cidade	Total	%	Cidade	Total	%	Cidade	Total	%
SP-SAO PAULO	76.995	48,78%	SP-SAO PAULO	79.883	49,64%	SP-SAO PAULO	80.251	49,75%
SP-SOROCABA	2.637	1,67%	SP-AMERICANA	2.825	1,76%	SP-AMERICANA	2.789	1,73%
SP-AMERICANA	2.635	1,67%	SP-SOROCABA	2.463	1,53%	SP-SANTA BARBARA D OESTE	2.459	1,52%
SP-SANTA BARBARA D OESTE	2.280	1,44%	SP-GUARULHOS	2.444	1,52%	SP-SOROCABA	2.374	1,47%
SP-SAO JOSE DO RIO PRETO	2.192	1,39%	SP-SAO JOSE DO RIO PRETO	2.252	1,40%	SP-GUARULHOS	2.201	1,36%
SP-GUARULHOS	2.149	1,36%	SP-SANTA BARBARA D OESTE	2.223	1,38%	SP-SAO JOSE DO RIO PRETO	2.189	1,36%
SP-INDAIATUBA	1.854	1,17%	SP-TAGUAI	1.960	1,22%	SP-TAGUAI	2.093	1,30%
SP-TAGUAI	1.748	1,11%	SP-CAMPINAS	1.755	1,09%	SP-CAMPINAS	2.049	1,27%
SP-CAMPINAS	1.598	1,01%	SP-INDAIATUBA	1.746	1,08%	SP-INDAIATUBA	1.639	1,02%
SP-JUNDIAI	1.358	0,86%	SP-OSASCO	1.464	0,91%	SP-AVARE	1.494	0,93%
SP-AVARE	1.357	0,86%	SP-CAPIVARI	1.418	0,88%	SP-JUNDIAI	1.415	0,88%
SP-OSASCO	1.344	0,85%	SP-CERQUILHO	1.352	0,84%	SP-CERQUILHO	1.259	0,78%
SP-CAPIVARI	1.336	0,85%	SP-JUNDIAI	1.319	0,82%	SP-CAPIVARI	1.257	0,78%
SP-CERQUILHO	1.221	0,77%	SP-A VARE	1.181	0,73%	SP-OSASCO	1.180	0,73%
SP-BOTUCATU	1.181	0,75%	SP-SAO BERNARDO DO CAMPO	1.102	0,68%	SP-BAURU	1.169	0,72%
SP-AURIFLAMA	1.155	0,73%	SP-AURIFLAMA	1.077	0,67%	SP-AURIFLAMA	1.146	0,71%
SP-VOTORANTIM	1.104	0,70%	SP-BIRIGUI	995	0,62%	SP-SAO BERNARDO DO CAMPO	1.024	0,63%
SP-BRAGANCA PAULISTA	1.053	0,67%	SP-ITAPETININGA	978	0,61%	SP-ITAPETININGA	967	0,60%
SP-BIRIGUI	1.050	0,67%	SP-TIETE	940	0,58%	SP-BIRIGUI	956	0,59%
SP-BAURU	1.034	0,66%	SP-RIBEIRAO PRETO	892	0,55%	SP-RIBEIRAO PRETO	944	0,59%
SP-OUTRAS	50.554	32,03%	SP-OUTRAS	50.656	31,48%	SP-OUTRAS	50.464	31,28%
TOTAL ANUAL	157.835	100,00%	TOTAL ANUAL	160.925	100,00%	TOTAL ANUAL	161.319	100,00%

2010			2011			2012		
Cidade	Total	%	Cidade	Total	%	Cidade	Total	%
SP-SAO PAULO	83.006	48,63%	SP-SAO PAULO	81.731	48,00%	SP-SAO PAULO	80.230	48,39%
SP-AMERICANA	2.924	1,71%	SP-AMERICANA	3.083	1,81%	SP-AMERICANA	2.896	1,75%
SP-SANTA BARBARA D OESTE	2.471	1,45%	SP-TAGUAI	2.610	1,53%	SP-TAGUAI	2.816	1,70%
SP-GUARULHOS	2.467	1,45%	SP-GUARULHOS	2.564	1,51%	SP-GUARULHOS	2.537	1,53%
SP-SOROCABA	2.435	1,43%	SP-SOROCABA	2.402	1,41%	SP-SAO JOSE DO RIO PRETO	2.488	1,50%
SP-SAO JOSE DO RIO PRETO	2.409	1,41%	SP-SAO JOSE DO RIO PRETO	2.284	1,34%	SP-SOROCABA	2.379	1,43%
SP-TAGUAI	2.360	1,38%	SP-SANTA BARBARA D OESTE	2.231	1,31%	SP-SANTA BARBARA D OESTE	2.162	1,30%
SP-CAMPINAS	2.160	1,27%	SP-CAMPINAS	2.027	1,19%	SP-CAMPINAS	1.822	1,10%
SP-AVARE	1.848	1,08%	SP-AVARE	1.763	1,04%	SP-AVARE	1.638	0,99%
SP-INDAIA TUBA	1.675	0,98%	SP-INDAIA TUBA	1.498	0,88%	SP-JUNDIAI	1.501	0,91%
SP-JUNDIAI	1.494	0,88%	SP-JUNDIAI	1.450	0,85%	SP-INDAIA TUBA	1.365	0,82%
SP-OSASCO	1.383	0,81%	SP-CERQUILHO	1.430	0,84%	SP-OSASCO	1.279	0,77%
SP-CAPIVARI	1.342	0,79%	SP-CAPIVARI	1.281	0,75%	SP-CERQUILHO	1.257	0,76%
SP-CERQUILHO	1.328	0,78%	SP-BAURU	1.217	0,71%	SP-CAPIVARI	1.216	0,73%
SP-BAURU	1.276	0,75%	SP-OSASCO	1.215	0,71%	SP-ITAPETININGA	1.119	0,67%
SP-SAO BERNARDO DO CAMPO	1.263	0,74%	SP-AURIFLAMA	1.129	0,66%	SP-FARTURA	1.077	0,65%
SP-AURIFLAMA	1.199	0,70%	SP-ITAPETININGA	1.127	0,66%	SP-AURIFLAMA	1.058	0,64%
SP-ITAPETININGA	1.124	0,66%	SP-MAUA	1.104	0,65%	SP-BIRIGUI	1.048	0,63%
SP-BIRIGUI	1.066	0,62%	SP-BARUERI	1.086	0,64%	SP-PORTO FELIZ	1.016	0,61%
SP-FARTURA	1.011	0,59%	SP-PORTO FELIZ	1.068	0,63%	SP-SAO BERNARDO DO CAMPO	1.015	0,61%
SP-OUTRAS	54.457	31,90%	SP-OUTRAS	55.977	32,87%	SP-OUTRAS	53.868	32,49%
TOTAL ANUAL	170.698	100,00%	TOTAL ANUAL	170.277	100,00%	TOTAL ANUAL	165.787	100,00%

2013		
Cidade	Total	%
SP-SAO PAULO	79.653	48,01%
SP-TAGUAI	2.975	1,79%
SP-AMERICANA	2.902	1,75%
SP-GUARULHOS	2.864	1,73%
SP-SAO JOSE DO RIO PRETO	2.421	1,46%
SP-SOROCABA	2.245	1,35%
SP-SANTA BARBARA D OESTE	1.893	1,14%
SP-AVARE	1.734	1,05%
SP-CAMPINAS	1.699	1,02%
SP-INDAIA TUBA	1.479	0,89%
SP-JUNDIAI	1.253	0,76%
SP-CERQUILHO	1.233	0,74%
SP-PORTO FELIZ	1.199	0,72%
SP-CAPIVARI	1.186	0,71%
SP-BRAGANCA PAULISTA	1.153	0,69%
SP-FARTURA	1.137	0,69%
SP-ITAPETININGA	1.103	0,66%
SP-AURIFLAMA	1.068	0,64%
SP-MAUA	1.018	0,61%
SP-SAO BERNARDO DO CAMPO	971	0,59%
SP-OUTRAS	54.737	32,99%
TOTAL ANUAL	165.923	100,00%

APÊNDICE Q- Vínculos empregatícios das cidades mineiras

2001			2002			2003		
Cidade	Total	%	Cidade	Total	%	Cidade	Total	%
MG-BELO HORIZONTE	7.216	15,10%	MG-BELO HORIZONTE	7.456	14,48%	MG-BELO HORIZONTE	7.182	13,94%
MG-DIVINOPOLIS	3.899	8,16%	MG-DIVINOPOLIS	4.138	8,04%	MG-DIVINOPOLIS	4.061	7,88%
MG-JUIZ DE FORA	3.627	7,59%	MG-JUIZ DE FORA	3.464	6,73%	MG-JUIZ DE FORA	3.182	6,18%
MG-FORMIGA	1.866	3,91%	MG-FORMIGA	2.097	4,07%	MG-FORMIGA	2.077	4,03%
MG-MURIAE	1.720	3,60%	MG-SAO JOAO NEPOMUCENO	1.898	3,69%	MG-MURIAE	1.971	3,83%
MG-SAO JOAO NEPOMUCENO	1.651	3,46%	MG-MURIAE	1.841	3,58%	MG-SAO JOAO NEPOMUCENO	1.604	3,11%
MG-PASSOS	1.110	2,32%	MG-PASSOS	1.249	2,43%	MG-ASTOLFO DUTRA	1.191	2,31%
MG-UBERLANDIA	1.012	2,12%	MG-ASTOLFO DUTRA	1.162	2,26%	MG-PASSOS	1.163	2,26%
MG-ASTOLFO DUTRA	920	1,93%	MG-UBERLANDIA	912	1,77%	MG-UBERLANDIA	810	1,57%
MG-PATOS DE MINAS	767	1,61%	MG-PATOS DE MINAS	858	1,67%	MG-PATOS DE MINAS	787	1,53%
MG-MAR DE ESPANHA	750	1,57%	MG-UBA	734	1,43%	MG-CRISTAIS	784	1,52%
MG-CONTAGEM	656	1,37%	MG-CRISTAIS	720	1,40%	MG-MAR DE ESPANHA	717	1,39%
MG-UBA	640	1,34%	MG-MAR DE ESPANHA	694	1,35%	MG-IPATINGA	659	1,28%
MG-LEOPOLDINA	638	1,34%	MG-IPATINGA	657	1,28%	MG-UBA	622	1,21%
MG-IPATINGA	573	1,20%	MG-CONTAGEM	636	1,24%	MG-LEOPOLDINA	565	1,10%
MG-VARGINHA	540	1,13%	MG-LEOPOLDINA	595	1,16%	MG-PARAGUACU	559	1,09%
MG-POUSO ALEGRE	484	1,01%	MG-VISCONDE DO RIO BRANCO	587	1,14%	MG-ARCOS	527	1,02%
MG-UBERABA	481	1,01%	MG-POCOS DE CALDAS	571	1,11%	MG-POCOS DE CALDAS	524	1,02%
MG-CRISTAIS	480	1,00%	MG-POUSO ALEGRE	525	1,02%	MG-CONTAGEM	522	1,01%
MG-POCOS DE CALDAS	480	1,00%	MG-VARGINHA	471	0,91%	MG-SAO SEBASTIAO DO PARAISO	519	1,01%
MG-GOVERNADOR VALADARES	454	0,95%	MG-BETIM	452	0,88%	MG-BETIM	500	0,97%
MG-ARCOS	432	0,90%	MG-ARCOS	447	0,87%	MG-VISCONDE DO RIO BRANCO	495	0,96%
MG-VISCONDE DO RIO BRANCO	431	0,90%	MG-GOVERNADOR VALADARES	435	0,84%	MG-POUSO ALEGRE	486	0,94%
MG-PARAGUACU	398	0,83%	MG-UBERABA	417	0,81%	MG-UBERABA	459	0,89%
MG-BETIM	374	0,78%	MG-MANTENA	417	0,81%	MG-GOVERNADOR VALADARES	454	0,88%
MG-CAMPO BELO	361	0,76%	MG-PARAGUACU	409	0,79%	MG-ILICINEA	405	0,79%
MG-MONTES CLAROS	344	0,72%	MG-CAMPO BELO	387	0,75%	MG-CAMBUI	404	0,78%
MG-ANDRADAS	331	0,69%	MG-ILICINEA	381	0,74%	MG-CAMPO BELO	391	0,76%
MG-CAMBUI	323	0,68%	MG-CAMBUI	362	0,70%	MG-ITANHANDU	382	0,74%

MG-CATAGUASES	320	0,67%	MG-MONTES CLAROS	360	0,70%	MG-PIRAUBA	373	0,72%
MG-MANTENA	320	0,67%	MG-ANDRADAS	331	0,64%	MG-MONTES CLAROS	370	0,72%
MG-ILICINEA	313	0,66%	MG-PARA DE MINAS	309	0,60%	MG-ANDRADAS	344	0,67%
MG-OURO FINO	308	0,64%	MG-ELOI MENDES	304	0,59%	MG-ELOI MENDES	334	0,65%
MG-ITANHANDU	292	0,61%	MG-CATAGUASES	300	0,58%	MG-MANTENA	330	0,64%
MG-ELOI MENDES	257	0,54%	MG-ITANHANDU	299	0,58%	MG-PARA DE MINAS	317	0,62%
MG-PIRAUBA	254	0,53%	MG-PATROCINIO DO MURIAE	271	0,53%	MG-ARAGUARI	305	0,59%
MG-PARA DE MINAS	254	0,53%	MG-ARAGUARI	269	0,52%	MG-DESCOBERTO	304	0,59%
MG-ARAGUARI	248	0,52%	MG-SAO SEBASTIAO DO PARAISO	264	0,51%	MG-PATROCINIO DO MURIAE	298	0,58%
MG-CACHOEIRA DE MINAS	243	0,51%	MG-PIRAUBA	259	0,50%	MG-CATAGUASES	281	0,55%
MG-DESCOBERTO	236	0,49%	MG-PAINS	238	0,46%	MG-TRES PONTAS	269	0,52%
MG-LAVRAS	230	0,48%	MG-LAVRAS	234	0,45%	MG-LAVRAS	264	0,51%
MG-PATROCINIO DO MURIAE	222	0,46%	MG-JURUAIA	230	0,45%	MG-JURUAIA	241	0,47%
MG-SAO SEBASTIAO DO PARAISO	217	0,45%	MG-DESCOBERTO	227	0,44%	MG-VARGINHA	229	0,44%
MG-BARBACENA	214	0,45%	MG-FRUTAL	225	0,44%	MG-BARBACENA	217	0,42%
MG-FRUTAL	208	0,44%	MG-CONCEICA O DOS OUROS	218	0,42%	MG-EUGENOPOLIS	215	0,42%
MG-ITURAMA	205	0,43%	MG-CACHOEIRA DE MINAS	217	0,42%	MG-MACHADO	211	0,41%
MG-JURUAIA	201	0,42%	MG-OURO FINO	209	0,41%	MG-FRUTAL	210	0,41%
MG-OUTRAS	10.277	21,51%	MG-OUTRAS	11.757	22,83%	MG-OUTRAS	12.393	24,06%
TOTAL ANUAL	47.777	100,00%	TOTAL ANUAL	51.493	100,00%	TOTAL ANUAL	51.507	100,00%

2004			2005			2006		
Cidade	Total	%	Cidade	Total	%	Cidade	Total	%
MG-BELO HORIZONTE	6.880	11,93%	MG-BELO HORIZONTE	7.544	12,03%	MG-BELO HORIZONTE	7.549	11,49%
MG-DIVINOPOLIS	4.185	7,26%	MG-DIVINOPOLIS	4.378	6,98%	MG-DIVINOPOLIS	4.635	7,06%
MG-JUIZ DE FORA	3.477	6,03%	MG-JUIZ DE FORA	3.404	5,43%	MG-JUIZ DE FORA	3.655	5,56%
MG-MURIAE	2.367	4,11%	MG-MURIAE	2.767	4,41%	MG-MURIAE	2.955	4,50%
MG-FORMIGA	2.357	4,09%	MG-FORMIGA	2.276	3,63%	MG-FORMIGA	2.352	3,58%
MG-SAO JOAO NEPOMUCENO	1.928	3,34%	MG-SAO JOAO NEPOMUCENO	1.994	3,18%	MG-ASTOLFO DUTRA	2.126	3,24%
MG-ASTOLFO DUTRA	1.455	2,52%	MG-ASTOLFO DUTRA	1.904	3,04%	MG-SAO JOAO NEPOMUCENO	2.067	3,15%
MG-CRISTAIS	1.309	2,27%	MG-SAO SEBASTIAO DO PARAISO	1.677	2,67%	MG-SAO SEBASTIAO DO PARAISO	1.733	2,64%
MG-PASSOS	1.222	2,12%	MG-PASSOS	1.226	1,95%	MG-MAR DE ESPANHA	1.210	1,84%
MG-SAO SEBASTIAO DO PARAISO	970	1,68%	MG-CRISTAIS	1.199	1,91%	MG-CRISTAIS	1.144	1,74%
MG-UBA	909	1,58%	MG-UBA	1.087	1,73%	MG-PASSOS	1.068	1,63%
MG-UBERLANDIA	846	1,47%	MG-MAR DE ESPANHA	1.001	1,60%	MG-UBERLANDIA	1.058	1,61%
MG-PATOS DE MINAS	819	1,42%	MG-PATOS DE MINAS	968	1,54%	MG-PATOS DE MINAS	998	1,52%
MG-MAR DE ESPANHA	790	1,37%	MG-CAMPO BELO	866	1,38%	MG-ITAUNA	938	1,43%
MG-IPATINGA	763	1,32%	MG-UBERLANDIA	860	1,37%	MG-UBA	938	1,43%
MG-PARAGUACU	698	1,21%	MG-LEOPOLDINA	807	1,29%	MG-CONTAGEM	865	1,32%
MG-POUSO ALEGRE	693	1,20%	MG-IPATINGA	795	1,27%	MG-IPATINGA	853	1,30%
MG-CAMPO BELO	662	1,15%	MG-PARAGUACU	732	1,17%	MG-LEOPOLDINA	831	1,27%
MG-ARCOS	629	1,09%	MG-CONTAGEM	731	1,17%	MG-CAMPO BELO	782	1,19%
MG-POCOS DE CALDAS	593	1,03%	MG-POCOS DE CALDAS	712	1,14%	MG-ARCOS	732	1,11%
MG-CONTAGEM	588	1,02%	MG-ARCOS	697	1,11%	MG-PARAGUACU	662	1,01%
MG-VISCONDE DO RIO BRANCO	555	0,96%	MG-POUSO ALEGRE	600	0,96%	MG-POCOS DE CALDAS	603	0,92%
MG-BETIM	519	0,90%	MG-BETIM	562	0,90%	MG-VISCONDE DO RIO BRANCO	570	0,87%
MG-ILICINEA	518	0,90%	MG-VISCONDE DO RIO BRANCO	547	0,87%	MG-BETIM	528	0,80%
MG-LEOPOLDINA	494	0,86%	MG-ILICINEA	486	0,77%	MG-UBERABA	506	0,77%
MG-GOVERNADOR VALADARES	446	0,77%	MG-CAMBUI	466	0,74%	MG-POUSO ALEGRE	502	0,76%
MG-UBERABA	441	0,76%	MG-MANTENA	415	0,66%	MG-ARAGUARI	486	0,74%
MG-MANTENA	424	0,74%	MG-ARA GUARI	410	0,65%	MG-CAMBUI	479	0,73%
MG-CAMBUI	422	0,73%	MG-UBERABA	408	0,65%	MG-JURUAIA	467	0,71%

MG-PIRAUBA	406	0,70%	MG-CATAGUASES	403	0,64%	MG-ILICINEA	431	0,66%
MG-PATROCINIO DO MURIAE	393	0,68%	MG-GOVERNADOR VALADARES	402	0,64%	MG-GOVERNADOR VALADARES	398	0,61%
MG-ARAGUARI	383	0,66%	MG-ANDRADAS	396	0,63%	MG-CATAGUASES	393	0,60%
MG-MONTES CLAROS	381	0,66%	MG-ELOI MENDES	393	0,63%	MG-EUGENOPOLIS	382	0,58%
MG-ANDRADAS	368	0,64%	MG-JURUAIA	392	0,63%	MG-PARA DE MINAS	371	0,56%
MG-PARA DE MINAS	364	0,63%	MG-PARA DE MINAS	383	0,61%	MG-ELOI MENDES	368	0,56%
MG-CATAGUASES	356	0,62%	MG-MONTES CLAROS	383	0,61%	MG-MONTES CLAROS	365	0,56%
MG-ELOI MENDES	351	0,61%	MG-DESCOBERTO	375	0,60%	MG-PATROCINIO DO MURIAE	352	0,54%
MG-ITANHANDU	298	0,52%	MG-ITAUNA	373	0,59%	MG-MANTENA	349	0,53%
MG-LAVRAS	285	0,49%	MG-PATROCINIO DO MURIAE	371	0,59%	MG-ANDRADAS	345	0,53%
MG-JURUAIA	278	0,48%	MG-ITANHANDU	344	0,55%	MG-AGUANIL	333	0,51%
MG-CONGONHAL	271	0,47%	MG-AGUANIL	339	0,54%	MG-LAVRAS	311	0,47%
MG-TRES PONTAS	267	0,46%	MG-LAVRAS	302	0,48%	MG-BICAS	305	0,46%
MG-BARBACENA	263	0,46%	MG-TRES PONTAS	272	0,43%	MG-TOCANTINS	293	0,45%
MG-VARGINHA	261	0,45%	MG-VARGINHA	271	0,43%	MG-PAINS	286	0,44%
MG-SILVIANOPOLIS	246	0,43%	MG-BARBACENA	261	0,42%	MG-ITANHANDU	282	0,43%
MG-DESCOBERTO	243	0,42%	MG-PAINS	258	0,41%	MG-PIRAUBA	272	0,41%
MG-PAINS	237	0,41%	MG-JOAO PINHEIRO	248	0,40%	MG-VARGINHA	270	0,41%
MG-OUTRAS	14.046	24,36%	MG-OUTRAS	15.026	23,96%	MG-OUTRAS	16.292	24,80%
TOTAL ANUAL	57.656	100,00%	TOTAL ANUAL	62.711	100,00%	TOTAL ANUAL	65.690	100,00%

2007			2008			2009		
Cidade	Total	%	Cidade	Total	%	Cidade	Total	%
MG-BELO HORIZONTE	7.577	11,16%	MG-BELO HORIZONTE	7.606	10,86%	MG-BELO HORIZONTE	7.178	10,33%
MG-DIVINOPOLIS	4.812	7,08%	MG-DIVINOPOLIS	4.895	6,99%	MG-DIVINOPOLIS	4.834	6,96%
MG-JUIZ DE FORA	3.576	5,26%	MG-JUIZ DE FORA	3.701	5,28%	MG-JUIZ DE FORA	3.969	5,71%
MG-MURIAE	3.450	5,08%	MG-MURIAE	3.524	5,03%	MG-MURIAE	3.574	5,14%
MG-FORMIGA	2.284	3,36%	MG-FORMIGA	2.345	3,35%	MG-FORMIGA	2.089	3,01%
MG-ASTOLFO DUTRA	1.811	2,67%	MG-SAO JOAO NEPOMUCENO	1.872	2,67%	MG-ASTOLFO DUTRA	2.047	2,95%
MG-SAO JOAO NEPOMUCENO	1.808	2,66%	MG-ASTOLFO DUTRA	1.824	2,60%	MG-SAO JOAO NEPOMUCENO	1.856	2,67%
MG-SAO SEBASTIAO DO PARAISO	1.761	2,59%	MG-SAO SEBASTIAO DO PARAISO	1.698	2,42%	MG-MAR DE ESPANHA	1.665	2,40%
MG-MAR DE ESPANHA	1.508	2,22%	MG-MAR DE ESPANHA	1.616	2,31%	MG-PASSOS	1.560	2,24%
MG-CRISTAIS	1.288	1,90%	MG-PASSOS	1.314	1,88%	MG-SAO SEBASTIAO DO PARAISO	1.330	1,91%
MG-UBA	1.134	1,67%	MG-CRISTAIS	1.241	1,77%	MG-CRISTAIS	1.190	1,71%
MG-PASSOS	1.130	1,66%	MG-CAMPO BELO	1.171	1,67%	MG-LEOPOLDINA	1.177	1,69%
MG-UBERLANDIA	1.065	1,57%	MG-UBERLANDIA	1.095	1,56%	MG-UBERLANDIA	1.175	1,69%
MG-ITAUNA	1.025	1,51%	MG-UBA	1.065	1,52%	MG-UBA	1.085	1,56%
MG-LEOPOLDINA	974	1,43%	MG-LEOPOLDINA	1.039	1,48%	MG-CAMPO BELO	1.050	1,51%
MG-CAMPO BELO	961	1,41%	MG-ITAUNA	974	1,39%	MG-ITAUNA	1.033	1,49%
MG-CONTAGEM	928	1,37%	MG-CONTAGEM	957	1,37%	MG-CONTAGEM	925	1,33%
MG-PATOS DE MINAS	902	1,33%	MG-IPATINGA	873	1,25%	MG-IPATINGA	794	1,14%
MG-ARCOS	766	1,13%	MG-PATOS DE MINAS	840	1,20%	MG-JURUAIA	789	1,14%
MG-IPATINGA	759	1,12%	MG-ARCOS	771	1,10%	MG-ARCOS	659	0,95%
MG-POCOS DE CALDAS	698	1,03%	MG-JURUAIA	718	1,03%	MG-PARAGUACU	641	0,92%
MG-PARAGUACU	694	1,02%	MG-POCOS DE CALDAS	695	0,99%	MG-PATOS DE MINAS	638	0,92%
MG-BETIM	647	0,95%	MG-CAMBUI	657	0,94%	MG-BETIM	637	0,92%
MG-VISCONDE DO RIO BRANCO	561	0,83%	MG-BETIM	647	0,92%	MG-POCOS DE CALDAS	617	0,89%
MG-JURUAIA	560	0,82%	MG-PARAGUACU	619	0,88%	MG-VISCONDE DO RIO BRANCO	562	0,81%
MG-UBERABA	530	0,78%	MG-MANTENA	572	0,82%	MG-ELOI MENDES	539	0,78%
MG-ILICINEA	504	0,74%	MG-UBERABA	541	0,77%	MG-MANTENA	539	0,78%
MG-CAMBUI	497	0,73%	MG-VISCONDE DO RIO BRANCO	500	0,71%	MG-ILICINEA	519	0,75%
MG-ELOI MENDES	466	0,69%	MG-ILICINEA	467	0,67%	MG-UBERABA	514	0,74%

MG-DESCOBERTO	464	0,68%	MG-ELOI MENDES	464	0,66%	MG-ARAGUARI	511	0,74%
MG-MANTENA	440	0,65%	MG-CATAGUASES	447	0,64%	MG-CAMBUI	480	0,69%
MG-EUGENOPOLIS	422	0,62%	MG-GOVERNADOR VALADARES	433	0,62%	MG-DESCOBERTO	463	0,67%
MG-CATAGUASES	400	0,59%	MG-DESCOBERTO	414	0,59%	MG-BICAS	460	0,66%
MG-GOVERNADOR VALADARES	396	0,58%	MG-ARAGUARI	411	0,59%	MG-TRES PONTAS	449	0,65%
MG-MONTES CLAROS	379	0,56%	MG-BICAS	409	0,58%	MG-MONTES CLAROS	439	0,63%
MG-BICAS	358	0,53%	MG-EUGENOPOLIS	406	0,58%	MG-EUGENOPOLIS	438	0,63%
MG-POUSO ALEGRE	336	0,49%	MG-MONTES CLAROS	400	0,57%	MG-CATAGUASES	416	0,60%
MG-PARA DE MINAS	332	0,49%	MG-TRES PONTAS	384	0,55%	MG-ITANHANDU	364	0,52%
MG-ITANHANDU	324	0,48%	MG-PARA DE MINAS	354	0,51%	MG-PIRAUBA	360	0,52%
MG-ANDRADAS	321	0,47%	MG-SAO GONCALO DO SAPUCAI	319	0,46%	MG-GOVERNADOR VALADARES	342	0,49%
MG-VARGINHA	319	0,47%	MG-ANDRADAS	307	0,44%	MG-PARA DE MINAS	333	0,48%
MG-TRES PONTAS	314	0,46%	MG-IBIRITE	305	0,44%	MG-SAO GONCALO DO SAPUCAI	321	0,46%
MG-IBIRITE	308	0,45%	MG-JACUI	299	0,43%	MG-IBIRITE	317	0,46%
MG-TOCANTINS	305	0,45%	MG-VIRGINIA	287	0,41%	MG-AGUANIL	315	0,45%
MG-AGUANIL	291	0,43%	MG-TOCANTINS	284	0,41%	MG-VARGINHA	298	0,43%
MG-SAO GONCALO DO SAPUCAI	278	0,41%	MG-ITANHANDU	283	0,40%	MG-ANDRADAS	290	0,42%
MG-RIO POMBA	278	0,41%	MG-RIO POMBA	278	0,40%	MG-GUARANI	289	0,42%
MG-OUTRAS	16.982	25,00%	MG-OUTRAS	17.724	25,30%	MG-OUTRAS	17.425	25,07%
TOTAL ANUAL	67.923	100,00%	TOTAL ANUAL	70.045	100,00%	TOTAL ANUAL	69.495	100,00%

2010			2011			2012		
Cidade	Total	%	Cidade	Total	%	Cidade	Total	%
MG-BELO HORIZONTE	7.694	10,13%	MG-BELO HORIZONTE	6902	9,16%	MG-BELO HORIZONTE	6.732	9,10%
MG-DIVINOPOLIS	5.036	6,63%	MG-DIVINOPOLIS	4901	6,51%	MG-DIVINOPOLIS	4.699	6,35%
MG-JUIZ DE FORA	4.265	5,62%	MG-JUIZ DE FORA	3532	4,69%	MG-JUIZ DE FORA	3.660	4,95%
MG-MURIAE	3.783	4,98%	MG-MURIAE	3524	4,68%	MG-MURIAE	3.390	4,58%
MG-FORMIGA	2.147	2,83%	MG-SAO JOAO NEPOMUCENO	2422	3,22%	MG-SAO JOAO NEPOMUCENO	2.376	3,21%
MG-SAO JOAO NEPOMUCENO	2.073	2,73%	MG-ASTOLFO DUTRA	2325	3,09%	MG-FORMIGA	2.259	3,05%
MG-ASTOLFO DUTRA	2.065	2,72%	MG-FORMIGA	2163	2,87%	MG-ASTOLFO DUTRA	2.123	2,87%
MG-MAR DE ESPANHA	1.804	2,38%	MG-MAR DE ESPANHA	1789	2,38%	MG-MAR DE ESPANHA	1.847	2,50%
MG-PASSOS	1.669	2,20%	MG-PASSOS	1702	2,26%	MG-PASSOS	1.619	2,19%
MG-CRISTAIS	1.519	2,00%	MG-CRISTAIS	1612	2,14%	MG-CRISTAIS	1.601	2,16%
MG-CAMPO BELO	1.463	1,93%	MG-SAO SEBASTIAO DO PARAISO	1436	1,91%	MG-SAO SEBASTIAO DO PARAISO	1.431	1,93%
MG-LEOPOLDINA	1.410	1,86%	MG-LEOPOLDINA	1364	1,81%	MG-CAMPO BELO	1.380	1,87%
MG-UBERLANDIA	1.330	1,75%	MG-CAMPO BELO	1312	1,74%	MG-UBERLANDIA	1.260	1,70%
MG-SAO SEBASTIAO DO PARAISO	1.190	1,57%	MG-UBERLANDIA	1296	1,72%	MG-ITAUNA	1.250	1,69%
MG-ITAUNA	1.122	1,48%	MG-ITAUNA	1091	1,45%	MG-LEOPOLDINA	1.149	1,55%
MG-UBA	1.095	1,44%	MG-UBA	1057	1,40%	MG-MANTENA	1.016	1,37%
MG-CONTAGEM	933	1,23%	MG-CONTAGEM	935	1,24%	MG-PARAGUACU	979	1,32%
MG-JURUAIA	913	1,20%	MG-JURUAIA	933	1,24%	MG-JURUAIA	968	1,31%
MG-IPATINGA	846	1,11%	MG-IPATINGA	928	1,23%	MG-UBA	953	1,29%
MG-MANTENA	823	1,08%	MG-MANTENA	915	1,21%	MG-CONTAGEM	928	1,25%
MG-PARAGUACU	804	1,06%	MG-PARAGUACU	823	1,09%	MG-IPATINGA	882	1,19%
MG-ARCOS	784	1,03%	MG-ARCOS	740	0,98%	MG-BETIM	676	0,91%
MG-PATOS DE MINAS	672	0,88%	MG-ARAGUARI	679	0,90%	MG-ARCOS	672	0,91%
MG-ILICINEA	634	0,83%	MG-PATOS DE MINAS	655	0,87%	MG-PATOS DE MINAS	665	0,90%
MG-BETIM	622	0,82%	MG-ILICINEA	633	0,84%	MG-VISCONDE DO RIO BRANCO	658	0,89%
MG-EUGENOPOLIS	619	0,82%	MG-BETIM	631	0,84%	MG-ILICINEA	638	0,86%
MG-DESCOBERTO	587	0,77%	MG-EUGENOPOLIS	630	0,84%	MG-UBERABA	604	0,82%
MG-ARAGUARI	576	0,76%	MG-DESCOBERTO	600	0,80%	MG-ARAGUARI	593	0,80%
MG-UBERABA	561	0,74%	MG-UBERABA	595	0,79%	MG-EUGENOPOLIS	593	0,80%

MG-VISCONDE DO RIO BRANCO	558	0,73%	MG-VISCONDE DO RIO BRANCO	552	0,73%	MG-DESCOBERTO	587	0,79%
MG-ELOI MENDES	526	0,69%	MG-POCOS DE CALDAS	527	0,70%	MG-TRES PONTAS	519	0,70%
MG-POCOS DE CALDAS	517	0,68%	MG-BICAS	516	0,69%	MG-ESPINOSA	483	0,65%
MG-BICAS	503	0,66%	MG-TRES PONTAS	507	0,67%	MG-POCOS DE CALDAS	476	0,64%
MG-ITANHANDU	495	0,65%	MG-PIRAUBA	476	0,63%	MG-MONTES CLAROS	476	0,64%
MG-PIRAUBA	493	0,65%	MG-MONTES CLAROS	467	0,62%	MG-SAO GONCALO DO SAPUCAI	466	0,63%
MG-TRES PONTAS	486	0,64%	MG-SAO GONCALO DO SAPUCAI	451	0,60%	MG-CATAGUASES	424	0,57%
MG-CATAGUASES	470	0,62%	MG-BANDEIRA DO SUL	438	0,58%	MG-PIRAUBA	423	0,57%
MG-MONTES CLAROS	440	0,58%	MG-ITANHANDU	417	0,55%	MG-ITANHANDU	405	0,55%
MG-BANDEIRA DO SUL	431	0,57%	MG-CATAGUASES	409	0,54%	MG-SAO JOAO DO MANTENINHA	405	0,55%
MG-SAO GONCALO DO SAPUCAI	387	0,51%	MG-ELOI MENDES	400	0,53%	MG-ELOI MENDES	375	0,51%
MG-IBIRITE	366	0,48%	MG-BRASOPOLIS	373	0,50%	MG-BICAS	370	0,50%
MG-CAMBUI	361	0,48%	MG-ESPINOSA	360	0,48%	MG-IBIRITE	358	0,48%
MG-VARGINHA	352	0,46%	MG-ANDRADAS	356	0,47%	MG-PARA DE MINAS	336	0,45%
MG-PARA DE MINAS	350	0,46%	MG-SAO JOAO DO MANTENINHA	334	0,44%	MG-ERVALIA	335	0,45%
MG-GOVERNADOR VALADARES	350	0,46%	MG-PARA DE MINAS	325	0,43%	MG-ANDRADAS	316	0,43%
MG-AGUANIL	340	0,45%	MG-MACHADO	325	0,43%	MG-DONA EUZEBIA	306	0,41%
MG-ANDRADAS	338	0,45%	MG-IBIRITE	322	0,43%	MG-BANDEIRA DO SUL	300	0,41%
MG-OUTRAS	19.136	25,20%	MG-OUTRAS	19.635	26,07%	MG-OUTRAS	19.011	25,70%
TOTAL ANUAL	75.938	100,00%	TOTAL ANUAL	75.315	100,00%	TOTAL ANUAL	73.972	100,00%

2013		
Cidade	Total	%
MG-BELO HORIZONTE	6.554	8,93%
MG-DIVINOPOLIS	4.526	6,17%
MG-JUIZ DE FORA	3.720	5,07%
MG-MURIAE	3.134	4,27%
MG-SAO JOAO NEPOMUCENO	2.749	3,75%
MG-FORMIGA	2.245	3,06%
MG-ASTOLFO DUTRA	2.095	2,86%
MG-MAR DE ESPANHA	1.850	2,52%
MG-CRISTAIS	1.726	2,35%
MG-PASSOS	1.530	2,09%
MG-CAMPO BELO	1.297	1,77%
MG-ITAUNA	1.267	1,73%
MG-JURUAIA	1.054	1,44%
MG-MANTENA	1.049	1,43%
MG-LEOPOLDINA	1.036	1,41%
MG-UBERLANDIA	1.003	1,37%
MG-IPATINGA	992	1,35%
MG-PARAGUACU	984	1,34%
MG-CONTAGEM	976	1,33%
MG-SAO SEBASTIAO DO PARAISO	955	1,30%
MG-UBA	812	1,11%
MG-ILICINEA	705	0,96%
MG-VISCONDE DO RIO BRANCO	653	0,89%
MG-BETIM	649	0,88%
MG-TRES PONTAS	596	0,81%
MG-PATOS DE MINAS	596	0,81%
MG-EUGENOPOLIS	595	0,81%
MG-ARCOS	573	0,78%
MG-UBERABA	569	0,78%
MG-ARAGUARI	548	0,75%
MG-DESCOBERTO	524	0,71%
MG-SAO JOAO DO MANTENINHA	467	0,64%
MG-ESPINOSA	466	0,64%
MG-BICAS	460	0,63%

MG-PIRAUBA	460	0,63%
MG-BANDEIRA DO SUL	455	0,62%
MG-MONTES CLAROS	451	0,61%
MG-IBIRITE	450	0,61%
MG-ITANHANDU	439	0,60%
MG-ELOI MENDES	430	0,59%
MG-SAO GONCALO DO SAPUCAI	424	0,58%
MG-POCOS DE CALDAS	419	0,57%
MG-CATAGUASES	398	0,54%
MG-HELIODORA	395	0,54%
MG-VIRGINIA	388	0,53%
MG-ERVALIA	376	0,51%
MG-PARA DE MINAS	332	0,45%
MG-OUTRAS	18.999	25,89%
TOTAL ANUAL	73.371	100,00%

APÊNDICE R- Tabelas 1987 e 1848 das receitas líquidas de vendas

Tabela 1987 - Dados gerais das unidades locais industriais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, por Unidade da Federação, segundo as divisões e os grupos de atividades - Brasil, Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo)						
Variável = Total de receitas líquidas de vendas (Mil Reais)						
Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) = 18 Confeção de artigos do vestuário e acessórios						
Brasil e UF	Ano					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	11.307.725	11.443.897	12.719.861	14.002.136	16.985.268	18.809.252
São Paulo	4.656.484	4.174.812	4.509.564	4.671.387	6.550.346	6.735.721
Santa Catarina	2.276.871	2.382.048	2.723.364	3.087.721	3.572.515	3.808.594
Minas Gerais	739.014	814.878	943.417	966.501	1.150.368	1.279.119

Tabela 1848 - Dados gerais das unidades locais industriais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, por Unidade da Federação, segundo as divisões e os grupos de atividades (CNAE 2.0) - Brasil, Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo)							
Variável = Total de receitas líquidas de vendas (Mil Reais)							
Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) = 14 Confeção de artigos do vestuário e acessórios							
Brasil e UF	Ano						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	24.408.673	26.377.824	29.618.275	32.502.863	40.560.892	41.885.633	44.168.083
São Paulo	10.230.175	10.577.527	11.431.766	8.966.267	14.748.743	13.656.385	12.704.210
Santa Catarina	4.772.185	5.206.921	5.817.187	8.573.275	8.542.287	8.733.134	9.980.269
Minas Gerais	1.852.875	1.659.817	1.646.650	2.014.303	2.002.838	2.397.501	2.494.629

APÊNDICE S- Tabelas 1987 e 1948 dos valores brutos da produção industrial

Tabela 1987 - Dados gerais das unidades locais industriais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, por Unidade da Federação, segundo as divisões e os grupos de atividades - Brasil, Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo)						
Variável = Valor bruto da produção industrial (Mil Reais)						
Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) = 18 Confeção de artigos do vestuário e acessórios						
Brasil e UF	Ano					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	10.756.538	10.989.223	12.168.854	13.747.430	16.602.983	17.991.942
São Paulo	4.345.263	3.952.796	4.357.635	4.729.506	6.477.642	6.575.526
Santa Catarina	2.194.451	2.269.346	2.600.072	2.976.306	3.467.013	3.727.200
Minas Gerais	704.464	809.246	933.439	969.234	1.161.087	1.257.291

Tabela 1848 - Dados gerais das unidades locais industriais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, por Unidade da Federação, segundo as divisões e os grupos de atividades (CNAE 2.0) - Brasil, Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo)							
Variável = Valor bruto da produção industrial (Mil Reais)							
Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) = 14 Confeção de artigos do vestuário e acessórios							
Brasil e UF	Ano						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	23.723.363	25.861.404	29.025.024	32.105.959	39.869.638	41.359.080	43.858.134
São Paulo	10.173.142	10.436.868	11.475.623	9.080.694	14.983.361	13.575.013	12.616.787
Santa Catarina	4.577.884	5.163.113	5.571.555	8.517.073	8.286.160	8.758.448	9.853.731
Minas Gerais	1.875.940	1.679.412	1.638.589	2.002.180	2.023.998	2.352.928	2.326.211

APÊNDICE T- Investimentos em inovação

Ano	Brasil	Santa Catarina	Setor Catarinense
2000	R\$ 22.343.759,32672	R\$ 925.551,81681	R\$ 67.823,31969
2001	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2002	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2003	R\$ 23.419.226,73052	R\$ 1.045.414,56735	R\$ 131.725,16894
2004	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2005	R\$ 34.405.979,68729	R\$ 1.381.570,29681	R\$ 93.200,34771
2006	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2007	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2008	R\$ 43.727.461,85798	R\$ 1.502.841,41944	R\$ 84.962,92037
2009	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2010	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2011	R\$ 50.893.384,84775	R\$ 2.941.674,84820	R\$ 79.129,95904
2012	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2013	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2014	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Nota: mil reais